ISSN 0102 5465

ESTUDOS

Lingüísticos e Literários

Estudos | Salvador | n 13 | p. 1-311 | Junho / 1992

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS

REITOR
Eliane Azevedo

VICE-REITOR
Nadja Maria Valverde Viana

DIRETOR
Suzana Helena Longo Sampaio

COORDENADOR DO MESTRADO
Serafina Pondé

EDITOR
Celina Scheinowitz

CO-EDITOR
Evelina Hoisel

CONSELHO EDITORIAL

Antonia Herrera (UFBA)
Heloísa Prata e Prazeres (UFBA)
Luiz Antonio Marcuschi (UFPE)
Regina Zilberman (PUC/RS)
Rosa Virgínia Mattos e Silva (UFBA)
Sumaia Sahade Araújo (UFBA)

ASSESSORAMENTO EDITORIAL

Jean-Marc Lavaur (UFBA)
Celeste Aída Galeão (UFBA)
Lúcia Mattos (UFBA)

Publicação semestral do Curso de Mestrado em Letras
da Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras - Campus de Ondina
40.170-290 Salvador-Bahia-Brasil

E S T U D O S

L I N G Ü Í S T I C O S E L I T E R Á R I O S

500 ANOS DE AMÉRICA

Estudos	Salvador	n.13	p.1-311	julho/1992

ESTUDOS: linguísticos e literários, nº 13, julho 1992. Salvador, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 1992, 311 p. 22 cm.

1. Letras - Periódicos I. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras.

CDU 8(05)

ESTUDOS
LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS

SUMÁRIO

Apresentação
Serafina Pondé 7

ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

Um roteiro da Carreira das Índias de Castela: proposta de edição crítica
Célia Marques Telles..... 13

O francês nas Américas
Celina Scheinowitz 25

O português de contato no parque indígena do Xingu, Mato Grosso, Brasil Central
Charlotte Emmerich 57

Anti-crioulo: notas sobre as comunidades de descendentes de escravos no Brasil
Hildo Honório do Couto 91

A Carta de Caminha: contribuições para a história da língua portuguesa
Grupo PROHPOR

I - Prólogo
Rosa Virgínia Mattos e Silva 103

II - A sintaxe da ordem na "Carta de Pero Vaz de Caminha"
Ilza Ribeiro 111

III - Ser/estar em 1500
Maria do Socorro Sapucaia Sepúlveda Netto 139

IV - Caminha e sua circunstância
Sônia Bastos Borba Costa 149

V - Perseguindo as conjunções
Therezinha Maria Mello Barreto e **Sílvia Rita Magalhães de Olinda**.. 163

ESTUDOS LITERÁRIOS E ICONOGRÁFICOS

"Todos los gatos son pardos": uma metáfora da conquista do México
Ana Lúcia Trevisan 181

Comparativismo e descolonização: o olhar crítico latino-americano
Eduardo F. Coutinho 197

O jogo da identidade e alteridade: uma leitura da catequese
Evelina Hoisel 211

Resgate da memória: o "llano" mexicano de Juan Rulfo
Heloísa Prata e Prazeres 229

A história do Brasil no teatro do mundo espanhol
Lilian Pestre de Almeida 237

Poesia negra é força de quilombo
Moema Parente Augel 261

Alegoria das quatro partes do mundo em painéis de azulejo
Pedro Moacir Maia 279

DOCUMENTO

Cristóvão Colombo, marco inicial da hispanidade
Geovana B.M. Spínola 305

Estudos	Salvador	n.13	p. 1-311	julho/1992

Alegorias da Europa e da América, de uma série das **quatro partes do mundo**, pinturas de José Joaquim da Rocha (1737-1807), em torno de Nossa Senhora da Palma, na igreja do mesmo nome, em Salvador, Bahia. Fotografia de Walmir Pinheiro.

APRESENTAÇÃO

Celebra-se, a 12 de outubro de 1992, a chegada na América das três caravelas capitaneadas por Cristóvão Colombo. Com os 500 anos do descobrimento do continente americano, registra-se não só a abertura, para a Europa, do caminho do Atlântico, mas a incorporação do Novo Mundo à História Universal. Com a união dos hemisférios, a humanidade tem seus horizontes alargados, acelerado seu progresso, projetada sua inteligência. O planeta chega às suas exatas dimensões.

Aberto o Atlântico, surge um mundo novo. Os europeus deparam-se com uma inesperada possibilidade de expandir-se e estabelecer-se dentro de um novo conceito de liberdade. Muitos partem para a América em busca da terra e do trabalho não encontrados no Velho Mundo. E, misturando-se culturas, misturam-se hábitos, religiões, línguas — surgem novas identidades.

Conseqüência natural do percurso, amadurece a idéia de independência. Emancipam-se as colônias inglesa, francesa, espanhola e portuguesa e derrotam-se, nas Américas, os impérios que as dominam. O continente escolhe seus próprios caminhos, consolida sua vocação pelo futuro e se desenvolvem as ciências, as artes, as letras. As línguas — mescladas e renascidas — veiculam idéias — americanas — que se traduzem em nova literatura.

Este número da revista **Estudos;** lingüísticos e literários homenageia os 500 anos do descobrimento do continente americano. São trabalhos em Lingüística e Literatura com temática voltada para a América: a colonização e a conquista, a raça emergente, a mistura de falares, os documentos e monumentos que testemunham a História.

São cinco os estudos lingüísticos.

A problemática de línguas em contato é tratada pelo Prof. Hildo Honório do Couto (UNB) que pesquisa os falares de algumas comunidades negras no Brasil e propõe que se considere esta linguagem como **anti-crioulo,** e pela Profª Charlotte Emmerich (Museu Nacional, RJ) que examina a trajetória do contato entre as línguas indígenas e o português. A Profª Celina Scheinowitz (UFBa.) partilha da mesma temáti

ca ao ocupar-se da "aventura da língua francesa na América", analisando as características do francês americano em função de situações específicas de mesclagem.

Documentos são revistos. Uma proposta de edição crítica de um pequeno roteiro da Carreira das Índias de Castela contido na coletânea "Derrotero de las Indias de Castilla" é o que faz a Profª Célia Telles (UFBa.), partindo da análise grafemático-fonética do texto. O grupo PROHPOR (Programa para a História da Língua Portuguesa) estuda a Carta de Pero Vaz de Caminha, em quatro trabalhos, de professores da UFBa. e da UEFS, que a examinam com base em fatos sintáticos e morfossintáticos do português. A escolha do documento se justifica, no dizer da Profª Rosa Virgínia Mattos e Silva (UFBa.), coordenadora do Grupo e autora do Prólogo que antecede os trabalhos, "pelo significado que tem a Carta como testemunho para a história de língua portuguesa".

Os estudos em Literatura somam seis.

A profª Evelina Hoisel (UFBa.) analisa, em José de Anchieta, a postura colonialista do teatro jesuíta. Sob a ótica colonizadora também, o Prof. Eduardo Coutinho (UFRJ) detecta traços de colonialismo cultural no discurso da crítica literária latino-americana, ainda presa a metodologias européias.

O drama da conquista, o nascimento de uma população mestiça e os inevitáveis reflexos deste percurso no México atual estão presentes na obra do escritor mexicano Carlos Fuentes. Um estudo comparativo da peça "Todos los gatos son pardos" e do livro de ensaios **Tiempo mexicano** é feito por Ana Lúcia Trevisan (USP). Recuperar a identidade de um povo rastreando velhas tradições regionais é o mote do texto de Juan Rulfo, trabalhado pela Profª Heloísa Prata e Prazeres (UFBa.). O "Llano" – planalto – mexicano constitui-se numa memória a ser mantida tão viva quanto a realidade de uma história.

A mistura de raças, ainda – e o que daí resulta de exótico e, ao mesmo tempo, conflituoso – centraliza o trabalho da Profª Lilian Pestre de Almeida (CNPq-UFF) que parte do episódio da ocupação da Bahia pelos holandeses em 1624, evocado pelo teatro de Lope de Vega e, posteriormente, pela pintura de Juan Bautista Maino. A expressão, pela

literatura, da consciência negra, revoltada e sofrida, no Brasil é tratada no texto da Profª Moema Parente Augel (Universidade de Bielefeld).

Um estudo iconográfico junta-se aos trabalhos em Lingüística e Literatura dedicados às Américas. Em "Alegoria das 4 partes do mundo em painéis de azulejos", o Prof. Pedro Moacir Maia (UFBa.) fala sobre painéis de azulejos portugueses de meados do século XVIII, que se encontram no convento de São Francisco, Salvador, Bahia, historia a temática das "quatro partes do mundo" e destaca a sua originalidade.

Fechando, apropriadamente, o número, está transcrita a palestra da Profª Geovana Spínola "Cristóvão Colombo, marco inicial da Hispanidade" onde a autora reflete "sobre a grandiosidade de um fato ocorrido há 500 anos e que, no dizer de Voltaire, tornar-se-ia 'o maior acontecimento da humanidade'".

Ao concluir esta apresentação, o Mestrado em Letras da UFBa. registra especiais agradecimentos ao Consulado da Espanha, na pessoa do Vice-Cônsul Don Plácido Cerrada, que financiou a edição deste número e aos autores, professores da UFBa. e de outras instituições, que trouxeram sua colaboração. Louve-se, também, o trabalho dedicado das Profas. Celina Scheinowitz e Evelina Hoisel, editor e co-editor, e de todo o Conselho Editorial da revista, sem o que não chegaria ao público mais este número da revista **Estudos;** lingüísticos e literários.

Serafina Pondé
Coordenadora
Mestrado em Letras

ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

UM ROTEIRO DA CARREIRA DAS ÍNDIAS DE CASTELA: PROPOSTA DE EDIÇÃO CRÍTICA

Célia Marques Telles
Universidade Federal da Bahia

R E S U M O

Tentativa de se proceder à edição crítica de um pequeno roteiro em língua espanhola (fº 28rº-30vº) da "Carreira das Índias de Castela", contido na coletânea "[Derrotero de las Indias de Castilla]" (fº1rº-56vº), primeira parte da coletânea compilada por Manuel Gaspar, ou a seu pedido, em 1594 (ms. 1507 da BNL). Após a análise grafemático-fonética do texto do roteiro, explicam-se os critérios a serem adotados no estabelecimento do texto. Conclui-se apresentando a proposta de edição crítica do texto.

1 DESCRIÇÃO GERAL DO TEXTO

É a **Derrota de Santo Domingo para la Nueva España**[1] o sétimo roteiro da primeira coletânea de roteiros do **Livro universal de derrotas, alturas, longetudes e conheçenças de todas as navegaçõis destes reinos de Portugal e Castela, Indias Orientais e Occidentais, o mais copioso e claro que pode ser, em serviço dos navegantes, ordenado por pilotos consumados nesta çiençia e vertudes, de aproveitar em serviço de Deus...**[2], compilada por Manuel Gaspar ou a seu pedido[3], datado de 1 de março de 1594[4]. O **[Derrotero de las Indias de Castilla]**[5] do qual faz parte o roteiro que estudamos, acha-se escrito em língua espanhola e com outros três roteiros, **Entrada de Setubal**[6], **Memoria de las alturas d'este derrotero de las tierras q(ue) en el se contienen**[7], **Demostraçion y aparençia de algunas tierras y islas d'este roteiro**[8], duas instruções náuticas, **[Anotaçiones sobre la longetude]**[9], **[Instruc**

çiones para] hazer un arbol mayor para una nao...[10], constitui o corpo do códice em língua espanhola[11].

Escritos em letra humanística cursiva, irregular, de finais do século XVI, de mão de um primeiro copista, destacando-se apenas o fato de se usarem letras maiores do que a regra para os **títulos** e para chamar a atenção aos **pontos a serem observados**. Utilizam-se as margens laterais para o **destaque** de alguns elementos. Os fólios acham-se numerados apenas no retro. O trecho examinado apresenta a mancha escrita como se segue:

Fólios	Número de linhas
28rº	26
28vº	28
29rº	27
29vº	27
30rº	25
30vº	17

Fig. 1 - Distribuição de linhas por fólio

2 RELAÇÃO GRAFEMÁTICO-FONÉTICA

Permite a análise grafemático-fonética do roteiro estabelecer as seguintes equivalências:

1 Os grafemas <b> e <B>, em posição inicial e medial, e <v>,em posição inicial, equivalem ao fonema [b].

2 Os grafemas <u>, <V> e <b>, em posição inicial ou medial, e <B>, em posição inicial, equivalem ao fonema [v].

3 O dígrafo <ch> equivale ao fonema [tš], resultado dos grupos latinos [kt] e [lt].

4 Os grafemas <ç>, <c> e <s> equivalem ao fonema [ts].

5 O grafema <z>equivale ao fonema [dz].

6 Os grafemas <x>, <j> e <g> equivalem ao fonema [š].

7 O grafema <j> equivale ao fonema [ž].

8 Os grafemas <s>, <ç> e o dígrafo <ss> equivalem ao fonema [s].

9 O dígrafo <ss> equivale ao fonema [z].

10 O grafema <R> e o dígrafo <rr>, em posição inicial e medial,e o grafema <r>, em posição medial e final, equivalem ao fonema [r̄].

11 O dígrafo <ñn> equivale ao fonema [ñ].

12 O grafema <h> equivale ao fonema [χ], proveniente do [f] inicial latino, e ē, por vezes, conservado nas formas verbais de **haber**.

13 Os grafemas <u> e <V> equivalem a [u].

14 Os grafemas <i>, <j>, <I>, <J> e <y> equivalem ao fonema [i].

3 OS CRITÉRIOS ADOTADOS E A EDIÇÃO CRÍTICA DO TEXTO

De acordo com os dados obtidos na análise grafemático-fonética, seguindo as determinações dos gramáticos espanhóis[12], foi-nos possível fixar, para o estabelecimento do texto dos roteiros em língua espanhola do ms. 1507 da BNL, os critérios seguintes:

1 Manter a vacilação na grafia das vogais átonas.

2 Usar <b> e <v>, segundo a etimologia da palavra.

3 Grafar [tš] com o auxílio do dígrafo <ch>.

4 Grafar [ts] e [dz] com o auxílio de <ç> e <z>, respectivamente.

5 Grafar [s] com o auxílio de <s> ou do dígrafo <ss>, se medial; usar <s> para [z], em posição medial.

6 Grafar [š] e [ž] com o auxílio de <x> e <j>, respectivamente.

7 Grafar a vibrante alveolar múltipla [r̄] com o auxílio de <r> ou do dígrafo <rr>, se em posição medial;a vibrante alveolar simples será sempre grafada <r>.

8 A nasal palatal [ñ] será grafada com o auxílio de <ñ>.

9 A fricativa alveolar surda [χ], proveniente de [f] inicial latino,será grafado com o auxílio de <h>.

10 Manter a oscilação gráfica das formas do verbo **haber**.

11 Pontuar o texto, quando necessário; respeitar o uso do acento gráfico, quando coincidir com o atual.

12 Grafar com maiúscula os nomes próprios, mantendo as vacilações.

13 Usar parênteses no desenvolvimento de abreviaturas.

14 Usar colchetes nas formas restauradas.

15 Indicar a mudança de fólio com o auxílio de barra inclinada e asterisco (/*), assinalando o fólio à margem.

16 Indicar no aparato todas as variantes do manuscrito.

DERROTA DE SANTO DOMINGO PARA LA NUEVA ESPAÑA

Si salieres del puerto de Santo Domingo correras çinco o seis leguas al sudueste y lu[e]go mandaras governar al oeste hasta tener la punta de Niçao al norte y luego correras la vuelta de loesudueste. Iras a reconoçer por esta derrota a la Ucata, y llevarlaas por la proa. Y para mejor conoçerla veras, en siendo tanto ava[n]te como ella, a Altovelo que casi pareçe al derecho algo fuera de la [vuelta]. Y teniendo a Altovelo a lesnordeste, correras la vuelta de loesnoroeste y iras a dar a tierra llana de la savana que, en conoçiendola, iras aloeste en demanda del Cabo de Tiburon. Haze estas señas s(igu)i(e)ntes: que antes que llegues a el, veras de sotavento della tierra llana de la savana unas sierras altas y luego veras la vuelta del noroeste un cabo co[n] un mo[n]-

Tiburon *te alto y una punta delgada baxa q[ue] sale mas fuera q[ue] no el mas alto. Iras dello, para pasar entre medias de la Navarra y este cabo. Y en estando leste oeste con el Cabo de Tiburon, correras, çinco o seis leguas del cabo, la vuelta del noroeste y veras de la banda de babor la Navarra, que es*

---

1 **De** Rota, De, santo, Domĩngo (o sobreposto), Para, Nueua, España.
2 **salíeres**, santo, domingo, çinqo.
3 **gouernar**.
4 **niçao**.
5 **Buel**ta, loessudueste, yras, rreconoçer.
6 **ucata**, lleuarlaas, y.
7 **Veras**, aVa(n)te, alto Vèlo, cassi.
8 **[buelta]**, y; 8-9 al- toVello.
9 **Buel**ta.
10 **sauana**, conociendola.
11 **tiburon**, haze.
12 **señnas**, s(igu)y(e)ntes, lleges, Veras.
13 **sota** Vento, sabana, Vnas.
14 **buelta**, Vn, Vn.
15 **V**na.
16 **No**, El, ẏras., paçar; 16-17 Na- uaRa.
17 Cabo, y, Con.
18 **tiburon**, cinqo (o sobreposto), Cabo, buelta.
19 Noroeste, NauaRa.

una isla llana y baxa, que pareçe la Mona. Y corriendo la vuelta del noreste quarta del oeste, iras por esta derrota a ver las sierras de Tarquino y, luego q[ue] las veas, arribaras la vuelta del oeste quarta del noroeste. Iras a ver a Cabo

[28r9] *de (Cruz). /**

Las señas del Cabo de (Cruz) son las que tengo dicho, y el está en arremate de todas de la banda del leste. Avisote que, si quisieres entrar del cabo adentro para ir a Mançanilla, desque llegues tanto avante como el cabo, llevaras la sonda en la mano y apartarteas del cabo como una legua para la mar, por amor de una restinga que sale del propio cabo. Y no tengas temor porque no tiene mas baxo de aquello q[ue] vieres por los ojos. Y en pasando esta restinga meteras dello la vuelta al norte y daras luego en 8 braças. Y dalli mandaras governar al norte quarta del nordeste y iras a ver los cayos de Avuoga. Y antes que llegues a ellos, veras quedar por la banda del oeste de ti un cayuello blanco. Avisote que as de ir siempre por diez y doze braças de agua y el fondo sera vaza y iras por canal. Avisote q[ue] puedes ir sin temor nenguno, aunque sea la nao mu[y] grande, y puedes haber

---

20 Vna, ysla, Baxa, mona, y.
21 buelta, yras, Esta.
22 Ver, tarquino, Veas, Aribaras.
23 buelta, yras, Ver.
25 senñas, Del, cabo.
26 vanda, AVisote.
27 sí, yr; 27-28 mançani- lla. .
28 aVante, El, lleuaras.
29 Cabo, Vna.
30 Por, Vna, Restinga (a sobreposto), y.
31-32 Vie- res.
32 y, passando, Restinga.
34 gouernar, Norte, yras.
35 aBuoga, ellos., Veras, que d̨a̱r̨ (expontuado)
36 Vanda, Oeste, tj, Un, cayuelo, blanco, , Auisote.
37 yr, Diez, Braças.
38 Vaza, canal, Auisote, yr.
39 Avnque.

que entrar co(n) ella y haber vuelta de una legua sin que to
ques en el baxo. Si fuere el viento escaso o largo, mandaras
governar por el norte quarta al nordeste y iras dar a los
cayos dichos. Y esta la canal por el mayor que sale mas a
la mar y otro de arena que está a la banda de tierra del. Y
llegarteas siempre al cayo mayor que sale de fuera por doze
braças de agua, llevando la proa aloeste. Y por entre un
cayo y otro, asi iras por mitad de la canal para la Amançani
lla. Y de dentro de los cayos puedes voltar co(n) la mayor
nao del mundo. De luengo de esta, hasta llegar a Cayo de Are
[28v?] na y Cayo Blanco/* y otros dos cayos grandes que estan a la
mar dellos, y por entre uno y otro haze un freo de media le
gua, abeis de entrar y surgir.

[Cabo] d[e] (Cruz) Y si quisieres ir tu camino la vuelta de Nueva España, i
ras la vuelta del oesnoroeste en demanda de Isla de Pinez, y
avisote que las aguas corren al sudueste en bonança, y con
brisa corren al noroeste, y lleve buena vegia. Y no dexes de
ir por tu camino, y iras a ver la d(ic)ha **isla**. Y siempre to
mas tu altura, y si la tomares en 21 g(rad)os 1/2 correras
la vuelta del nordeste en busca de la tierra, y luego la ve

40 buelta, Vna.
41 Baxo (xo letras maiores) Viento.
42 gouernar, yras.
43 cayoz, dichoz, y.
44 vanda, y.
46 Braças, lleuando, y, Vn.
47 Cayo, hiras; 47-48 amançany-lla.
48 y, boltar.
49 de, Hasta; 49-50 are- na.
50 blanco, caíos.
51 i, Vno, i, Vn.
52 aVeis.
53 Lançado à margem: [Cabo] d[e] (Cruz); sŷ, yr, Buelta, nueua, españa; 53-54 y- ras.
54 Buelta, jsla, pinez.
55 bonanca.
56 lleue, y.
57 yr, camyno, Ver, y.
59 Buelta, Busca.

[Jar]- dines ras. Y si vieres una tierra baxa como isletas sabras que son
los Jardines porq(ue) luego los veras barbear en çima del a
gua, como unos arbolezitos. Y entonçes puedes correr la vuel
ta del oeste quarta del noroeste hasta estar tanto avante co
mo Isla de Pinos, y luego por el noroeste en demanda del Ca
bo de Corrientes. Y si acaso vieres la Isla de Pinos, te ha
ra las señas siguientes: adiverteas, con calmas as de gover
nar en esta derrota al nordeste quarta de oeste.

SEÑAS DE ISLA DE PINOS

Esta tierra pareçera llana de fuera della y asi iras a
ver la costa de leste oeste, qu' es donde Guaniguanico. Hasta
el Cabo de Corrientes esta costa es bien conoçida, porque es
pareja con unas matas en çima, a manera de las de España la
bradas. Y la costa de la mar es toda lamas de arena. Bien te
puedes llegar en tierra, porque es tierra sana. Y si vieres
[29r?] Cabo de Corrientes, te haras estas s(e)ñas. /*

Señas del Cabo de Corrientes, estando con el d(ic)ho ca
bo noroeste sueste las sierras de Guaniguanico, que son dos
morros la tierra adentro redondos y otro pan redo(n)do la
vuelta de loeste. Y si estuvieres muy emarado, y tanto avan

60 Lançado à margem: [Jar]dines;y, Vieres, Vna, Baxa, ysletas.
61 Veras, Barbear.
62 Vnos, y, entonces; 62-63 buel- ta.
63 aVante.
64 ysla, pinos; 64 -65 ca- bo.
65 y, acasso, Vieres, isla, pinos.
66 señas, aDiuerteas, Con; 66-67 gouer- nar.
67 deRotta.
68 Señas, De, isla, De, Pinos.
69 esta, yras.
70 Ver, guaniguanico.
71 cabo, Conocida.
72 Vnas, españa.
73 y.
74 tierra, y; uer, riscado e expontuado; ujeres.
76 Señas, Del, cabo, corrientes. 77 guaniguanico.
78 rredondos, Redo(n)do.
79 buelta, y, estuuyeres, enmarado; 79-80 Avan- te.

te como el cabo se te haran estas sierras muchos mamoletes, y en esto conoçeras que estas tanto avante como el Cabo de Corrientes. Y si fueres en tierra y vieres el cabo, es el remate de toda esta costa de lesueste y en çima lleno de arbolado, de unas cuatro matas negras en çima, a man[er]a de casas, y el cabo no muy alto, sino en buena man[er]a bien puesto. Y de aqui te pu[e]des ir tu camino aloesnoroeste, si fuere de dia, y si fuere de noche guinando mas fuera, y asi iras a ver el Cabo de Sant' Anton.

Señas del de Sant' Anton: es un cabo baxo, con una arboleda en çima y una mata q[ue] pareçe como un bobio, y antes q[ue] llegues al remate del cabo, de la banda del leste del haze una playa de arena y el cabo baxo, bien asombrado pareçiendo. Y de ay a cuatro leguas a la mar norte sur con el cabo, mandaras governar aloesnoroeste y guinando sobre el norueste hasta ponerte en altura de veinte y cuatro gr[ad]os y m[edi]o, çerca de veinte y çinco. Y entonçes puedes correr la vuelta del oeste hasta una singradura a ponerte norte sur con la Vermeja. Y de alli mandaras governar la vuelta del su
[29v?] dueste q[ue] pasaras por la banda del norte de la Vermeja./*y

80 Como, Cabo.
81 conoceras, Tanto, aVante, cabo.
82 sẏ, Vieres; 82-83 Rema- te.
83 llessueste, cẏma.
84 Vnas, quatro, cẏma, Cassas.
85 syno, Bien.
86 aqi, hir, camyno.
87 hiras.
88 sant anton.
89 SeÑas, santanton, Vn, Baxo, Vna.
90 cẏma, Vn.
91 lleges, rrematte, Cabo, Vanda.
92 Vna, Cabo, Baxo, Bien; 92-93 pare- siendo.
93 quatro, Norte, Con.
94 Cabo, Mandaras, goVernar; 94-95 No- rueste.
95 Hasta, Veinte, quatro.
96 cerca, Veinte, cinqo, y, Correr.
97 Buelta, Oeste, vna.
98 bermeja, y, gouernar, Buelta.
99 vanda, De, y.

así iras por esta derrota a dar a las sierras de Almeria o de Villa Rica la Vieja. Y si reconoçeres, sobre Almeria te hara estas señas.

Señas de las sierras de Almeria. Es una tierra alta y complida, y veras la vuelta del sur las sierras de Villa Rica la Vieja, q[ue] te hara estas señas: son unas sierras quebradas pequeñas y iras perlongando la costa y veras la vuelta del sur la sierra baxa del llano de San (Chrispt)oval y de la Vera (Cruz). Yras de luengo de costa hasta ver un monte alto, mas alto que la tierra baxa que se dize el Monte de San In(açi)o de Lua. Y luego puedes llevar la proa en el hasta ver el arreçife. Barloarteas hasta q[ue] veas la isleta blanca. Entonçes puedes surgir en 5 braças. As de saber q[ue] si vieres el Monte de San In(açi)o de Lua, q[ue] haze estas señas: un monte como una isla en la mar, pe
[A]lmeria queña, o esta Almeria en altura de veinte g[rad]os y Villa Rica en 19 g[rad]os 1/2. Y partiendo de la Punta del Negrillo para el Cabo de [Camaron], governaras aloeste quarta de sudueste, 30 o 35 leguas. Y dai aloesudueste, todo el camino siendo el viento fresco de todas velas, iras por esta derro

100 hiras, almeria.
101 rrica, y, rreconoçeres, almerya
102 senñas.
103 SeÑas, De, sierras, De, almería, Vna.
104 ueras, buelta; 104-105 rri- ca.
105 senñas, Unas.
106 yras, Veras.
107 buelta, llaño; 107-108 (Chrispt)o- ual.
108 vera, yras, Ver.
109 Vn, Baxa.
110 monte, san, jn(açi)o, lua, y, lleuar.
111 Ver, aRecife.
112 Veas, ẏsleta, Entonces.
113 as, uieres, monte, san, Jn(açi)o, lua.
114 Estas, senñas, Vn, Como, Una, ẏsla; 114-115 pe- quenña.
115 Lançado à margem:[a]lmerẏa, Esta, Veinte; 115-6 rri-qa(a sobreposto).
116 Partiendo, punta, negrillo.
117 cabo, gouernaras.
118 y, daẏ, aloessudueste, Camino.
119 Siendo, Viento, fresqo (o sobreposto), Velas, yras.

ta a dar a las sierras de Santa Cruz. Tiene por señas cua
tro mo(n)gotes altos de sierra alta, partida en cuatro p(ar)
tes. Y si por ventura vieres que haze una sierra a la re
[30rº] donda,a manera de peña,poderas seguir a buscar,/*hasta q(ue)
te metas en tierra, porque veras una tierra baxa de luengo
de la mar. Y ansi mismo veras la playa de arena,y quando vie
res esta tierra a y diez braças de fondo. Y como tuvieres
reconoçimiento desta tierra, governaras aloesnoroeste. Y si
la vieres sobre tarde, correl'as la mitad de la noche aloes
noroeste, y la otra mitad aloeste quarta del noroeste. Ten
aviso, quando fueres en demanda de tierra que no as de ir a
buscarla hasta tanto q(ue) la reconozcas. Y si fuere tierra
alta y no tuviere tierra baxa ni playa de arena, ten por avi
so que estas de Cabo de Honduras para baxo, porque salen las
sierras altas q(ue) baten la mar con ellas. Y desde Cabo de
Honduras hasta Cabo de Camaron es la tierra baxa luengo de
la mar, y el camino, playa de arena blanca. Y tiene de son
da, por luengo de la costa, cuatro leguas, a la mar, diez
[30vº] braças.

---

120 sierras (as sobreposto), santa, cruz, senñas; 120-121 qua- tro.
121 quatro.
122 y, Ventura, Vieres, Vna; 122-123 rre- donda.
123 manerã, Penña, podexes, segir, Buscar.
124 Veras, Vna, tierra, Baxa.
125 y, ansy, Veras; 125-126 Vie- res.
126 Braças, y, tuuieres.
127 rreconocymiento, gouernaras, y, sy.
128 uyeres, mytad.
129 mytad.
130 no (sobreposto).
131 Buscarla, lla, Reconozcas, y, sj.
132 tuuyere, ny, tem.
133 honduras, Baxo.
134 y, cabo.
135 honduras, cabo, camaron, Baxa.
136 camyno, Blanca, y.
137 Diez.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O excerto que acabamos de apresentar é um exemplo da língua espanhola não literária de finais do século XVI que, além da regularidade grafemático-fonética deixa perceber uma interferência da língua portuguesa que pode ser decorrente do fato de o copista ser utente de língua portuguesa. Entretanto, somente o exame de todos os roteiros em língua espanhola contidos no **Livro universal de derrotas, alturas, longetudes e conheçenças de todas as navegaçõis destes reinos de Portugal e Castela, Indias Orientais e Occidentais...** poderá vir a comprovar essa hipótese.

RÉSUMÉ

Tentative d'édition critique d'un petit routier en langue espagnole (fº 28rº-30vº) de la "Carreira das Índias de Castela", qui se trouve dans le "[Derrotero de las Indias de Castilla]" (fº 1rº-56vº), première partie d'un choix de textes de Manuel Gaspar, transcrits par celui-ci ou par quelqu'un d'autre à sa demande, en 1594 (ms. 1507 de la BNL). Après l'analyse du texte du routier, on explique les critères qui vont être adoptés et on présente, à la fin, un modèle d'édition critique du texte.

1 Cf. ms. 1507 da BNL, fº 28rº-30vº.

2 Cf. ibid., folha de rosto.

3 Cf. nossa comunicação aos Seminários Livres de Pesquisa do Mestrado em letras - 1990, "O Códice 1507 da Biblioteca Nacional de Lisboa: primeiras considerações" (Salvador: UFBa., 1990. 12f.).

4 Cf. ibid.

5 Cf. ms. 1507 da BNL, fº 1rº-56vº.

6 Cf. ibid., fº 57ºrº.

7 Cf. ibid., fº 61rº-64rº.

8 Cf. ibid., fº 67rº-75rºº.

9 Cf. ibid., fº 60vº.

10 Cf. ibid., fº 66rº.

11 Os textos em língua espanhola ocupam os fólios 1rº-56rº,57rº,[60vº], [61rº-64rº], [66rº] e [67rº-75rº].

12 Cf. Antonio de NEBRIJA. **Gramática castellana.** Madrid: Junta del Centenario. 1946. p.17-36. Texto estabelecido sobre la ed. "prin

ceps" de 1492 por Pascual Galindo Romeo y Luiz Ortiz Muñoz. Aparato crítico, v.1, p.145-170; [Cristóbal de] VILLALÓN. **Gramática castellana.** Madrid: CSIC, 1971. p. [58-87]. Ed. facsimilar y estudio de Constantino García; Bartolomé JIMÉNEZ PATÓN. **Epítome de la ortografía latina y castellana. Instituciones de la gramática española.** Madrid: CSIC, 1965. p.19-85. Estudio y edición de Antonio Quilis y Juan Manuel Rozas. E mais os estudos: Amado ALONSO. **De la pronunciación medieval a la moderna en español.** Ultimado y dispuesto para la imprenta por Rafael Lapesa. Madrid: Gredos, 1955. 2v.; Rufino J. CUERVO. Disquisiciones sobre antigua ortografía y pronunciación castellanas [1895-1898]. In: ____. **Disquisiciones sobre filología castellana.** Buenos Aires: El Ateneo, 1948. p.187-296; Constantitno GARCÍA. Estudio introductorio. In: [Cristóbal de VILLALÓN, op. cit., ed. cit., p. xLiv-Lix; André MARTINET. Structures en contact: le dévoisement des sifflantes en espagnol. In:___. **Économie des changements phonétiques;** traité de phonologie diachronique. Berne: A. Francke, 1955. p.297-325; Ramón MENÉNDEZ PIDAL. La lengua de Cristóbal Colón. In: ___. **La lengua de Cristóbal Colón. El estilo de Santa Teresa;** y otros estudios sobre el siglo XVI. 5ªed. Madrid: Espasa-Calpe, 1968. p.9-46; id., El lenguaje del siglo XVI. In: id., ibid., p.47-84; Antonio QUILIS y Juan Manuel ROZAS. Sus conceptos ortográficos y fonéticos. In: Bartolomé JIMÉNEZ PATÓN, op. cit., ed. crit., p.cv-cxxxiii.

* Tradução de Gustavo Ribeiro da Gama.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Amado. **De la pronunciación medieval a la moderna en español.** Madrid: Gredos, 1955.

CUERVO, Rufino J. **Disquisiciones sobre filología castellana.** Buenos Aires: El Ateneo, 1948.

GARCÍA, Constantino. Estudio introductorio. In: VILLALÓN [Cristóbal de] **Gramatica castellana.** Madrid: CSIC, 1971.

JIMÉNEZ PATÓN, Bartolomé. **Epítome de la ortografía latina y castellana. Instituciones de la gramática española.** Madrid: CSIC, 1965.

MARTINET, André. **Économie des changements phonétiques;** traité de phonologie diachronique. Berne: A. Francke, 1955.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. **La lengua de Cristóbal Colón. El estilo de Santa Teresa;** y otros estudios sobre el siglo XVI. 5ªed. Madrid: Espasa-Calpe, 1968.

QUILIS, Antonio, ROZAS, Juan Manuel. Sus conceptos ortográficos y fonéticos. In: JIMÉNEZ PATÓN, Bartolomé. **Epítome de la ortografía ...** Madrid: CSIC, 1965.

TELLES, Célia Marques. O Códice 1507 da Biblioteca Nacional de Lisboa: primeiras considerações. Comunicação apresentada aos Seminários Livres de Pesquisa do Mestrado em Letras - 1990. Salvador: UFBa., 1990. 12p.

O FRANCÊS NAS AMÉRICAS

Celina Scheinowitz
Universidade Federal da Bahia

R E S U M O

Retratamos a aventura da língua francesa na América, nos rastros da colonização francesa em terras do Novo Mundo. Damos destaque aos núcleos que se formaram no vale do Saint-Laurent, no arquipélago de Saint-Pierre-et-Miquelon, no vale do Mississipi, nas Antilhas e na Guiana, sem esquecer de fazer menção aos projetos malogrados da França Antártica e da França Equinocial. Ao estudar as particularidades regionais do francês americano, caracterizamo-lo em função das situações de mesclagem que mantém com outras línguas, discriminando dois tipos principais de contacto, um marcado pelo bilingüismo estável, como no caso do Canadá e outro definido pela diglossia, próprio das zonas crioulófonas (Guiana Francesa, Haiti, Martinica e Guadalupe com dependências).

INTRODUÇÃO

A história da língua francesa nas Américas se insere na saga desencadeada no limiar do século XVI, nas trilhas da confluência do Velho com o Novo Mundo.

Uma visão retrospectiva dos quinhentos anos da América nos fornece, paralelamente à ação dizimadora dos conquistadores sobre as comunidades autóctones, com o extermínio de seus valores culturais mais significativos, um quadro de repressão constante e progressiva das línguas indígenas, confinadas hoje à condição de línguas minoritárias em processo evidente de extinção. Complementarmente ao declínio dessas línguas, assiste-se à eclosão de uma Nova Romania em terras da América, com o desenvolvimento de um português, um espanhol e um francês americanos, evidentemente não unos, mas diversificados, ao lado da crioulização de um inglês americano, que se constituiu nos núcleos de colonos anglófonos. Essas línguas transplantadas da Europa, se bem que guardando os quadros estruturais de origem, vão, entretanto, se distanciar das normas da metrópole sobretudo na pronúncia e em grande parte no léxico, mas também na gramática, em seu desenvolvimento diacrônico efetuado no novo continente. Mas a aventura das línguas européias chega

das à América não pára aí; esta vai servir de cadinho à fermentação de um novo experimento do linguajar humano: a formação dos crioulos. Os crioulos se constituem como nativização de **pidgins**, espécies de língua franca usadas em particular nas plantações das Antilhas mas também nas regiões costeiras continentais em volta, na comunicação entre grupos lingüísticos diferenciados, formados por populações escravas, originárias da África, em contacto com o colonizador europeu. De tipologia discutida, essas línguas autônomas, que são os crioulos, representam uma nova vitalidade na história das línguas românicas para os que sustentam uma caracterização neofrancesa, neoportuguesa e neo-inglesa para esses falares [1]. Os adeptos dessa teoria vêem no conjunto formado pelos dois primeiros grupos — os crioulos de base francesa e portuguesa — a constituição de uma România Novíssima, cuja composição tem despertado o interesse dos especialistas como modelo para o conhecimento da gênese das línguas naturais.

A PRESENÇA FRANCESA NA AMÉRICA

O transplante do francês da Europa para a América pressupõe a migração de comunidades daquele para este continente. Interessa-nos, assim, averiguar, de modo sucinto, como se fez a história dessa migração francesa para as terras da América, antes de enfocar o aspecto propriamente lingüístico da questão.

Embora a tradição queira que Jean Cousin, originário de Dieppe, tenha descoberto o Brasil antes de Pedro Álvares Cabral, o fato não é confirmado pela historiografia e em nada influiria com relação à posse efetiva da terra realizada pelo navegador português em nome da coroa lusa. Anota-se ainda no início do século dos descobrimentos a vinda do capitão Binot Paulmier de Gonneville, que saiu de Honfleur em 25 de junho de 1503 e chegou às costas brasileiras em 6 de janeiro de 1504. Ambos os eventos instigam a trama de devaneios do Eldorado acalentados pela França e esteiam seu projeto de fixar-se de forma permanente nas terras do Brasil, através de núcleos de colonização. Essa intenção já apontara na atitude real de François I, ao dar proteção a Jean Ango, armador de Dieppe que praticava atos de pirataria a navios portugueses e espanhóis; inconformado com o tratado de Tordesilhas,

que excluía seu país no direito de instalar povoamentos na América, o rei francês argumenta desconhecer o testamento de Adão repartindo a América meridional entre portugueses e espanhóis. Seguiram-se duas efêmeras tentativas de colonização, efetivadas primeiramente no Rio de Janeiro, em 1555, com a França Antártica e depois no Maranhão, em 1612, com a França Equinocial, sem falar na pirataria efetivada continuamente pelos franceses ao longo da costa brasileira. Se o malogro dessas implantações territoriais não impediu que se configurasse na consciência coletiva do povo francês um ideário do Novo Mundo em que o Brasil, com seu exotismo tropical, ocupava lugar de destaque, as relações entre os dois países vão se estabelecer em outro plano, no âmbito cultural e ideológico. Intensificando-se no século XIX, a partir da vinda ao Brasil, em 1816, da Missão de artistas franceses (Debret, os Taunay, Neukomm, Montigny, Ferrez), a influência francesa na sociedade brasileira mostrou-se tão evidente que se fala em **cultura reflexa** para traduzir a dependência cultural do país com relação aos modelos franceses. A emancipação da hegemonia francesa só se efetua no século XX, com o movimento modernista de 1922, através de manifestações de afirmação às vezes radicalizadas da brasilidade.

Afastada, por razões históricas, a possibilidade de se perpetuar no Brasil uma comunidade de língua francesa, essa intenção vai se efetivar em outras regiões da América. François I, antes mesmo de lançar seu empreendimento brasileiro da França Antártica, apoiara expedições comandadas por Verrazano e, depois, por Jacques Cartier, com o objetivo de descobrir, pelo norte, uma nova via de acesso às riquezas do Oriente. O primeiro visitara, em 1524, a costa atlântica desde a Flórida até o cabo Bretão e batizara a região de "Nouvelle-France", termo que, no século XVII, designa o império francês da América. Quanto ao segundo, em 1534 e em 1535-1536, explora o golfo e o vale do rio Saint-Laurent, tomando posse da região, em nome do rei da França. Quando de sua terceira viagem, em 1541, o navegador de Saint-Malo tenta criar uma colônia, mas este empreendimento só irá se concretizar sessenta décadas depois, sob o reinado de Henrique IV, com a participação de Samuel de Champlain, que funda Québec, em 1608. Entretanto, os ingleses, que um ano antes da fundação de Québec haviam se estabelecido em

Jamestown, na Virgínia, dando seqüência a sua política de expansão, ocupam Québec uma primeira vez, de 1629 a 1632. Devolvida à França pelo tratado de Saint-Germain-en-Laye, a colônia vai se afirmar como francesa com novos assentamentos estabelecidos, tanto na Acádia (hoje a Nova Escócia), quanto nas margens do Saint-Laurent, em especial com a fundação de Trois-Rivières, em 1634 e de Montréal, em 1642.

Um século e meio depois da chegada dos franceses à Acádia, em 1755, ocorre o acontecimento traumatizante referido pelos acadianos como "o Grande Transtorno" (le Grand Dérangement), a deportação de seu território pelos ingleses. Causa de disputa entre a França e a Inglaterra até 1670, a Acádia permanecera francesa desta data até 1713, quando passa às mãos dos ingleses. Tendo-se recusado, então, a prestar juramento ao rei da Inglaterra, os acadianos, considerados indesejáveis pelo governo britânico, são reunidos em Grand-Pré e embarcados em quarenta e seis navios. Protegidos pelos índios, alguns deles, em sua diáspora, encontram refúgio nas florestas do atual Novo-Brunswick, muitos perecem no mar enquanto outros se dispersam por várias regiões do Canadá e dos Estados Unidos, em especial na Luisiânia, outros, enfim, vão buscar guarida na Inglaterra e França.

Diverso deste destino trágico é o das populações que colonizaram o vale de Saint-Laurent, a partir de Québec, Trois-Rivières e Montréal, formando a Nouvelle-France, ou Canadá. Em um século, o povoamento se realiza de modo contínuo e marcado por forte sentimento de solidariedade cultural. O número de francófonos no Canadá não deixou de crescer regularmente, tendo se multiplicado por dez de 1760 (65.000) a 1851 (670.000) e de 1851 a meados do século XX (5.000.000, em 1971 e 6.000.000, em 1981). Foi em 1763, cinqüenta anos depois da Acádia, que o Canadá se tornou, por sua vez, colônia inglesa. Nesta época, um quarto da população do Québec era formada por falantes do inglês e Montréal permanece com maioria anglófona até 1871. Apesar de constituírem minoria em um país confederado, os francófonos lutam sistematicamente contra a assimilação. A evolução recente da legislação no Canadá é sintomática desse estado de coisas. Em 1910, pela lei Lavergne, o bilingüismo é estabelecido para os documentos oficiais; em 1925, os cheques

passam a ser bilíngües no Québec; em 1927, selos bilíngües para o Canadá; em 1936, cédulas monetárias bilíngües; em 1937, a lei Duplessis (revogada no ano seguinte) concedia prioridade à versão francesa dos textos legislativos do Québec; em 1958, tradução simultânea na Câmara Legislativa do Canadá; em 1962, cheques bilíngües no Canadá; em 1968, a etiquetagem bilíngüe dos produtos alimentícios; em 1969, a lei que decreta o Canadá um país bilíngüe, ou seja, com duas línguas oficiais e, em 1977, enfim, a Carta da língua francesa no Québec (lei 101) que faz do Québec um Estado oficialmente unilíngüe francês e obriga os imigrantes a freqüentar a escola francesa, contrariamente ao que era de norma até então.

Os primeiros estabelecimentos franceses de Saint-Pierre-et-Miquelon, arquipélago do Atlântico norte, ao lado de Terra-Nova, datam de 1604. Cedido à Inglaterra ao mesmo tempo que Terra-Nova e a Acádia, em 1713 (tratado de Utrecht), o arquipélago foi restituído à França pelo tratado de Paris, de 1763, recebendo então uma nova leva de povoamento formado por canadenses franceses. Desde 1946, possui o estatuto de território francês de ultramar.

A Luisiânia foi colonizada, desde 1682, pelos franceses, que assim denominaram a região em homenagem a Luís XIV, monarca reinante na época. Dominada por um curto espaço de tempo pelos espanhóis, em 1763 a Luisiânia voltou a ser francesa pelo tratado de Santo Ildefonso e em 1803 foi cedida por Napoleão Bonaparte aos Estados Unidos, pela quantia de 15 milhões de dólares. Hoje constitui um dos Estados desse país.

O Haiti, uma das Grandes Antilhas, foi descoberto por Colombo em 1492, que a chamou de **Hispaniola**, tendo sido, então, colonizada pelos espanhóis. Pelo tratado de Ryswick, em 1697, a parte ocidental da ilha foi cedida à França. Os abusos da escravatura provocaram a revolta dos negros, em 1791, chefiados por Toussaint Louverture, que foi capturado e conduzido para a França. Pelo tratado de Bâle, de 1795, a Espanha outorga a parte oriental da ilha, o que facilitou a sua independência, em 1804, proclamada por Dessalines. Em 1844, a ilha foi definitivamente dividida em dois Estados: a República Dominicana a leste e a República do Haiti a oeste. Entre 1916 e 1939, o país foi ocupado

pelos Estados Unidos.

A Martinica, uma das Pequenas Antilhas, descoberta por Colombo, em 1502, foi colonizada pelos franceses a partir de 1635, assim como a Guadalupe e suas dependências (a Désirade, Les Saintes, Marie-Galante, Saint-Barthélemy e o norte de Saint Martin). A Guadalupe foi ocupada pelos ingleses diversas vezes e voltou a ser francesa em 1815. Ambas as Pequenas Antilhas são atualmente departamentos franceses de ultramar (D.O.M.) desde 1946.

A Guiana Francesa, outro departamento de ultramar desde 1946, recebeu os primeiros estabelecimentos franceses em 1604. Explorada em 1654 pela Companhia da França Equinocial, foi ocupada por algum tempo pelos holandeses em 1676, tomada pelos ingleses e portugueses em 1809 e restituída à França em 1817.

A LÍNGUA FRANCESA NAS AMÉRICAS

O francês usado nas Américas, assim como as demais línguas européias aí implantadas, é marcado pela variação regional e destaca-se, assim, da norma hexagonal, o francês "standard" ou internacional. Em uma época em que a região assume um papel preponderante como unidade política e em que o regionalismo interessa a vários campos do conhecimento, cabe afirmar-se que esse francês é marcado por uma variedade de variedades regionais: basta atentar-se para o fato de que os especialistas da língua do Québec introduziram, para referir-se às características do francês local, o termo de **quebecismo**[2], preferindo-o a **canadianismo**, por este semanticamente abarcar a massa de falantes do francês provenientes não somente do Québec mas também a dos francófonos, quantitativamente mais restritos, oriundos da Colômbia Britânica, Alberta, Saskatchewan, Manitoba e Ontário, assim como os remanescentes acadianos concentrados no Novo-Brunswick e na Nova-Escócia, mas também disseminados em outros núcleos das "Petites Cadies". Além desse reconhecimento da existência de variedades regionais, há de se levar em conta a tendência em não se considerar mais o regionalismo como estigmatizante. Em uma época não muito longínqua, exprimir-se corretamente em francês significava recorrer à língua do parisiense culto, da qual se devia excluir obrigatoriamente toda particularidade de linguagem es-

pecífica da América; hoje, o fato de o falante expressar-se com um sotaque martinicano ou canadense ou de valer-se de alguns termos ou locuções próprias ao Québec ou às Antilhas não constitui mais uma desvantagem e esse particularismo é, antes, assumido com orgulho pelos locutores, como forma de afirmar a sua identidade.

Diversificado, o francês americano se caracteriza, em especial, pelas situações de mesclagem que mantém com outras línguas. Esse contacto se faz de duas maneiras. O primeiro tipo é representado pelo Canadá, marcado por um bilingüismo estável. Na verdade, esse país constitui um verdadeiro mosaico lingüístico, pois, ao lado do inglês e do francês, as duas línguas oficiais, compõem ainda seu cenário pluri lingüe 53 línguas indígenas faladas por 154 mil indivíduos, além das numerosas línguas trazidas pelos imigrnates, entre as quais se destacam o islandês, o chinês e o russo. O francês, condenado a desaparecer entre 1931 e 1961, de acordo com os resultados de pesquisas[3], mantém hoje, entretanto, o seu código de forma estável, ao lado do inglês, em função dos novos limites da relação arbitrária entre código e domínios discursivos criados com a promulgação de leis de planejamento lingüístico no Québec[4]. Estas impuseram a ampliação dos domínios na utilização do francês, obrigando inclusive, segundo fizemos referência anteriormente, os imigrantes a promover sua educação formal em francês, com vistas a sua integração na comunidade francófona. O segundo tipo de contacto lingüístico é próprio das zonas crioulófonas (Guiana Francesa e Antilhas, com o Haiti, a Guadalupe, Marie Galante, La Désirade e a Martinica), em que a mesclagem das línguas se situa em nível de diglossia. Fala-se de diglossia quando a comunidade dispõe de uma variedade alta, a língua prestigiada (o francês), que se superpõe a uma variedade baixa, desprestigiada (o crioulo), com domínios rigidamente determinados para uma e outra. Um caso à parte nessa tipologia constitui a Luisiânia, onde coexistem as duas situações, sendo falados, ao lado do inglês, o crioulo e duas variedades de francês regional, o francês da Luisiânia, luisianês ou "colonial french" (em extinção) e o acadiano da Luisiânia, "cadien", "cadjin", "cajun" ou "acadian french", introduzido na região pelos acadianos expulsos do Canadá em 1755. Além dis-

so, fala-se ainda francês nas ilhas de Saint-Pierre-et-Miquelon (território francês de ultramar, situado nas proximidades de Terra-Nova) e também o crioulo de base francesa, que coexiste em situação diglóssica com o inglês, em diversas ilhas das Antilhas (São Tomás, La Dominique, Sainte-Lucie, Grenade, Grenadines e Trinidad).

O FRANCÊS NO CANADÁ

Segundo dados estatísticos oficiais do Canadá relativos a 1981[5], em uma população total de 24.343.180 habitantes, o país abriga 6.249.095 indivíduos cuja língua materna é o francês, ou seja, 25,67% da população global. A grande maioria destes, 5.307.015 (84,9%) vive na província do Québec, onde eles representam 82,4% da população. Duas outras províncias, o Novo-Brunswick e o Ontário têm também parte expressiva desta população. No Novo-Brunswick, os cidadãos nascidos na língua francesa somam 234.030 (33,6% da população da província) e no Ontário, 475.605 (5,51% dos habitantes da província). Quanto às demais províncias, onde representam 2,7% da população total, os números absolutos dos cidadãos de língua materna francesa são 2.655 em Terra-Nova, 6.085 na Ilha-do-Príncipe-Eduardo, 36.025 na Nova-Escócia, 52.555 no Manitoba, 25.540 no Saskatchewan, 62.145 no Alberta, 45.620 na Colômbia Britânica, 1.235 nos Territórios do Noroeste e 580 no Yukon.

Dois princípios norteiam o desenvolvimento lingüístico desses falantes do francês: o desejo de afirmar-se como membros da coletividade francófona e a necessidade de sobreviver, com 6 milhões de falantes, num contexto norte-americano formado por 250 milhões de anglófonos que dominam as áreas de atividade econômica, cultural, tecnológica e científica. Apesar da lei 101 – à qual já nos referimos –, que instituiu a Carta da língua francesa e fez do Québec uma região exclusivamente de língua francesa, na verdade o inglês ainda permanece para os francófonos uma segunda língua, necessária para a sua participação em vários setores da vida quotidiana.

O francês do Canadá tem origem nos falares ancestrais trazidos inicialmente para a região do vale do Saint-Laurent e da Acádia nos séculos XVI e XVII pelos colonos franceses. A procedência desses colonos é eminentemente o noroeste da França. Podemos comprovar essa

afirmação, consultando o mapa referente à origem, por zonas dialetais, dos franceses instalados no Canadá entre 1608 e 1700, que apresentamos à página seguinte. Verificamos que essa origem mostra índices reveladores com referência ao noroeste bem como à zona central contígua de Ile-de-France, Beauce e Berry: Poitou, Aunis, Saintonge e Angoumois (30%), Normandia (20%), Beauce, Orléanais e Ile-de-France (16%), Maine e Perche (8%), Anjou, Touraine e Berry (6%) e Bretanha (3,6%). Os demias índices, referentes ao restante da França, não são significativos para a colonização do Canadá, pelo que se pode depreender do quadro.

A procedência geográfica dos colonos franceses tem sido evocada muitas vezes pelos especialistas para explicar particularismos do francês importado para o Canadá. A título ilustrativo, lembramos que, nas **Atas**[6] do Colóquio "Français du Canadá – français de France", realizado em Trier, na Alemanha, em 1985, quatro comunicações abordaram o tema: Marie-Rose Simoni-Aurembou, com base em atlas lingüísticos, coteja as denominações de três plantas no oeste francês com as do leste canadense; Brigitte Horiot compara o Atlas lingüístico do Oeste (França) e o Atlas lingüístico do Leste do Canadá, a fim de verificar a contribuição dos dialetos ocidentais da França na formação do vocabulário do Québec; Pierrette Dubuisson e Guylaine Trigaud procuram determinar a repartição geográfica, na França e no Canadá, de algumas formas relativas ao léxico da vida humana, a partir de formas comuns atestadas no Atlas lingüístico do Leste do Canadá e no Atlas lingüístico do Centro (da França) e finalmente, Gaston Dulong coloca a geografia lingüística a serviço do regionalismo, ao estudar os canadianismos correlacionando-os com a colonização.

Em uma visão sincrônica da questão, constata-se que o francês do Canadá se apresenta diferenciado. Nessa diversidade, os regionalismos detectados se inserem em duas normas principais, os quebecismos e os acadianismos. Essas especificações não são sempre levadas em conta, haja vista a menção de **canadianismo** encontrada nos dicionários elaborados na França (**Lexis, Petit Robert**) para identificar os particularismos regionais, mesmo em se tratando de quebecismos.

O léxico do francês canadense é, pois, em sua maioria, de origem

ORIGEM DOS COLONOS FRANCESES (SÉCULO XVII)

O mapa indica a porcentagem e a origem por zonas dialetais dos franceses que chegaram ao Canadá de 1608 a 1700.

Fonte: S.A.Lortie. **De l'origine des Canadiens français.**

galo-românica. Diversificado e fortemente marcado pelos dialetos do noroeste da França, esse francês periférico – quinhentista e seiscentista – guardou inúmeros arcaísmos, pelo fato de terem sido cortadas as relações entre o Canadá e o centro francês durante quase dois séculos. Dentre esses arcaísmos, lembramos aqui: **affable, amanchure, barguinage, bavasser, bebelle, bavette, bouette, champlure, char** (=carro, automóvel), **chaud** (=embriagado), **déjeuner** (=café da manhã), **dîner** (= almoço), **souper** (=jantar), **s'éjarrer, enfarger, fafiner, garrocher, jambette, maganer, malcommode, partance, pichebitte, pichenotte, picotte, poigner, raboudiner, ramancher, se revenger, suce, tanner, tapocher, zigonner.** Vale ressaltar que alguns termos denotativos dos pesos e medidas, que saíram de uso no francês europeu ou que neste são usados apenas por falantes da zona rural, nos meios populares ou com seu valor histórico, continuam com validade na vida quotidiana do Canadá: **acre, arpent, boisseau, chopine, demiard, ligne, livre, once, pied, pinte, pouce, verge.**

Ao acervo lexical galo-românico do francês do Canadá vêm-se juntar elementos do substrato indígena, formado pelos amerindianismos, mais precisamente pelos inuitismos, e do adstrato anglo-americano, os anglicismos. Dentre os primeiros, destacamos: **achigan, atoca, babiche, calumet, manitou, maskinongé, mocassin, ouaouaron, ouananiche, papouse, tomahawk, totem, Abitibi, Chicoutimi, Gaspé, Magog, Québec.** Além do papel importante e original dessa influência das línguas indígenas no francês da região, notadamente no que concerne à toponímia e ao vocabulário da fauna e da flora, convém notar que muitos desses termos penetraram no francês geral e em outras línguas.

Os anglicismos são de vários tipos. Anglicismos de sentido, do tipo **record,** significando "dossiê" e não "façanha esportiva", como no francês "standard", ou **graduation,** como "entrega de diplomas, formatura", sentido inexistente na Frnaça, onde a palavra significa apenas "progressão, divisões em instrumento de medida". Os anglicismos de estrutura compreendem decalques do inglês, como por exemplo **annonces classées** (ingl. **classified ads**), **assiette froide** (ingl. **cold plate**), **tapis mur à mur** (ingl. **wall to wall carpet**) ou **crème glacée molle** (ingl. **soft**

ice cream), aos quais correspondem, no francês "standard", **petites annonces, assiette anglaise, moquette** ou **glace à l'italienne**. Um terceiro tipo é constituído pelas formas inglesas nativizadas no francês periférico, como: **bécosse** (ingl. **back-house**), **pennetré** (ingl. **pantry**), **smatte** (ingl. **smart**), **soumpe** (ingl. **swamp**) ou **tinque** (ingl. **tank**), às quais equivalem **cabinets, garde-manger, gentil/aimable, marécage** ou **réservoir**, na norma central. Temos também os numerosos empréstimos tomados diretamente ao inglês: **switch** (tomada), **cap** (calota de pneu), **fan** (ventilador), **bumper** (pára-choque), **spotlight** (projetor), etc.

Além dos termos oriundos da influência substratística e dos adstratos, o léxico da língua francesa do Canadá se enriqueceu com criações próprias, os canadianismos, québecismos e acadianismos que se impuseram muitas vezes na expressão das **realia** do país relacionadas sobretudo com a alimentação, o vestuário, os modos de vida rural e urbana, costumes e fenômenos climáticos. Um dos processos de formação desses regionalismos é a derivação e a composição, em que a língua do Canadá buscou no seu próprio sistema os recursos geradores de seus neologismos locais: **épluchette** (de **éplucher**), para designar a ação de descascar o milho; **débarbouillette** (de **débarbouiller**), luva para higiene pessoal; **avionnerie** (de **avion**), fábrica de aviões; **brunante** (de **brune**), o anoitecer; **érablière** (de **érable**), plantação de bordos. O exemplo de **habitant** é específico de mudança da significação vocabular. Em 1645 havia sido criada em Québec a "Companhia dos Moradores" (des **Habitants**), com objetivos educacionais, uma iniciativa da liderança política e econômica dos colonos que haviam escolhido fixar-se definitivamente na Nouvelle-France. Daí o termo **habitant** para designar esses colonos que moravam na região, em oposição aos franceses que se encontravam de passagem ou temporariamente. Mais tarde, vão se chamar "canadenses", pois o vale do Saint-Laurent é designado como Canadá, dentro da Nouvelle-France. Depois da conquista inglesa, o termo **habitant** passará a significar "agricultor, camponês, matuto", geralmente usado com sentido pejorativo. Outros canadianismos, comumente citados nas obras de divulgação[7]: **abattis** (terreno ainda não completamente desmatado), **banc de neige** (amontoado de neve formado pela ação do vento), **cabane à sucre** (local onde se fabrica açúcar e xarope de bordo), **coureur des bois**

(caçador, armador de alçapões), **ceinture fléchée** (cinto de lã, comprido e largo, de cor vermelha e com estamparia de flechas, usado atualmente apenas em festas típicas), **poudrerie** (neve seca e fina que o vento levanta em redemoinho), **rang** (povoamento constituído por alinhamentos de benfeitorias agrícolas perpendicularmente a uma estrada que os liga e à margem da qual ficam as residências), **raquetteur** (pessoa que utiliza raquetes para deslocar-se na neve), **traversier** (navio usado para atravessar veículos e passageiros). No campo do vestuário, citamos ainda: **tuque** (boné de lã, de forma cônica, com pompom), **pardessus** (galocha) e **mitaine** (luva grossa que separa o polegar dos outros dedos; = fr. **moufle**) e, no da alimentação, **tire** (xarope de bordo e doce feito com este xarope), **grand-père** (espécie de almôndega feita com farinha de trigo), **tourtière** (tipo de empadão de toucinho) e **cretons** (patê de carne de porco gorda).

É compreensível que tenha sido um belga, o padre Pierre-Philippe Potier, quem tenha pela primeira vez se interessado em coletar os elementos específicos da língua falada na Nouvelle-France. Foi sua curiosidade para com as divergências do francês europeu que o levou a realizar, entre 1743 e 1758, verdadeiras listagens dialectológicas desses particularismos americanos. Suas **Façons de parler**[8] assim como a **Néologie canadienne**[9] de Jacques Viger, de 1810, fazem dos dois autores os pioneiros nesse campo, que recebeu intenso desenvolvimento a partir de então pelos especialistas, como veremos a seguir.

Os glossários de Oscar Dunn[10], de Sylva Clapin[11] e de N.-E. Dionne[12], datados de 1880, 1894 e 1909, respectivamente, estão na gênese da moderna lexicografia do Québec. O glossário de Dunn, com 1.750 entradas, caracteriza-se pela importância concedida aos anglicismos, que ele condena severamente, embora reconheça que "se atribua origem inglesa para muitas palavras e locuções que nos chegaram diretamente da Bretanha e da Normandia, ou que pertencem à linguagem arcaica"[13]. O dicionário de Clapin comporta 4.000 regionalismos e o de Dionne, 15.000, sendo recolhidos amerindianismos, anglicismos e canadianismos, o aumento progressivo da nomenclatura lexicográfica sendo eloqüente do interesse crescente pelo problema.

O **Glossaire du parler français du Canada**[14], publicado em

1930, usou os resultados de questionários aplicados no Québec por equipe de mais de duzentos inquiridores. Os dados lexicais são listados e comentados, em uma atitude descritiva que se exime de qualquer preocupação normativa. Apesar das falhas, o material apresentado continua válido hoje e sua publicação marca uma etapa decisiva na história do francês do Canadá.

Dentre as inúmeras obras da lexicografia atual do Canadá, destacamos o **Dictionnaire général de la langue française** [15], de L.-A. Bélisle, publicado em 1957, os **Canadianismes de bon aloi** [16], do Office de la Langue Française, de 1969 e o **Dictionnaire de la langue québécoise** [17], de Léandre Bergeron, de 1980. O primeiro caracteriza-se por sua preocupação com a exaustividade e pela orientação normativa, já que as entradas são classificadas em grupos, de acordo com uma norma de aceitação, na qual os barbarismos se situam como termos a serem banidos. A segunda obra constitui um marco na lexicografia do Québec, não tanto pelo seu valor, mas em razão da importância que lhe foi atribuída, sobretudo pelos dicionaristas franceses. Certamente o prestígio do órgão governamental que patrocinou a publicação influiu nessa acceptabilidade. A expressão **de bon aloi** (=de bom gosto) que figura no título teve sucesso e foi retomada muitas vezes por aqueles que se referiam aos regionalismos do Canadá, mas introduz um componente subjetivo e arbitrário, com laivos de purismos lingüístico, na escolha desses 62 termos. Estes estão repartidos em oito categorias principais, a saber: medidas, fauna, flora, peixes, alimentação, política, inverno e vestuário. Já o dicionário de Léandre Bergeron, com um **corpus** de 20.000 palavras, rejeita qualquer normativismo e adota inteira liberdade na seleção, inclusive acatando exageros grafo-fonéticos, do tipo **hien** por **chien** ou **greuyau** por **gruau.**

Ao incursionar pelo campo da dialectologia e da lexicografia franco-canadense, nossa intenção é mostrar o interesse por esses estudos no Québec, ao qual se associa, em especial, a pesquisa universitária. Com efeito, a Universidade Laval, em Québec, prepara o **Trésor de la langue française au Québec** e desenvolve estudos na área da sociolingüística; a Universidade de Sherbrooke possui um "Centro de pesquisas sociolingüísticas regional" e a Universidade do Québec, em Montréal,

recolheu vários **corpora** lingüísticos, com o auxílio de computadores e edita os **Cahiers de linguistique** e a **Revue québécoise de linguistique.** Outros interesses captam também a atenção dos pesquisadores como, na Universidade de Montréal, os estudos realizados no campo da fonologia quebequense [18].

Na verdade, o que mais surpreende, ao chegar ao Canadá o falante de francês acostumado com a norma européia, quer seja ele falante nativo ou a pratique como segunda língua, é a pronúncia do francês canadense. A articulação, a entoação e o ritmo são bastante diferentes e de início a impressão que se tem é que se trata de um outro idioma. Palavras como **banc, gant** e **vent** são pronunciadas como um parisiense articula **bain, gain** e **vin.** Os quebequenses, em realidade, distinguem **banc** de **bain, gant** de **gain** e **vent** de **vin**, mas com base em oposições diferentes. A nasal /õe/, escrita **un** ou **um**, que está em processo de desaparecimento do sistema fonológico francês, mantém-se, em contrapartida, no Canadá. O francês do Québec conserva também resquícios das antigas vogais longas do francês, notadamente os **ê** e **â**, pratica ditongações, ligeira abertura das vogais fechadas /i/, /u/ e /y/ e anteriorização das vogais posteriores. Com relação às consoantes, uma característica marcante da língua do Québec consiste na assibilação das oclusivas dentais /t/ e /d/, pronunciadas como africadas /ts/ e /dz/ diante de /i/ e de /u/: **parti** [partsi], **tu** [tsy], **dis** [dzi], **du** [dzy]. Esta particularidade registra-se no Québec, em menor proporção no Ontario, mas não atinge o acadiano [19].

Antes de passar em revista as especificações do francês acadiano, parece-nos necessário comentar ainda o fato de que as características regionais do francês do Québec se marcam sobretudo em seu uso popular e que elas se atenuam quando se passa do registro informal para o formal, chegando a desaparecer na sua utilização pela mídia, assim como na produção literária e científica. Por outro lado, os francófonos do Canadá são falantes cuja competência sociolingüística se caracteriza por uma amplitude notável de registros, maior, ao que parece, que a dos demais francófonos, o que lhes permite grande flexibilidade para passar do uso familiar ou informal da língua para o uso formal ou público. A. Clas, em **Les travaux de l'Observatoire du français**

contemporain de Montréal, de 1981, levando em conta essa amplitude, traça os seguintes estágios para o francês do Canadá: 1. francês canadense centralizante (muito próximo do francês central); 2. francês canadense cuidado ("soigné"); 3. francês canadense corrente; 4. francês canadense familiar e 5. francês canadense popular (o mais periférico e, portnato, o mais distante do francês central)[20]. Nossa observação final é sobre esta última variedade, sociolingüisticamente desprestigiada e inferior, conhecida como **joual**, termo que reproduz a maneira popular de se pronunciar a palavra **cheval**. Foi ela o estopim de uma disputa que se desencadeou no Québec, na década de sessenta, conhecida como a "querela do **joual**", entre partidários deste uso popular da língua e os defensores do francês "standard" ou internacional, como norma para o francês do Canadá. Mesmo se fixada esta convencionalmente como a variedade que a maioria dos francófonos do Québec tende a utilizar em situações formais de comunicação, essa busca em valorizar a variedade lingüística popular do **joual** continua marcando, de forma consciente e inconsciente, grande parte desses falantes.

O FRANCÊS ACADIANO

A frase da escritora canadense Antonine Maillet – "Ser acadiano é ser descendente de alguém, não é ocupar um território" – expressa bem a inexistência de uma Acádia e a condição desse povo, desde 1755 disperso, com sua língua, através do Novo-Brunswick, da Nova-Escócia e, em menor escala, da Gaspésie, das Iles-de-la Madeleine, Bellechasse, região de Montréal (sobretudo l'Assomption), na margem sul do Saint-Laurent (Nicolet, Bérancour, Yamachiche, etc.) e pela Luisiânia.

Em decorrência dessa história movimentada e do isolamento em que viveram, os acadianos mantiveram arcaísmos em sua língua regional. No plano da fonologia, se o acadiano diverge do francês do Québec por não haver adotado a assibilação das dentais, segundo vimos, por outro lado, caracteriza-se pela palatalização destas e também das oclusivas velares, em vocábulos como **guerre** ou **curé**, que são pronunciadas com /dj/ ou /tch/ iniciais, respectivamente. Em função desta particularidade, a própria palavra **Acadien** que designa o povo e sua língua soa como **Acadjin**,

que na Luisiânia simplificou-se em **Cadjin** ou **Cajun**. Também especificidade do acadiano, a pronúncia com **u** para a vogal de palavras como **pomme**, cuja origem está na variação **u/o** do francês médio, patente na disputa travada na França, no século XVII, na "querela dos **ouistes**", com partidários e opositores do som **u** para os vocábulos, os "uístas" e os "não-uístas" (**forbu** e **corbeau** para estes e **fourbu** e **courbeau** para aqueles). A diacronia conferiu, aliás, para cada vocábulo de per si do francês "standard" uma solução particular, tendo prevalecido, nos exemplos citados, o **o** para **corbeau** e o **u** para **fourbu**[21].

Fortemente influenciado pela língua dos colonos oriundos do oeste da França, o léxico acadiano, para Geneviève Massignon[22], apresenta divergências nítidas com relação ao francês do Québec. Para expressar a noção de "neve seca e fina que o vento levanta em turbilhão", que na França equivaleria a **blizzard**, no Québec usa-se o termo **poudrerie**, enquanto que o acadiano oferece uma série de possibilidades: **foudrillement, foutreau, poudrage, poudrin, poudrement** e **poudrerie.** Também ilustrativos dessa diversidade, os acadianismos **berlicoco** (pinha das coníferas), **richepeaume** (ave palmípede), **bonhomme couèche** (marmota), **remeuil** (teta das vacas), aos quais se opõem, respectivamente, os quebecismos **cocotte, huard au cou rouge, siffleux** e **pair.**

SAINT-PIERRE-ET-MIQUELON

Descendentes de acadianos, bascos, normandos, bretões e de habitantes da Terra-Nova, a população das ilhas de Saint-Pierre-et-Miquelon guarda na língua que fala reminiscências dessa ascendência.

Para o conhecimento desse falar insular, remetemos aos trabalhos de Jean-Paul Chauveau[23], para quem as afinidades lexicais comprovam ligação tanto com o Canadá, em especial com a Acádia, quanto com as províncias francesas do noroeste, sobretudo a Bretanha e a Normandia. Baseando-se, em seu estudo de 1987, em levantamentos próprios e também em resultados das pesquisas de Félix Park e de Patrice Brasseur, o autor conclui que as unidades lexicais encontradas no arquipélago mas desconhecidas no Canadá teriam sido importadas pelos colonos bretões e normandos que aí se instalaram no decorrer do século XIX e teriam se sobreposto ao acervo lexical básico de origem acadiana. Dig

no de registro é o recente dicionário de Chauveau, em parceria com Patrice Brasseur, com 1500 entradas, cujos verbetes incluem uma breve notícia histórica, em que se tenta determinar a via de ingresso de cada unidade no falar local.

O FRANCÊS NOS ESTADOS UNIDOS: A LUISIÂNIA

A história multifacetada do povoamento da Luisiânia explica o seu quadro lingüístico, formado, além do inglês, por três variedades de línguas. Primeiramente chegaram os franceses que criaram a colônia no último quartel do século XVII; depois, foram os acadianos que aí se instalaram, em 1755, a que se seguiram novas levas de francófonos, refugiados franceses da Revolução de 1789 e enfim a chegada de escravos negros das Antilhas.

Tendo o inglês se tornado a língua oficial da região em 1869, o espaço ocupado pela francofonia na Luisiânia, em competição com o inglês, entra em declínio. Em 1968, a situação parece se reverter, quando o francês adquire o **status** de língua oficial e se cria o Conselho para o desenvolvimento do francês na Luisiânia (CODOFIL). Entretanto, o que se verificou é que o francês continua a regredir e hoje é apenas falado por cerca de 300.000 francófonos, em geral caracterizados como indivíduos da geração mais velha [24].

As três variedades de línguas praticadas na Luisiânia, além do inglês, são as seguintes:

1 - O francês da Luisiânia, luisianês, francês colonial, ainda conhecido como antigo francês crioulo [25], usado sobretudo nas cidades, em especial em Nova-Orleans e também em plantações ao longo do rio Missisipi. Na língua oral, conservou as vogais longas do francês, sendo registrado, também, sob a forma escrita. Variedade em extinção, já que seus falantes deixaram de servir-se dela na vida quotidiana e no ambiente familiar e comunitário, embora seja ainda praticada em certas escolas e em clubes [26].

2 - O acadiano da Luisiânia, "cadien", "cadjin", "cajun". Trata-se da variedade mais relevante, já que, no final da década de setenta, chegava a ser utilizada por quase meio milhão de falantes [27], número que tem se reduzido significativamente. Falado pelos "cajouans" ou

acadianos, descendentes dos colonos franceses da Nova-Escócia, que conservam uma variante informal oral, bastante próxima do acadiano canadense; mantém-se em uso, embora não conte com nenhum apoio institucional, nem por parte das Igrejas nem da escola.

3 - O crioulo da Luisiânia, "negro french", "black creole", também chamado de "gombo", "gumbo", "gombo french" ou "courimavini". Não se trata do francês mas de uma língua crioula de base francesa, próxima do crioulo antilhano, falada no sudoeste do Estado da Luisiânia, por uma população de 80.000 negros [28].

Não podemos deixar de fazer alusão, ainda, a um segundo centro de concentração do francês nos Estados Unidos. De acordo com Fishman [29], é mesmo mais importante do que o representado pela Luisiânia: trata-se do território ocupado pela língua francesa na Nova Inglaterra, em regiões vizinhas às províncias francófonas do Canadá, ligando-se, portanto, do ponto de vista lingüístico, ao núcleo formado por este país.

O FRANCÊS NAS ANTILHAS E NA GUIANA: A DIGLOSSIA VIVIDA

O Haiti, a Guadalupe e suas dependências (Marie Galante, La Désirade, Les Saintes, Saint-Barthélemy), a Martinica e a Guiana Francesa compõem um espaço lingüístico em que o francês se encontra em situação de diglossia com relação ao crioulo. Esse crioulo de base francesa, por outro lado, coexiste ainda, em mesclagem diglóssica, com o inglês, em diversas outras ilhas das Antilhas, a saber, São Tomás, La Dominique, Sainte-Lucie, Grenade, Grenadines e Trinidad: ou porque se trata de ex-colônias francesas que se tornaram possessões inglesas e conservaram as suas antigas línguas crioulas ou porque, como no caso de Trinidad, em que a ilha nunca foi francesa, seu povoamento está todavia relacionado com a imigração de colonos franceses e de escravos vindos da Martinica e do Haiti, no fim do século XVIII. Isto significa, nos dois casos de diglossia aqui referidos, que essas comunidades, em suas comunicações internas, utilizam duas línguas, estabelecendo para cada uma delas um campo de uso próprio. O termo **diglossia**, criado pelo lingüista Charles Ferguson em um artigo clássico de 1959 [30], pressupõe uma variedade alta, utilizada no registro escrito e falado formal da

comunidade – o francês ou o inglês. Essa variedade caracteriza-se ainda como o principal veículo literário e por ser adquirida na escola e a ela se superpõe uma variedade baixa usada em situações de fala informal – o crioulo. O crioulo de base francesa, mais especificamente o que nos interessa aqui [31].

O francês falado nas Antilhas e na Guiana tem suas características próprias, no nível articulatório e da prosódia. Sobressai-se a articulação do **r** em palavras como **roue, terre, porte**, etc., que, ao ouvinte habituado com o francês europeu, dá a impressão de que essa vibrante não é pronunciada. Na verdade, **roue** se distingue de **houe**, assim como **terre** e **porte** se distinguem de **taie** e de **pote**. Apenas a vibrante é articulada de modo bastante fraco, na parte posterior da boca, de forma que mal se percebe a vibração. A este propósito, gostaríamos de ressaltar uma observação referente à língua dos negros brasileiros, feita por um viajante francês que esteve na Bahia entre 1817 e 1819. Trata-se de Ferdinand Denis, que observou e consignou a tendência em omitir o **r** verificada no desempenho linguístico destes falantes em português [32]. Embora os espaços sejam divergentes – as Caraíbas e o Brasil – julgamos pertinente relacionar esse fenômeno do francês e do português pela coincidência histórica advinda da influência africana em ambos os casos.

No que concerne aos particularismos que ocorrem no nível lexical, manifestam-se muitas vezes nos termos que designam realidades próprias da região. Assim, na sociedade das Antilhas, em que as pessoas são classificadas de acordo com a variedade cromática da pele, são designados como **métros** os franceses que vivem na França, também chamados de **z'oreilles**. Já os brancos das Antilhas são os **békés**, enquanto que os antilhanos de cor nomeiam-se **câpres** (fem. **câpresse**), quando se trata de mestiço filho de negro e de mulata; **peau-sauvée**, quando a mãe, "de barriga limpa", procria um filho mais claro que o menos escuro do casal; **échappé-coolie**, o fruto da união entre um negro e um hindu; **tout-coolie**, quando o mestiço é de pele muito escura e os **noirs-congo**, quando têm a cor de seus ancestrais africanos. Os **chabins** (fem. **chabine**) e os da categoria **dorée** aproximam-se de nossos "sararás", os primeiros são brancos com traços negróides, cabelos crespos, às vezes claros, essa

característica sendo fundamental na designação dos segundos. De qualquer forma, todos eles, inclusive os **békés**, são **négs** (=**nègres**, ou seja, homens), nas Antilhas.

Ainda no plano lexical, lembramos as palavras e expressões seguintes: **tralée de bêtes à feu** (=**traînée de lucioles**), **linges** (fr. **vêtements extérieurs**), **fou-fou** (fr. **colibri**), **dame-gabrielle** (=fr. **prostituée**), **vorace** (=fr. **gourmand**), **zouc** (=fr. **fête**), **zouquer** (=fr. **danser**), **tébé** (=fr. **fou**), **cob** (=fr. **argent**), **makoumé** (=fr. **homosexuel**), **la farine a pris fin** (=fr. **il n'y a plus de farine**).

Língua oficial da Guiana, Martinica e da Guadalupe com suas dependências, o francês é compreendido pela grande maioria da população destes departamentos franceses de ultramar. O mesmo não ocorre com a república do Haiti, onde o francês, também língua oficial, só é conhecido por 10% da população, que tem o crioulo como verdadeira língua nacional. Embora a massa dessa população seja unilíngüe, somente com a última constituição do país, nos anos sessenta, ou seja, mais de um século e meio depois da independência, foi assegurado ao cidadão haitiano que não sabe falar francês o direito de expressar-se em crioulo nos tribunais e nas instâncias de representação política. No que diz respeito aos documentos oficiais, continuam estes a ser redigidos em francês. A partir de 1944, diversas campanhas de alfabetização em crioulo, para a população que não sabe francês, têm sido promovidas. A inexistência de uma normatização ortográfica para esta língua tem, contudo, prejudicado os objetivos, sem que implicações ideológicas deixem de se relacionar com a questão: enquanto que partidários de uma ortografia etimológica propõem um afrancesamento da escrita crioula, aos defensores da ortografia fonética atribuem-se intenções de americanização. De qualquer forma, o que se percebe hoje é que a língua crioula no Haiti teve o seu uso estendido e prestigiado, com a criação de numerosos programas de rádio e periódicos em língua crioula bem como a elaboração de obras literárias e a encenação de peças teatrais nessa língua [33].

Aimé Césaire, político francês, deputado pela Martinica, seu país natal, onde é prefeito de Fort-de-France, escritor e poeta, deu-nos o seu ponto de vista sobre a língua crioula nos seguintes termos:

> Não se trata de uma variante nem de um dialeto. Fui um dos primeiros nas Antilhas francesas a qualificá-la de língua. Uma língua ao mesmo tempo neofrancesa e neo-africana. Neofrancesa se levarmos em conta o essencial do vocabulário; neo-africana também, e principalmente, se considerarmos ao mesmo tempo a fonética, a conjugação e a sintaxe. Eventualmente a pele pode ser branca, mas com certeza a alma é negra. Isto é, se quisermos assumir toda a realidade, o martinicano tem vocação para o bilingüismo. E é este precisamente o procedimento: estudar desde a diglossia vivida até o bilingüismo consentido.[34]

Esse depoimento conduz-nos a considerar a tese sustentada na virada deste século pelo pioneiro da crioulística, Hugo Schuchardt[35], segundo a qual os crioulos são línguas mistas ou híbridas, de estrutura gramatical africana e de vocabulário europeu. Nessa linha de conduta, Suzanne Sylvain-Comhaire pronuncia-se, referindo-se ao crioulo do Haiti: "Estamos em presença de um francês vazado no moide da sintaxe africana, (...), de uma língua jeje com vocabulário francês"[36].Com efeito, se tomarmos o léxico do crioulo haitiano, ao lado de uma ampla base vocabular oriunda do francês, verificamos a presença diminuta de vocábulos com origem africana, do tipo **zombi** ou **wanga**, termos do vodu, procedentes do Congo (**nsumbi**, significando "diabo") e da língua jeje (**wanka**, "feiticeiro"). Entre os defensores dessa posição híbrida, distingue-se, na área da crioulística francesa, Douglas Rae Taylor, autor de uma análise aprofundada do crioulo da Dominique[37] e participe da controvérsia travada, na revista **Word**, com Robert A. Hall Jr., para quem os crioulos representam uma nova manifestação dos ramos lingüísticos românico, anglo-germânico, etc. Esse segundo ponto de vista, apoiado por lingüistas como Uriel Weinreich, adota, assim, uma posição evolucionista, em que se põe em relevo, notadamente, a analogia entre a crioulização e a gênese das línguas românicas.

Outro tema em destaque vem ser, assim, a gênese dos crioulos. Várias teorias têm se constituído para explicar essa problemática que tem despertado grande interesse em razão da formação relativamente recente dessas línguas, nascidas em torno dos séculos XVI e XVII. As teorias se filiam a dois tipos principais, propostas poligenéticas e monogenéticas. As primeiras atribuem a origem dos crioulos a atos de criação independente para cada falar, como a teoria da geração espontânea

de Hall[38], enquanto as teorias monogenéticas prevêem um ancestral comum para todos os crioulos de base européia, como na hipótese sustentada por Taylor[39], entre outros, e contestada por Chaudenson[40]. Esse ancestral genético, para a maioria dos especialistas, seria um **pidgin** afro-português surgido no século XV na costa ocidental africana, da necessidade de comunicação entre comerciantes. Com a decadência do domínio português, a partir do século XVI, as variedades crioulas se diferenciam, então, por relexificação, com a substituição dos vocábulos portugueses por termos franceses, ingleses e das demais línguas de contacto. Já outra proposta monogenética, a de Goodman[41], com base na comparação de crioulos de base francesa, prevê a sua formação a partir de um **pidgin** francês em uso na costa ocidental da África[42].

A primeira descrição de um crioulo francês foi realizado por J.J. Thomas, em 1869[43]. Referente ao crioulo da Trinidad, trata-se de uma gramática que antecede uma série de estudos, dentro desse campo, que têm acompanhado o desenvolvimento das teorias lingüísticas. Diante da impossibilidade de tratar aqui de toda essa literatura especializada, destacamos as pesquisas realizadas por Ioana Vintila-Radulescu[44], Robert Chaudenson[45], Albert Valdman[46] e Alain Bentolila[47] e remetemos ao artigo de Annegret Bollée[48] "Problèmes et perspectives de la description des créoles", publicado no número especial "Les créoles français" de **Langue Française**, para uma síntese dessa produção até 1978.

Fernando Tarallo e Tânia Alkmin lembram, em seu livro **Falares crioulos**[49], que as pesquisas mais recentes têm privilegiado o campo da variação e mudança, dos universais e da aquisição da linguagem e ressaltam os nomes de Gillian Sankoff e de Derek Bickerton como figuras centrais desses estudos. Estes avanços vêm sendo incorporados aos estudos dos crioulos franceses, como a noção de contínuo lingüístico que se mostra de grande valia na percepção dos processos de crioulização e de descrioulização neles detectados. Trata-se de conceber o conjunto dos crioulos em contacto com o francês em uma região dada como variedades que se situam em um contínuo de maior ou menor assimilação com o francês. Este contínuo segmenta-se em basileto, que representa a variedade do criou

lo mais distante do francês, acroleto, compreendendo o crioulo em fase avançada de descrioulização, ou seja, de assimilação à língua de contacto e mesoleto, intermediária entre basileto e acroleto [50].

Quanto aos temas mais gerais concernentes aos universais e à aquisição da linguagem, lembramos que Bickerton propôs, em 1974 [51], a partir de análise dos sistemas verbais crioulos, um sistema inato de tempo e aspecto baseado nas capacidades cognitivas humanas e formulou, em 1981 [52], a hipótese da existência de um bioprograma, geneticamente transmissível e específico da linguagem humana. Este bioprograma, que comanda o processo de aquisição de qualquer língua materna, fornece às crianças o embasamento para desenvolverem os **pidgins** em crioulos, ficando assim patente que os crioulos não representam fenômenos dissociados das línguas naturais.

CONCLUSÃO

Ao percorrer essas trilhas marcadas pela presença francesa nas Américas, nossa intenção foi buscar o espaço da Francofonia, na configuração lingüística que se desenhou na confluência do Velho com o Novo Mundo, a partir de 1492. Encontramo-la inserida, com bastante vitalidade, em um território feito de lusitanidade, hispanidade, anglofonia e amerindianismo, impregnados de africanidade e de outras influências. Essa Francofonia aparece, assim, como um componente primordial da identidade americana e como tal deve ser reivindicada e afirmada.

RÉSUMÉ

Nous brossons un tableau de l'aventure de la langue française en Amérique, dans les traces de la colonisation du Nouveau Monde. Nous mettons en évidence les centres de peuplement qui se sont formés dans la vallée du Saint-Laurent, dans l'archipel de Saint-Pierre-et-Miquelon, dans la vallée du Mississipi, aux Antilles et en Guyane, sans oublier de signaler les projets manqués de la France Antarctique et de la France Equinoxiale. En étudiant les particularités régionales du français américain, nous le caractérisons en fonction des situations de contact qu'il entretient avec d'autres langues. Ces situations sont de deux types, l'un marqué par le bilinguisme stable, comme c'est le cas au Canada et l'autre défini par la diglossie, propre aux zones créolophones (Guyane, Haïti, Martinique et Guadeloupe avec ses dépendances).

NOTAS

1 Excluímos de nossa enumeração o crioulo de base espanhola, por ser contestada a sua existência.

2 Cf. Jean-Yves Dugas. La norme lexicale et le classement des canadianismes. In: BEDARD, Edith; MAURAIS, Jacques. **La norme linguistique.** Québec: Conseil de la langue française; Paris: Robert,1983. p.625-50.

3 Dados de S. Lieberson. **Language and ethnic relations in Canada.** New York: Wiley, 1970, apresentados por TARALLO, Fernando; ALKMIN, Tânia. **Falares crioulos;** línguas em contacto. São Paulo: Ática, 1987. Segundo esses dados, mesmo em Montréal, o maior centro urbano do Canadá, a percentagem de bilíngües era mais alta entre os falantes de origem francesa e os da categoria "outros" que entre os origem inglesa; para os dois primeiros grupos, não saber inglês implicava em sérios entraves à ascensão social na comunidade, já que os domínios discursivos salientavam a adequação do inglês, como língua do comércio, indústria, administração superior e de outros setores.

4 Segundo W. Downes. **Language and society.** London: Fontana, 1984, a legislação da década de 70 no Québec instalou uma nova perspectiva na situação lingüística do Canadá, com a manutenção de ambos os códigos, o inglês e o francês permanecendo como as duas línguas oficiais do país, e com o estabelecimento de um intenso bilingüismo.

5 Fonte: Censo do Canadá de 1981.

6 FRANÇAIS du Canada - français de France. **Actes** du Colloque de Trèves des 26-28 sept. 1985. Série Canadiana Romanica, v.1, Tübingen, Max Niemeyer Verlag, 1987.

7 Cf. Gilles Bibeau. Le français québécois . In: DECOUVRIR le Québec; Guide culturel. Sainte-Foy, les Publications Québec français, 1988. p.22-6, e Albert Doppagne. **Les régionalismes du français.** Paris-Gembloux: Editions Duculot, 1978.

8 Pierre Philippe Potier. Façons de parler proverbiales, triviales, figurées, etc., des Canadiens au XVIII[e] siècle (1743-1748). **Bulletin du parler français au Canada,** Québec, Société du parler français au Canada, t.III: 1904-1905; t.IV: 1905-1906.

9 Jacques Viger. Néologie canadienne ou Dictionnaire des mots créés au Canada et maintenant en vogue, des mots dont la prononciation et l'orthographe sont différents de la prononciation et orthographe françaises, quoique employés dans une acception semblable ou contraire, et des mots étrangers qui se sont glissés dans notre langue (1810). **Bulletin du parler français au Canada,** t. VIII: 1909-1910.

10 Oscar Dunn. **Glossaire franco-canadien et vocabulaire de locutions vicieuses usitées au Canada** (1880). Québec, P.U.L., coll. "Langue française au Québec, 3[e] section: lexicologie et lexicographie", 4, 1976.

[11] Sylva Clapin. **Dictionnaire canadien-français** (1894). Québec:P.U.L., coll. "Langue française au Québec, 3e section: lexicologie et lexicographie", 2, 1974.

[12] Narcisse-Eutrope Dionne. **Le parler populaire des canadiens français ou lexique des canadianismes, acadianismes, anglicismes, américanismes (mots anglais les plus en usage au sein de familles canadiennes et acadiennes françaises), comprenant environ 15.000 mots et expressions avec de nombreux exemples pour mieux faire comprendre la portée de chaque mot ou expression** (1909).Québec: P.U.L., coll. "Langue française au Québec", 3e section: lexicologie et lexicographie", 3, 1974.

[13] Cf. Oscar Dunn, op. cit., p.XIV-XV.

[14] GLOSSAIRE du parler français au Canada 2 ed. Québec: Société du parler français au Canada, 1930. Québec: P.U.L., Coll. "Langue française au Québec, 3e section: lexicologie et lexicographie"; 1968.

[15] Louis-Alexandre Belisle. **Dictionnaire général de la langue française au Canada** (1957) 2.ed. Québec/Montréal: Bélisle-Sondec, 1974.

[16] CANADIANISMES de bon aloi. Québec: Office de la langue française, 1969.

[17] Léandre Bergeron. **Dictionnaire de la langue québécoise.** Montréal: ULB éditeur, 1980.

[18] Servimo-nos, nessa análise relativa à pesquisa universitária no Québec, dos dados apresentados por BIBEAU, Gilles, op. cit.,p.26.

[19] Cf. Jean-Denis Gendron. **Tendances phonétiques du français parlé au Canada.** Paris: Klincksieck; Québec: Univ. Laval, 1966; Alain Thomas. L'assibilation en franco-ontarien. In: INFORMATION - COMMUNICATION. Univ. Toronto, vol.IV, 1985. p.65-79; Alexander Hull. Affinités entre les variétés de français. In: VALDMAN, Albert (dir.) **Le français hors de France.** Paris: Champion, 1979; Pierre R. Léon(dir.) **Recherches sur la structure phonique du français canadien.** Studia Phonetica n. 1, Montréal-Paris-Bruxelles: Didier, 1968; Henriette Walter, op. cit., p.204-5.

[20] Apud Albert Valdman. Normes locales et francophonie. In: BEDAR, Edith; MAURAIS, Jacques. **La norme linguistique.** Québec: Conseil de la langue française; Paris: Le Robert, 1983. p.667-706. (Ver p.685 e bibliografia).

[21] Cf. Henriette Walter, op. cit., p.205.

[22] Cf. Geneviève Massignon. **Les parlers français d'Acadie;** enquête linguistique. Paris: Klincksieck, 1962; Jean-Yves Dugas, op. cit., p. 629.

[23] Cf. Jean-Paul Chauveau. Saint-Pierre et Miquelon entre le Canada et la France. In: FRANÇAIS du Canada - français de France. **Actes** du Colloque de Trèves des 26-28, sept. 1985. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1987; Patrice Brasseur; Jean-Paul Chauveau. **Dictionnaire des régionalismes de Saint-Pierre et Miquelon.** Tübingen: Max

Niemeyer Verlag, 1990.

[24] Cf. Henriette Walter, op. cit., p.208. Para maior desenvolvimento do assunto, consultar também Hosea Phillips. Le français parlé de la Louisiane. In: VALDMAN, Albert (dir) **Le français hors de France.** Paris: Champion, 1979; Smith-Thibodeaux. **Les francophones de Louisiane.** Paris: Entente, 1977; Patrick Griolet. **Cadjins et créoles de Louisiane.** Paris: Payot, 1986.

[25] O termo **crioulo** dessa designação parece-nos relacionado com a acepção de "branco, nascido nas colônias tropicais, em especial nas Antilhas", corrente no francês, e não com sua utilização científica referente às línguas originárias de **pidgins.**

[26] Cf. Joshua A. Fishman. La situation linguistique aux Etats-Unis. In: MARTINET, André (dir) **Le langage.** Belgique: Encyclopédie de la Pléiade. p.1203-21.

[27] Dados de 1978, apresentados por R. Chaudenson. Présentation. **Langue française;**les parlers créoles, n.37, févr. 1978, Paris, Larousse, p.4.

[28] Cf. R. Chaudenson, op. cit., p.4.

[29] Cf. Joshua A. Fishman, op. cit., p.1206.

[30] Charles Ferguson. Diglossia. **Word,** n.15, p.325-40, 1959.

[31] Para conhecimento de uma situação concreta de diglossia, remetemos à análise de Guy Hazaël-Massieux, Approche socio-linguistique de la situation de diglossie français-créole en Guadeloupe, publicada em **Langue française;** les parlers créoles, n.37, févr. 1978, Paris, Larousse, p.106-18.

[32] Ferdinand Denis. **Scènes de la nature sous les tropiques.** Paris: Louis Janet Librairie, 1824. p.214.

[33] Cf. Maximilien Laroche. La littérature haïtienne; identité-langue-réalité. Ottawa: Les Editions Leméac, 1981.

[34] Entrevista concedida a Philippe Decraene. **Le Monde,** 6 de dezembro, 1981. In: ENTREVISTAS do "Le Monde": civilizações. São Paulo: Ática, 1989. trad. Sérgio Klaksman. p.156.

[35] Hugo Schuchardt. The Lingua Franca (Die Lingua Franca:1909). In: GILBERT, G.G. (ed.) **Pidgin and creole languages.** Selected essays by Hugo Schuchardt. London: Cambridge University Press, 1980.

[36] Suzanne Sylvain-Comhaire. **Le créole haïtien, morphologie et syntaxe.** Weteren: De Meester, 1936. A tradução é nossa.

[37] Douglas Rae Taylor. Le créole de la Dominique. In: MARTINET, André (dir) Le langage. Belgique: Encyclopédie de la Pléiade; Paris: Gallimard, 1968.

[38] R.A. Hall Jr. **Pidgins and creole languages.** Ithaca: Cornell University Press, 1966.

[39] D. Taylor. Language contacts in the West Indies. **Word,** n.12, p.391-

414, 1956.

[40] Robert Chaudenson. **Le lexique du parler créole de la Réunion.** Paris: Champion, 1974.

[41] M.F. Goodman. **A comparative study of creole french dialects.** The Hague: Mouton, 1964.

[42] Para maiores esclarecimentos, cf. TARALLO, Fernando e ALKMIN, Tânia. **Falares crioulos**; línguas em contacto. São Paulo: Ática,1987.

[43] J.J. Thomas. **Theory and practice of creole grammar.** Port-of-Spain: The Chronicle Publishing Office, 1869.

[44] Ioana Vintila-Radulescu. **Le créole français.** The Hague: Mouton, 1976.

[45] Robert Chaudenson. **Les créoles français.** Paris: Fernand Nathan,1979.

[46] Albert Valdman. **Le créole: structure, statut et origine.** Paris: Klincksieck, 1978.

[47] Alain Bentolila et L. Gani. La situation du français en Haïti et les problèmes d'éducation. **Langages**, 1981, n.61, p.120-7; Alain Bentolila. **Les systèmes verbaux créoles;**comparaisons avec les langues africaines. Thèse de 3e cycle de l'Université de Paris V - René Descartes, 1971; Idem, Créole d'Haïti; nature et fonction - fonctions naturelles. **Etudes créoles**, n.1, Aix-en-Provence;e do mesmo autor, **Ti Diksyonnè kreyol-franse.** Port-au-Prince: Editions Caraïbes.

[48] Annegret Bollée. Problèmes et perspectives de la description des créoles. **Langue française;** les créoles français, février 1978, n. 37, p.21-39.

[49] Fernando Tarallo; Tânia Alkmin. **Falares crioulos;** línguas em contacto. São Paulo: Ática, 1987.

[50] Derek Bickerton. **Dynamics of a creole system.** Cambridge:Cambridge University Press, 1975.

[51] Idem, Creolization, linguistic universals, natural semantax and the brain. **Workingpapers in Linguistics**, n.6, v.3, p.125-41, 1974.

[52] Idem, **Roots of language.** Ann Arbor: Karoma, 1981.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELISLE, Louis-Alexandre. **Dictionnaire général de la langue française au Canada** (1957). 2.ed. Québec/Montréal: Bélisle-Sondec, 1974.

BENTOLILA, Alain, GANI, L. La situation du français en Haïti et les problèmes d'éducation. **Langages**, 1981, n.61, p.120-7.

BENTOLILA, Alain. **Les systèmes verbaux créoles;** comparaisons avec les langues africaines. Thèse de 3e cycle de l'Université de Paris V - Rene Descartes, 1971.

_____. Créole d'Haïti; nature et fonction - fonctions naturelles.

Etudes créoles, n.1, Aix-en-Provence.

BENTOLILA, Alain. **Ti Diksyonnè kreyol-franse.** Port-au-Prince:Editions Caraïbes.

BERGERON. Léandre. **Dictionnaire de la langue québécoise.** Montréal: ULB éditeur, 1980.

BIBEAU, Gilles. Le français québécois . In: DECOUVRIR le Québec; guide culturel. Sainte-Foy, Les Publications Québec français, 1988. p. 22-6.

BICKERTON, Derek. Creolization, linguistic universals,natural semantax and the brain. **Workingpapers in Linguistics**, n.6, v.3, p.125-41,1974.

_____. **Dynamics of a creole system.** Cambridge:Cambridge University Press, 1975.

_____. **Roots of language.** Ann Arbor: Karoma, 1981.

BOLLÉE, Annegret. Problèmes et perspectives de la description des créoles. **Langue française;** les créoles français, février 1978, n.37, p. 21-39.

BRASSEUR, Patrice; CHAUVEAU, Jean-Paul. **Dictionnaire des régionalismes de Saint -Pierre et Miquelon.** Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1990.

CANADIANISMES de bon aloi. Québec: Office de la langue française,1969.

CHAUDENSON, Robert. **Le lexique du parler créole de la Réunion.** Paris: Champion, 1974.

_____. Présentation. **Langue française;** les parlers créoles, n.37, févr. 1978, Paris, Larousse, p.4.

_____. **Les créoles français.** Paris: Fernand Nathan, 1979.

CHAUVEAU, Jean-Paul. Saint-Pierre et Miquelon entre le Canada et la France. In: FRANÇAIS du Canada - français de France. **Actes** du Colloque de Trèves des 26-28, sept. 1985. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1987.

CLAPIN, Sylva. **Dictionnaire canadien-français** (1894). Québec: P.U.L., 1974 (Coll. "Langue française au Québec, 3e section: lexicologie et lexicographie, 2).

DENIS, Ferdinand. **Scènes de la nature sous les tropiques.**Paris: Louis Janet Librairie, 1824.

DIONNE, Narcisse-Eutrope. **Le parler populaire des canadiens français ou lexique des canadianismes, acadianismes, anglicismes, américanismes (mots anglais les plus en usage au sein de familles canadiennes et acadiennes françaises), comprenant environ 15.000 mots et expressions avec de nombreux exemples pour mieux faire comprendre la portee de chaque mot ou expression**(1909).Québec:P.U.L.,1974 (Coll."Langue française au Québec",3e section: lexicologie et lexicograpgie", 3).

DOPPAGNE, Albert. **Les regionalismes du français.** Paris-Gembloux: Editions Duculot, 1978.

DOWNES, W. **Language and society.** London: Fontana, 1984.

DUGAS, Jean-Yves. La norme lexicale et le classement des canadianismes. In: BERNARD, Edith, MAURAIS, Jacques. **La norme linguistique.** Quebec: Conseil de la langue française; Paris: Robert, 1983. p.625-50.

DUNN, Oscar. **Glossaire franco-canadien et vocabulaire de locutions vicieuses usitées au Canada** (1880). Québec: P.U.L., 1976 (Coll. "Langue française au Québec, 3e section: lexicologie et lexicographie", 4).

ENTREVISTAS do **Le Monde**; civilizações. Trad. Sérgio Klaksman. São Paulo: Ática, 1989 (Entrevista de Aimé Césaire concedida a Philippe Decraene, **Le Monde,** 6 dez. 1981).

FERGUSON, Charles. Diglossia. **Word**, n.15, p.325-40, 1959.

FISHMAN, Joshua A. La situation linguistique aux Etats-Unis. In: MARTINET, André (dir.) **Le langage.** Belgique: Encyclopédie de la Pléiade. p.1203-21.

FRANÇAIS du Canada - français de France. **Actes** du Colloque de Trèves des 26-28 sept. 1985. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1987 (Série Canadiana Romanica, 1).

GENDRON, Jean-Denis. **Tendances phonétiques du français parlé au Canada.** Paris: Klincksieck; Québec, Univ. Laval, 1966.

GLOSSAIRE du parler français au Canada. 2.ed. Québec: Société du parler français au Canada, 1930; Québec: P.U.L., 1968 (Coll. "Langue française au Québec", 3e section: lexicologie et lexicographie).

GOODMAN, M.F. **A comparative study of creole french dialects.** The Hague: Mouton, 1964.

GRIOLET, Patrick. **Cadjins et créoles de Louisiane.** Paris: Payot, 1986.

HALL Jr., R.A. **Pidgins and creole languages.** Ithaca: Cornell University Press, 1966.

HAZAËL-MASSIEUX, Guy. Approche socio-linguistique de la situation de diglossie français-créole en Guadeloupe. **Langue française;** les parlers créoles, n.37, févr. 1978, Paris, Larousse, p.106-18.

HULL, Alexander. Affinités entre les variétés de français. In: VALDMAN, Albert (dir.) **Le français hors de France.** Paris: Champion, 1979.

LAROCHE, Maximilien. **La littérature haïtienne**; identité-langue - réalité. Ottawa: Les Editions Leméac, 1981.

LÉON, Pierre R. (dir.) **Recherches sur la structure phonique du français canadien.** Montréal/Paris/Bruxelles: Didier, 1968 (Studia Phonetica, 1).

MASSIGNON, Geneviève. **Les parlers français d'Acadie**; enquête linguistique. Paris: Klincksieck, 1962.

POTIER, Pierre Philippe. Façons de parler proverbiales, triviales, figurées, etc., des Canadiens au XVIIIe siècle (1743-1748). **Bulletin du parler français au Canada,** Québec, Société du parler français

au Canada, t.III: 1904-1905; t.IV:1905-1906.

PHILLIPS, Hosea. Le français parlé de la Louisiane. In: VALDMAN, Albert (dir.) **Le français hors de France.** Paris: Champion, 1979.

SCHUCHARDT, Hugo. The lingua franca [Die Lingua Franca:1909]. In: GILBERT, G. G. (ed.) **Pidgin and creole languages.** Selected essays by Hugo Schuchardt. London: Cambridge University Press, 1980.

SMITH-THIBODEAUX. **Les francophones de Louisiane.** Paris: Entente, 1977.

SYLVAIN-COMHAIRE, Suzanne. **Le créole haïtien, morphologie et syntaxe.** Wetteren: De Meester, 1936.

TARALLO, Fernando; ALKMIN, Tânia. **Falares crioulos;** línguas em contacto. São Paulo: Ática, 1987.

TAYLOR, Douglas Rae. Language contacts in the West Indies. **Word,** n.12, p.391-414, 1956.

_____. Le créole de la Dominique. In: MARTINET, André (dir.) **Le langage.** Belgique: Encyclopedie de la Pléiade; Paris: Gallimard,1968.

THOMAS, J.J. **Theory and practice of creole grammar.** Port-of-Spain: The Chronicle Publishing Office, 1869.

THOMAS, A. L'assibilation en franco-ontarien. In: INFORMATION-COMMUNICATION. Univ. Toronto, v.IV, 1985.p.65-79

VALDMAN, Albert. **Le créole: structure, statut et origine.** Paris: Klincksieck, 1978.

_____. (dir.) **Le français hors de France.** Paris: Champion: 1979.

VIGER, Jacques. Néologie canadienne ou Dictionnaire des mots créés au Canada et maintenant en vogue, des mots dont la prononciation et l'orthographe sont différents de la prononciation et orthographe français ses, quoique employés dans une acception semblable ou contraire, et des mots étrangers qui se sont glissés dans notre langue (1810). **Bulletin du parler français au Canada,** t.VIII:1909-1910.

VINTILA-RADULESCU, Ioana. **Le créole français.** The Hague: Mouton, 1976.

O PORTUGUÊS DE CONTATO NO PARQUE INDÍGENA DO XINGU, MATO GROSSO, BRASIL CENTRAL

Charlotte Emmerich
Departamento de Antropologia
Museu Nacional, R.J.

R E S U M O

Delineiam-se as origens do português xinguano e a forma que vem assumindo na trajetória do contato entre línguas indígenas do Alto Xingu e a língua portuguesa. Nessa área de multilinguismo, o português xinguano funciona como uma "língua franca". Apresenta-se um breve histórico desse contato, iniciado de maneira intermitente em 1889 e de modo permanente a partir de 1946. Descreve-se o **continuum** lingüístico documentado na área entre 1975 e 1984 e nele observa-se a sua gradação na população xinguana: o uso apenas de línguas indígenas (54,9%); a "comunicação fatorizada" em português de contato (30,5%); o português pidginizado (8,9%) e o português em processo de despidginização (9,7%).

1 INTRODUÇÃO

Diversamente de outras áreas indígenas do Brasil, o contato interétnico na Área Cultural do Alto Xingu, no Estado de Mato Grosso, Brasil Central, teve, desde os seus primórdios, cunho esporádico e seletivo, para o que contribuiu decisivamente sua localização geográfica e o cunho não-integracionista da política indigenista aí implantada.

Estes fatores viriam a contribuir para a configuração de um **continuum** lingüístico, caracterizado por estágios de fluência que vão desde o monolinguismo na língua nativa, em aldeias distantes dos núcleos de difusão do português, como o Posto Indígena Leonardo Villas Boas e o Destacamento da Força Aérea Brasileira do Jacaré, até a competência bilíngüe de numerosos jovens, das várias aldeias mais engajadas no contato interétnico.

A forma, que hoje assume o português xinguano, e a sua expansão no âmbito do Parque Indígena do Xingu refletem, nitidamente, a maneira como o contato foi conduzido, desde a década de 1940, pelos idealizadores do Parque Indígena do Xingu, os irmãos Orlando, Claudio e

Leonardo Villas Boas.

Este artigo pretende delinear sucintamente as origens deste português xinguano e a forma que ele vem assumindo na sua trajetória do contato.

2 O ALTO XINGU: UMA ÁREA CULTURAL

Por sua ecologia, a região dos formadores do rio Xingu se configurou, para numerosos grupos indígenas, como um abrigo, uma área de refúgio.

Topografia, fauna e flora favoreceram o isolamento, fornecendo condições privilegiadas de sobrevivência aos grupos tribais que, em sucessivas levas migratórias, penetraram na área e aí se estabeleceram.

A extensa bacia hidrográfica, formada pelos rios Ronuro, Jatobá, Batovi, Kuliseu, Kuluene e seus afluentes que, em seu curso inferior, assegurava-lhes fácil deslocamento e abundância de peixe, constituiu igualmente um obstáculo natural, devido às inúmeras quedas e corredeiras nas nascentes destes rios.

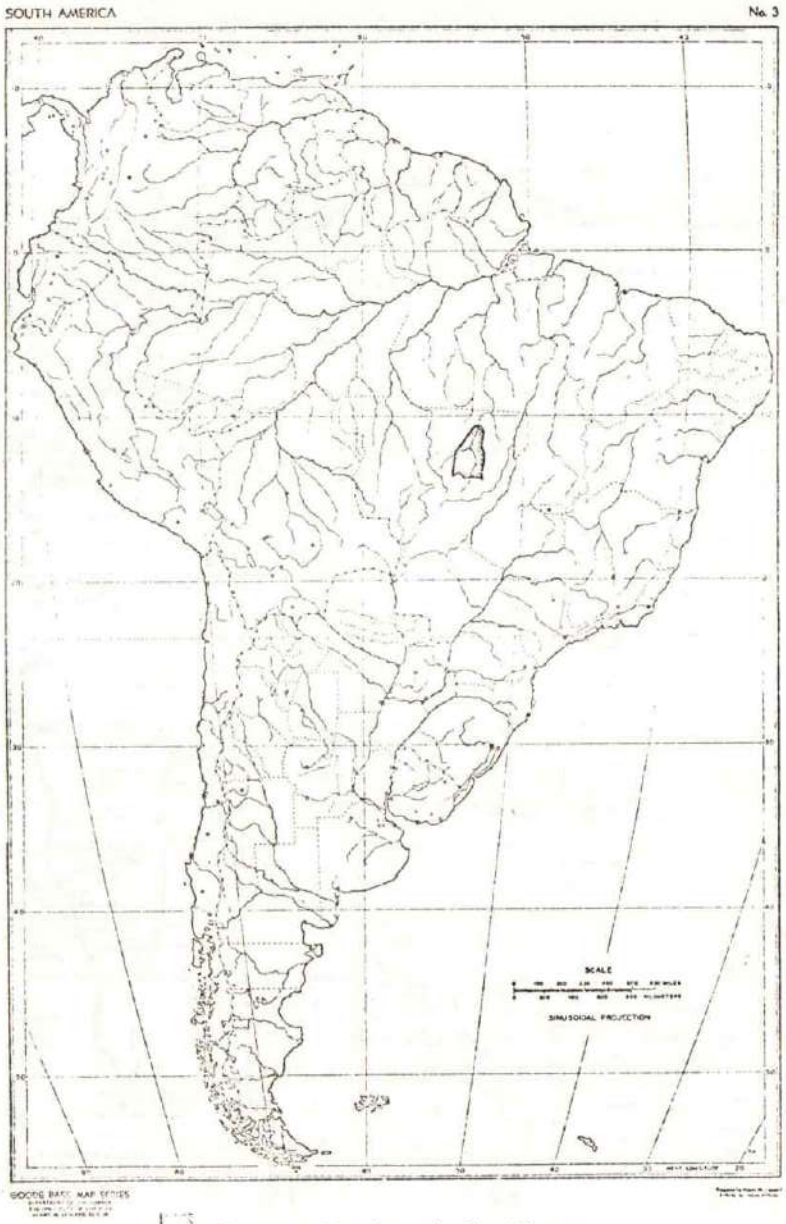
Situação lingüística. Da convergência histórica de grupos indígenas, de filiação lingüística diversa, para a área, resultou uma grande similitude cultural; todavia, lingüisticamente, todos os grupos mantêm a sua individualidade, sendo faladas na região do Alto Xingu pelo menos nove línguas, sem aparente predominância de qualquer uma sobre as demais.

Estão representados aí o Tronco Tupi, através das línguas Kamayurá e Aweti; o Tronco Aruak, pelo Waurá, Mehinaku e Yawalapiti. Pertencem à família Karib as línguas Kalapalo, Kuikuro e Matipu. O Trumai constitui uma língua isolada.

Esta pluralidade lingüística não se difundiu, entretanto, inter e intratribalmente, como traço cultural.

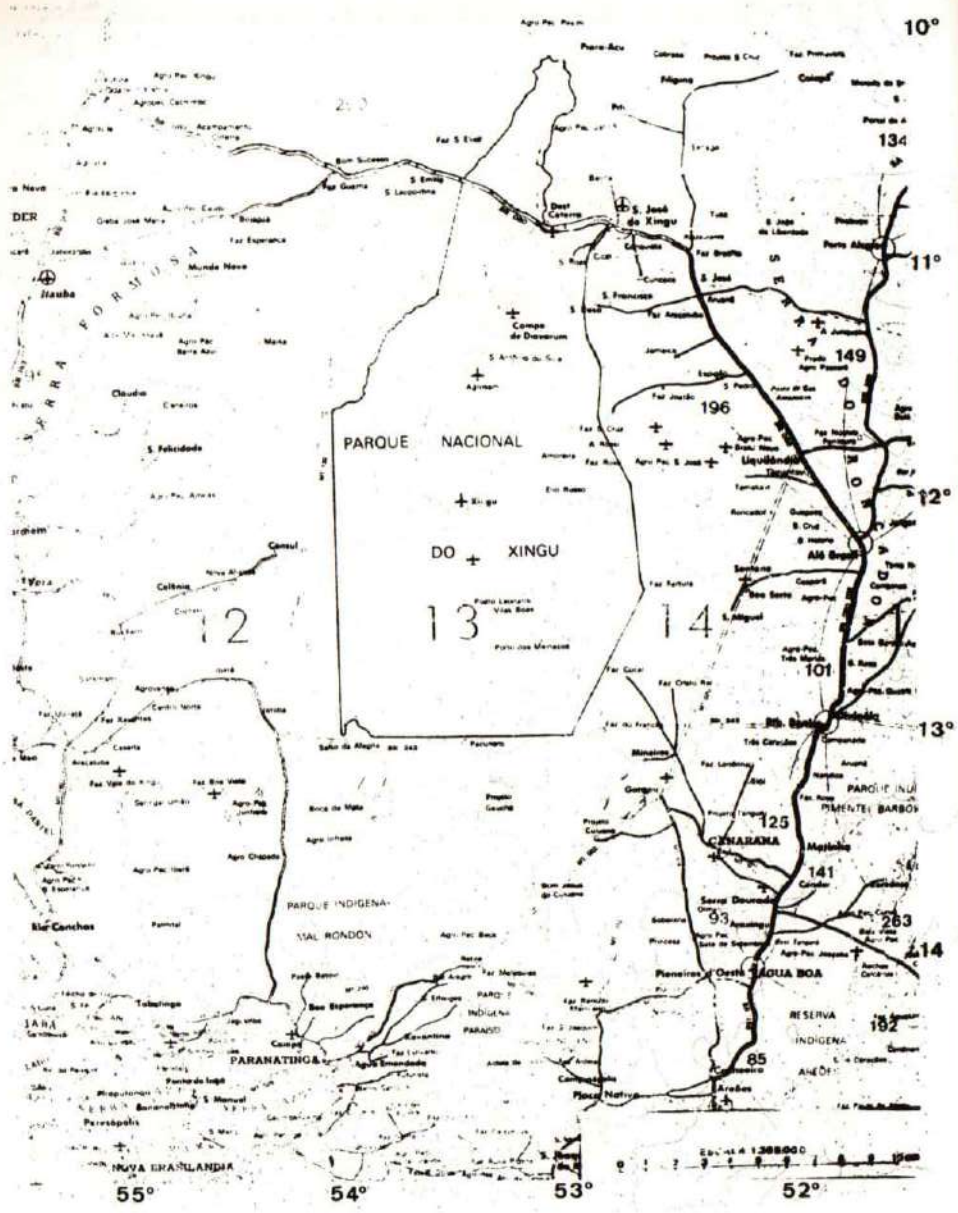
O multilingüismo registrado no Alto Xingu é uma conseqüência da trajetória individual de cada grupo. Vale notar que aqueles de maior densidade demográfica, como os Kalapalo, Kuikuro, Waurá e Kamayurá, se conservam, predominantemente, monolíngües.

Mapa 1



Parque Nacional do Xingu

MATO GROSSO



A valorização da singularidade lingüística num sistema que, aparentemente, compartilha os demais traços culturais e se caracteriza por uma elaborada rede de relações sociais intertribais, leva à indagação da relevância da língua na cosmologia xinguana.

A língua tribal é o código usado nos discursos rituais e nas falas formais, inter e intratribais, por todos os grupos alto-xinguanos, como emblema de identidade étnica e individualidade política.

A criação do Parque Nacional do Xingu, em 1961, numa faixa aproximada de 22.000 Km², ao longo do rio Xingu, estendeu a função de abrigo à porção setentrional do seu curso, relocando aí grupos deslocados de suas terras ancestrais, pressionados por diferentes frentes de expansão.

Logo, se a área do Alto Xingu desempenhou secularmente o papel de refúgio, a criação do Parque veio reforçar esta função.

Vimos que o Alto Xingu, pela similitude dos padrões culturais dos grupos indígenas que aí vivem, constitui uma área cultural.

Através de um elaborado sistema de relações cerimoniais, sociais e econômicas, que lhes confere equilíbrio e mútua interdependência, os grupos xinguanos assumem feição de uma sociedade, ficando a sua identidade étnica assegurada graças à sua individualidade lingüística

Assim caracterizada, a sociedade xinguana se distingue dos grupos indígenas que habitam a parte setentrional do Parque Indígena do Xingu. Estes grupos que, desde as primeiras expedições, são mencionados no curso inferior do rio Xingu, não integravam, tradicionalmente, a sociedade xinguana. Não participavam de sua cultura e com os xinguanos mantinham relações esporádicas e freqüentemente conflituais.

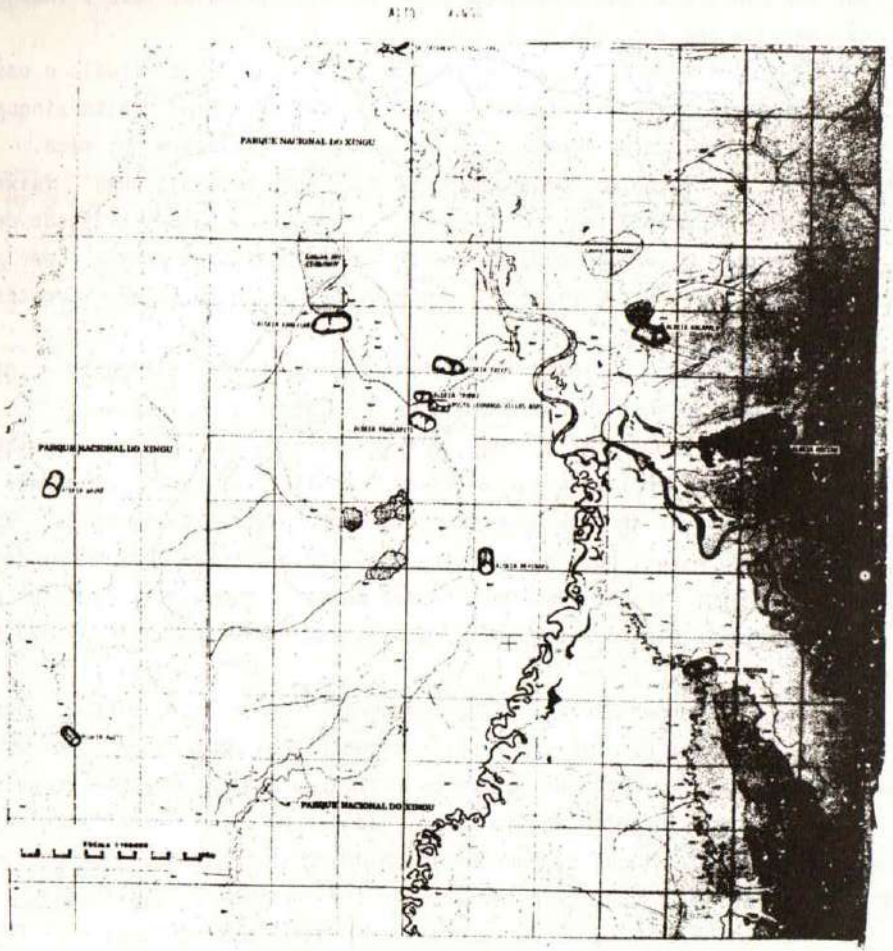
Além dos Suyá e Juruna, vivem na parte setentrional do Parque os Kayabí, contactados por volta de 1950; os Txukahamãe, atraídos em 1970, e os Krenakarore, cujo contato definitivo se deu em 1973.

Ainda no Alto Xingu se estabeleceram, em 1968, os Txikão, após a sua atração no rio Batovi no ano de 1964

Todos estes grupos divergem culturalmente entre si e dos alto-xinguanos.

À exceção dos Kayabi e Juruna, que já haviam vivenciado o

Mapa 3



contato com o branco, falando alguns deles português, os demais eram monolíngues por ocasião do contato.

A criação do Parque Indígena do Xingu permitiu, assim, que se constituísse uma sociedade xinguana mais ampla, onde, superadas as hostilidades históricas, vivem e convivem hoje quinze grupos indígenas irmanados no objetivo maior de fazer frente aos problemas comuns do Parque.

Não dispondo eles de um código comunicativo comum, o português xinguano passou a funcionar como uma língua franca entre os grupos do norte e do sul do Parque, suprindo as necessidades da comunicação verbal. Reuniões com a participação de chefes do Alto e Baixo Xingu são hoje comuns, onde o português de contato é o código habitual e acessível a todos.

3 BREVE HISTÓRICO DO CONTATO

A história do contato interétnico na Área Cultural do Alto Xingu permite divisar duas fases: os primórdios, compreendidos entre o período de 1884 e 1946, e o contato permanente, de 1946 aos dias de hoje.

Os primórdios do contato. Datam de 1884 as primeiras notícias sobre numerosos grupos indígenas existentes nas cabeceiras do rio Xingu.

Até a segunda metade do século passado, este tributário do rio Amazonas era desconhecido na maior extensão do seu curso. Tentativas de missionários e viajantes para atingir as suas nascentes não haviam logrado êxito devido aos obstáculos naturais das numerosas cachoeiras, quedas e corredeiras. O acesso às cabeceiras por terra era igualmente penoso através do Chapadão matogrossense. Ademais, não havia notícia de riquezas minerais ao longo do rio, o que se constituiu, aparentemente, por vários séculos, numa proteção natual à região. Resguardado, assim, por sua ecologia, o rio Xingu permanecia, no limiar do século XIX, mergulhado em quase total desconhecimento.

Coube à expedição chefiada por Karl von den Steinen percorrê-lo, por primeira vez, em 1884, em toda extensão, dos formadores à

foz.

O encontro, no curso inferior do rio Batovi, com grupos indígenas totalmente desconhecidos, e a notícia de que numerosos outros viviam ao longo dos rios Kuliseu e Kuluene, motivaram-no a empreender uma segunda expedição em 1887, com o objetivo específico de estabelecer contato com os grupos xinguanos e documentar aspectos da sua cultura que, desde a primeira viagem, o haviam impressionado quanto à sua aparente uniformidade.

A motivação inicial de desvendar o curso do rio Xingu redundaria, assim, num achado de proporções inesperadas para a etnologia indígena do Brasil: a descoberta de uma Área Cultural.

Suas observações sobre a vida e cultura xinguanas são minuciosamente relatadas em **Durch Central-Brasilien**, de 1886, e, principalmente, em **Unter den Naturvölkern Zentralbrasiliens**, de 1894. Representam importante e ainda atual contribuição para o conhecimento da etnografia xinguana.

Karl von den Steinen descreve com muita precisão e riqueza de detalhes os códigos a que recorriam os índios xinguanos para sua comunicação. O meio mais usual e difundido de veicular mensagens era a linguagem visual, em que pantomima e desenho desempenhavam importância fundamental. A linguagem gestual era freqüetemente incorporada à interação verbal, recurso comunicativo a que recorriam indistintamente todos os grupos xinguanos.

Da comunicação intertribal, nos diz ele que era visivelmente formal e reservada.

Desde a primeira expedição, a fim de assegurar a comunicação com os grupos indígenas que ele pretendia visitar, Von den Steinen tivera a preocupação de levar intérpretes indígenas. Escolhera seus acompanhantes entre os Bakairi, índios aculturados do rio Paranatinga, os quais mantinham relações de parentesco e amizade com os grupos de filiação Karib do Alto Xingu.

A diversidade lingüística por ele documentada, através do registro de vocabulários de todos os grupos que visitou, ou cujos falantes encontrou, se contrapunha à uniformidade cultural por ele observa

da nos demais aspectos da cultura xinguana.

Tão importante descoberta, como o fora a da área cultural do Xingu, não ficaria sem repercussão e, antes do término do século, outro etnólogo alemão Hermann Meyer empreende duas expedições à região dos formadores do rio Xingu.

A par de suas contribuições geográficas, Meyer faz importantes observações sobre mudanças ocorridas, possivelmente em decorrência do início do contato. Todas as aldeias tinham-se deslocado e, segundo Meyer, com visível tendência a aproximarem-se do rio Kuliseu, que passara a assumir o papel de via de acesso a bens industrializados.

Meyer contribui com dados etnográficos relevantes para o maior conhecimento dos grupos xinguanos e suas observações corroboram o que Karl von den Steinen registrara sobre a linguagem gestual:

> ... a conversa se dá principalmente através de gestos. No entanto, eles são exímios em se fazerem entender de modo a que pouco nos escape. (MEYER, 1987a:184)

Preocupa-se em documentar com riqueza de detalhes sua interação com os grupos xinguanos, destacando a uniformidade dos padrões culturais.

> Quando nos aproximamos de uma aldeia, vemos de longe as mulheres correndo para a floresta atrás das casas. Chegando ao pátio, após a nossa saudação, o chefe sai de casa com um diadema de pele de onça ou palha sobre o seu abundante cabelo preto. Posiciona-se solenemente à nossa frente, nós devemos sentar nos bancos ali colocados, e ele faz um discurso em que, paralelamente à afirmação de que a sua tribo é boa, todas as outras mais ou menos más, ele procura destacar suas próprias qualidades e poder. (MEYER, 1987b: 190)

Observa-se nos relatos de Meyer o primeiro reflexo do contato lingüístico interétnico: a introdução na fala indígena do termo português 'capitão', possivelmente em decorrência da primeira expedição de Von den Steinen, que fora acompanhada por uma escolta militar do Estado de Mato Grosso. O termo está hoje firmemente incorporado ao português xinguano com o significado de chefe de gente.

Em 1991, com o intuito de ampliar o conhecimento dos grupos xinguanos, Max Schmidt, aluno de Karl von den Steinen, empreende prati

camente sozinho uma expedição ao Brasil Central.

A viagem de Schmidt não chega a bom termo devido a inúmeras vicissitudes com os índios que encontra ao longo do seu percurso e ele se vê obrigado a retornar da aldeia Aweti. Apesar das dificuldades encontradas, Schmidt (1905) consegue registrar vocabulários das línguas Kamayurá e Aweti.

Em seu relato de viagens já se observa a difusão de esparsos itens lexicais do português entre os xinguanos, sendo objetos como 'machados, camisas, fósforos e tabaco' exigidos por estes nomes pelos índios.

As cinco expedições alemãs haviam, assim, feito o reconhecimento inicial da área cultural do Xingu, estabelecendo contato com os diferentes grupos étnicos e lingüísticos que o compõem. Seus relatórios de viagem representam significativa contribuição para o conhecimento etnográfico da área e permitem acompanhar as mudanças que paulatinamente se processam em decorrência do contato emergente.

As primeiras décadas deste século registram novas expedições, porém, de natureza diversa.

Em 1910 fora criado o Serviço de Proteção aos Índios. Rondon não só lhe formulara os princípios como fora o diretor, inicialmente, e depois o orientador 'sempre vigilante'. Com sua visão evolucionista, almejava assegurar 'uma expectativa de desenvolvimento natural e progressivo do índio, na base da sua própria cultura' (RIBEIRO, 1962:26). Contava com a colaboração de figuras do exército que haviam trabalhado com ele na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso.

Dentre eles, vários, movidos pelos mesmos ideais de Rondon, se voltaram para a carreira indigenista.

Assim, em 1920 e 1924, se realizam duas expedições da Comissão Rondon à região do Alto Xingu, chefiados pelo Capitão Ramiro Noronha e o Capitão Vasconcelos, respectivamente.

O relatório de Vasconcelos é extremamente interessante pela riqueza de informações, tanto etnográficas quanto ecológicas. Ele contribui, entre outras, com observações que complementam as informações dos etnólogos alemães sobre a comunicação visual e confirma a relevância da linguagem pantomímica:

> Antes do último adeus e na mais expressiva das mímicas, indicou-nos em amplos gestos e contando nos dedos, quantas voltas teríamos que dar com o rio sinuoso, para atingir o Culisêvu, e apontando para a posição que teria o sol ao chegarmos àquele ponto, indicava a hora em que isso se daria. (...) Às quinze horas, estávamos de pouso na barranca do Culisêvu, um pouco acima de sua barra, tendo-se verificado exatamente as informações que nos dera o prestimoso capitão camaiurá. (VASCONCELOS, 1945:66-7)

Seu relatório é, ainda, de interesse pelas conseqüências do contato esporádico que ele permite inferir no âmbito da comunicação verbal, decorridas quatro décadas da primeira expedição aos formadores do rio Xingu. Sendo o interesse central deste trabalho a natureza do contato lingüístico, vejamos em que áreas ele começava a manifestar-se:

> Com o capitão veio da roça um novo companheiro, que falava muitas palavras portuguesas: machado, facão, espingarda, bala, camisa, etc., algumas delas com muita clareza. (VASCONCELOS, 1945:63)

Às formas de tratamento incorporara-se, ao já conhecido 'capitão', o termo 'camará' para designar o índio sem status tribal:

> Assim que nos aproximamos dele, fomos logo, por advertência dos que nos seguiam, chamando por 'capitão-camaiurá' e nos anunciando como 'capitão caraíba'. (...) Enquanto os camarás (camaradas) como eles próprios chamam aos que não são capitães, faziam este serviço (...), explicávamos ao nosso companheiro de graduação, o projeto que tínhamos de visitar a sua aldeia. (Id., ibid., p.61)

Nota-se, ademais, que o termo 'caraíba', palavra de origem indígena para designar o visitante não-índio, já estava incorporado à comunicação lingüística de todos os grupos xinguanos e dos forasteiros.

O período de permanência de todas as expedições entre os índios xinguanos, como decorre dos relatos dos viajantes, foi sempre breve, de poucos dias ou horas apenas, não levando ao surgimento de um código lingüístico estável.

As descrições, mais ou menos detalhadas, do encontro da população indígena com os visitantes caraíbas, são unânimes em atribuir à linguagem gestual papel relevante na comunicação.

Também, a presença, em todas as viagens, de intérpretes in

dígenas, contribuiu para que não surgisse uma língua auxiliar, como um pidgin, por exemplo.

É provável, no entanto, que o português tenha sido utilizado numa forma pidginizada, como língua de contato, pelos viajantes estrangeiros, o mesmo ocorrendo com os falantes indígenas que recorriam a termos de cunho utilitário no português.

Para o contato, a conseqüência mais imediata das expedições referidas que, sem exceção, atingiram o Alto Xingu com o auxílio de intérpretes Bakairi do rio Paranatinga, foi o estreitamento das relações entre esses índios e os xinguanos.

Dessa maneira, através de visitas ocasionais, os índios xinguanos foram tomando contato indireto com a língua brasileira, através do Posto Indígena Bakairi, cujos habitantes se encontravam já em processo de aculturação.

O contato permanente. Com a chegada da vanguarda da Expedição Roncador-Xingu[1] à área do Alto Xingu, se estabelece o contato interétnico de cunho sistemático.

Após a construção do primeiro campo de pouso, próximo à aldeia Kalapalo, em 1946, a Expedição, chefiada pelos Irmãos Orlando, Claudio e Leonardo Villas Boas, estabelece seu acampamento permanente no local denominado Jacaré, uma antiga aldeia Trumai, em 1947. Aí permanece até a criação do Posto Indígena Capitão Vasconcellos, à margem do rio Tuatuari, afluente do rio Kuluene, em 1954, posteriormente denominado Posto Leonardo Villas Boas, passando então a assumir caráter específico de posto de assistência aos índios.

Desde o início do contato dos membros da Expedição Roncador-Xingu com os grupos alto-xinguanos, ressalta a preocupação dos Irmãos Villas Boas de preservar os índios de influências que lhes poderiam ser prejudiciais, ou mesmo fatais. O contato assume, assim, desde logo, cunho seletivo e controlado.

Sobre a presença dos trabalhadores sertanejos, por exemplo, na época inicial do Acampamento do Jacaré, diz Orlando Villas Boas:

> A preocupação nossa no contato com essa gente toda foi que naquela época tínhamos trabalhadores recrutados no Araguaia, todos sertanejos. A política que adotamos era manter o índio afastado do trabalhador, o máximo possível,

> por todas as razões: eram homens sem regras, sem lei, homens que durante toda a caminhada do Roncador havíamos conquistado. Eram os chamados 'homens sem lei do Brasil Central'.
>
> Sertanejos de garimpo, de seringa, são geralmente inimigos potenciais e tradicionais do índio. Então nós adotamos o sistema de palestras do que iríamos fazer em terra de índios. Quando nós começamos a encontrá-los, procuramos, ao máximo, manter o sertanejo afastado do índio. Nenhuma promiscuidade. Não tinha isso de sertanejo passear em aldeia de índio, de índio ir em casa dos trabalhadores. Nada. Tudo separado. De modo que o contato que os índios tiveram, em massa, foi sempre com Claudio, Leonardo e comigo. Aí é claro que os índios foram aprendendo um português um pouco melhor do que falavam os sertanejos. Então, o xinguano, desde o início, vem falando um português muito melhor do que falam os índios do Araguaia que têm contato com regatões e com a população sertaneja mesma. (Comunicação pessoal de Orlando Villas Boas).

Os doze sertanejos, que haviam acompanhado a caminhada da Expedição Roncador-Xingu, foram gradualmente deixando o Acampamento e a quase total ausência de formas 'caipiras' no português xinguano confirma a pouca influência que a sua presença exerceu no contato lingüístico interétnico.

Os índios que maior contato tiveram com o Acampamento do Jacaré, inicialmente, e depois com o Posto Leonardo, foram os Kamayurá, os Trumai e os Yawalapiti. Eles visitavam o Acampamento geralmente acompanhados de suas famílias, aí permanecendo de dois a três a dias. Algumas vezes ficavam mais tempo, quando prestavam algum serviço de caça ou pesca.

Com a criacão do Posto Indígena Leonardo Villas Boas, o Acampamento do Jacaré é assumido pela Força Aérea Brasileira (FAB) e transformado num destacamento militar, visando à segurança de voos na região amazônica.

Dessa forma, a localização da aldeia Kamayurá torna-se praticamente equidistante do Posto Leonardo e do Destacamento. Os índios Kamayurá, por sua vez, já habituados ao contato com o caraíba, interagem, mais do que qualquer outro grupo xinguano, com dois núcleos bastante diferenciados de difusão do português. Enquanto a direção do Posto Leonardo mantém, como vimos, o contato controlado, no Destacamento

do Xingu, com uma população não-indígena oscilando entre vinte e trinta pessoas, com graus de sensibilidade pelo índio ou preconceitos diferenciados, o contato passaria a ser não-controlado.

A história do contato dos índios Kamayurá configura-se, pois, bastante diversa, na forma e intensidade, dos demais grupos xinguanos, o que viria a refletir-se na variedade de português que aí se desenvolve, estudada minuciosamente por Rosa Virgínia Mattos e Silva, Myrian Barbosa da Silva, Maria del Rosário Albán e Pedro Agostinho em **Sete estudos sobre o português kamayurá** (1988).

Aliás, poder-se-ia dizer que o contato interétnico em cada um dos grupos xinguanos teve reflexos próprios, segundo fatores internos, como composição demográfica e faccionalismos, ou fatores externos, como a localização física das aldeias.

Desde o início do contato permanente, o avião ocupou um lugar natural na vida do xinguano. Índios doentes são levados para tratamento e todos os chefes indígenas, na companhia dos dirigentes do Posto, visitaram cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.

Os índios convivem, igualmente, desde os tempos do Acampamento do Jacaré, com a radiofonia, o que se refletiu na incorporação de alguns termos desta linguagem no português de contato.

A partir da década de cinqüenta, os índios xinguanos tornam-se alvo de interesse internacional. Aspectos da cultura xinguana são divulgados em filmes, livros, artigos científicos e reportagens, aumentando a visitação ao Alto Xingu.

Cresce o número de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, que, freqüentemente, aí permanecem períodos superiores a um ano.

O trabalho assistencial ao índio que, desde os dias do Acampamento do Jacaré, fora o objetivo principal dos irmãos Villas Boas, intensifica-se com a presença de médicos, enfermeiras. e outros profissionais da área de saúde no Xingu.

O contato de representantes dessas agências com a população xinguana contribuiria decisivamente para a forma e a difusão de uma variante xinguana de português com função de língua de contato.

4 A GÊNESE DO PORTUGUÊS XINGUANO

À diferença da grande maioria de pidgins e línguas de contato, de que é impossível remontar-se às origens e traçar seu perfil histórico, a língua de contato que surge no Alto Xingu ao estabelecer-se o contato entre os membros da Expedição Roncador-Xingu e os índios xinguanos, e que gradualmente assume a forma de uma variedade xinguana do português, pode ser reconstituída através dos depoimentos de índios que participaram do contato inicial, dos irmãos Villas Boas, de pesquisadores, médicos, enfermeiras e pilotos da FAB que participaram daquela fase inicial.

A fim de documentar o contato lingüístico no Alto Xingu de maneira abrangente, e captar as principais variáveis que determinaram a forma, ou formas, do português xinguano, recorreu-se às múltiplas fontes disponíveis.

Entrevistaram-se índios seniores que vivenciaram o contato e dele participaram diretamente, seja na condição de intérpretes, ou como visitantes habituais ao Acampamento do Jacaré.

Os jovens contribuíram com dados do estágio atual do português xinguano, revelando, por vezes, atitudes lingüísticas que contribuem para explicar a direcionalidade da língua de contato.

Os depoimentos de Orlando e Claudio Villas Boas foram fundamentais para mostrar o papel relevante desempenhado pelos membros da Expedição Roncador-Xingu na formação do português xinguano.

Alguns pesquisadores que participaram do contato inicial também analisaram sua comunicação verbal incipiente com os índios no Acampamento do Jacaré.

Vários médicos que regularmente atuam no Parque desde a década de sessenta, contribuíram com interessantes observações sobre o uso do português de contato e a figura da intérprete indígena.

Ao documentar a situação dialógica entre índios e caraíbas, maior ênfase foi dada ao registro das conversas de Orlando Villas Boas com os índios. Isto porque, desde o início do contato, em 1946, e até 1947, o xinguano teve como modelo mais constante o português de Orlando.

Ao atingirem o Alto Xingu, os irmãos Villas Boas haviam se

deparado com o fato de não haver, na primeira aldeia visitada, a aldeia Kalapalo, falantes de português. Entre os demais grupos Karib, próximos, havia apenas dois falantes bilíngües, na aldeia Kuikuro, a quem o chefe Kalapalo recorre para estabelecer os primeiros entendimentos com os caraíbas.

Diante da constatação de que não poderiam contar com um intérprete para todos os grupos xinguanos, os membros da Expedição Roncador-Xingu adotam inicialmente a linguagem pantomímica das expedições anteriores.

Sobre aquele momento na comunicação interétnica fala Orlando Villas Boas:

> Desde o começo, a mímica acompanhava a conversação, de ambos os lados. Isto, cada qual falando a sua própria língua. Verificamos que isso acontecia também com eles, quando do encontro de línguas diferentes.

Desta forma, a interação verbal inicial seguia os padrões indígenas, visto que o xinguano nos eventos de fala intertribal se pronuncia no seu vernáculo. A fala do mensageiro que convida as demais aldeias para um ritual, como o 'kwarɨp [2], por exemplo, será na língua nativa do emissário. Informações específicas são veiculadas através de elementos visuais.

Decididos a superar as barreiras lingüísticas, os Villas Boas decidem aprender uma língua indígena, o Kamayurá, iniciativa esta que esbarra no manifesto etnocentrismo dos grupos xinguanos:

> Inicialmente pretendíamos nos entender na língua deles. Como o Kamayurá era o mais assíduo no Posto, era com eles que nos familiarizávamos. Logo começamos a verificar que os demais índios entendiam isso como uma preferência aos Kamayurá. Abandonamos a tática e incentivamos a aprendizagem do português. (Comunicação pessoal de Orlando Villas Boas).

O maior contato com os índios Kamayurá iria, no entanto, deixar vestígios visíveis no português xinguano, como atestam os termos referentes aos principais rituais.

Todavia, a interação verbal seria predominantemente em português, partindo o processo de reduçao gramatical dos caraíbas:

> ... Na preocupação de sermos compreendidos pelo índio, reduzíamos o termo ao máximo, os tempos, os plurais: **nóis vai ... nóis pega ...** Depois que o índio aprende e a gente começa a falar certo, o índio corrige. (Comunicação pessoal de Orlando Villas Boas)

O índio copia pois o modelo e o reproduz com maior ou menor precisão, segundo sua motivação. O português xinguano caracteriza-se, assim, desde as suas origens, como um processo continuamente re-alimentado, uma dinâmica que é igualmente observada pelos pesquisadores do Museu Nacional que realizam reiteradas viagens ao Alto Xingu entre os anos 1947 e 1953:

> O contato com os índios era através de mímica. Então o índio entendia pouco português. A gente falava, por exemplo, 'arroz', 'feijão' e ele aprendia logo. Dentro de poucos dias já dizia 'dá feijão', e coisas assim como: 'eu vai rio, eu vai banhar, eu vai pescar'. Essa coisa muito simplificada funcionava, se entendia.(...). A gente procurava falar de modo mais simples possível, o mínimo para o índio entender. Aquilo era uma coisa que ele podia retribuir, falar para a gente entender também. (Comunicação pessoal de José Cândido de Melo Carvalho).

E ele prossegue:

> Depois a coisa foi melhorando. Quando nós fomos na segunda ou terceira vez ao Jacaré, já dava para conversar. O Tamapí (o chefe Kamayurá na época) ficou muito irritado comigo porque eu estava pintado pelos Kayapó. Então ele teve uma conversa comigo que eu entendi. Disse que era coisa ruim eu ter pintado, que Kamayurá é que era bonito, Kayapó era índio bravo. E deu para eu entender muito bem a conversa com ele. (Idem)

O exemplo acima é uma manifestação expressa do etnocentrismo comum a todos os grupos xinguanos. Dele transparece, no entanto, um dado novo na comunicação verbal: já o aprendizado não parece estritamente motivado para o interesse pessoal, a troca ou obtenção de presentes. Os recursos lingüísticos, de alguns falantes pelo menos, já permitem verbalizar sentimentos, expressar desaprovação.

O português dos falantes indígenas em contato freqüente com os membros da Expedição apresenta, assim, uma dinâmica calcada na presença de um modelo a ser alcançado e copiado, que não se coaduna com o caráter dos pidgins convencionais (WHINNON, 1974).

É bem verdade que a situação xinguana diverge decisivamente daquela em que surgiram os pidgins de um modo geral: as relações amistosas que caracterizam, em todos os momentos, a interação entre índios e caraíbas divergem basicamente do que se conhece da maioria dos pidgins: a inacessibilidade ao modelo padrão ou superestrato, dadas as relações de subordinação existentes.

A maneira como foi conduzido o contato no Alto Xingu por Orlando Villas Boas, numa presença constante de trinta anos, foi, assim, determinante para a forma que assumiria a língua de contato.

Entretanto, não só a forma do português de contato se moldou na fala dos Villas Boas, como também sua difusão foi influenciada por eles.

Passada a fase inicial do contato, eles decidem criar uma espécie de estágio que daria a jovens de todas as aldeias a oportunidade de conhecerem a língua e o modo de ser caraíba:

> Foi a única fase em que tivemos o propósito de melhorar a fala dos meninos e jovens. (Comunicação pessoal de Orlando Villas Boas)

Surgia, assim, o 'ministério' e o 'secretariado' no Posto Leonardo. Durante mais de dez anos, meninos e adolescentes do Alto Xingu viveram, por períodos de tempo variáveis, no Posto:

> Eles tinham maior facilidade de aprender o português do que nós a língua deles. Então de todas as aldeias trouxemos a meninada que nós chamávamos de 'ministério' e 'secretariado'. Eram meninos que passaram pela cozinha do Posto, realizavam tarefas da vida diária e ficaram em volta da gente, e então foram aprendendo o português. (Comunicação pessoal de Orlando Villas Boas).

O 'secretariado' compreendia a faixa em torno de nove a dez anos, oscilando o 'ministério' entre quinze e dezesseis anos. Tanto numa quanto noutra categoria, o número de participantes não ultrapassava de seis, sendo sempre feito um rodízio de índios e aldeias.

Em princípio, esta convivência de índios de aldeias diversas, que não compartilhavam uma língua nativa comum, e recorriam ao português para sua intercomunicação, constituía cenário perfeito e esperado para o surgimento de um pidgin. Tal fato, todavia, não se deu.

Os falantes jovens que passaram por este estágio ocupam hoje o ápice do **continuum** lingüístico xinguano. O que parece comprovar que as situações de multilingüismo, em que a língua de base não é a nativa de nenhum dos falantes, só levam a um pidgin, desde que as relações sejam assimétricas, do tipo "plantation system", onde os falantes não têm acesso ao modelo padrão.

No Acampamento do Jacaré, e posteriormente no Posto Leonardo, coexistiram, desde o início, três códigos lingüísticos aos quais estes índios têm acesso, normalmente:

1) a língua de contato, um tipo de português, gramatical e lexicalmente reduzido, falado entre índios e caraíbas;

2) o português padrão, usado na comunicação verbal entre os caraíbas;

3) a radiofonia.

Observador por índole e tradição, o índio xinguano assume, na maioria das vezes, o papel de expectador participante.

Ele recorre à língua de contato na sua interação verbal com o caraíba.

Em diversos contextos do Posto Indígena Leonardo Villas Boas, sobretudo a 'cozinha', tradiconal local de refeições e encontro dos visitantes, os índios ouvem o português padrão.

Com a radiofonia, como vimos, o xinguano convive desde a chegada da Expedição Roncador-Xingu. O 'rádio' foi, desde o começo do contato, um importante canal de informação e, não raro, pelo menos uma dezena de índios assiste à comunicação diária com o escritório de São Paulo e, mais recentemente, de Brasília. Termos deste código lingüístico, como 'positivo', por exemplo, estão incorporados ao português xinguano.

Os jovens que estagiaram no Posto como membros do 'secretariado' e do 'ministério' tiveram, ademais, contatos reiterados e mais intensivos através de viagens a centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro, na companhia principalmente dos irmãos Villas Boas, o que se refletiu na sua competência bilíngüe.

Nas aldeias, o rádio, o toca-fitas e, mais recentemente, o gravador contribuíram para a difusão do português. Já no início da

década de setenta, registrava-se a existência de pelo menos um rádio em cada aldeia alto-xinguana, o qual era tocado com freqüência proporcional à disponibilidade de pilhas.

As expedições de atração foram também um fator de difusão do português entre os xinguanos, com a particularidade de integrarem índios do Alto e Baixo Xingu. Das expedições, que duravam seis a sete meses, participaram índios de quase todos os grupos xinguanos, tendo como canal de comunicação comum o português de contato.

Finalmente, um processo de difusão indireta do português de contato ocorreu durante longo período no grupo Kuikuro, em conseqüência de fatores sócio-culturais. Tensões decorrentes de faccionalismo interno motivaram migrações periódicas de várias famílias para a aldeia Yawalapiti, com a qual as ligam relações de parentesco, à busca de asilo político.

Os Yawalapiti, localizados nas proximidades do Posto Indígena, freqüentam-no com assiduidade, sendo os mais visitados, o que se reflete no grau de fluência e número de falantes do português de contato nesta aldeia.

Desta convivência periódica com os Yawalapiti e o Posto, resultou o crescente aprendizado do português xinguano por parte dos jovens Kuikuro. Isto explica porque dos grupos Karib, os mais distantes dos núcleos de difusão do português (cf. Mapa 3), a aldeia Kuikuro conta com falantes em todos os níveis de fluência.

Se, por um lado, o português assumiu a função de língua de contato na comunicação entre índios e caraíbas, e começa a desempenhar papel análogo na comunicação intertribal quando os falantes indígenas não possuem código nativo comum, por outro, alguns termos vem sendo incorporados, a título de empréstimo, nos vernáculos indígenas. Assim, dentro da prática xinguana de expressar as relações de parentesco preferencialmente pelo termo designativo do tipo de parentesco e não pelo nome próprio, à cuja menção se vinculam rígidos tabus culturais, observa-se a introdução do termo 'cunhado' ou 'cunhato', para designar indivíduos desta categoria, em todas as línguas nativas do Alto Xingu

Basso (1973) analisa as mudanças nas relações comunicativas

entre os Kalapalo após a introdução de termos de parentesco do português, estabelecendo correlação com as categorias nativas. Examina também a difusão do termo 'amigo', categoria de relação entre homens adultos "que geralmente têm ao menos um 'amigo' na sua aldeia (Kalapalo) e um em quase todos os outros grupos no Alto Xingu, sendo estes laços estabelecidos entre não-parentes ou parentes socialmente distantes, isto é, que vivem em diferentes grupos domésticos ou aldeias" (Id., ibid., p.12).

Na língua Kuikuro, de filiação lingüística também Karib, o termo 'amigo' já aparece inclusive incorporado a formas tradicionais da narrativa indígena, como o mito (comunicação pessoal de Bruna Franchetto).

Analisando o português xinguano desde a sua origem, nos primórdios do contato interétnico, observa-se que ele não assumiu a feição de um pidgin, embora apresente visíveis e produtivos mecanismos de pidginização.

Dentre as várias teorias que tentam explicar a origem de línguas de contato (cf. EMMERICH, 1984:80-5), o princípio da fatorização proposto por Naro (1978), ao estudar a língua de reconhecimento ('reconnaissance language') que surge da expansão comercial portuguesa nos séculos 15 e 16, parece condizer melhor com a pidginização que marca a interação verbal nos primórdios do contato lingüístico:

> Expresse cada elemento de significação variável e separadamente intuído por no mínimo uma forma fonologicamente separada, invariável e tônica (NARO, 1978:340)

Através deste princípio, o autor justifica a natureza de pidginização na língua de reconhecimento, apontando para "o uso amplamente expandido dos gestos" como acompanhamento necessário ao princípio da fatorização que "é talvez por demais estreito, permitindo apenas a expressão lingüística do conteúdo" (Id., ibid., p.341). E ele admite a necessidade de se apor à fatorização o gesto para expressar noções direcionais ou locativas.

A proposta de Naro representa a primeira contribuição baseada em dados para explicar as origens de um pidgin. Permite concluir pela existência de um sistema comunicativo complexo, constituído de um

componente verbal e um componente semiótico.

A situação xinguana comprova a proposta teórica da fatorização, pois mostra que o elemento pantomímico não só é elemento tradicional e indispensável da comunicação interétnica incipiente, mas constitui, ademais, um código estabelecido na comunicação intertribal, como atestam as falas rituais dos mensageiros do kwarip e de outros rituais xinguanos.

Também a gênese do português de contato no Alto Xingu reflete a associação intrínseca da fatorização lingüística e semiótica, conforme testemunham os irmãos Villas Boas:

> Desde o começo, a mímica acompanhava a conversação, de ambos os lados ... Mímica acompanhada de falar pausado. Qaundo a comunicação referia-se a tempo, distância e a ações como alimentação ou pescaria, a mímica era indispensável. (Comunicação pessoal de Orlando Villas Boas)

A realidade xinguana leva a propor, ainda, o contexto de fala como componente intrínseco da comunicação. Assim, a natureza 'casual e esporádica do contato', que caracteriza a gênese de um pidgin, mencionada por Hall (1966/1974:127), é uma premissa sócio-cultural da fatorização. Portanto, o princípio da fatorização deve ser entendido como um princípio não restrito apenas ao âmbito verbal, mas de natureza complexa, englobando, além do componente semiótico, o caráter intermitente do contato.

Isto fica patente sobretudo nos falantes de aldeias mais distantes dos núcleos de difusão do português xinguano, cujo contato interétnico é esporádico ou ocasional. Sua fluência situa-se no nível da pidginização e, freqüentemente, apenas no nível da fala fatorizada.

Comportamento lingüístico semelhante se observa nos falantes velhos de todas as aldeias que, em função do seu status tribal e dos padrões culturais ainda vigentes, pouco participam da comunicação interétnica. Sua competência no português de contato se restringe ao nível da fatorização, recorrendo a ele apenas para eventuais interações de cunho econômico.

5 A FORMA DO PORTUGUÊS XINGUANO

A partir do contato com os membros da Expedição Roncador-Xingu se estabelece, no Alto Xingu, um código lingüístico que tem como língua de base o português falado pelos irmãos Villas Boas, médicos, pesquisadores e visitantes.

Esta variedade de português, reduzida no léxico e nas estruturas gramaticais na fase inicial do contato interétnico, é utilizada de forma diferenciada pelos índios xinguanos, segundo a intensidade da comunicação verbal com o caraíba.

Este código lingüístico, que se caracteriza por uma visível variação tanto na forma quanto no uso, assume, no Parque Indígena do Xingu, a função de uma língua de contato.

Quanto à sua forma, a língua de contato é, assim, uma variedade de português que se configura como um **continuum** [3], caracterizado por estágios ou graus de fluência. Ela incorpora itens lexicais das línguas nativas, sobretudo do Kamayurá, e é marcada por interferências desde fonéticas a semânticas, dos diversos vernáculos.

O português xinguano é usado por índios e caraíbas com finalidades várias. Embora seu uso ainda predomine em contextos de intercâmbio econômico, hoje já é importante veículo de troca de informações e cada vez mais assume função comunicativa.

Tomando o Alto Xingu como um todo, vê-se que aí está representado todo o **continuum**, constituindo-se a maior parcela da população, no entanto, de falantes monolíngües nos respectivos vernáculos, isto é, falantes que se comunicam segundo os padrões tradicionais sem recorrerem à língua de contato.

Segue-se, em termos de representatividade, o grupo cuja comunicação se faz através de itens lexicais apenas, ou seja, através da fatorização:

> — Como é que faz moitará?
> ... Moitará caraíba anzol, linha, otro.

Neste estágio fatorizado o vocabulário é limitado, de procedência tanto nativa quanto do português, abrangendo basicamente as seguintes áreas semânticas: nomes de objetos da cultura material indíge

na e não indígena, elementos de subsistência nativa e não nativa, alguns termos de parentesco ou relações interpessoais, como 'cunhado, amigo' e termos referentes à saúde. Estes últimos, geralmente usados no âmbito do ambulatório do posto, a 'farmácia', são preferentemente de origem indígena e se caracterizam por sua forma reduplicada, típica de pidgins, como: **toroŋ-toroŋ**, 'tosse' ou **poti-poti**, 'diarréia'. Quando o falante indígena recorre a expressões do português, o faz utilizando a linguagem pantomímica e recursos prosódicos, como duração e entonação ascendente: 'cabeça dói **mui:to**/'.

A próxima faixa do **continuum** está representada por falantes cuja competência na língua de contato se caracteriza pela incorporação e fixação gradual de regras variáveis, seja de gênero, número ou pessoa verbal. A variabilidade se estende desde a pidginização incipiente nos falantes de aldeia à competência praticamente bilíngüe dos jovens do Posto Leonardo Villas Boas, passando por uma gama de situações lingüísticas estruturalmente diferenciadas. Comum a todas elas, é o maior ou menor índice de variação.

As formas que assume a variação se identificam com os processos de redução tradicionalmente apontados na literatura como sendo de pidiginização. Assim, nos estágios de menor proficiência, o que se observa é a redução das estruturas lingüísticas, enquanto naqueles de maior fluência a pidginização se reflete nos índices de variação com que o falante faz uso das estruturas gramaticais do português.

Exemplos deste nível de fluência são os enunciados seguintes:

> ... Ontí que eu ligô meu cabeça pra Olympio. Conversei lá ele. Ele falô: 'Puxa vida, cê tem cabeça memo..., cê tem cabeça **muito**' (...) Ontí que eu falô pra ele assim 'Eu tem assim, oh, eu cabeça pra cá portuguesi, pra cá índio. Quem que ensinô chefe nosso, que primeiro chefe nosso. Só tá aqui cabeça. Eu num pode largá esse aqui chefe nosso que falô aqui, Orlando, Claudio'. (...) Eu pensa tudo esse aldeia, esse aldeia tudo que eu pensa, tudo. Num é que eu pensa só tribo nois não, eu que pensa todo otro tribo. (Y_1, 9/3).

> — Como é que ficou pajé, como é que foi?
>
> Eu comecei assim, viu. Fece casa, né. Fez casa pra mim. Aí fece casa. Aí eu foi, aí eu foi tirá a fara di casa, vara di casa, vara e embira também. Aí eu foi entrá esse mato. Aí eu peguei esse caminho aí. Aí entrei naquele mato aí. Aí eu foi lá. Mama'é foi atrás de mim, mas eu não viu não. Foi assim, como é que gente pisa, assim, né. Ele vem andando atrás de mim. Aí eu olhei pra ele, né, olhei, mas não viu, né. Aí parou assim perto, assim como esse casa, parou assim. Aí eu olhei, mas não viu. Pareceu gente. Aí ele parou lá, né. Aí fiquei assim olhando, olhei assim. Aí eu andei de novo, andei assim, mas eu não correu não, só saí andando, ligeiro, assim, né. Aí como daqui assim casa di Kanutari, né. Aí começou ficou tonto, eu fiquei tonto. Eu suei muito, né. Aí eu falei: 'Ué, como é que fiquei assim, assim'. Aí ele correu atrás de mim, né. Aí parou assim, né. Aí eu olhei atrás, mas não viu. Aí começou, né, a se mexê, aí eu correu di novo. Aí depois, eu correu mais, né. Aí eu texei, né, não sei onde, eu teixei, eu deixei facão, né, deixou facão, né. Eu só correndo pra lá, eu saiu aqui assim, assim a hora, né. (K_2, 20/3).

O ápice do **continuum** é constituído por falantes com nível de proficiência muito próxima ao português padrão, como é o caso dos índios que vivem e trabalham no Posto Indígena Leonardo Villas Boas e daqueles que pertenceram ao 'ministério' e 'secretariado' de Orlando Villas Boas.

O enunciado seguinte atesta esta fluência:

> — O que você tá achando da idéia da escola aqui?
>
> Ah, isso eu acho que vai dá resultado. Vam vê, depois que tivé, começando a escola, depois que os menino tivé; os menino tivé, os menino já está lendo, né, que já tá começando a pensá, a gente vai vê o que, qual o resultado que deu, né. Mas espero que dê tudo certo, né. Então é isso. No momento a gente não tem condições de botá um índio aqui pra chefiá um posto. Que que ele vai tomá conta? Que que ele vai sabê comandá o posto, né? Botá um índio pra ser enfermeiro que não sabe de nada, né, não dá. Então, por enquanto, isto tem que sê um caraíba, mas um caraíba bom que ensina ao índio, que é bom, né. O caraíba que que tem que fazê. O médico bom como o doutô Fernando, tá sempre ensinando ao índio, né. O índio que sabe lê um pouco, ele explica que remédio que é aquele, pra que serve. Como um diretô que é o Olympio, certo? Gostamos demais dele, sujeito muito bom. (P_2, 9/76)

A variação, portanto, está presente em praticamente todos os momentos do **continuum** e caracteriza a formação do português do Xingu. Alguns aspectos desta variabilidade, que se manifesta com caráter ora pidginizante ora depidginizante, são como segue:

O vocabulário, em todos os níveis de fluência, é reduzido, e conta com numerosos étimos indígenas, sobretudo da fauna, flora e cultura material xinguana.

Foneticamente, a vogal alta, não-anterior, não-arredondada, que se realiza nas línguas indígenas ora como [ɨ], ora como [ĩ], tende a neutralizar-se com a vogal alta, posterior, arredondada [u] naqueles termos nativos que passaram a ser de uso comum. Assim, a denominação do maior ritual intertribal – **kwarɨp**, em língua kamayurá, – foi incorporado como **kwarup** no português xinguano, mesmo por falantes deste grupo tribal:

> Então eu pegá cigarro, dona di kwarup eli deu pra mim, né. (K_1, 9/4)

Outros termos, como **mɨra**, 'velho', embora de uso menos freqüente, sofreram processo análogo de convergência, realizando-se como **murá** na língua de contato.

A tendência à perda da vogal alta não-anterior, não-arredondada, que no português xinguano ainda assume caráter incipiente, e se restringe a poucos termos, foi, aliás, uma reestruturação freqüente na toponímia de origem tupi no português do Brasil. A realização da vogal, inexistente no sistema fonológico do português, deu-se ora com a vogal alta anterior, ora com a posterior, em numerosos termos com o sufixo **-tɨba** 'abundância', como em Mangaratiba [mãŋaratɨba] ou Ubatuba [ubatɨba].

Comum também ao português xinguano de praticamente todos os grupos é a flutuação quanto à altura das vogais, sobretudo entre vogais altas e médias, como em: **fui/foi** e **fiz/fez**. A interferência de padrões articulatórios nativos no sistema do português explica esta alternância.

Outras flutuações ocorrem, restringindo-se, no entanto, a grupos específicos, como é a alternância entre oclusivas e fricativas surdas e sonoras no português de contato falado pelos índios kamayurá, como, por exemplo: **fedade** por 'verdade' ou **bo da ganoa** por 'porto da canoa' ou ainda a extensão da nasalidade silábica ao item lexical, típica de línguas tupi, como em **ãvĩnãõ**.

Nos padrões silábicos, as mudanças são freqüentes, ocorrendo ora perdas ora acréscimos que demonstram nítida pressão estrutural para o padrão CV:

> Aí nosi já tamo ino. (K_1, 9/4) 'Aí nós fomos'.

No plano morfológico, a redução pode acarretar neutralizações muito abrangentes. A morfologia verbal, sobretudo, pode apresentar-se consideravelmente reduzida no seu aspecto modal, temporal e paradigmático.

A ação é expressa, nos estágios de pidginização mais acentuada, apenas através de, no mínimo, três tempos verbais: presente, passado e imperfeito que, no entanto, freqüentemente se neutralizam com a forma do infinitivo:

> Então aquele dona di **kwarup eli dá mingau pra mim. Então** eu pega, então eu pegá mingau. Então eu dá pra outro, né. (K_1, 9/4)

> Quando nós casá otro tribo, (en)tão eu convessa meu língua, né. (K_1, 7/4)

Nestes graus de fluência, o falante recorre ao uso de itens lexicais como **antigo**, **já** e **amanhã**, para indicar noções de passado ou futuro:

> Trumai morava **antigo** aqui. (Y_1, 8/3)

> Eu **já** aprende pouquinho, né. (K_1, 26/3)

> **Amanhã** arrumá bagage(m) dele. (K_1, 26/3)

A forma flexionada de futuro não ocorre nos estágios pidginizantes do **continuum**, cujos falantes utilizam sistematicamente a locução verbal com o verbo **ir**.

No paradigma verbal se assinala igualmente uma nítida tendência à neutralização das formas flexionadas de número-pessoa em favor da pessoa gramatical não-marcada, isto é, a terceira pessoa singular.

Também a primeira pessoa plural não parece privilegiar em nenhuma faixa do **continuum** a forma flexionada. Nos estágios pidginizantes predomina o sujeito pronominal seguido da forma verbal não-marcada, isto é, sem concordância, enquanto a ocorrência do sujeito nominal

'a gente' é ainda incipiente:

> Aí nós desceu, subiu e drumiu lá. (Y_1, 16/2)
>
> Aí nós encontrô lá kamayurá. Dois kamayurá tá pescando. (Y_1, 8/3)

Nos falantes jovens, sobretudo nos do Posto, em contato contínuo com falantes caraíbas, a situação se inverte, passando o sintagma nominal sujeito a ocorrer com maior freqüência do que o pronominal:

> Então a gente não pode deixá esquecê a língua da gente, né, nunca. (P_4, 25/4)

De incorporação tardia, as formas pronominais de terceira pessoa plural são pouco freqüentes na fala pidginizada, sendo parafraseadas por termos semanticamente plurais:

> Aí caraíba chegô, eu tava lá Kuluene. (Y_1, 16/2)
>
> Kamayurá chegaram, muito kamayurá. (Y_1, 8/3)

A omissão de verbos de ligação se registra apenas nos falantes de fluência baixa:

> Esse planta remédio pouquinho. (Y_1, 5/3)

Ainda com referência ao verbo, cabe assinalar a grande freqüência de **saber**, mencionado na literatura como sendo uma das palavras mais difundidas nos difernetes pidgins do mundo, "almost the hallmark of pidgin" (HALL, 1974:6).

No **continuum** xinguano, as regras de flexão nominal são incorporadas gradualmente, à semelhança do paradigma verbal, isto é, de acordo com a proficiência dos falantes no português de contato.

No estágio pidginizante, a flexão nominal de número praticamente inexiste. Nos dados dos informantes mais velhos, os nomes tribais são expressos sem reflexão de número, embora seu valor semântico seja de plural:

> Kamayurá não tava lá lpavu não, kamayurá tava lá Tuatuari. (Y_1, 16/2)

A noção de pluralidade é, outrossim, expressa através de termos entendidos como coletivos, tais como: **pessoal, índio, caraíba**, etc.

> Então pessoal de Kamayurá fazê farinha, beiju. Fica aqui três dia. (K_1, 12/3)

A forma mais freqüente para indicar o plural é através de expressões de sentido indefinido, como: **tudo , todo pessoal, tudo/todo mundo:**

> Aí pessoal foi lá tudo. Aí pessoal fica lá. Waurá, Mehinaku, Kuikuro, Kalapalo, Matipu, tudo pessoal falá. (K_1, 26/3)

O processo de derivação, que comumente não é registrado nos pidgins, ocorre no estágio pidginizado, em alguns termos de sentido coletivo, como: **mulherada, rapaziada, criançada**, embora ele não tenha se revelado produtivo, isto é, não apareça aplicado a novos itens:

> Aí mulherada correu lá pertinho roça di batata. (Y_1,16/2)

Tudo indica que sua presença no português xinguano seja um reflexo direto do idioleto de Orlando Villas Boas.

O artigo não é registrado na fala pidginizada, exceto em esparsas ocorrências da locução **o pessoal**, variando com **pessoal**. Somente nos jovens do Posto Indígena Leonardo Villas Boas, o artigo aparece incorporado à gramática de maneira mais sistemática.

Confrontando a flexão de número destes falantes com os estudos de Braga e Scherre (1976) sobre o sintagma nominal em falantes do Rio de Janeiro, onde a flexão é registrada em até três itens lexicais, nota-se uma nítida tendência a eliminar a redundância flexionando apenas o primeiro elemento:

> Esses lugá era tudo aldeia dos Trumai. (P_2, 9/2)
>
> Nossos filho precisa estudá. (P_3, 24/3)

No entanto, alguns falantes começam a estender a regra de flexão também aos demais elementos:

> Os otro não gostava ... Os otros tribo tava começando casá. (P_1, 32/4)

Com referência ao gênero, ocorre no português de contato, incorporação semelhante à da flexão de número. Na fala pidginizada, sua ocorrência é ainda bastante variável, com predominância da forma mascu

lina:

> Ah, meu irmã, ele chorô muito. Lembrava meu pai, né, lembrava meu mãe. Ele chorô. Depois ele para. (Y_1, 8/3)

Em não poucos casos, o gênero só é dedutível do contexto:

> Aquele noivo daquele (nome próprio), filho de meu cunhado. Então mulher cresceu logo. Então (nome próprio) fica ainda menino. (Y_1, 16/2)

Os pronomes são também usados na fala pidginizada, na forma tônica:

> Eu conversei kamayurá, língua de mim. Então ele conversô tam(b)ém língua dele. (Y_1, 16/2)

As preposições são variavelmente omitidas:

> Eu não pode falá nome, não. É cunhado, ele casô meu irmã. (K_1, 12/3)

ou substituídas por item lexical, quando indicam lugar:

> Quando que luta acabô, foi embora lá aldeia. Chegô de noite na aldeia. Aí eu ficô lá um dia lá. Otra noite eu saiu. (Y_1, 8/3)

Quantificadores são freqüentemente pospostos ao nome e acrescidos de entonação ascendente:

> Lá tem mandioca **muito/.** (Y_1, 8/3)

No nível sintático, a fala pidginizada tem estruturas extremamente reduzidas. A coordenação é pouco freqüente, menos ainda a relativização e o encaixe de orações subordinadas. A complexidade gramatical é introduzida gradualmente no **continuum**, sendo elevado o índice de variação.

Na fala pidginizada, o emprego da subordinação é incipiente e variável:

> Aí eu queria í lá Cuiabá. Então meu irmão não qué eu í. Então meu irmão não deixa que eu vai pra lá. (Y_1, 16/2)

estando estavelmente incorporada à competência bilíngüe apenas dos falantes próximos ao ápice do **continuum.**

No plano sintático, cabe ainda notar a interferência da estrutura frasal nativa, sobretudo nos falantes de pouca fluência, levando-os a produzirem sentenças do tipo OVS:

> Então muié vai carregá jipe. (K_1, 6/4)
>
> (Então o jipe vai levar as mulheres)

Também o discurso indígena tem reflexos sobre a fluência dos falantes. Talvez uma das características que mais desperte a atenção do interlocutor caraíba seja a reprodução, no português xinguano, dos padrões repetitivos da narrativa indígena, indicando intensidade e duração:

> Aí pessoal chegaram. Chegô, chegô, chegô, chegô todo mundo. (Y_1, 16/3)

> Aí nós trabalhô, trabalhô, trabalhô, trabalhô, trabalhô, trabalhô, trabalhô, trabalhô, três mesi, rapaiz, ninguém ajudô. (Y_1, 16/4)

Esta breve análise da variabilidade lingüística, observada no **continuum** do português xinguano, permite associá-la aos processos de pidginização comumente registrados nos pidgins. Ela está presente na fala tanto dos velhos quanto dos jovens, podendo ser atribuída naqueles a uma cristalização da forma reduzida do português de contato falado nos primórdios do contato interétnico, enquanto nestes parece representar um estágio aquisitivo, mais ou menos estabilizado segundo a intensidade do contato destes falantes.

Convivendo desde crianças com o português xinguano, ou tendo acesso freqüente ao modelo padrão, a fala dos jovens tende a apresentar uma crescente complexidade gramatical e a incorporação de regras variáveis com índices de flutuação que, em alguns casos, como nos dos falantes do Posto Leonardo, se avizinham da realização categórica.

Denominou-se a esta tendência depidginização e ela é observada em número relativamente reduzido de falantes jovens.

Concluindo, podemos dizer que quatro situações lingüísticas configuram o **continuum** e caracterizam o português xinguano: a manutenção dos padrões nativos, sem participação de seus falantes na comunicação verbal interétnica, representada por 54,8% da população xinguana; a comunicação fatorizada no português de contato, à que recorre 30,5%

dos falantes; a fala pidginizada, na qual se comunicam 8,9% dos xinguanos e, finalmente, a fala em processo de depidginização com que interagem verbalmente 5,7% dos falantes xinguanos.

Para finalizar, cabe aqui lembrar que esta era a situação do português xinguano no período de 1975 a 1984 quando foram coletados os dados que serviram de base para este estudo.

Com a direção do Posto Leonardo Villas Boas e do Parque Indígena do Xingu hoje sob a responsabilidade de jovens egressos do 'ministério' de Orlando Villas Boas, e vivendo um novo momento de sua história e do contato, caberá re-avaliar num futuro não muito distante a trajetória deste português xinguano e a forma que ele vem assumindo dentro de uma nova modalidade de interação interétnica de cunho mais sistemático e seguramente menos seletivo do que foram as quatro décadas da gênese e formação do português xinguano.

R É S U M É

Ce travail dresse un tableau des origines du portugais du Xingu et de la forme que celui-ci prend en contact avec les langues amérindiennes du Haut Xingu. La langue portugaise du Xingu fonctionne dans cette contrée de multilinguisme comme une "lingua franca". On présente un bref historique de ce contact, commencé de façon intermittente en 1889 et de manière permanente à partir de 1946. On décrit le continuum linguistique documenté dans la région entre 1975 et 1984 et on y observe sa gradation dans la population du Xingu: l'emploi exclusif des langues amérindiennes (54,9%); la communication en portugais sommaire de contact ("comunicação fatorizada")(30,5%); le portugais pidginisé (8,9%) et le portugais en voie de dépidginisation (9,7%).

NOTAS

1 A Expedição Roncador-Xingu, que fora criada em 1941 como fonte de desbravamento da Fundação Brasil Central, tinha como missão específica a penetração e colonização desde as regiões desconhecidas do Brasil Central à Amazônia.

2 Trata-se do maior ritual do Alto Xingu que homenageia os mortos e deve realizar-se com a presença dos demais grupos indígenas da área.

3 A noção de **continuum** foi desenvolvida para descrever a mobilidade lingüística e social dos falantes, sobretudo em comunidades de fala crioula, em direção à língua oficial, padrão, como se observa, por

exemplo, na Jamaica, Guiana Inglesa e no Hawaí.

4 Nas referências é indicada a sigla do informante, seguida do número da gravação onde se encontra a citação mencionada e o ano em que foi feita a documentação, correspondendo 1 a 1975, 2 a 1976, 3 a 1977 e 4 ao período compreendido pelos anos 1978/79.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, P. **Kwarîp; mito e ritual no Alto Xingu.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974. 209p.

ANDERSON, R. **Pidginization and creolization as language acquisition.** Org. R. Anderson. Rowley Newbury House Publishing, Inc., 1983.

BASSO, Ellen R. The use of Portuguese relationships terms in Kalapalo (Xingu Carib) encounters: changes in Central Brazilian communications network. **Language in Society**, n.2, 1973.

BECKER, Ellen R. **Xingu Society.** Universidade de Chicago, 1969. 360 fls. dat. Tese de Doutorado.

BRAGA, M. Luiza, SCHERRE, M. Marta. A concordância de número no sintagma nominal em português. In: ENCONTRO Nacional de Lingüística, 10, Rio de Janeiro, 1976. p.464-77.

EMMERICH, Charlotte. **A língua de contato no Alto Xingu**; origem, forma e função. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1984. 278p. Tese de Doutorado.

HALL, Robert A. **Pidgin and Creole languages.** 3.ed. Cornell: Cornell University Press, 1974 [1966] 188p.

MEYER, Hermann. Meine Reise nach Brasilien. **Verhandlungen. Deutsche Kolonial-Gesellschaft.** Berlin: Verlag von Dietrich Reimer, 5, 1987a. p.166-94.

_____. Über seine Expedition nach Central-Brasilien. **Verhandlungen der Gesellschaft für Erdkunde.** Berlin, Ed. W.H. Kühl, Nr.3, Bd.24, 1987b. p.172-99.

_____. Bericht über seine zweite Xingú-Expedition. **Verhandlungen der Gesellschaft für Erdkunde.** Berlin, Ed. W.H. Kühl, Nr.213, Bd.27, 1990. p. 112-95.

NARO, Anthony J. A study on the origins of pidginization. **Language**, n.54, v.2, 1978. p.314-47.

NORONHA, Ramiro. **Comissão Rondon.** Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Proteção aos Índios/Imprensa Nacional, 1952. 77p. (Publicação nº 75).

RIBEIRO, Darcy. **A política indigenista brasileira.** Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1962. 178p.

SCHMIDT, Max. **Indianerstudien in Zentral-Brasilien.** Berlin: Dietrich Reimer, 1905. 455p.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos et alii. **Sete estudos sobre o português kamayurá.** Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBa., 1988. 163p.

STEINEN, Karl von den. **Durch Central-Brasilien.** Leipzig: F.A. Brockhaus, 1886. 372p.

_____. **Unter den Naturvölkern Zentral-Brasiliens.** Berlin: Verlagsbuchhandlung Dietrich Reimer/Johnson Reprint Corp., 1984. 570p.

VASCONCELOS, Vicente de Paula Teixeira da Fonseca. **Expedição ao Rio Roonuro.** Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Proteção aos Índios/Imprensa Nacional. 1945. 154p. (Publicação nº 90).

WHINNOM, Keith. Linguistic hybridization and the "special case" of pidgins and creoles. In: HYMES, Dell. (ed.) **Pidginization and creolization of languages.** Cambridge: Cambridge University Press, 1974. p.91-115.

ANTI-CRIOULO: NOTAS SOBRE AS COMUNIDADES DE DESCENDENTES DE ESCRAVOS NO BRASIL

Hildo Honório do Couto
Universidade de Brasília

R E S U M O

O trabalho propõe, por um lado, que se considere como **anti-crioulo** a linguagem de algumas comunidades negras descendentes de escravos africanos no Brasil. Baseando-se em especial na língua de falantes do Cafundó, o autor a vê com gramática de língua dominante, o português, e léxico marcado pela língua de substrato, as línguas africanas, em oposição ao que se conceitua como **crioulo,** de léxico europeu e gramática africana. Por outro lado, o trabalho objetiva ainda alinhar uma bibliografia concernente ao assunto.

Há muito tempo discutem alguns autores sobre a possibilidade de haver ou não alguma variedade de língua crioula no Brasil. Outros, mais realistas, falam da possibilidade de ter existido, ou não, esse tipo de língua no país. Assim sendo, há aqueles que acham que o português brasileiro atual estaria num processo de descrioulização. Nesse caso, o português rural, por exemplo, seria um tipo de **semi-crioulo** (SILVA NETO, 1966; HOLM, 1991a,b). Já se sugeriu até que o português brasileiro estaria num processo de crioulização [1]. Eu não vou tomar posição a respeito dessa polêmica, pois o que interessa aqui é uma outra questão, ou seja, a dos núcleos de descendentes de escravos africanos ainda encontráveis aqui e ali no Brasil. Mais especificamente, o meu objetivo é mostrar que a linguagem desses núcleos – até onde eles tenham uma linguagem específica – seria o contrário daquilo que normalmente se chama de crioulo. Um segundo objetivo é alinhar uma extensa bibliografia sobre o assunto.

Comecemos definindo o termo "crioulo". Segundo Derek Bickerton, "um crioulo surge quando crianças adquirem um pidgin como língua materna". O pidgin, por seu turno, "é uma língua auxiliar que surge quando falantes de diversas línguas mutuamente ininteligíveis entram em contato estreito" (BICKERTON, 1984:173; cf. também HALL, 1966). Essa é a definição mais comum entre os crioulistas hoje em dia. No entanto, no

começo dos estudos crioulos no final do século passado e início do atual, havia uma outra concepção de crioulo que, aliás, coincide com a concepção vulgar desse tipo de língua. Ela foi formulada basicamente por Lucien Adam e Suzanne Sylvain, mas é seguida por toda uma plêiade de autores. Em poucas palavras, para esses dois autores crioulo é uma língua de vocabulário europeu e gramática africana. Traduzida em termos mais gerais, essa definição diria que crioulo é uma língua com léxico da língua dominante, de superstrato, e gramática da(s) língua(s) dominada(s), de substrato ou do povo dominado, dos escravos (cf. HOLM, 1988, BOLLÉE, 1977).

Embora seja a definição de Bickerton/Hall que prevaleça hodiernamente, partirei da segunda definição de crioulo, a de Adam/Sylvain que é, ao fim e ao cabo, a chamada hipótese da língua mista (**Mischsprache**). Na verdade, quando se diz ainda hoje que o crioulo caboverdiano é de base lexical portuguesa, no fundo está se pressupondo a hipótese da língua mista. Portanto, a definição de crioulo como língua que adotou o léxico da língua dominante e a gramática das línguas dominadas faz sentido, mesmo que não a adotemos na íntegra. Ademais, como os falantes de línguas dominadas são via de regra escravos, a associação entre as comunidades de descendentes de escravos e línguas crioulas vem de imediato à mente.

Volta e meia vemos notícias na imprensa sobre comunidades negras descendentes de escravos ainda subsistentes no interior do Brasil. A última que vi foi sobre a comunidade Calunga, do Vão do Riachão, município de Monte Alegre, Estado do Tocantins (**BsB Brasília**, 16.06.90). Talvez essa comunidade seja uma das mais conservadoras dentre todas as que se conhecem. No entanto, há uma outra comunidade de negros no município de Patrocínio (MG), também chamada de Calunga (VOGT/FRY, 1983). Próximo a Luziânia (GO) – localizada no entorno de Brasília – ainda se vêem remanescentes de uam comunidade desse tipo, conhecida como Mesquita. Mas, dentre todas essas comunidades a mais conhecida dos lingüistas é sem dúvida a do Cafundó – no Estado de São Paulo –, devido aos estudos que Carlos Vogt, Peter Fry e Maurício Gnerre lhe dedicaram (cf. Referências Bibliográficas). No entanto, várias outras existem pelo Brasil afora. Sônia Queiroz estudou, por exemplo, uma comunidade semelhante situada no município de Bom Despacho (MG), em dissertação de mestrado inédita intitulada **A língua do negro da Costa;** um remanescente africano em Bom Despacho(MG)[2]. Para citar só mais duas, temos a comunidade de Helvécia, sul da Bahia, no município de Mucuri, estudada por Carlota Ferreira e Alan Baxter, e a de São João da Chapada (MG), estudada por Aires da Mata Machado e Maurizio Gnerre (cf. MACHADO, 1938 e GNERRE, ms). A linguagem da comunidade de Helvécia parece ser um caso especial. Ao que tudo indica, ela se aproximaria mais do crioulo propriamente dito do que daquilo a que abaixo chamarei de **anti-crioulo** (cf. FERREIRA, 1985 e BAXTER, 1991).

Essas comunidades se encontram em estágios de maior ou menor grau de aculturação ao meio rural brasileiro e, conseqüentemente, de desaculturação como comunidade **sui generis** de descendentes de escravos. A de Mesquita, por exemplo, já não apresenta praticamente mais nada que a distinga, de maneira substancial, da comunidade rural circundante do ponto de vista lingüístico. Exatamente o contrário se dá com a de Calunga (Tocantins)[3] e a de Cafundó (São Paulo) – além do caso especial de Helvécia –, que ainda conservam muitos vocábulos de origem africana.

De todas as comunidades de que tenho notícia, a mais bem estudada do ponto de vista lingüístico é, como já notei acima, a de Cafundó (cf. GRANDA, 1987:14). Por isso, darei maior ênfase a ela no que segue, embora o que disser dela seja válido também para muitas outras situações semelhantes não só no Brasil e na América em geral, mas também para o mundo todo. O primeiro estudo publicado sobre a linguagem do Cafundó por lingüistas é o de VOGT/GNERRE (1978). Como o próprio título do trabalho já denuncia – "Cafundó: uma comunidade negra que fala até hoje uma língua africana" –, os autores viram nessa comunidade uma língua "africana". É claro que se trata de um exagero, como o próprio texto o demonstra. No entanto, deve-se notar que se trata de uma primeira abordagem ao assunto, ainda sob o impacto da surpresa inicial. De qualquer modo, o artigo em questão contém informações preciosíssimas sobre a comunidade do Cafundó. Uma delas é: "no Caxambu vi

viam várias famílias que também falavam a língua 'africana'" (VOGT/ GNERRE, 1978:14). Aliás, "segundo Silvino Pires, onde se falava a língua 'africana' era no Caxambu" (p.18). Esta última comunidade se localizava próximo à do Cafundó (FRY/VOGT/GNERRE, 1981:375). Os autores nos informam, outrossim, que "outras situações semelhantes à do Cafundó talvez possam ser caracterizadas em outras partes do país", como a de Diamantina, que estava sendo estudada por pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora (VOGT/GNERRE, 1978:19).

Os próprios membros da comunidade do Cafundó dão nomes específicos à sua linguagem. Assim, "Otávio Caetano, 60 anos, um dos líderes do Cafundó, refere-se à língua usando a palavra **código** e é assim que também a caracteriza quando a chama o nosso latim'" (VOGT/GNERRE, 1978:13). Alhures, informam-nos que "eles chamam esse léxico de 'língua africana'" (VOGT/GNERRE, 1918:373) e até "falange" e "cupópia" (VOGT/FRY, 1983:176).

Carlos Vogt e Maurizio Gnerre são lingüistas, embora de orientação sociológica, mas Peter Fry é antropólogo. Assim sendo, não admira que os artigos assinados pelos três dêem prioridade aos aspectos sociais e sociolingüísticos da comunidade. Dentre outras coisas, informam-nos que a "a 'língua' pode ser vista não só como um sinal diacrítico que demarca simbolicamente a comunidade do Cafundó, mas também como um elemento importante nas interações sociais dentro e fora do grupo" (FRY/VOGT/GNERRE, 1981:378). Enfim, ela revela uma mescla de africanidade e caipiridade (p.384).

Vê-se, assim, que a linguagem da comunidade do Cafundó assimilou "muitas características da vida comunitária do caipira paulista" (FRY/VOGT/GNERRE, 1981:374). Conseqüentemente, "o próprio português que falam é, sob muitos aspectos, identificável ao dialeto caipira tal como o apresenta, por exemplo, Amadeu Amaral em **O Dialeto Caipira**" (p.374). O fato interessante é que os resquícios de africanismos sobrevivem "até o presente, apesar de não ser 'necessário' para a comunicação. O português (...), a língua nativa da comunidade, é, desse ponto de vista, muito mais eficiente" (p.378). As sobrevivências se justificam pela necessidade de manter uma identidade própria, como vi

mos acima. Verificamos que "a 'língua africana' do Cafundó é, na verdade, um léxico cujo uso tem como suporte estruturas gramaticais do português" (FRY/VOGT/GNERRE, 1981:386). Um pouco antes esses autores haviam dito que "sua — da comunidade — língua materna é o português, uma variação do português partilhada com os demais habitantes da região. Usam, além disso,(...) um léxico de origem banta, quimbundo predominantemente" (p.374).

Respigando aqui e ali nos três artigos acima citados, vemos que o componente genuinamente africano são "poucas palavras (134 ao todo), cujo uso depende, além disso, de estruturas morfossintáticas do português" (VOGT/FRY, 1983:176). A seguir, alinho algumas dessas palavras de origem africana.

(1) ngombe = boi, cavalo, veado, bicicleta, automóvel, ônibus;
(2) vavuru = grande, gordo, aberto, alto, muito, mais, etc.;
(3) nani = menos, baixo, fechado, não;
(4) kunuá = beber
(5) kurimá = trabalhar
(6) kwipa = matar
(7) kuendá = ir embora
(8) injó = casa
(9) mukanda = letras, escrita
(10) uiki = açúcar
(11) tata = pai
(12) andarú = fogo
(13) maiembe = remédio em geral
(14) mafambura = doença pegada
(15) kaxapura = doença do corpo mesmo
(16) kutaru = reza
(17) kulipiar = falar
(18) matuara = feitiço
(19) anguara = pinga
(20) vatema = branco
(21) alá = deus
(22) sanji, vimbundo, makura, mafingui (não consegui o significado).

Além desses itens lexicais, há também expressões inteiras com palavras africanas, como se pode ver na lista abaixo:

(23) kuipado = morrer de 'mafambura'
(24) kuendar = morrer de 'kaxapura'
(25) konjenga karunga = morrer calmamente e na hora certa
(26) orofim do andarú = (?)

Como se vê em (1)-(3), há muita polissemia, típica de vocabulários restritos como é o do componente africano da linguagem do Cafundó. Por outro lado, os exemplos (23)-(26) deixam claro que os itens lexicais africanos são usados numa gramática portuguesa. No entanto, o fato mais importante é a própria existência desse léxico de origem africana. E assim, entramos diretamente na tese que pretendo defender.

Já vimos acima que uma das primeiras definições de crioulo era a de que ele se compõe de um léxico europeu e uma gramática africana (cf. também a versão mais geral da definição!). Ora, a linguagem do Cafundó, e assemelhadas, é justamente o oposto, ou seja, ela consta basicamente da gramática do português rural circundante e um léxico parcialmente africano. Por isso, sugiro o nome **anti-crioulo** para designá-la. Numa definição mais geral, anti-crioulo é uma língua – ou variedade de uma língua – que consta basicamente da gramática da língua dominante ou de superstrato e um léxico total ou parcialmente oriundo de uma língua – ou de línguas – de substrato, dominada(s).

Os próprios autores que estudaram a linguagem do Cafundó já vislumbraram a possibilidade de chamá-la de anti-crioulo. Com efeito, eles afirmam que "do ponto de vista gramatical, parecem prevalecer, nessa língua, os caracteres do português, o que leva a crer que esta mistura do português e de uma língua africana tenha, neste caso, **seguido o caminho inverso das línguas crioulas** (sublinahdo meu, HHC) que se falam na África, já que sua base gramatical é portuguesa, enquanto seu léxico é africano" (VOGT/GNERRE, 1978:13). Afirmam, outrossim, que essa linguagem se assemelha a "**pidgins** num estágio inicial de contato" (FRY/VOGT/GNERRE, 1981:387). Embora esta última afirmação não seja inteiramente verdadeira, ela não deixa de ter um certo sentido, pois reforça a idéia de **Mischsprache** que é essa linguagem.

O conceito de "anti-crioulo" não é um artefato adrede criado para designar a linguagem do Cafundó. Pelo contrário, ele cobre toda uma gama de situações semelhantes, não só no Brasil mas também em outros países da América e do mundo em geral. Por exemplo, o "dialeto" de São João da Chapada parece ser também um anti-crioulo, ou seja, ele consta basicamente da gramática do português rural circundante e um lé-

xixo parcialmente de origem africana (cf. MACHADO, 1938). Como já foi dito acima, a língua da comunidade Calunga, do Tocantins, também seria um anti-crioulo. Poderíamos citar ainda a **língua da costa** (nordeste) e a **língua da mina** (MG), a primeira com vocabulário iorubá e a segunda com vocabulário fon (cf. MELLO/LORENZINO, 1922:10). O "pidgin" de Bom Despacho (MG), estudado por Sônia Queiroz, também parece estar no mesmo caso. E assim por diante.

A fim de reforçar a necessidade do conceito "anti-crioulo", vou alinhar alguns outros exemplos de situações de outros países que são exatamente iguais à do Cafundó e das outras comunidades recém-mencionadas. Segundo John Holm, o conceito abrangeria o **anglo-romani**, algumas línguas de ciganos e o **shelta**. Ele continua nos seguintes termos: "se você pensa na gênese de tais línguas como relexificação parcial, no entanto, elas têm mais em comum com os crioulos do que pode parecer à primeira vista" (HOLM, comunicação pessoal). Nesse caso incluir-se-iam, provavelmente, a linguagem usada em muitos quilombos bem como a linguagem litúrgica de "santería" entre os porto-riquenhos. Do anglo-romani diz Holm: "basicamente contém sintaxe, fonologia e palavras funcionais do inglês juntamente com itens lexicais romanis ou ciganos" (HOLM, 1988:10).

Por falar em ciganos, a linguagem dos ciganos de Portugal é também um anti-crioulo, pelo menos até o final do século passado. Vejamos alguns exemplos, tirados de Coelho (1892), que a estudou em pormenores.

(1) gorodon de sanacy = um cordão de ouro
(2) non li pineles = não lhe peças
(3) el jambo se camela rumandiñar = o homem que quer casar-se
(4) es de chibé = é meio-dia
(5) allá chalo = lá vou
(6) del posonó si chicubela la pañí = da nora se tira a água.

Como sabemos, Adlfo Coelho é o pai da crioulística portuguesa. Não é de admirar, portanto, que ele associe a linguagem dos ciganos aos crioulos. Segundo o autor, o estudo dessa linguagem "se liga às minhas investigações geraes sobre as línguas mixtas de que os dialectos tsiganos são tão frisantes exemplos" (COELHO, 1892:4). Em outra

publicação, ele afirma explicitamente que o "rumanho não é mais do que mau hispanhol semeado de palavras particulares,a maior parte das quaes se encontrarão também no gitano ou linguagem dos ciganos d'Hespanha"(COELHO,1987/9: 17). Por outras palavras, ambos são anti-crioulos, no sentido definido acima. É bem provável que os ciganos do Brasil e de outros países também falem umalinguagem que se enquadra na categoria de anti-crioulo, ou seja, com uma gramática da língua dominante local e um léxico exógeno.

Segundo Matthias Perl, há anti-crioulos em vários países da América, embora ele não se refira a eles sob essa rubrica. Em suas palavras, "como español influído por lenguas africanas o 'español vestigial' se consideran las variedades habladas por afroamericanos p. ej. en Panamá, Ecuador, Colombia, Puerto Rico, Cuba y en la República Dominicana así como el español de la población bilingüe de la Guinea Ecuatorial". A "habla bozal" de Cuba estaria mais para crioulo em fase de descrioulização, ou para o semi-crioulo de Holm (199a, b) (Cf. PERL, 1991:4).

Na Venezuela também parece haver anti-crioulos (ÁLVAREZ, a sair). E assim, em praticamente toda a América existem comunidades cuja linguagem é constituída pela sintaxe da língua de superstrato circundante e um léxico parcialmente de origem africana, ou seja, anti-crioulos. Em Granda (1987), temos um ótimo apanhado geral da questão em todas as três Américas. Perl (1991:4-5), por outro lado, sugere que existem anti-crioulos nos Estados Unidos, em Trinidad e nas Filipinas (cf. também LIPSKI, 1985, 1986).

À guisa de conclusão, gostaria de sublinhar mais uma vez a importância do conceito de "anti-crioulo". Com efeito,comunidades cuja linguagem constitui-se de uma gramática do superstrato e cujo léxico pelo menos em parte é exógeno devem existir em todo o mundo. Assim, é bem provável que na África e na Ásia elas existam em profusão, sobretudo se pensarmos nas grandes migrações que sempre ocorrem nesses continentes. Dado que os processos históricos que ensejam o seu surgimento não são exclusivos da época atual, é bem provável que em toda a história da humanidade tenham existido anti-crioulos, exatamente como na América em geral e no Brasil em particular. A comunidade do Cafundó é

apenas um dos vários exemplos brasileiros.

RÉSUMÉ

Le but de ce travail est de considérer comme **anti-créole** le langage des communautés de Noirs descendants d'esclaves africains au Brésil. Se fondant notamment sur la langue des locuteurs de Cafundó, dont la grammaire est celle de la langue dominante, le portugais, et le lexique marqué par la langue de substrat, les langues africaines, l'auteur l'évalue comme une opposition au **créole** dont le lexique est européen et la grammaire africaine. D'autre part, le travail prétend encore lister une bibliographie concernant le sujet.

NOTAS

[1] Para uma ampla discussão e bibliografia sobre o assunto, cf. Holm (1988). Ver também Guy (1986) e Tarallo (ms).

[2] Ver também Queiroz (s.d.), em que a autora chega a usar o termo "pidgin" para caracterizar essa linguagem. É claro que inadequadamente.

[3] Essa comunidade foi estudada pela antropóloga Baoicchi de Goiânia. Infelizmente não tenho a referência completa.

[4] O termo "anti-crioulo" já foi usado por Bull (1989:107), mas significando "atitude contra o crioulo". John Holm vem propondo o conceito de "semi-crioulo" para designar crioulos em fase avançada de descrioulização, como o português rural brasileiro (cf. a descrição de Helvécia de Ferreira, 1985 e Baxter, 1991). Holm (199la,b).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAXTER, Alan (1991) The contribution of isolated Afro-Brazilian communities to the prior creolization debate: an example from Bahia state. Comunicação lida no Colóquio sobre Crioulos de Base Lexical Portuguesa. Lisboa, 26-28.06.1991. Sairá nas **Actas...**

BICKERTON, Derek (1984) The language bioprogram hypothesis. **The behavioral and brain sciences**, n.7, p.173-221.

BULL, Benjamim Pinto (1989). **O crioulo da Guiné-Bissau;** filosofia e sabeodria. Lisboa/Bissau: ICALP/INEP.

CASTRO, Yeda Pessoa de (1990) Os falares africanos na interação social dos primeiros séculos. In: MELLO, L.A. (org.) **Sociedade, cultura e língua**. João Pessoa: Shorin/FUNAPE/UFPb, p.91-113.

COELHO, Adolfo (1887/9) Os ciganos de Portugal. **Revista Lusitana,** I, v.3, p.3-20.

COELHO, Adolfo (1892) **Os ciganos de Portugal. Com um estudo sobre o Calão.** Lisboa: Imprensa Nacional.

FERREIRA, Carlota da Silveira (1985) Remanescentes de um falar crioulo brasileiro. **Revista Lusitana**, Nova Série, n.5, p.21-34. Também em FERREIRA et alii (1988) **Diversidade do portugues do Brasil;** estudos de dialectologia rural e outros. Salavdor: Centro Editorial e Didático da UFBa., p.21-32.

FRY, Peter, VOGT, Carlos, GNERRE, Maurizio (1981) Mafambura e caxapura; na encruzilhada da identidade. **Dados. Rev. de Ciências Sociais,** n. 24, v.3, p.373-89.

_____. (1984) A comunidade Cafundó. Mafambura e caxapura; na encruzilhada da identidade. **Estudos lingüísticos,** n.6, p.111-28.

GRANDA, German de (1987) **Situación actual de los estudios lingüísticos afrohispanoamericanos.** Bogotá: Instituto Caro y Cuervo (Thesaurus, XLII).

HOLM, John (1988) **Pidgins and creoles.** Vol. I. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. (1991a) American black English and Afrikaans; two germanic semi-creoles. Comunicação lida no II Meeting of Society for Pidgin and Creole Lingusitics, Chicago, 3-6.01.1991.

_____. (1991b) Popular Brazilian Portuguese; a semi-creole. Comunicação lida no Colóquio sobre Crioulos de Base Lexical Portuguesa . Lisboa, 26-28.06.1991. Sairá nas **Actas...**

LIPSKI, John (1985) Contactos hispanoamericanos; el español ecuatoriano y su importancia para la dialectología hispanoamericana. **Anuario de Letras,** XXIII, p.99-130.

_____. (1986) Convergence and divergence in **bozal** Spanish; a comparative study. **Journal of Pidgin and Creole languages,** n.1, v.1, p. 171-203.

MACHADO, Aires da Mata (1938) O dialeto crioulo de S.João da Chapada. In: MISCELÂNEA de Estudos em Honra de D.Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Coimbra, p.39-48.

MELLO, Heliana, LORENZINO, Gerardo.(1992) On the semi-creole status of popular Brazilian Portuguese. Comunicação lida no II Meeting of the Society for Pidgin and Creole Linguistics, Philadelphia,10-11/1/1992.

PERL, Matthias (1991) Acerca de la morfosintaxis del 'habla bozal'. **Papia-Revista de Crioulos de Base Ibérica,** I, v.1, p.04-14.

QUEIROZ, Sônia (1986) A língua dos negros da Tabatinga. **Suplemento Literário**(MG), n.1.033, 26.07.86.

_____. (s.d.) A língua dos negros da Costa da Mina; um "pidgin" em Minas Gerais (?)

_____. (?) **A língua do negro da Costa da Mina;** um remanescente africano em Bom Despacho. Dissertação de Metsrado, inédita.

RÊVAH, I.S. (1963) La question des substrats et superstrats dans le domaine linguistique brésilien. **Romania,** n.84, p.433-56.

SILVA, M. Margarida M. (1986) Influência dos crioulos africanos na língua portuguesa do Brasil. **Atas do I Simpósio sobre a Diversidade Lingüística no Brasil.** Salvador: UFBa.. p.293-8.

SILVA NETO, Serafim da (1963) **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil.**Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.

TARALLO, Fernando. On the alleged creole origin of Brazilian Portuguese; untargeted syntactic changes. ms.

VOGHT, C.,FRY, P. (1982) A "descoberta" do Cafundó; alianças e conflitos no cenário da cultura negra no Brasil. **Religião e Sociedade,** n.8, Rio de Janeiro.

_____. (1983) Ditos e feitos da falange africana do Cafundó e da Calunga de Patrocínio (ou de como fazer falando). **Revista de Antropologia,** n.XXVI.

_____. (1983) Cuipar e cuendar pra conjenga carunga; a morte e a morte no Cafundó. In: MARTINS, J. de S. (org.) **A morte e os mortos na sociedade brasileira.** São Paulo: Hucitec.

VOGHT, C., GNERRE, M. (1978) Cafundó; uma comunidade negra que fala até hoje uma língua de origem africana. **Estudos Lingüísticos** (GEL)II. p.11-19.

A "CARTA DE CAMINHA": CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

GRUPO PROHPOR*

R E S U M O

Apresentam-se quatro estudos precedidos de um prólogo, realizados por pesquisadores do Grupo PROHPOR, isto é, "Programa para a História da Língua Portuguesa". Escolheu o Grupo a **Carta** de Pero Vaz de Caminha como primeiro trabalho conjunto do PROHPOR, não só motivado pelos 500 anos da descoberta da América pela Europa, mas sobretudo pelo significado que tem também a **Carta** como testemunho para a história da língua portuguesa. Centram-se os estudos no âmbito da morfossintaxe e sintaxe do português e tratam da ordem dos constituintes na sentença; das estrutras atributivas que selecionam os verbos, em variação, **ser, estar, andar** e **jazer**; de locuções adverbiais, expressão de circunstâncias; das conjunções, em geral, e das comparativas, em especial, escolhidas pelo escrivão/escritor da frota de Cabral em abril-maio de 1500.

I PRÓLOGO

Rosa Virgínia Mattos e Silva
Universidade Federal da Bahia

1 PRIMEIRAS PALAVRAS

Assinalam-se nesta última década do século XX eventos históricos de quinhentos anos atrás. Pesquisadores do "Programa para a História da Língua Portuguesa", motivados pelo tempo que transcorre, selecionaram a **Carta de Pero Vaz de Caminha** como primeiro documento sobre que trabalhar em conjunto e coordenadamente, sem prejuízo de seus projetos individuais. Aqui, trazemos a público os primeiros resultados deste trabalho do PROHPOR.

Entre comemorar e denunciar caminham os eventos que marcam o quinto centenário da América descoberta pela Europa. Sobre isso ouçamos as palavras de Lévi-Strauss, em entrevista ao jornal **Folha de São Paulo** (10.11.1991):

> Digo que havia duas metades da humanidade que, tanto uma como outra, não sabiam que existiam, e que se encontraram; que, para a Europa, resultaram daí benefícios absolutamen

> te prodigiosos — não é preciso enumerá-los — enquanto para os outros foi, ao contrário, uma destruição de seres, de obras de arte e de valores. Portanto, não se trata de ver nas comemorações — decerto, é necessário comemorar — a ocasião de uma espécie de regozijo ou de triunfo pelo espírito empreendedor da Europa, mas de ser a ocasião muito grave, muito digna, para essas duas metades da humanidade, de se encontrarem para tentarem compreender, sob todos os seus aspectos, o que é talvez o acontecimento mais importante da história da humanidade.

Dentre os aspectos mencionados por esse célebre antropólogo do século XX, estão as questões referentes às línguas que se encontraram: as línguas de dominação dos colonizadores e as línguas, em grande parte dizimadas, dos autóctones americanos. Neste trabalho, não nos esquecendo da epopéia etnocida e conseqüentemente glotocida que se seguiu à descoberta e colonização da América, e persiste neste século XX, vamos procurar observar o documento denominado de "auto do descobrimento do Brasil e da sua posse, em nome de Cristo, pela Coroa portuguesa", por Jaime Cortesão, no mais completo estudo sobre a **Carta** (1967:82). Procuraremos nele entrever os aspectos da língua portuguesa que aqui chegou e que, podemos dizer, começou a ser semeada nestes trópicos pelos degredados e grumetes que não voltaram com a frota de Cabral.

Ouçamos Caminha sobre o fato:

> *Creo Sñor que con estes dous degradados que aaquy ficam./ ficam mais dous grometes que esta noite se sairam desta naao no esquife em tera fogidos* (fol.13,ls.28-31)[1]

e a sua razão para deixarem os "degradados", em vez de levarem indígenas para a corte, não foi, em nenhum momento, a de transmitirem eles a língua portuguesa, pelo contrário:

> *... mjlhor e mujto mjlhor enformaçom da trra daram dous homẽes destes degradados que aaquy leixassem do que eles dariam seos leuasem por seer jente que njnguem entende nem eles tam cedo aprẽderiam afalar perao saberẽ tam bem dizer que mujto mjlhor ho estoutros nom digam quando ca vosa alteza mandar...* (fol.6,ls.24-31)

> *E por tanto se os degradados que aqui am de ficar. aprendem bem a sua fala e os entenderam./ nom dovydo segũ a santa tençam de vosa alteza fazeremse xpãos e creerem na nossa samta fe.* (fol.11,ls.26-30)

A intenção explicita e o conselho que dá Caminha ao rei é que

se convertam os indígenas — "esta gente", "eles" —, para isso seria preciso aprender a sua "fala", e que a terra — "ela" — seja apenas uma "pousada" na rota para a Índia:

> *Pero omjlhor fruito que neela se pode fazer me pareçe que sera saluar esta jemte e esta deue seer aprincipal semente que vosa alteza em ela deve lamçar./ Eque hy nõ ouuesse majs ca tẽer aaquy esta pousada pera esta nauegaçom de calecut* (fol.13v -ls.22-27)

Os quase quinhentos anos que se passaram demonstram que os caminhos da História foram outros para "eles" e para "ela". Os alumbramentos de Caminha, quanto às gentes e quanto à terra, resultaram no que conhecemos da realidade passada e presente do Brasil. Basta que se queira ver o que ocorre hoje tanto com os remanescentes indígenas (de milhões para cerca de 220.000) como para a natureza tropical em contínuo processo de devastação, em confronto com as palavras do encantado escrivão que seguia com Cabral para a feitoria de Calecut, onde viria a falecer:

> *Eles porem cõ tudo andam muyto bem curados e mujto limpos e naquilo me pareçe ajmda mais que sam coma aves ou alimareas monteses que lhes faz ho aar mjlhor pena e mjlhor cã belo que aas mansas./ porque os corpos seus sam tam limpos e tam gordos e tam fremosos que nõ podẽ mais seer* (fol. 8,ls.13-20).

> *Esta trra ... traz ao longo do mar em algũas partes grandes barreiras delas vermelhas e delas bramcas e a terra per cima toda chãa e mujto chea de grandes arvoredos./ de pomta apomta he toda praya parma muyto chãa e mujto fremosa ... neela ataagora nõ podemos saber que aja ouro nem prata nem nhuãa cousa de metal nem de fero. nem lho vjmos./ pero a trra en sy he de muyto boos aares asy frios etemperados ... agoas sam mujtas jnfindas. E em tal maneira he graciosa que querendoa aproveitar darsea nela tudo per bem das agoas que tem* (fol.13v,ls.1-21)

Não são necessárias mais palavras: o que vemos aqui hoje e o que lemos acima definem o percurso da História. Quanto às línguas que se encontraram, graças à população brasileira, o português está entre as línguas mais faladas no mundo e as ainda cerca de 170 línguas indígenas do Brasil — possivelmente o dobro em 1500 (RODRIGUES, 1986: 18-19) — são a expressão de minorias indígenas oprimidas que hoje lutam por sua identidade e por isso procuram preservar suas línguas de berço.

2 A "CARTA" COMO TESTEMUNHO PARA A HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Sobre a **Carta** escreveram muitos e muito: historiadores, historiógrafos, estudiosos das narrativas de viagens do século XVI, antropólogos, etnógrafos, paleógrafos, lexicólogos, filólogos ... O nosso objetivo com estes primeiros estudos é depreender da **Carta** elementos que nos dêem suporte para uma melhor compreensão e explicitação de fatos lingüísticos em curso ou em processo na constituição histórica da língua portuguesa, no momento em que ela chega ao Brasil. A nossa abordagem, portanto, se enquadra no âmbito da lingüística histórica que, no seu sentido estrito, trabalha com o incessante tornar-se das línguas. A partir da **Carta**, procuraremos olhar para o passado do português, tendo como referência ou baliza, na direção do futuro, o português da atualidade.

A **Carta** nos servirá como "informante lingüístico" do que seria o português culto expresso em uma narrativa, que é um documento histórico de significação ímpar para a história do Brasil e de Portugal, também de cunho literário (CORTESÃO, 1967: Cap.I). Datada, localizada e de autor cuja biografia os historiadores refizeram – origem minhota, homem culto, teria 50 anos ao embarcar na frota de Cabral – a **Carta** torna-se além do mais um documento de extrema significação como testemunho privilegiado para a história do português.

Caminha, como "cidadão do Porto", foi um dos escolhidos para redigir os capítulos reivindicatórios a serem levados do Porto às Cortes de novembro de 1497 em Lisboa. Esse fato interessa à avaliação lingüística da **Carta** porque, como demonstra Cortesão (p.56-59), os escolhidos para essa atividade político-legislativa deviam escrever como "praticavam". E, sobre isso,explica o referido historiador, **doublé** de filólogo – "**praticar** naquele tempo queria dizer falar, conversar, orar". Talvez decorra dessa prática, sentir o leitor acostumado aos textos dos fins do século XV e do século XVI que a **Carta** flui naturalmente, sem volteios retóricos pesados e sem erudição desnecessária. Esse fato permite categorizá-la, com rótulo da lingüística de hoje, apesar de ter como destinatário o rei – "Vossa alteza" – como "estilisticamente informal", embora desenvolva a sua narrativa, as suas descrições e as ar-

gumentações sobre alguns pontos de vista que defende, com elegância, precisão, marcante clareza e leveza surpreendente.

Assim a **Carta**, além de transmitir objetivamente o saber, provavelmente de experiência feito, de Caminha, deixa transparecer o sabor da estória/história contada, residindo aí provavelmente o prazer com que a pode ler um leitor de quinhetos anos depois. Certamente a **Carta** reflete a língua "manejada por um mestre na arte de contar", como bem o diz Viegas Guerreiro (GUERREIRO e NUNES, 1974:25).

Os tópicos da estrutura lingüística a serem analisados no conjunto de trabalhos a seguir – a sintaxe da ordem; as estruturas atributivas com **ser** e **estar**; os adverbiais, expressão de circunstâncias; as conjunções selecionadas e os processos de comparação de Caminha – foram escolhidos, não apenas por seu interesse intrínseco para a história do português, mas sobretudo em função de os seus autores já estarem pesquisando sobre eles, em outros dados, do passado e do presente da língua portuguesa.

Não é aleatória a seqüência em que os estudos serão apresentados. Partiremos daqueles mais integrados à estrutura sintática da língua (a ordem e as estruturas atributivas com **ser** e **estar**) para os que, parte da estrutura, são mais sensíveis aos condicionamentos estilísticos próprios ao tipo da narrativa (adverbiais, conjunções e processos de comparação).

A abordagem, no seu conjunto, será fundamentalmente descritiva – a história do português se ressente da falta de trabalhos descritivos sobre dados empíricos fornecidos pelos documentos remanescentes. As análises, contudo, não se cingirão a uma única orientação teórico-metodológica: diferentemente dos outros, que seguem orientações descritivas, também comparativas com outras sincronias do português, o estudo sobre a ordem se enquadra na teoria gerativa paramétrica e as interpretações dos dados descritos estão desenvolvidas segundo essa orientação, que nesses últimos anos vem pesquisando a ordem na sintaxe, não só na sincronia atual das línguas, mas tambem na diacronia.

O direcionamento dado a cada estudo está explicitado em cada um deles, que, em si, constituem trabalhos autônomos. A quantificação dos fatos estudados será, no entanto, preocupação constante, já que is-

so se torna um indicador fundamental para a avaliação da vitalidade ou não de fatos do passado.

3 QUESTÃO QUE FICA

Talvez, ao fim da leitura dos estudos apresentados, pergunte o Leitor se as características lingüísticas da **Carta** – português culto dos inícios do século XVI, contemporâneo portanto ao português falado, certamente em variantes diversificadas, que chega ao Brasil com os descobridores – serão ainda as do chamado português arcaico ou antigo por oposição ao moderno, também nomeado de clássico, por alguns especialistas.

Sabe-se que os historiadores da língua e da literatura portuguesas situam o "período moderno", a partir do século XVI. Outros preferem já matizar essa assertiva (CASTRO et alii, 1991:241) e, saindo dos fatores de história externa à língua, consideram fatores sociolingüísticos significativos para propor como os fins do "período antigo" os meados do século: o aparecimento das propostas normativizadoras, a propagação do ensino do "vulgar português" e não apenas do latim, como na Idade Média. Serão esses, certamente, elementos que interferem na história do português e se difundem a partir de 1536, data da primeira reflexão sobre a língua portuguesa, a de Fernão de Oliveira, logo seguida pela de João de Barros, 1540, também com as **Cartinhas/Cartilhas** que se multiplicam então para levar ao mundo novo a língua "companheira do império".

Para respondermos à questão aventada, o que se conhece, principalmente no que diz respeito à morfologia e a fenômenos fônicos que se podem depreender da grafia, sobre o português arcaico, permitiria confrontar a **Carta** com o passado; entretanto, os raros estudos sobre a sintaxe desse período e a falta quase absoluta de estudos descritivos sistemáticos, em qualquer nível da estrutura lingüística, sobre o português da primeira metade do século XVI, impede de responder à questão com fundamentação lingüística rigorosa. Em outras palavras, a história da língua portuguesa não dispõe ainda de dados suficientemente organizados para que se possa estabelecer com precisão uma cronologia relativa dos fatos lingüísticos em função de uma periodização de natureza intra-lingüística.

Alguns indícios se evidenciam nos estudos a seguir publicados, outros poderão ser pinçados dos dados morfológicos e gráficos da **Carta**, que não foram abordados neste primeiro conjunto de estudos. Poderíamos dizer, de maneira generalizante, apenas abrindo para futuros trabalhos, que a **Carta** ainda não será um lídimo representante do chamado português moderno, mas também já não é um texto típico do período medieval. Isso parece o óbvio se atentarmos para a data da **Carta**.

Assim se despede Caminha:

> *Beijo as mãaos de vosa alteza. / deste porto seguro da vosa jlha de vera cruz oje sesta feira primº dia demayo de 1500* (fol.14,ls.11-13).

Vale relembrar, entretanto e para fianlizar, que, embora a história das línguas reflita a história dos povos que as falam, aquela não caminha a par e passo com esta.

R É S U M É

Cet article présente quatre études précédées d'un prologue réalisées par les chercheurs du groupe PROHPOR (Programme pour l'Histoire de la Langue Portugaise). Le Groupe a choisi comme premier travail d'ensemble la **Lettre** de Pero Vaz de Caminha, non seulement en raison des 500 ans de la découverte de l'Amérique par l'Europe, mais surtout par la signification qui représente cette **Lettre**, témoin de l'histoire de la langue portugaise. Les études ont été centrées sur la morphosyntaxe et la syntaxe du portugais et traitent de l'ordre des constituants dans la phrase; des structures attributives qui sélectionnent les verbes, en variation, **ser, estar, andar** et **jazer**; des locutions adverbiales, de l'expression des circonstances; des conjonctions, en général, et des comparatifs, en particulier, choisis par l'écrivain/scripteur de la flotte de Cabral en avril-mai 1500.

NOTAS

* O PROHPOR, ou seja, "Programa para a História da Língua Portuguesa" reúne pesquisadores do Departamento de Letras Vernáculas da UFBa. e do Departamento de Letras e Artes da UEFS, estando coordenado por R.V. Mattos e Silva (UFBa.).

[1] Utilizaremos, nas transcrições da **Carta**, a leitura diplomática de Pereira (1964), que segue a de Cortesão (1943/1967). As abreviaturas, **fol., ls, v**, significam, respectivamente, **fólio, linhas** e **verso do fólio.**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, I. et alii. **Curso de história da língua portuguesa.** Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

CORTESÃO, J. **A carta de Pêro Vaz de Caminha.** Lisboa: Portugália Editora, 1967 (1a. edição: Rio de Janeiro: Livraria Editora Livros de Portugal, Ltda., 1943).

GUERREIRO, M.V., NUNES, E.B. **Carta a el-rei dom Manuel sobre o achamento do Brasil.** Lisboa: IN-CM, 1974.

PEREIRA, S.B. **Vocabulário da Carta de Pero Vaz de Caminha.** Rio de Janeiro: INL-MEC, 1964 (Coleção Dicionário da língua portuguesa. Textos e Vocabulários, coordenada por A.G. Cunha).

RODRIGUES, A.D. **Línguas brasileiras;** para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1986.

II - A SINTAXE DA ORDEM NA "CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA"

Ilza Ribeiro
Universidade Estadual de Feira de Santana

1 INTRODUÇÃO

Nosso estudo pretende apresentar algumas reflexões sobre a sintaxe da ordem em enunciados declarativos finitos do texto "A Carta de Pero Vaz de Caminha", documento datado de 1500. Como Mattos e Silva (1989) observa, é este um dos aspectos do português medieval menos estudados. Além dos seus estudos sobre a ordem dos constituintes no **corpus** da versão portuguesa de "Os Diálogos de São Gregório", séc. XIV, (cf. MATTOS E SILVA, 1989/1991),pouco mais se tem feito sobre esse tema, como,por exemplo, o estudo de Pádua (1960), que analisa a posição do sujeito, do verbo e do complemento em frases de verbos transitivos, utilizando dados de textos dos séculos XIV e XV. Encontramos também observações assistemáticas sobre a ordem, em gramáticas como a de Huber (1986), e em manuais filológicos como os de Mário Barreto (cf. por exemplo Mário BARRETO, 1982).

Nosso interesse em estudar a sintaxe da ordem em um documento quinhentista deriva fundamentalmente de dois fatos. O primeiro, teórico, se relaciona com a relevância dos estudos sintáticos em sincronias de momentos pretéritos da história de uma língua para a teoria da gramática, na explicação dos mecanismos cognitivos e psicológicos que são subjacentes a qualquer língua, em qualquer época (Cf. ADAMS, 1987; ROBERTS, 1990 e LIGHTFOOT, 1991)[1]. O segundo, também teórico, mas definido em termos do tema em estudo, se justifica por a ordem linear dos constituintes ser um indicador das possíveis relações estruturais hierárquicas de uma língua e, portanto, das suas possíveis estruturas sintáticas. Um terceiro pode ser acrescido aos dois outros, no que se refere à aplicação de técnicas de análise sintática aos dados da Carta.

Que tipos de ordens das palavras caracterizam as construções

* Agradecemos a Ian Roberts pelos inestimáveis comentários e sugestões ao presente estudo; a Rosa Virgínia Mattos e Silva, nossa incentivadora aos estudos históricos, e aos demais colegas do grupo PROHPOR pelas muitas horas de discussão sobre os aspectos morfossintáticos da Carta; a Dante Lucchesi, pela ajuda na aplicação do programa Varbrul no momento do cruzamento dos dados.

declarativas finitas do português medieval? Mattos e Silva(1989), Pádua(1960) e Huber (1986) observam ser S V C (sujeito/verbo/complemento objeto) a ordem "normal" (termo de Huber) desses enunciados, embora outras possibilidades co-existam, como por exemplo, CVS, VCS, VSC e SCV. Assumindo ser a ordem "normal" S V C a ordem básica dos constituintes, as demais ordens devem ser derivadas por movimento de um (ou mais de um) desses constituintes da sentença. Nosso estudo da sintaxe da ordem se preocupa em analisar essas e outras possíveis ordens dos constituintes sintagmáticos, e em fornecer uma provável derivação dessas estruturas sintáticas.

Antes de prosseguirmos, queremos apresentar os fatos básicos a que nos ateremos neste estudo. Nosso objetivo principal se centra no estudo da sintaxe da ordem da Carta. Nesta primeira abordagem do tema, não estabelecemos comparações entre a ordem dos constituintes neste documento e em documento(s) do português medieval, nem faremos referências sobre a ordem no português moderno. Contudo, pretendemos fazer isto em etapas posteriores deste estudo.

Centraremos nossa atenção na posição do verbo em relação aos outros constituintes sintagmáticos, quer dizer, abordaremos o problema da ordem com base na variação da posição do verbo, na estrutura superficial e linear das sentenças em que ele ocorre. Desse modo, falaremos aqui de estruturas verbo inicial ou V1, estruturas verbo medial ou V2 e estruturas com verbos em terceira posição ou V3. Questões relacionadas com o estatuto das sentenças que contêm o verbo serão abordadas.

Nossas reflexões sobre o assunto têm como base os pressupostos teóricos da sintaxe gerativa. No entanto, como pretendemos escrever um texto que possa ser accessível a não-iniciados nessa sintaxe teórica, evitamos recorrer a formalizações que impliquem num conhecimento anterior dessa teoria; por isso apresentamos no item 2 seus pressupostos teóricos básicos. Quando não pudermos fugir de uma qualquer formalização teórica, tentaremos explicitá-la, ou no próprio corpo do trabalho, ou em notas explicativas.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS BÁSICOS

Delineamos, neste item, o arcabouço teórico em que nos basearemos para a subseqüente análise da sintaxe da ordem. Examinaremos somente algumas das idéias básicas do modelo de gramática que se fazem presentes em nossas reflexões, aquelas que julgamos fundamentais ao entendimento de nossas análises, para melhor situar o leitor em nossa discussão. Nós nos deteremos, sobretudo, nas relações entre a ordem linear dos constituintes e a estrutura hierárquica.

A gramática de uma língua associa um conjunto de análises estruturais a um dado enunciado, cada uma dessas análises correspondendo a um nível específico de representação: estrutura-P, estrutura-S, Forma Lógica e Forma Fonológica. A estrutura-P é o nível em que as relações gramaticais como "sujeito de", "objeto de", são definidas. Visto que tais relações estão muito ligadas às propriedades particulares dos itens lexicais e que tais propriedades (seleção semântica, seleção categorial e traços idiossincráticos) são especificadas no léxico, assume-se que a estrutura-P é uma representação configuracional das propriedades dos itens lexicais. Os princípios da Gramática Universal e os parâmetros fixados por uma língua, assim como as informações contidas no léxico, determinam o conjunto de estruturas-Ps que uma dada língua admite [2].

A regra mova-A atua no movimento de certas categorias, de suas posições básicas (posições de estrutura-P) para posições derivadas (posições de estrutura-S). Princípios universais da gramática restringem, de algum modo, a operação dessa regra. A estrutura-S é definida como a representação das relações lineares e hierárquicas dos diferentes constituintes de um dado enunciado, como também entre as categorias núcleos e as categorias complemento, no interior desses constituintes. Trata-se, portanto de uma representação mental abstrata que pode conter uma classe de elementos nulos, ou seja, elementos foneticamente vazios, como os traços (ou vestígios) de elementos movidos de uma posição para outra; por isso tem sido considerada como o nível central de análise da gramática.

A Forma Lógica é o nível em que são explicitamente represen

tadas as propriedades semântico-lógicas dos enunciados, e a Forma Fonológica, ou Estrutura de Superficie, consiste na representação da forma superficial de um enunciado efetivamente produzido, em particular, de sua estrutura fônica[3].

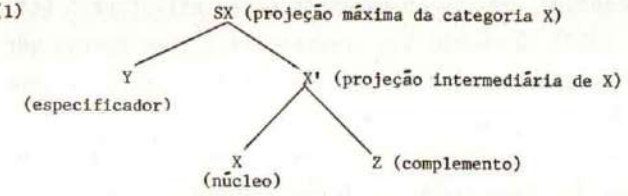
Assim, a ordem dos constituintes deve ser investigada nos diversos níveis sintáticos de análise. Nesta primeira abordagem do tema, detemos nossas reflexões sobre o nível de representação de estrutura-S; quando se fizer necessário a um melhor entendimento da argumentação desenvolvida, recorremos às representações de estrutura-P. Nenhuma referência faremos às representações de Forma Lógica. Contudo, o fato de concentrarmos nossas reflexões na estrutura-S implica, necessariamente, que essas representações não violam os requerimentos pertinentes à estrutura-P e que seu **output** será uma representação de Forma Lógica bem formada.

Veremos, agora, como o sistema X', componente categorial da gramática, determina as posições estruturais em que os verbos podem aparecer. O componente categorial da gramática estabelece um inventário de possíveis categorias gramaticais, e especifica as estruturas hierárquica e linear das categorias sintáticas.

Quanto às categorias gramaticais, a teoria tem assumido a existência de dois tipos: categorias lexicais (nome, verbo, adjetivo e preposição) e categorias não-lexicais ou funcionais (elementos morfológicos e elementos pertencentes a classes fechadas: auxiliares, complementadores e parte do sistema flexional). As categorias funcionais desempenham um papel importante na caracterização de propriedades morfológicas, interagindo com a sintaxe no domínio de posicionamento de verbos. De acordo com a teoria X', a estrutura essencial de todas as categorias sintaticas é uniforme para todas as línguas. Embora isto seja assumido para a estrutura hierárquica, sabe-se que a ordem linear das palavras está sujeita a variação paramétrica.

A estrutura hieráquica determinada pela teoria X' (CHOMSKY, 1986) pode ser esboçada como em:

(1)

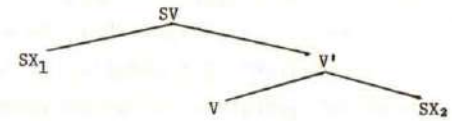


A estrutura em (1) traduz o fato de que todo sintagma é projeção do seu nucleo, definido como um princípio da GU, invariante em todas as reais e possíveis línguas humanas, por ser parte do aparato lingüístico humano inato. Se X = categoria lexical, a natureza de Z será determinada pelas propriedades do item lexical X; onde X = categoria não-lexical, a natureza de Z é fixada para as línguas. Evidentemente, diferentes opções são permitidas às diferentes línguas na realização desse esquema de projeções, em relação à ordem dos constituintes nas estruturas sintáticas, variações essas definidas por opções paramétricas selecionadas por uma língua (voltaremos a este tópico logo abaixo).

Dos possíveis constituintes sintagmáticos de uma dada sentença, só analisaremos com algum detalhe as estruturas do sintagma verbal (SV), do sintagma complementador (SC) e do sintagma da concordância (SF = Sintagma Flexional), por serem justamente estas as que estão mais diretamente relacionadas com o nosso estudo.

O sintagma verbal, como ocorre com todas as categorias gramaticais, se apresenta numa estrutura tripartida, com uma posição de especificador (SPEC) e uma de complemento, segundo o esquema apresentado em (2):

(2)

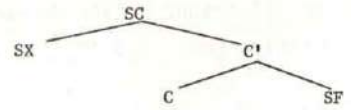


Evidentemente, a posição V é preenchida por núcleos verbais; o nódulo SX_1 representa a posição do especificador de V', uma posição que só pode ser preenchida por constituintes sintagmáticos; essa tem sido definida como a posição básica do sujeito da sentença, ou seja, sua posi

ção de estrutura-P; contudo, uma opção paramétrica em estrutura-S (cf. KOOPMAN & SPORTICHE, 1988). O nódulo SX_2 representa o complemento verbal, que pode ser realizado como um SN (para o objeto direto) ou como um SP (para os complementos preposicionados).

A posição do complementador é analisada como a posição núcleo (= C) do sintagma complementador, conforme esquema abaixo:

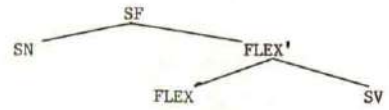
(3)



Sendo uma categoria do nível X, o constituinte C só pode ser preenchido por elementos com estatuto de núcleo. Em português, por exemplo, a posição C dos enunciados completivos é preenchida pelo complementador que (= conjunção de subordinação). O constituinte SF é analisado como um complemento de C. A posição SPEC/SC, representada por SX, pode ser preenchida por diferentes tipos de constituintes sintagmáticos, a depender das propriedades deste constituinte nas diferentes línguas. Numa sentença interrogativa raiz como "Quando Pedro chegou?", o constituinte quando ocupa essa posição (SPEC/SC), na estrutura-S.

A posição SPEC do constituinte SF, representada abaixo pelo SN:

(4)



é identificada como a posição em que normalmente se realiza, em estrutura-S, o sujeito de uma sentença. No núcleo FLEX são realizados os afixos flexionais da concordância verbal; na estrutura-S, V e FLEX devem se encontrar adjungidos, para realização dos afixos flexionais na forma verbal. Em português, essa adjunção se dá por movimento de V para FLEX; em inglês, é FLEX que se move para V, em geral. Essa é, portanto, uma escolha paramétrica. O constituinte SV é o complemento de FLEX.

A GU torna possível duas opções válidas para as variáveis Y e Z do esquema em (1):

(5) a) X' precede/segue Y
b) X precede/segue Z

A escolha entre precede/segue é feita para cada língua: em português, Y precede X' (Suj./FLEX') e X precede Z (V/O).

Para concluir, queremos dizer, ainda, que todas essas considerações teóricas têm um papel importante no entendimento da sintaxe da ordem, e veremos, no desenvolvimento do nosso estudo, que as diferentes ordens lineares dos constituintes de uma dada sentença devem ser analisadas como resultantes da aplicação de regras de movimento, como por exemplo, movimento de verbo, movimento de sujeito, e outros mais.

3 A ORDENAÇÃO DOS CONSTITUINTES SINTAGMÁTICOS

Assumindo os princípios e parâmetros que atuam sobre as possíveis ordens de palavras nas línguas humanas, tentaremos mostrar que, usando os componentes dessa teoria de gramática, pode-se ter um meio mais seguro de se explicar as diferentes/semelhantes ordens superficiais de palavras. Tentaremos definir algumas das diversas ordens encontradas na Carta, tendo, como motivação básica, fatos relacionados com o fenômeno da colocação dos verbos, ou seja, sobre como o sistema gramatical do texto em estudo determina a colocação dos verbos nas sentenças. Evidentemente, a colocação dos verbos nas sentenças se reflete nos tipos de ordenação das palavras, encontrados neste **corpus**.

Como Roberts (1990) coloca, a posição do verbo em uma dada língua varia de acordo com três fatores: a) as marcas morfológicas do verbo; b) o estatuto da cláusula contendo o verbo; c) as propriedades intrínsecas ao próprio verbo (cf. também POLLOCK, 1989, entre outros). Tais fatores interagem na produção de uma ordenação complexa dos constituintes da sentença e definem as similaridades e diferenças translingüísticas.

A distinção entre verbos finitos (ou seja, verbos com marcas morfológicas de flexão de pessoa, número e tempo) e verbos não-finitos (isto é, infinitivo, gerúndio e particípio) se reflete de modo funda

mental nas diferentes posições sintáticas em que uma dada forma verbal pode ocorrer. Ilustramos a variação trans-lingüística da posição do verbo finito em relacão aos constituintes maiores da sentença com dados do inglês e do francês:

(6) a) *John kisses often Mary.

b) Jean embrasse souvent Marie.

c) John often kisses Mary.

d) *Jean souvent embrasse Marie.

(dados de POLLOCK, 1989:367)

Em francês, um verbo finito precede vários tipos de advérbios modificadores de SV; em inglês, os advérbios de SV precedem o verbo finito. Desse modo, estruturas do tipo em (6) são evidências de que o V (finito) pode ocupar diferentes posições sintáticas em estrutura-S em um par qualquer de línguas, se supomos que a posição desses advérbios é fixa.

Por outro lado, com as formas infinitivas (e participiais), ocorre a ordem inversa, isto é, o advérbio antecede o verbo não-finito, em inglês como em francês.

(7) a) Souvent paraître triste pendant son voyage de noce, c'est rare.

b) To often look sad during one's honeymoon is rare.

(dados de POLLOCK, 1989:337-81)

Isto indica a existência de uma assimetria entre estruturas com formas verbais finitas vs não-finitas em relação à sua ordem superficial. Essas diferencas superficiais são reflexos de diferenças sintáticas abstratas relacionadas com o escopo de movimento de verbo nessas duas línguas.

O estatuto das sentenças define uma assimetria entre sentenças raiz (matriz e independentes)/encaixadas, na determinação da posição dos verbos. De modo geral, os verbos finitos podem (a depender da língua e do tipo de construção) ocupar uma posição diferente nas sentenças raiz da que eles ocupam nas sentenças encaixadas. Roberts (1990), seguindo den Besten (1983), demonstra que o problema da colocação dos verbos é essencialmente um fenomeno das Ss raiz (matriz/independente) e que afeta somente os verbos finitos. Fatos de duas línguas germânicas, que têm ordens básicas diferentes, ilustram essa assimetria: o dinamarquês tem SVO como ordem básica, enquanto que o alemão tem SOV como ordem básica. Embora sejam essas as ordens basicas, essas línguas (bem como outras línguas germânicas, exceto o inglês moderno) requerem que, em sentenças declarativas raiz, o Vpleno ou o Vauxiliar flexionados ocupem a segunda posição da sentença e um outro qualquer constituinte da sentença ocupe a primeira posição. Nas Ss encaixadas, por outro lado, todos os verbos ocupam a posição final da sentença no alemão (língua SOV), e a posição media no dinamarquês (língua SVO). Assim, a posição dos verbos em estrutura-S em sentenças raiz é diferente da sua posição nas estruturas encaixadas[4].

O terceiro fator na determinação da colocação do verbo diz respeito às propriedades intrínsecas ao verbo. No inglês moderno, por exemplo, o processo de deslocamento de verbo para uma posição pré-sujeito se define em relação às propriedades do verbo: a inversão sujeito-verbo afeta somente auxiliares modais e aspectuais e a forma do, ou seja, o inglês exemplifica um tipo de inversão entre sujeito-auxiliar. Contudo, este processo só se realiza em S raiz interrogativa, ou em S introduzida por uma determinada classe de advérbios de polaridade negativa.

Vê-se, assim, que três fatores podem agir, ou interagir, na definição da posição do verbo numa dada sentença. Temos todos esses fatores em mente no nosso estudo da sintaxe da ordem na Carta, embora não os deixemos explícitos no corpo do trabalho, visto que só tratamos aqui das estruturas finitas declarativas (raiz e encaixadas).

3.1 A ORDEM NAS ESTRUTURAS V1

Denominamos V1 as estruturas com verbo em primeira posição, ou seja, estruturas verbo inicial. Os enunciados V1 da Carta apresentam as seguintes ordens: (a) **V S (SX)**, (b) **V SX S**, e (c) **V (SX)**[5]. As diferenças entre essas estruturas estão definidas em termos da realização lexical ou não do SN sujeito: nas representações em (a) e (b), os SNs sujeito são lexicalmente realizados; em (c), o SN sujeito é fonologicamente vazio. Mais uma diferença pode ser estabelecida em relação

às estruturas (a) e (b): um constituinte sintagmático qualquer **inter**vém entre V e S em (b), mas não em (a). Abordaremos cada uma delas a seguir.

Do total de sentenças analisadas, 1.002 sentenças finitas, 431 são enunciados com sujeito nulo = V (SX). Ao menos dois fatores podem favorecer a maior realização desta estrutura V1: primeiro, o fato do português ter sido (e ainda ser) uma língua de sujeito nulo; isto favorece bastante a realização de estruturas V (SX). Depois, o tipo de texto com que trabalhamos, uma carta em que Caminha **narra** ao rei os fatos do descobrimento da nova terra, também favorece a ocorrência de estruturas V1, ou seja, de estruturas V1 narrativas (cf. HIRSCHBÜHLER & JUNKER, 1988).

As estruturas **V S (SX)**, em que o sujeito ocorre em estrutura-S em posição pós-verbal (com um constituinte opcionalmente realizado em posição pós-sujeito), são do tipo [6]:

(8) a) fez **ocapitam** suas deligençias (F1, L27)

b) leuaua **njcolaao coelho** cascaues e manjilhas (F4, L7-8)

c) coma aves ou alimareas monteses que lhes faz **ho aar** mjlhor pena e mjlhor **cabe**lo que aas mansas (F8, L16-8)

d) ante dise ele que lhe tomara **huu deles** huuas contínhas amarelas (F8, L29-31)

e) ... e de tamtas prumajeẽs que lhe nõ pode **homẽ** dar comto (F11, L13-4)

f) segº deziam **eses que la foram** (F8v, L16-7)

Como os exemplos acima ilustram, as estruturas V1 tipo V S (SX) – não muito freqüentes no **corpus** analisado (num total de 53 ocorrências), podem ser encontradas em sentenças matriz ou principal (cf.a), independente ou coordenada (cf. b), completiva ou substantiva (cf.d), adverbial (cf. e/f) e relativa (cf.c). Embora tenhamos agrupado todas elas como V S (SX), tais estruturas V1 não formam um todo sintático homogêneo, ou seja, diferentes representações estruturais estão associadas às construções V1 acima.

As sentenças matriz e independente em (8a) e (8b), respectivamente, evidenciam estruturas de topicalização de V, isto é, estruturas em que o verbo é alçado de sua posição básica dentro do SV para uma posição que antece o SN sujeito. Esta proposta de análise se baseia no fato de que um núcleo verbal e seu complemento objeto **direto**

devem ocorrer numa estrutura básica em posições adjacentes, numa representação simplificada de estrututa-P como em:

(9) [SF SN_{suj} [SV V SN_{obj}

A ocorrência do SNsuj entre o V e o SN objeto se deriva, portanto, do movimento do V para uma posição pré-sujeito, a posição núcleo C do SC, como em [7]:

(10) [SC [C V [SF SN_{suj} [SV [t_V] SN_{obj}

O movimento do sujeito para uma posição entre V e seu complemento é teoricamente inconsistente: não há uma posição sintática entre V e seu complemento para a qual o sujeito possa ser movido.

De modo geral, a topicalização de V é uma opção estrutural muito restringida nas construções encaixadas, devido ao fato de que em tais construções a posição para a qual o V deve se mover já está preenchida por um elemento introdutor de sentença encaixada (como as conjunções de subordinação), ou mesmo por elementos vazios (como o traço +QU de estruturas relativas e interrogativas indiretas) [8], como ilustrado abaixo:

(11) [SC [C que/+QU [SF SN_{suj} [SV V SN_{obj}

A representação em (11) ilustra o que dissemos: estando a posição C preenchida por uma conjunção ou por um traço +QU (cf. nota 8), o V não pode ser movido para esta posição. Desse modo, a ordem V S SX das encaixadas em (8) não pode/deve ser derivada do mesmo modo que a das matriz e independente.

Roberts (1990) e Cardinaletti & Roberts (1991) analisam as possibilidades de estruturas encaixadas com recursão de SF (duplo SF), em línguas que observam a lei "Tobler-Mussafia", ou seja, em línguas que não admitem clíticos ocupando a primeira posição da sentença. A recursão de SF produz uma estrutura com duas virtuais posições para realização do SN sujeito:

(12) [SF1 SN_{suj} [FLEX 1 cl [SF2 SN_{suj} [FLEX 2 FLEX [SV V SN

O núcleo FLEX1 é a posição dos pronomes clíticos nessas línguas, e FLEX2, a dos afixos verbais de tempo e pessoa; as posições de especificador de SF1 e SF2 podem ser definidas como posições de reali

zação do SN sujeito, embora haja variação inter/intra-lingüística quanto ao estatuto dessas posições: SPEC/FLEX2 é potencialmente uma posição de sujeito, mas SPEC/FLEX1 pode ser ou uma posição de sujeito ou uma posição para elementos topicalizados, as duas possibilidades não sendo mutualmente exclusivas. Também há variação quanto à posição do V finito em relação ao clítico, em estrutura-S: o V pode se deslocar do SV só até o núcleo FLEX2 e permanecer aí, numa posição não adjacente ao clítico; neste caso, constituintes da categoria SX podem ocorrer entre o clítico e o verbo. O V pode se deslocar adicionalmente até FLEX1, a posição do clítico, caso em que clítico e V ocupam uma mesma posição sintática.

A proposta desses lingüistas nos permite, assim, uma possível derivação para a posição dos constituintes da completiva em (8d) e da adverbial em (8e), se assumimos uma representação estrutural com duplo SF, como representado em (13), para essas construções:

(13) a) [C que [SF1 [FLEX1 lhe tomara [SF2 huu deles [SV huuas ...
b) [C que [SF1 [FLEX1 lhes nõ pode [SF2 homẽ [SV dar comto...

Nas duas construções, portanto, V e clítico (e a negação em (8e)) ocupam a posição de núcleo do SF1 e o sujeito, a de especificador de SF2. Assim, na gramática do texto em estudo, SPEC/SF2 é uma posição de realização de sujeito e o V pode se deslocar para a posição núcleo do clítico, FLEX1.

Uma análise semelhante pode ser proposta para a construção relativa (8c), com a diferença de que o pronome relativo que é especificador de SC, estando a posição núcleo C preenchida pelo traço +QU vazio:

(14) [SC que [C +QU [SF1 lhes faz [SF2 ho aar [SV mjlhor...

Em (14), o SN sujeito também é um constituinte de SPEC/SF2; clítico e V ocupam a posição núcleo do SF1.

A construção (8f), em que o SN sujeito se encontra superficialmente em posição final absoluta da sentença, é ambígua quanto a ou uma análise estrutural do tipo proposto em (13), com o sujeito em SPEC/F2, ou uma análise em que o sujeito ocorre possivelmente em adjunção a SV, num tipo de construção que a literatura lingüística tem denominado "deslocamento de SN 'pesado'". O sujeito de dizer, constituído de um SN e uma relativa, pode ser identificado como um elemento pesado em adjunção ao SV, como em:

(15) deziam [SV [SV t_V] [SN eses que la foram]]

Essa é uma estrutura possível para a construção (8f), mas não para as em (8d), (8c) e (8e), visto que nestas o SN sujeito está posicionado entre o V' e o SN complemento, nas construções (8c/d), e entre o V e a forma verbal infinitiva, na construção (8e). Portanto, os SNs sujeito não estão em final absoluta do SV (ou da sentença).

A ordem V SX S, em que entre o V e o S ocorre um (ou mais de um) constituinte sintagmático qualquer, também pouco freqüente no **corpus** em estudo (16 ocor.), é do tipo:

(16) a) amdauam aly **mujtos deles ou casy amaior parte** (F4, L15)
b) pasouse emtam aalem do rrio **diego dijz alxº.** (F7v, L10-1)
c) que lhe caberja pelo furado **huũ gram dedo polegar** (F7, L26-7)
d) que vijnriam este dia aapraya **iiijc. ou iijc.l** (F10v, L28-9)

Quanto ao constituinte SN sujeito, julgamos que as construções em(16) podem ser analisadas como casos de inversão "livre" de sujeito (ou posposição do sujeito), ou seja, podem ser analisadas como estruturas em que o sujeito está adjungido a V', como na representação em (17) abaixo. Este tipo de estrutura é comum, e mesmo freqüente, em línguas de sujeito nulo como, por exemplo, o italiano e o espanhol, embora não possamos dizer que o seja no texto em estudo. Quanto ao constituinte V, os exemplos (16a) e (16b) se caracterizam também como construções de topicalização de V: os dois movimentos (inversão "livre" do sujeito e topicalização de V) podem co-ocorrer numa mesma estrutura, justamente por serem diferentes tipos de movimento: em um é o V que é topicalizado; no outro, é o SN sujeito que é posposto. (16c) e (16d) são estruturas de recursão de SF, estando os verbos em FLEX1; recursão de SF e posposição de sujeito não são também estruturas incompatíveis: ambas podem estar presentes num mesmo enunciado. Representamos a seguir a posposição "livre" do sujeito e a topicalização de V da construção (16b):

(17) [C pasou [FLEX1 se [SV emtam [SV t_V aalem do rrio] SNsuj

Observa-se que em (17) V e clítico não ocupam a mesma posição sintáti ca: o vebro é movido para a posição C, enquanto o clítico permanece em FLEX1: nesse caso, então, V e clítico aparecem superficialmente adja centes, mas ocupam diferentes posições sintáticas (voltaremos a essa questão no item 3.2).

Vê-se, assim, que a possibilidade de deslocamento de sujeito para posição final da sentença, no **corpus** em estudo, não se limita a elementos pesados. Sucintamente podemos dizer que esses dois tipos de construção de posposição de sujeito se diferem no que a inversão "li vre" é um tipo de estrutura só licenciada em línguas que admitem sujei to nulo, enquanto que o deslocamento de SN "pesado" não se submete a tal restrição, podendo também ocorrer em línguas não-sujeito nulo. As sim, elas são estruturalmente diferentes por serem diferentemente li cenciadas.

Os enunciados com uma estrutura tipo **V (SX)**, em que o sujei to não é lexicalmente realizado, são os mais freqüentes, ocorrendo 431 vezes. Estes enunciados são como:

(18) a) traziam arcos nas maãos esuas seetas (F1v, L29-30)
b) epediam que lhes desem alguũa coussa (F4, L6-7)
c) huũa carapuça de linho que leuaua na cabeça (F1v, L35)
d) se achauamos alguua abrigada e boo pouso (F2, L15-6)
e) como teem em mostrar orrosto (F2v, L9-10)

Já observamos, acima, que o grande número de ocorrências de estruturas do tipo em (18) se justifica numa língua de sujeito nulo, em que o uso do prono me nominativo para preenchimento da posição sujeito é opcional, e geralmen te só ocorre em contextos em que o sujeito é enfático. Estas estruturas acon tecem em sentenças raiz (cf. (18a) e (18b), ou em encaixadas (cf. a rela tiva em (18c), a adverbial em (18e) e as completivas em (18d) e (18b)).

Segundo Roberts (c.p.), os exemplos acima podem ser examina dos como na análise proposta para as construções (8d) e (8e) (cf. repre sentação (13)), em que o sujeito vazio ocupa a posição SPEC/SF2, sen do FLEX1 a posição ocupada pelo verbo. Esta proposta de análise nos leva às seguintes conclusões:

a) os enunciados raiz (18a) e (18b) não se caracterizam como

estruturas de topicalização de V. Considerando-se o gran de número de estruturas V1 no **corpus**, se se propõe que to das as matriz/independentes são estruturas de topicaliza ção de V, então isto poderia levar a caracterizar o portu guês como tendo sido uma língua com ordem V1 básica (o que não é correto), e não como uma língua de ordem básica SVC. Assim, topicalização de V em sentenças raiz é uma estrutura presente neste **corpus**, embora nem todas as sen tenças raiz V1 sejam estruturas de topicalização de V;

b) dada essa análise, não somos forçados a tratar as constru ções (8a) e (8b) como estruturas de topicalização de V. Movimento do V para FLEX1 seria suficiente para derivar a mesma ordem, sendo o SN sujeito um constituinte de SPEC/ SF2. Ao mesmo tempo, os dados não nos forçam a rejeitar a análise de movimento de V para C. Os casos claros de topicalização de V podem ser definidos pela posição do clítico em relação ao verbo, tomando como básico que o clí tico é um constituinte de FLEX1. Assim, a ordem V + clí tico (cf. representação (17)) é, sem dúvida, uma evidên cia de que o V foi topicalizado (cf. abaixo);

c) o sujeito nulo é um constituinte de SPEC/FLEX2. De acordo com Cardinaletti & Roberts (1991), SPEC/FLEX2 é a posição canônica do sujeito; assim, pode-se dizer que o sujeito nulo ocupa sempre esta posição, devido, sobretudo, a ques tões relacionadas com os princípios que licenciam posi ções vazias (uma questão teórica que definiremos com deta lhes em trabalhos futuros).

3.2 AS ESTRUTURAS V2

São do tipo (a) **S V (SX)**, (b) **SX V S (SX)** e (c) **SX V (SX) S** as construções com verbo em posição medial, ou V2, com sujeito lexical mente realizado em posições pré/pós-verbais. As com sujeito nulo apre sentam-se com a ordem (d) **SX V (SX)**.

A estrutura **SX V S (SX)** (46 ocorrências) se realiza essen cialmente como sentenças matriz/independentes:

(19) a) Eem quanto faziamos alenha. faziam **dous carpenteiros** huũa grande cruz dhuũ paao (F9v, L11-3)

b) acabada amisa desuestiosse **o padre** (F5, L15)

c) e entam tornouse **ocapitam** aaquem do rrio (F6v, L34-5)

d) co jsto se volueo **bertolameu dijz** ao capitam (F5v, L27-8)

e) e despois aouue **ocapitam** (F7, L35-6)

f) aly folgou **ele** e todos nos outros bem hũa ora e mª (F4v, L32-3)

As construções em (19) ilustram um tipo de estrutura em que SX é um elemento adverbial (sentencial ou não), e o sujeito, expressão referencial ou elemento pronominal, ocupa uma posição pós-verbal. Pensamos em derivar as representações das construções (19a) e (19f) a partir das representações estruturais de (19b-e), considerando duas possíveis propostas de análise para os constituintes SX adverbiais.

Segundo Cardinaletti e Roberts (1991), ênclise é um fenômeno de sentenças raiz e envolve sempre um V topicalizado em C, permanecendo o clítico em FLEX1; por outro lado, próclise envolve a formação de um complexo [cl + V] em FLEX1, que pode ser alçado para C ou permanecer em FLEX1. Considerando essas hipóteses em relação às estruturas com clítico em (19), observamos haver uma distribuição quanto à realização das ordenações entre cl/V: V+cl+S ocorre em (19b) e (19c); cl+V+S se realiza em (19d) e (19e). Propomos, assim, duas diferentes representações para essas construções:

(20) a) [SC SX [C cl+ V] [SFLEX1 SN_{suj}

b) SX [SC [C V]] [SFLEX1 cl [SFLEX2 SN_{suj}

Na representação (20a), o elemento adverbial SX é um constituinte da sentença, ocupando a posição Spec/SC; na representação (20b), o elemento adverbial SX está fora da estrutura sintática da sentença, ou seja, é realizado fora de SC. Julgamos encontrar apoio empírico para essa distribuição estrutural no fato de que a estrutura (20b) se realiza fundamentalmente com um SX = sentença adverbial (embora formas como **depois** e **entam** apareçam esporadicamente (cf. exemplos (19b) e (19c)), enquanto que o SX de (20a) se realiza sempre como elemento adverbial não clausal: **daly**, **asy**, **aly**, **logo**, **em tal maneira**, **em cada casa**, **neeste dia**, e outros). Portanto, em (20b) o V tem de ser movido para C sem

o clítico, devido à proibição de clítico em primeira posição nesta fase histórica da língua (o movimento de cl+V para C violaria a lei Tobler Mussafia) [9].

Retomando os exemplos (19a) e (19f), propomos que sejam analisados como ocorrências das estruturas em (20), correspondendo a representação (20a) a (19f) e a representação (20b) a (19a), ambas sem realização do clítico.

Exemplificamos a seguir as construções com estrutura **SX V SX S** (15 ocorrências), em que um constituinte sintagmático qualquer se realiza entre o V e o S:

(21) a) aly era com ocapitam **abandeira de xpos.** (F5, L12-3)

b) ... querianse vĩjr cõ ele **alguũs** (F10, L30-1)

c) aly dise misa **opadre frey amrique** (F12, L16)

A realização dos SNs sujeitos em posição pós SV, quer dizer, pós verbo + complemento, indica que os enunciados em (21) são ocorrências de estruturas de posposição "livre" do sujeito (cf. representação estrutural em (17)). O fato do clítico ser pós-verbal na construção (21b) nos permite uma análise em que o V foi topicalizado para a posição C. Quanto às construções (21a) e (21c), é possível que os constituintes SXs iniciais aly ocupem a posição Spec/SC e o V esteja em C, embora uma análise sem topicalização de V também seja viável. Nesta última hipótese, aly e V permanecem dentro do SF1, sendo SPEC/SF1 uma posição de tópico preenchida por aly.

Trataremos agora das estruturas V2 com sujeito realizado em posição pré-verbal, as estruturas **S V (SX)**. Das construções V2 com sujeito lexical é a mais freqüente (166 ocorrências), e ocorre em todos os tipos de construção:

(22) a) e **os pilotos** deuem teer ese cuidado (F1, L13-5)

b) e **nicolaao coelho** lhes fez sinal (F1v, L30-1)

c) omde **todos** lancamos amcoras em dir^{to}. daboca dhuũ rrio (F1v, L14-5)

d) quando **eles** vieram (Fv2, L31)

e) de que creo queo **capitam** hade mãdar amostra a vossa alteza (F8v, L15-6)

Abordemos primeiro as estruturas raiz (22a) e (22b). Na discussão que temos desenvolvido até agora, vimos que há duas possíveis posições pa

ra realização do verbo em estrutura-S: V é topicalizado em C, ou V se desloca do SV só até FLEX1; vimos que a topicalização só é possível em estruturas raiz, mas isto não implica em que há topicalização de V em C para todas as estruturas raiz. Evidências claras de topicalização de V podem ser derivadas das estruturas com ênclise. Desse modo, uma sentença do tipo (22a) não nos fornece evidências claras sobre o posicionamento do V: esse elemento tanto pode estar ocupando a posição C, como pode estar em SFL; uma terceira possibilidade a ser considerada é a de que V fique em FLEX2 (cf. estrutura (25), a seguir). Assim, decidir por uma dessas análises requer uma maior elaboração teórica, o que foge dos limites que impomos às nossas discussões neste texto. Será este, portanto, um tópico a ser abordado em um outro estudo.

Quanto ao SN sujeito de (22b), provavelmente é um constituinte de SPEC/SF1, estando o clítico na sua posição básica, o núcleo FLEX1; também o verbo deve ser um constituinte de FLEX1.

Os enunciados **S V(SX)** encaixados (22 c/d/e) são ocorrências de estruturas de recursão de SFLEX, em que S e V se deslocam para as posições de Spec/SF2 e do núcleo FLEX2, respectivamente. Curiosamente, das 76 completivas finitas analisadas, só 2 se realizam com sujeito = expressão referencial em posição pré-verbal (verbos na forma ativa). Acrescentamos a outra abaixo:

(23) as quaaes peças creo que**o capitam** manda avossa alteza (F2, L5-6)

Ambas funcionam como complemento da forma verbal "crer". Ocorrem outras completivas S V, mas em estruturas V3 (cf. construção (27e) abaixo).

As construções V2 com sujeito vazio, estrutura **SX V (SX)**, são freqüentes no **corpus** em estudo (198 ocorrências), típicas de estruturas raiz e relativas. O SX inicial é predominantemente realizado por um complemento ou adjunto verbal/adverbial:

(24) a) da marinhajem e simgraduras do caminho nõ darey aquy cõta a vossa alteza (F1, L11-3)

b) e daly ouuemos vista dhomeẽs (F1v, L17)

c) aly lancamos os batees e esquifes fora (F1v, L20)

d) e dhi a pouco começaram de vĩjr (F10v, L27-8)

e) os degradados que aqui am de ficar (F11, L26-7)

f) quem em tal jnocemçea vjue (F13, L23)

As estruturas relativas (24e) e (24f) ilustram um tipo de construção que a literatura lingüística tem denominado "fronteamento estilístico" (cf. ROBERTS (1990), CARDINALETTI & ROBERTS (1991) e PLATZAC (1990)), o qual é característico de estruturas relativas com sujeito vazio. Essas estruturas são derivadas, segundo Cardinaletti & Roberts (1991), por topicalização de um constituinte do SV para a posição SPEC/SF1 via SPEC/SF2; daí essas estruturas só serem possíveis quando o sujeito não é lexicalmente realizado. (25a) e (25b) abaixo podem ser as representações estruturais das construções (24e) e (24f), respectivamente:

(25) a) os degradados [CP que [SF1 aqui [SF2 am [SV de ficar

b) [CP quem [SF1 em tal jnocemçea [SF2 vjue [SV t_v

Em ambas, os constituintes topicalizados aqui/em tal inocemçea ocupam a posição SPEC/SF1, reforçando a análise de que essa pode ser uma posição em que um tópico pode ocorrer. O verbo ocupa a posição núcleo de SF2. O sujeito vazio deve ocupar uma posição interna ao SV, uma vez que as posições SPEC1/SF1 e SPEC/SF2 estão envolvidas no fenômeno de fronteamento estilístico.

As construções (24a-d) podem ser analisadas como estruturas de topicalização de V para C, estando os constituintes SXs iniciais em SPEC/SC, ou como estruturas de recursão de SF; neste último caso, os SXs iniciais ocupam a posição SPEC/SF1, já identificada por nós como uma posição em que um tópico pode ocorrer. O sujeito nulo deve ser um constituinte de SPEC/SF2, sua posição canônica.

Existe uma possível proposta de análise para a realização dos constituintes aquy e os batees e esquifes das construções (24a) e (24c), intercalados entre os complexos verbais darey - cõta/lancamos - fora, respectivamente. Assumindo que cõta e fora ocupam suas posições básicas de estrutura-P dentro do SV, os constituintes aquy e os batees e esquifes devem estar em alguma posição entre a posição ocupada por esses núcleos verbais em estrutura-S e o SV. Essa proposta está representada abaixo, para a construção (24c):

(26) [SF1 aly [SF2 lancamos [os batees e esquifes][V'fora t_{sn}

Observa-se em (26) que o complemento verbal ocupa uma posição entre os dois elementos do complexo verbal. Essa estrutura aponta para uma segunda possibilidade de topicalização nos domínios do SF, mas para uma posição diferente da posição de tópico SPEC/SF1, acima mencionada. Na representação em (26), o constituinte aly é topicalizado em SPEC/SF1, enquanto que o constituinte os batees e esquifes é topicalizado em adjunção a V', entre o núcleo verbal e o elemento fora.

Também a topicalização dos constituintes aquy e os batees e esquifes deve ser vista de modo diferente da análise proposta para o fronteamento de aqui e em tal inocençea das construções relativas (24e) e (24f), sobretudo porque, no fronteamento estilístico, o movimento se dá em estruturas com sujeito nulo e afeta sempre elementos não nominais: particípios, advérbios e adjetivos; na topicalização, ao contrário, o sujeito pode ser lexicalmente realizado e o movimento se aplica a SNs e SPs (cf. CARDINALETTI & ROBERTS, 1991, e PLATZACK, 1990).

3.3 AS ESTRUTURAS V3

São essencialmente duas as ordens definidas como V3: (a) **S (SX) V (SX)** e (b) **SX S V (SX)**. A diferença entre elas está na realização de um constituinte SX entre o S e o V na ordem em (a), enquanto que em (b) o S e o V são constituintes adjacentes. Exemplificamos as construções **S (SX) V (SX)** (29 ocorrências) abaixo:

(27) a) **ocapitam** quando eles vieram estaua asentado em huũa cadeira ... (F2v, L30-2)
b) e alguũa coussa se aprouauam lamçauãna logo fora (F3, L17-8)
c) segº **vosa alteza** todas estas cousas vera (F9, L32-3)
d) e desa semente e frutos que **atera e as aruores** de sy lançam (F11v, L10-2)
e) creo queo **capitã** aela ha demujar (F10, L17)

Se analisamos a ênclise como um fenômeno de sentença raiz (cf. CARDINALETTI & ROBERTS, 1991), obrigatória nas estruturas em que o clítico ocuparia a primeira posição da sentença, então o SN alquũa coussa da construção (27b), assim como o constituinte clausal inserido entre esse SN e o verbo devem ocupar posições fora de SC clausal. Analisamos

o SN alguũa coussa como um elemento "deslocado", gerado fora do SC, retomado pelo pronome lembrete ã em "lamçauãna". Essa análise parece-nos ser também adequada para a construção (27a), em que o elemento sublinhado como sujeito seria na verdade un SN "deslocado". Neste caso, (27a) é uma estrutura de sujeito nulo, que retoma o SN ocapitam. Re presentamos os deslocamentos abaixo:

(28) a) [SN ocapitam]$_1$ [SX] [pro$_1$ estaua asentado....]
b) [SN alguũa coussa]$_1$ [SX] [lamçauãna$_1$ logo fora]

Em (28a), pro representa o sujeito pronominal nulo; o elemento deslocado é retomado por esse sujeito nulo; em (28b), o elemento deslocado é retomado pelo pronome complemento, cliticizado ao V em forma fonológica.

Parece-nos que as construções encaixadas (27c), (27d) e (27e) são estruturas de topicalização de um constituinte do SV, como representado abaixo:

(29) [SC segº/que [SF [SNsuj] SN/SP [V] [SV t_v $t_{sn/sp}$

O elemento movido ocupa uma posição de adjunção entre o sujeito e o verbo.

A ordem **SX S V (SX)** (19 ocorrências) pode ser ilustrada com as seguintes construções:

(30) a) Entã **ocapitã** pasou orrio cõ todos nos outros (F7v, L22-3)
b) e quando nos asy virã vĩjr **alguũs deles** se forã meter debaixo dela ajudarnos (F12, L8-10)
c) que mujto mjlhor ho **estoutros** nom digam (F6, L29-30)
d) que aquy **ocapitam** traz (F3, L9)

Considerando as observações já feitas sobre as construções iniciadas por um constituinte clausal (cf. (19a/b) e (21b)), propomos uma estrutura para (30b) do tipo:

(31) Sentença adverbial [SX SNsuj [cl + V [SV meter debaixo.

em que SX pode ser igual a SC ou SF1. O constituinte inicial clausal ocupa uma posição fora desse domínio, qualquer que ele seja. A mesma análise propomos para o sintagma adverbial entã em (30a), mas, neste caso, SX deve ser igual a SF, uma vez que, de modo geral, advérbios

não são adjungidos a SC.

As construções encaixadas em (30c) e (30d) são exemplos de movimento de um constituinte do SV para SPEC/SF1, numa estrutura como: (exemplificamo-la com a construção (30c)):

(32) [CP que [SF1 mujto mjlhor [FLEX1 ho [SF2 estoutros [FLEX2 nom digam [SV

A estrutura proposta identifica, mais uma vez, a posição SPEC/SF1 como uma posição em que um tópico pode ocorrer; o sujeito ocupa a posição SPEC/SF2 e o V, a posição núcleo do SF2. O clítico é um constituinte do núcleo FLEX1; V e clítico são realizados em posições não adjacentes.

4 CONCLUSÃO

Nossa análise tentou captar uma série de fatos relacionados com a ordenação dos constituintes sintagmáticos na Carta, sobretudo os relacionados com as possíveis posições ocupadas pelos verbos, sujeitos, clíticos e outros elementos topicalizados ou deslocados, em diversas estruturas. Abordamos o problema da ordem a partir das posições ocupadas pelos verbos nos diferentes tipos de sentença, identificando-as como segue:

a) as estruturas V1, com verbo em posição inicial, são as mais freqüentes no **corpus** estudado, num total de 500 ocorrências; dessas, só 69 se apresentam com sujeito lexicalmente realizado, sempre em posição pós-verbal. As demais construções V1 (num total de 431 ocorrências) são estruturas de sujeito nulo. Alguns dos enunciados V1 se caracterizam como estruturas de topicalização de V para a posição C. Procuramos identificá-las a partir da posição ocupada pelos clíticos pronominais; daí concluímos que só nas estruturas com ênclise temos evidências diretas de topicalização de V. Além disso, devemos considerar que o fato dessas estruturas serem freqüentes em raiz e encaixadas aponta para uma análise em que o movimento de V para

C não pode ser sistemático nessas construções: estruturas que envolvam sempre o movimento de V para C se restringem, em geral, a enunciados raiz, como observamos no item 3.1;

b) as estruturas V2, em que o verbo ocupa a segunda posição da sentença, também bastante freqüentes no **corpus**, ocorrem 425 vezes, assim distribuídas: 166 delas são realizações de estruturas com sujeito pré-verbal e 198, com sujeito nulo; 61 são ocorrências de sujeito pós-verbal. Se somamos as 198 ocorrências de V2 com sujeito nulo mais as 431 estruturas V1 de sujeito nulo, obtemos um total de 629 construções com sujeito nulo, mais de 50% dos dados analisados. O alto índice de estruturas com sujeito nulo, sobretudo de estruturas **V (SX)**, deve-se à caracterização do português de então (e de agora) como língua de sujeito nulo. Algumas das estruturas V2 são típicas de enunciados raiz, como as que apresentam as ordens **SX V S (SX)** e **SX V SX S**, o que pode favorecer uma análise de movimento para SC, como representado em (20a). Por outro lado, outras dessas devem ser analisadas como estruturas V1, aquelas em que o constituinte SX inicial é representado por uma sentença adverbial que, segundo nossa proposta, se situa fora dos domínios de SC (cf. representação (20b)). Os outros tipos de estruturas V2, por ocorrerem em sentenças raiz e encaixadas, provavelmente não devem envolver movimento sistemático para SC;

c) as estruturas V3, as menos freqüentes no **corpus**, realizam-se 48 vezes. Identificamo-las, essencialmente, em dois tipos: construções de deslocamento de SN (cf. representação (28)) e construções de topicalização (cf. representações (29) e (32)). Propomos que as construções raiz com deslocamento de SN, tipo **S (SX) V (SX)**, são, na realidade, estruturas de sujeito nulo; identificamos os constituintes representados pelo símbolo S inicial como um SN deslocado, retomado por um pronome fonologicamente vazio.

Também nos preocupamos em determinar as posições ocupadas pelos sujeitos, identificando diferentes estruturas de movimento de sujeito: posposição "livre", extraposição de SN "pesado" e deslocamento de SN retomado por um pronome nulo. Todas as construções que evidenciam esses movimentos podem ser analisadas como estruturas de sujeito nulo.

Procuramos diferenciar estruturas de movimento de complementos/adjuntos das de movimento de elementos não nominais: topicalização e fronteamento estilístico. Consideramos como características essencialmente diferenciadoras dessas estruturas a ausência de sujeito fonologicamente realizado para o fronteamento estilístico, e a presença de sujeito realizado para a de topicalização: observamos também que só elementos não nominais (particípios, advérbios e adjetivos) são frontalizados, enquanto que SNs e SPs podem ser topicalizados.

Esquematicamente, definimos a posição dos sujeitos nas estruturas raiz e encaixadas da Carta como segue:

(33) a) [SC [C [SF1 Top/Suj [FLEX1] [SF2 Suj [FLEX2] [SV

Assumimos ser SPEC/SF2 a posição canônica do sujeito, quer nulo, quer lexicalmente realizado. SPEC/SF1 pode ser uma posição de sujeito quando o V ocupa o núcleo FLEX1; se o V permanece em FLEX2, então SPEC/SF1 é uma posição de tópico.

O verbo, gerado dentro do SV, se movimenta obrigatoriamente para FLEX2, onde são realizados os traços flexionais; ele pode permanecer nessa posição ou ser movido pela FLEX1, ou ainda ser topicalizado em C nos enunciados raiz.

Tentamos, assim, oferecer uma análise de um certo número de estruturas atestadas na Carta. Várias questões teóricas relacionadas com o licenciamento dessas estruturas deixaram de ser abordadas, mas o serão numa próxima etapa desta pesquisa. Deixamos também de apresentar neste estudo 39 outras ocorrências distribuídas entre esses e outros tipos de estrutura, por elas dependerem de considerações teóricas relacionadas com as propriedades intrínsecas ao verbo, o que ultrapassaria os limites do nosso texto.

NOTAS

1 Referimo-nos, aqui, às propostas de estudo de sintaxe dos teóricos da gramática gerativa, sobretudo à teoria de gramática que tem sido desenvolvida por Chomsky e seus seguidores nas últimas décadas: a teoria de "Princípios e Parâmetros" (Cf. Nota 2).

2 Gramática Universal é uma caracterização abstrata da noção de língua humana possível, especificando o que varia e o que permanece constante entre as línguas, sendo concebida como uma estrutura modular, composta de duas entidades: princípios e parâmetros. Os princípios são representações abstratas dos mecanismos mentais usados pelos falantes quando processam uma sentença; eles são rígidos e definem o que não varia entre as línguas. Os parâmetros definem o espaço da variação, variação essa determinada por um conjunto de opções definido pela Gramática Universal.

3 Numa perspectiva representacional, propõe-se que as propriedades das estruturas sintagmáticas sejam derivadas diretamente dos subsistemas de princípios da gramática: teoria X', teoria temática, teoria dos casos, teoria da ligação, teoria das barreiras, teoria do controle e teoria da regência. As estruturas-P são projetadas a partir do léxico, de acordo com os princípios (e as opções paramétricas) das teorias X' e temática; as representações de estrutura-S e da Forma Lógica de um enunciado devem ser checadas por princípios dos vários subsistemas da gramática. Como não vamos definir aqui as hipóteses teóricas defendidas por esses subsistemas, remetemos o leitor interessado aos trabalhos de Lasnik & Uriagereka (1988) Riemsdijk & Williams (1986) e Haegeman (1991).

4 Nem todas as assimetrias raiz/encaixadas na colocação dos verbos derivam do fenômeno de colocação de verbo em segunda posição, típico das línguas germânicas. No francês moderno, por exemplo, uma língua SVO, a preposição do verbo finito é desencadeada, nas Ss raiz, somente em sentenças-QU (perguntas iniciadas por termos equivalentes a: que, quem, quando e outros) ou por uma classe restrita de advérbios, tipo peut-être (talvez), à peine (apenas); portanto, um processo mais restrito do que o evidenciado no alemão e no dinamarquês.

5 O símbolo SX representa um constituinte sintagmático qualquer: um complemento verbal ou um adjunto adverbial; os parênteses significam que a ocorrência de um dado constituinte SX é opcional.

6 Os exemplos serão citados com a abreviatura e número do fólio (F) e pela abreviatura e número da linha (L), conforme Pereira (1964); a abreviatura **v** à direita do número do fólio significa 'verso'. Nos exemplos citados, sublinhamos todos os SNs sujeito lexicalmente realizados.

7 O símbolo t_v representa o traço (ou vestígio) resultante do movimento do verbo de sua posição básica para uma outra posição sintática.

[8] Segundo Rizzi (1991), quando um sintagma-QU (sintagma constituído de elementos como, por exemplo, quem, que, quando) é deslocado para SPEC/SC, esse movimento induz à especificação de um traço abstrato + QU no núcleo C. Em geral, a presença desse traço bloqueia o movimento do V para C.

[9] Desse modo, as estrutruras de topicalização de V podem ser explicadas como uma estratégia de **last resort** (ROBERTS, 1990), quer dizer, V é topicalizado em C todas as vezes que o clítico ocuparia a primeira posição da sentença, uma violação à lei Tobler Mussafia. Se analisamos topicalização de V, nas estruturas V1, como resultante de uma estratégia de "último recurso" para salvar a representação, então devemos analisar as construções (8a), (8b) e (16a) como estruturas de recursão de SF, e não como resultantes de topicalização de V.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, M. (1987) **Old French, null subjects, and verb second phenomena**. Los Angels: University of California. Tese de Doutorado. mimeo.

BARRETO, Mário (1982) **Fatos da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Presença.

DEN BESTEN, H. (1983) On the interaction of root transformations and lexical deletive rules. In: ABRAHAM, W. (ed.) **On the formal syntax of the Westgermania**. Amsterdam: John Benjamins. p.47-131.

CARDINALETTI, A. & ROBERTS, I. (1991). Clause structure and X-Second. mimeo.

CHOMSKY, N. (1981) **Lectures on government and binding**. Dordrecht: Foris Publications.

_____.(1982) **Some concepts and consequences in the theory of government and binding**. Massachussets, MIT Press.

_____. (1986) Barriers. **Linguistic Inquiry Monographs**. Cambridge: MIT Press.

HAEGEMAN, L. (1991) **Introduction to government & binding theory**. Oxford: Basil Blackwell, Inc.

HIRSCHBÜHLER, P. , JUNKER, M-O. (1988) Remarques sur les sujets nuls en subordonnées en ancien et en moyen français. **Revue québecoise de linguistique théorique et appliquée**, n.7, v.3, Québec, p.63-84.

HUBER, J. (1986) **Gramática do português antigo**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

KOOPMAN, H., SPORTICHE, D. (1988) Subjects. UCLA. mimeo.

LASNIK, H., URIAGEREKA, J. (1988) **A course in GB syntax**; lectures on binding and empty categories. MIT PRESS.

LIGHTFOOT, D. (1991) **How to set parameters**; arguments from language change. Cambridge: MIT Press.

MATTOS E SILVA, R.V. (1989) **Estruturas trecentistas**; elementos para uma gramática do português arcaico. Lisboa: Estudos Gerais; Imprensa Nacional.

_____. (1991) **Morfologia e sintaxe do português arcaico**. São Paulo: Contexto (no prelo).

PÁDUA, M.P. de (1960) **A ordem das palavras no português arcaico**; frases de verbos transitivos. Coimbra: Universidade de Coimbra.

PEREIRA, S.B. (1964) **Vocabulário da Carta de Pero Vaz de Caminha**. Rio de Janeiro: INL-MEC.

PLATZACK, C. (1990) The loss of V2 in English and French. University of Lund. mimeo.

POLLOCK, J-Y. (1989) Verb movement, universal grammar, and the structure of IP. **Linguistic Inquiry**, n.20, v.3, p.365-424, MIT Press.

RIEMSDIJK, H. van, WILLIAMS, E. (1986) **Introduction to the theory of grammar**. Cambridge, Mass.: MIT Press.

RIZZI, L. (1991) Residual verb second and the WH criterion. University of Geneve. mimeo.

ROBERTS, I. (1990). Verbs and diachronic syntax. University of Geneve. mimeo.

III - SER/ESTAR EM 1500

Maria do Socorro S.S. Netto
Universidade Federal da Bahia

A análise do comportamento morfossintático dos verbos **ser** e **estar**, também **andar** e **jazer**, especialmente em estruturas descritivas e situativas[1] continua uma pesquisa iniciada em 1989, quando nos propusemos a investigar o processo de variação[2] que atuava entre tais verbos, permitindo-lhes comutar em certos contextos morfossintáticos e semânticos.

O estudo inicial teve como **corpus** base um documento representativo da 1ª metade do séc. XV, **A crônica de D.Pedro** de Fernão Lopes, quando tentamos determinar quais contextos morfossintáticos atuaram na competição das variantes e foram responsáveis pelo estabelecimento da oposição que, hoje, vemos concretizada quando escolhemos entre **ser** e **estar** para atribuir qualidades permanentes ou transitórias do sujeito e para situar, este mesmo sujeito, no espaço e no tempo.

Verificamos que o processo de variação entre os verbos, embora existisse nesse momento sincrônico, séc. XV, já acentuava os traços definidores de propriedades específicas, expressas nos complementos verbais, que viriam determinar a escolha de um ou de outro predicador[3]. O verbo **ser** ainda que comutando com **estar** em estruturas descritivas de atributo transitório, já se apresentava como predicador típico, isto é, mais freqüente, de estruturas descritivas de atributo permanente. Esse último, **estar**, se apresentava como predicador das estruturas situativas locativas espaciais relativas, seguido, em freqüência, de **andar** e **jazer**. **Andar**, mesmo ocorrendo em baixa freqüência, comutava com **estar** em estruturas descritivas de atributo transitório e em estruturas situativas espaciais relativas. **Jazer**, além de expressar sentido etimológico de "estar deitado", é também predicador de estruturas situativas locativas espaciais relativas, ainda que em número baixo de ocorrências.

Esse processo de mudança em curso, encontrado na primeira metade do séc. XV, aguçou a nossa curiosidade em saber se num momento posterior a este, a mudança já estaria concretizada. Analisamos, então,

um documento representativo do séc. XVI, o **Diálogo da Viciosa Vergonha** de João de Barros, que nos indicou uma possível resposta: neste texto, de meados do séc. XVI, 1540, os verbos **ser** e **estar** já se apresentavam como predicadores de propriedades específicas, tendo, portanto, um comportamento morfossintático e semântico semelhante ao que observamos na sincronia atual. O verbo **ser** não mais comutava com **estar** na predicação de atributos transitórios, se tornando o predicador, por excelência, de estruturas descritivas de atributo permanente e **estar**, o predicador característico das estruturas descritivas de atributo transitório e de estruturas situativas de localização espacial relativa.

Diante desses fatos, julgamos conveniente constituir um **corpus** para investigar a transição do séc. XV para o séc. XVI e, por isso, para iniciar essa nova etapa de investigação, escolhemos a **Carta de Pero Vaz de Caminha**, documento datado de 1500, para compor a nossa pesquisa.

Na **Carta de Pero Vaz de Caminha**, encontramos todos os quatro verbos em causa, conforme exemplo abaixo, distribuindo-se diferentemente nas estruturas descritivas e situativas, ou seja, registramos ocorrências de **ser, estar** e **andar** em estruturas descritivas e de **ser, estar, andar** e **jazer** em estruturas situativas.

ESTRUTURAS DESCRITIVAS:

SER:

(1) ... os arcos **sam pretos** e conpridos ... (fol.10, 1.14)

(2) ... Os aruoredos **sam muy muytos e grandes** (fol. 10, 1.7)

(3) ... esta jente **he boa** e **de boa sijnprezidade** ... (fol. 11, 1.31)

ESTAR:

(4) ... abandeira de Xpos com que sayo debelem a qual **esteue senpre alta** aaparte do auamjelho ... (fol. 5, 1.14)

(5) ... **esteuerã asy** cõ nosco ... (fol. 12, 1.29)

(6) ... nem estimam nhuma coussa cobrir nem mostrar suas vergonhas e **estam** acerqua disso **com tamta jnocemcia** como teem em mostrar orrosto ... (fol. 2v, 1.9)

ANDAR

(7) ... ele porẽm cõ tudo **andam mujto bem curados** e **mujto limpos** ... (fol. 8, 1.14)

(8) ... os cabelos seus sam coredios e **andauã trosqujados** de tosquja alta ... (fol. 2, v.19)

(9) ... demaneria que **amdaua** acabeleira **muy rredonda** e **muy basta** ... (fol. 2v, 1.28)

(10) ... **amdam nus** sem nhũm cubertura ... (fol. 2v, 1.6 e 7)

(11) ... e eles folgauam e rriam e **amdauam** cõ eles **muy bem** ao soõ da gaita ... (fol. 7v, 1.15)

(12) ... e **andauam** ja **mais mansos** ... (fol. 11, 1.5)

ESTRUTURAS SITUATIVAS

SER:

(13) ... e **seendo** a^{o} lopez nosso piloto **em huũ daqueles naujos pequenos** (fol. 2, 1.31)

(14) ... **heram aly** xbij ou xx homeẽs pardos (fol. 1v, 1.27)

(15) ... em quanto esteuemos aamisa e aapregacom **seriã na praya** out^{a} tanta gente ... (fol.5, 1.24)

(16) ... terça feira doitavas de pascoa que **foram xxj dias dabril** ... (fol. 1, 1.30)

ESTAR:

(17) ... sayo ele com todos em hum jlheo grande que **na baya esta** (fol. 4v, 1.29)

(18) ... mujtos deles vijnham **aly estar** cõ os carpenteiros... (fol. 9v, 1.14)

(19) ... **estauam na praya** quando chegamos ... (fol. 9v, 1.2 e 3)

ANDAR:

(20) ... tanbem **andauam antreles** iij ou b moiheres moças asy nuas que non pareciam mal ... (fol. 7, 1.4)

(21) ... e **aly andamos** todo aquele dia em calma avista dela obra de tres ou quatro legoas ... (fol. 1, 1.19)

JAZER:

(22) ... **aly jouuemos** huũ pedaço bebendo e folgando ao longo dela ... (fol. 11, 1.10)

(23) ... **aly jouuemos** toda aquela noute e aaquimta feira pola manhã fezemos vella e segujmos dir^{tos}... (fol. 1v, 1.10)

Observamos nesse documento quinhentista que a oposição entre **ser** e **estar** ainda não se estabeleceu plenamente, uma vez que **ser** também é usado em contextos situativos locativos espaciais relativos, conforme vemos nos exemplos (12), (13) e (14). Contudo, a análise das estruturas descritivas nos mostra uma identidade de uso do conjunto dos verbos analisados com o emprego que fazemos destes na sincronia atual, ou seja: o vebro **ser** é o verbo mais freqüente das estruturas de atributo permanente, conforme vemos nos exemplos (1), (2) e (3), seguido de **andar**, exemplos (7), (8), (9) e (10). É interessante destacar esse uso de **andar** em contextos claramente reconhecíveis na sincronia atual, isto é, em descrições de qualidades permanentes e de atitudes habituais do sujeito e que não foram registrados nos documentos relativos ao séc. XV e primeira metade do séc. XVI. Também, vale ressaltar a escolha de **andar** como predicador mais freqüente nas estruturas de atributo transitório, cf. exemplos (11) e (12), seguido de **estar**, exemplos (4), (5) e (6), que, neste documento, se apresenta como predicador mais freqüente das estruturas situativas locativas espaciais relativas, conforme exemplos (17), (18) e (19), seguido de **andar** e **jazer**, conforme exemplos (20), (21) e exemplos (22) e (23), respectivamente. Este último verbo, **jazer**, ocorrendo em baixa freqüência, mantém o comportamento encontrado no séc. XV e não mais detectado na 1ª metade do séc. XVI.

As estruturas situativas temporais que no documento do séc. XV teve **ser** como predicador mais freqüente, seguido de **estar** e **andar**, e que não foram registradas no documento da 1ª metade do séc. XVI, neste texto quinhentista se apresentam, tendo **ser** como predicador único, conforme exemplo (16).

Todas as ocorrências dos verbos estudados foram quantificadas, o que se pode ver nas tabelas abaixo, e determinadas as freqüências, em termos absolutos e relativos, nas estruturas descritivas e

situativas.

TABELA 1

FREQUÊNCIA / VERBOS	TOTAL NO CORPUS	EM DESCRITIVA		EM SITUATIVOS		OUTRAS OCORRÊNCIAS	
		TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
Ser	101	73	72,3	13	12,9	15	14,8
Estar	30	5	16,7	21	70,0	4	13,3
Andar	51	19	39,2	14	27,5	17	33,3
Jazer	4	-	-	2	50,0	2	50,0
TOTAL	186	97	52,7	50	26,9	38	20,4

TABELA 2

FREQUÊNCIA / VERBOS	TOTAL DE DESCRITIVA	TIPO DE ATRIBUTIVO	
		PERMANENTE	TRANSITÓRIO
Ser	73	73	-
Estar	5	-	5
Andar	19	7	12
Jazer	-	-	-
TOTAL	97	80	17
%	100	82,5	17,5

TABELA 3

FREQUÊNCIA / VERBOS	TOTAL EM SITUATIVOS	CONTEÚDOS DE LOCALIZAÇÃO	
		LER	LT
Ser	13	11	2
Estar	21	21	-
Andar	14	14	-
Jazer	2	2	-
TOTAL	50	48	2
%	100	96,0	4,0

Procedendo a uma análise quantitativa, verificamos que:

a) o verbo **ser** foi o verbo mais freqüente nas estruturas descritivas (73 oc) seguido de **andar** (20 oc) e **estar** (5 oc),

conforme nos mostra a Tabela 1;

b) o verbo **ser** se caracteriza como predicador mais freqüente das estruturas descritivas de atributo permanente (73 oc), seguido de **andar** (7 oc); este último, **andar**, se destaca como predicador das estruturas descritivas de atributo transitório (13 oc), seguido de **estar** (5 oc), conforme nos mostra a Tabela 2;

c) o verbo **estar** se caracteriza como predicador mais freqüente das estruturas situativas espaciais relativas (21 oc), seguido de **andar** (24 oc), **ser** (11 oc) e **jazer** (2 oc), conforme nos mostra a Tabela 3.

As análises qualitativas e quantitativas desse documento quinhentista nos levam a concluir que:

a) a oposição **ser/estar** ainda estaria em processo de diferença nas estruturas locativas espaciais;

b) **ser**, embora comute com **andar** na descrição de qualidades permanentes, é ainda o verbo típico desse tipo de descrição; não mais ocorre na descrição de qualidades transitórias;

c) **estar** é o verbo típico da expressão situativa relativa; comuta com **andar** e **ser**;

d) **andar**, segundo verbo em freqüência absoluta nos dados analisados, tanto é predicador descritivo – permanente e transitório – como situativo, sendo portanto o verbo menos marcado, isto é, mais geral nas estruturas atributivas analisadas. Só não ocorre nas estruturas locativas temporais, em que apenas **ser** é usado, embora só documentado em 2 ocorrências;

e) a baixa freqüência de **jazer** aponta para seu desuso nessas estruturas.

ANÁLISE COMPARATIVA

É interessante confrontarmos os resultados obtidos em pesquisa anterior, referentes ao séc. XV e 1ª metade do séc. XVI[4] com os dados oferecidos neste docuemnto de 1500, para podermos extrair indica

ções sobre os caminhos que delinearam o curso da mudança. Para isso, sintetizamos o comportamento morfossintático e semântico de cada verbo, nos seus respectivos momentos sincrônicos, ordenando as estruturas atributivas numa seqüência que expresse a freqüência de ocorrência das mesmas. Desse modo, ao analisarmos, por exemplo, o verbo **ser** em 1500, entendemos que a DP foi a estrutura mais freqüente e a LT a menos freqüente, o que pode ser verificado nas Tabelas 2 e 3, anteriormente apresentadas. Esta forma de análise se estende aos demais verbos.

VERBOS	SÉC. XV	(1500)	SÉC. XVI
Ser	DP	DP	DP
	DT	LER	LER[5]
	LER	LT	DT[6]
	LT	-	-
Estar	DT	-	DT
	LER	LER	LER
	LT	DT	DP[7]
Andar	LER	LER	DT
	DT	DT	LER
	LT	DP	-
Jazer	LER	LER	-

A partir daí, podemos reorganizar as estruturas morfossintáticas encontradas, observando que, em documento de 1500 já há o desaparecimento de estruturas que não são características quanto à escolha do predicador. Por exemplo, o verbo **ser** não apresenta a estrutura descritiva de atributo transitório e o verbo **estar** não apresenta a estrutura descritiva de atributo permanente. Este comportamento dos predicadores é também detectado em documento de 1540 e comprovado na sincronia atual. Observamos, ainda neste documento de 1500, o emprego do verbo **andar** em estruturas descritivas de atributo permanente o que se verifica na sincronia atual.

O quadro seguinte nos dá a visão da variação e das mudanças

na seleção dos verbos.

VERBOS	SÉC. XV	(1500)	SÉC. XVI (1540)
Ser	DP	DP	DP
	DT	-	-
	LER	LER	-
	LT	LT	-
Estar	DT	DT	DT
	LER	LER	LER
	LT	-	-
Andar	LER	LER	LER
	DT	DT	-
	LT	DP	-
Jazer	LER	LER	-

Uma análise comparativa dos dados acima indica que:

a) **ser** caminha para se constituir como predicador de maior freqüência das estruturas descritivas de atributo permanente;

b) **estar** continua se reforçando como predicador das estruturas de atributo transitório;

c) **andar** caminha privilegiando as estruturas de atributo transitório, podendo comutar com **estar**, embora aponte a possibilidade de também ser usado na indicação de atributos permanentes. A escolha de **andar** como verbo intermediário entre **ser** e **estar** nas estruturas descritivas revela uma atitude descompromissada do autor do discurso, em relação aos traços permanentes e transitórios inerentes aos atributos do sujeito;

d) **jazer** não encontra reforço do traço transitório para se manter como predicador de estruturas descritivas.

NOTAS

1 Estrutura descritiva é aquela estrutura morfossintática e semântica que descreve ou atribui qualidades ao sujeito. Tais qualidades se caracterizam pelos traços semânticos (permanente) ou (transitório) quando evidenciam qualidades permanentes, intrínsecas, essenciais do sujeito ou qualidades transitórias, acidentais, extrínsecas do sujeito.
Segundo M.H.M.M. (1983), as qualidades permanentes ou transitórias podem ser identificadas segundo a atuação de propriedades que subjazem à categorização do real, isto é, propriedades de individual e propriedades de manifestação temporalmente limitada de individual. As primeiras se caracterizam através de complementos que se referem a "raça, nacionalidade, características físicas e psicológicas duradouras" ou definem "uma dada entidade ou conjunto de entidades" e selecionam o verbo **ser** como seu predicador. As segundas expressam "estados subseqüentes a uma alteração ou transição sofrida por uma dada "entidade" e selecionam o verbo **estar** como seu predicador.
Estrutura situativa é aquela estrutura morfossintática e semântica que localiza o sujeito no espaço, no tempo e em outros domínios nocionais, excluídos tempo e espaço.
Essas estruturas atributivas podem ser representadas pelas seguintes siglas:

DP - estrutura descritiva de atributo permanente
DT - estrutura descritiva de atributo transitório
LER - estrutura situativa locativa espacial relativa
LT - estrutura situativa locativa temporal.

2 Esse processo de variação existente entre os verbos **ser, estar, andar** e **jazer** foi detectado por Mattos e Silva (1987), quando de sua análise no **corpus** longo do séc. XIV, **Os Diálogos de São Gregório.**

3 Os traços definidores de propriedades específicas, expressas nos complementos verbais podem ser assim resumidos (cf. SEPÚLVEDA NETTO, 1989):
a) o traço permanente é típico do verbo **ser**, enquanto que o traço transitório é típico do verbo **estar**;
b) o traço permanente caracteriza o verbo **ser** como predicador de estruturas locativas espaciais absolutas;
c) o traço transitório caracteriza o verbo **estar** como predicador de estruturas locativas espaciais relativas e de estruturas descritivas transitórias;
d) o verbo **estar** é predicador de estruturas descritivas de atributo permanente quando seu complemento verbal é expresso por um particípio de valor semântico resultativo;
e) o traço transitório dos complementos atributivos descritivos de **estar** e **andar** caracteriza tais verbos como predicadores de manifestação temporalmente limitada de individual.

4 Cf. Sepúlveda Netto (1989).

[5] Apenas uma única ocorrência foi registrada (cf. SEPÚLVEDA NETTO, 1989).

[6] Apenas um único caso de uso de **ser** como predicador de estrutura descritiva de atributo transitório foi registrado. Trata-se da tradução de uma citação latina que tem por predicador o verbo "esse" (Cf. SPÚLVEDA NETTO, 1989).

[7] Os casos em que o verbo **estar** foi empregado como predicador de estrutura descritiva de atributo permanente são aqueles que tem o particípio como núcleo do sintagma. Semanticamente constituem estruturas resultativas (Cf. SEPÚLVEDA NETTO, 1989).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MATEUS, M.H.M. et alii. **Gramática da língua portuguesa;** elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual. Coimbra: Ed. Almedina, 1983.

MATTOS E SILVA, R.V. Ser, estar, jazer, andar no português trecentista. **Arquivos** do Centro Cultural Português. Lisboa/Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, v.XXIII, p.31-47, 1987.

PEREIRA, Sílvio Batista (org.) **Vocabulário da Carta de Pero Vaz Caminha.** Rio de Janeiro: INCL/MEC, 1964.

SEPÚLVEDA NETO, Ma. S.J. **Ser/Estar; um estudo de variação e mudança em curso no português antigo.** Salvador: UFBa., 1989. Dissertação apresentada à UFBa./Mestrado em Letras.

IV - CAMINHA E SUA CIRCUNSTÂNCIA

Sônia Bastos Borba Costa
Universidade Federal da Bahia

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho deve ser entendido como uma etapa de um projeto de investigação da configuração mórfica e do comportamento sintático de palavras tradicionalmente classificadas como advérbios, que vem sendo empreendido sob o título "A classe de palavras tradicionalmente denominada ADVÉRBIOS na constituição histórica da língua portuguesa". O objetivo do projeto é investigar, no texto "A Crônica de D. Pedro" (séc. XV), na Carta de Pero Vaz Caminha (séc. XVI) e no **Corpus** compartilhado do Projeto NURC (séc. XX) processos mórficos e sintáticos que envolveram e/ou envolvem os chamados advérbios (bem como as chamadas locuções adverbiais), tais como: processos de formação, manutenções, desaparecimentos, surgimentos e migrações de uma para outra classe de palavras, tomando como base de comparação anterior o rol de formas constantes de gramáticas históricas e estudos mais gerais do português antigo e como base de comparação posterior o português contemporâneo, representado pelo **corpus** compartilhado do NURC e pelo rol presente em gramáticas normativas contemporâneas.

Em 1990 realizou-se trabalho semelhante, quando confrontaram-se dados relativos a advérbios (incluindo-se as locuções adverbiais) e preposições (incluindo as preposições essenciais, acidentais e as locuções prepositivas) constantes do texto "A Lenda do Rei Rodrigo" (séc. XIV) com o rol de formas constantes de três gramáticas normativas contemporâneas (ALMEIDA, 89; BECHARA, 87 e CUNHA e CINTRA, 85). O presente trabalho tomará como ponto de partida alguns dados e reflexões a que se chegou no trabalho de 1990, ampliando-os tanto quanto possível com base no texto da Carta.

Ressalte-se que as denominações ADVÉRBIOS e PREPOSIÇÕES vão ser utilizadas aqui tal como sugerido pela tradição gramatical. Tem-se como objetivo, ao longo do desenvolvimento do referido projeto, ir tor

nando preciso o conceito de ADVÉRBIO, já que as preposições não são seu objeto precípuo.

Observadas conjuntamente, análises empreendidas em época recente, somadas a observações que aqui e ali vêm sendo oferecidas pelos gramáticos tradicionais, parecem autorizar a divisão das palavras listadas como ADVÉRBIOS em gramáticas normativas contemporâneas em mais ou menos dez grupos, a partir do seu comportamento sintático. Desses grupos, ainda mal delineados, um avulta com alguma nitidez, o dos dêiticos, cujo comportamento parece autorizar a sua inclusão na classe dos PRONOMES. Outros grupos que se delineiam são o dos INTENSIFICADORES (ou QUANTIFICADORES) e o dos advérbios de modo, principalmente, mas não a eles restrito, aqueles formados com o morfema -MENTE, que parecem manter com os verbos as mesmas relações semânticas e em parte sintáticas que os adjetivos mantêm com os nomes.

Apesar dessas constatações, o presente trabalho ainda lidará com os conceitos e denominações tradicionais, em parte porque dá continuidade ao trabalho de 1990 no qual assim se procedeu, em parte porque uma nova terminologia careceria de mais aprofundados estudos.

A Carta de Pero Vaz Caminha é um texto rico na expressão das circunstâncias que cercam os atos de fala e delimitam o escopo de um mecanismo de predicação, ao recortá-lo quanto às contingências em que se insere. E, em suma, "expressar circunstâncias" (ou seja, aquilo que a tradição chama de circunstância), sem "pedir" complemento , sendo um elemento intransitivo, portanto, é o que caracteriza os advérbios na visão tradicional. É compreensível que um relato dando conta da feição de uma terra nova a alguém que está distante se faça cercar de detalhes "circunstanciais" de tempo e de espaço, sobretudo, mas não apenas. Por isso, o texto se presta muito bem à análise, não só dos advérbios (incluindo as locuções adverbiais) como das locuções prepositivas, este último estudo apenas esboçado, mas que já pode propiciar alguns elementos para confronto.

O presente trabalho, contudo, circunscreve-se à análise das locuções adverbiais: sua configuração mórfica, observações sobre seu comportamento sintático e/ou semântico, indicações sobre sua produtividade, depreendidos do confronto entre as formas presentes no texto da

LENDA, no texto da CARTA e no rol de três gramáticas normativas contemporâneas.

Vale uma observação quanto ao procedimento adotado face à grafia de Caminha. Por não ser devida a uma normatização (o texto é de 1500 e a normatização gráfica da língua portuguesa só se inicia em 1540, com a gramática de João de Barros), não se pode adotá-la como critério para qualquer análise lingüística. E esse seria uma dado importante para distinguir locuções de não-locuções, sobretudo tendo em vista que, como se verá adiante, hoje interfere nessa delimitação. Como não se poderia adotar qualquer critério seguro a partir desse dado, considerou-se como locução o que assim ainda figura nas gramáticas atuais, mesmo se na Carta ocorre grafado junto (ex.: PERHY). Se, nas gramáticas atuais temos um só vocábulo mórfico, o elemento será considerado como advérbio e, por isso, não figurará no quadro das locuções adverbiais, ainda que esteja grafado em separado na Carta (ex.: DE VAGAR).

2 LOCUÇÕES ADVERBIAIS

A propósito do termo locução, algumas reflexões devem ser feitas. Primeiramente, observe-se que as gramáticas normativas atuais admitem LOCUÇÕES ADJETIVAS, LOCUÇÕES VERBAIS, LOCUÇÕES PREPOSITIVAS e LOCUÇÕES ADVERBIAIS. A configuração das locuções verbais não será tratada aqui, visto distanciar-se bastante, tanto sintática quanto morficamente, das locuções adverbiais. Mas as fronteiras entre LOCUÇÕES ADVERBIAIS, ADVÉRBIOS, LOCUÇÕES PREPOSITIVAS, PREPOSIÇÕES, LOCUÇÕES ADJETIVAS, LOCUÇÕES "CONJUNTIVAS" e CONJUNÇÕES têm toda pertinência para o estudo que se pretende empreender e são mal delimitadas, pelo menos não suficientemente explicitadas nas gramáticas. Essas dividem as preposições em essenciais e acidentais e as separam das locuções prepositivas; a distinção entre advérbios e locuções adverbiais também é feita, mas não aparece a denominação "advérbios acidentais"; já para as conjunções, não há distinção de qualquer espécie, sendo assim chamadas mesmo quando constituem conjunto de mais de um elemento, o que, para as outras duas classes aqui referidas, recebe a denominação de LOCUÇÃO. Não há coerência, portanto.

A dificuldade de delimitar as fronteiras tem forte fundamento histórico, se se considerar que as classes de palavras em que se incluem têm migrado entre si em toda a história do português e até antes, considerados o latim clássico e o vulgar.

Justifica-se o interesse precípuo pelas locuções se se levar em conta que são ótimos flagrantes dos processos de formação que a história registra. Qualquer análise menos superficial constata com facilidade que, por exemplo, uma preposição ou um advérbio atual em muitos casos foi uma locução em momento pretérito e, por isso, o que é hoje uma locução poderá constituir futuro advérbio, preposição ou conjunção. Por exemplo, as preposições latinas DE e EX aglutinaram-se em DES; DES e DE aglutinaram-se em DESDE.

O traço caracterizador de uma locução prepositiva é ser um conjunto de vocábulos (já foram registrados no estudo de 1990 pelo menos oito processos de formação) **terminado por uma preposição,** traço que a distingue das locuções adverbiais. É certo que essa distinção não se sustenta muitas vezes, visto que a locução adverbial pode ser facilmente "completada" por elementos presentes no contexto anterior, elípticos, o que a tornaria uma locução prepositiva. Mas há situações em que esse complemento não é facilmente recuperável, por vezes é até improvável. Foi adotado, portanto, esse critério distintivo entre locuções adverbiais e locuções prepositivas.

O mesmo critério de [± TRANSITIVIDADE] fundamenta a distinção entre locução adverbial e locução "conjuntiva", e o que distingue esta última da locução prepositiva é terminar por uma conjunção e/ou ligar sentenças.

Algumas locuções adverbiais têm a mesma estrutura morfossintática de locuções adjetivas, a saber, PREP + SN (ou ADV) e o seu traço distintivo é sintático: a locução adjetiva restringe nomes, a locução adverbial restringe uma predicação. No texto da Carta, temos DECJMA, que ocorre como locução adjetiva:

(1) *acabada amisa tirou o padre a vestimta* ***decjma*** *e foi cou naalua* (fl. 12v, ls. 8/10)

e DE BAIXO, que aparece como locução adjetiva e como adverbial (ou advérbio?):

(2) *traziam ambos os beiços* ***de baixo*** *furados* (fl.2v, ls. 10/11)

(3) *huũa rrede atada pelos cabos e cada estec altas em que dormjam e* ***debaixo*** *pera se aquentarem faziam seus fogos* (fl.9,ls. 15/17).

E como estabelecer os limites entre uma expressão com função sintática e papel semântico típico de advérbios e uma locução adverbial? Grande parte das locuções adverbiais (como, de resto, as locuções prepositivas) vêm listadas nas gramáticas, dir-se-ia que os gramáticos as querem incluir na conta dos "instrumentos gramaticais", excluí-las do léxico. Que critério subjaz à classificação e listagem tradicionais? Impossível a tentativa de aplicar o critério sintático, distributivo, afirmando que serão locuções quando ocuparem a posição de adjetivos ou advérbios, pois essas posições são efetivamente ocupadas tanto por locuções quanto pelas outras referidas expressões. O critério poderia ser semântico: será locução se o conjunto puder corresponder (ainda que virtualmente) a um adjetivo ou advérbio. E quando não é possível essa correspondência? Por vezes, a decisão é difícil. Tornando mais concreta a questão: por que faz crer a tradição que DE FIO A PAVIO é locução adverbial e um conjunto como o que se destaca na frase

(4) *ele percorreu a rua* DE CASA EM CASA

não o é? No texto da Carta coloca-se essa questão relativamente aos exemplos:

(5) *logo* ***dhũa mão peraaoutª*** *se esqujauam* (fl. 7v, l.35)

(6) ***depomta apomta*** *he toda praya parma mujto chãa* (fl. 13v,ls.8/9)

(7) *trazem todas as testas* ***de fonte afonte*** *timtas* (fl. 8v, ls. 33/34).

O critério tradicional parece prender-se a dois traços: a) os núcleos nominais distanciam-se do seu significado literal, quer por desgaste, quer por metáfora ou metonímia, e b) os elementos que compõem o conjunto não podem sofrer intercalações ou inversões.

Pelo menos o primeiro traço leva à consideração dos dois primeiros conjuntos (exs. 5 e 6) como locuções e o último como não-locução

(ex. 7), embora não seja impossível que venha a tornar-se uma, no devir linguístico. A propósito, curioso é o sentido que a primeira delas (ex. 5) apresenta no texto, nada literal ("de uma hora para outra"), o que mais autoriza atribuir-se-lhe a classificação de locução.

Oportuno seria lembrar, como no trabalho de 1990 se referiu, o quanto é elucidativo que os mesmos itens lexicais que figuram como advérbios, constituam, segundo a tradição, locuções prepositivas ou locuções conjuntivas e, acrescentar-se-ia, locuções adjetivas, a depender de sua adequação aos critérios que agora se apresentam. Não trazendo aqui exemplos de locuções conjuntivas por não ter sido objeto de observação, podem-se destacar alguns exemplos da Carta:

(8) *faziam dous carpenteiros huũa grande cruz dhuũ paao que se* ***ontem*** *pera ysso cortou* (fl. 9v,ls. 12/14)(ADV)

(9) *pouco mais ou menos como os* ***domtem*** (fl.5, ls. 24/25) (L. ADJ)

(10) *e despois moueo ocapitam peracjma* ***ao longo*** *do rio* (fl.7,ls. 18/19) (L. PREP)

(11) *e fomos* ***de longo*** *da costa com os batees e esquifes amarados perpopa comtra onorte* (fl.2 ls. 13/15) (L. PREP)

(12) *fomos* ***de lomgo*** *e mandou ocapitam aos navios pequenos que fosem mais chegados aatera* (fl.2, ls. 21/22) (L. ADV)

(13) *e fomos asy todos contra a tera perapasarmos* ***ao longo*** *per ondeles estavam hyndo* (fl. 5v., ls. 2/4) (L. ADV)

(14) *e rrapados ataa* ***per cjma*** *das orelhas* (fl. 2v., ls.21) (L. PREP)

(15) *e fomos desenbarcar* ***acjma*** *do rrio contra osul* (fl. 11v., ls. 33) (L. PREP)

(16) *acabada amisa tirou o padre a vestimtª* ***decjma*** *e ficou naalua* (fl. 12v., ls. 8/10) (L. ADJ)

(17) *e huũ deles trazia* ***per baixo*** *da solapa de fonte a fonte pera detras huũa maneira de cabeleira de penas* (fl. 2v., ls. 21/23) (L. PREP)

(18) *e* ***debaixo*** *pera se aquentarem faziam uns fogos* (fl.9, ls. 16/17) (ADV)

(19) *traziam ambos os beiços* ***de baixo*** *furados* (fl.2v, ls. 10/11) /L. ADJ)

(20) *e* ***despois*** *dacabada amisa* (fl.5, l.27) (L. PREP)

(21) *começou daçenar cõ amaão pera aterra e* ***despois*** *pe rao colar* (fl.3, ls. 4/5) (ADV)

(22) *que podem jazer* ***dentro*** *neela mais de ijẽ navios* (fl. 3v, ls. 6/7) (L. PREP)

(23) *huũ arrecifẽ com huũ porto* ***dentro*** *muito boo* (fl.2, ls. 26/27) (ADV)

(24) *metẽ nos pela parte* ***de dentro*** *do beiço* (fl.2v,ls. 14/15) (L. ADJ)

(25) *pasarãse logo todos* ***aalem*** *do rrio* (fl.6v, ls. 9/19) (L. PREP)

(26) *pasaram* ***aalem*** *tamtos dos nosos* (fl.6v, ls. 18/19) (ADV)

A propósito da constituição de locuções e sua possível trajetória para a unidade vocabular, apresentam-se no texto da Carta exemplos interessantes. Comparem-se os exemplos (1), (2) e (3), já apresentados e mais os que se seguem:

(27) *do ensino que* ***dantes*** *tjnham poseram todos os arcos e acenauam que saisemos* (fl. 6v., ls. 8/10)

(28) *e ele corejeo lhe* ***detras*** *seu aderenço* (fl.10v, ls. 21/22)

(29) ***edaquy*** *mandou ocapitã a njcolaao coelho e ...* (fl. 3v, ls. 9/10)

(30) ***e daly*** *ouuemos vista dhomeẽs q̃ amdauam* (fl. 1v, ls. 17/18)

(31) *eaq̃le que digo chamaua algũs que viesen* ***peraaly*** (fl. 12v, ls. 16/18)

(32) *epasarã huũ rrio que* ***perhy*** *core dagoa doce* (fl. 3v, ls. 29/30)

(33) *se vosa alteza aquy mandar quem mais antreles* ***de vagar*** *ande, que todos seram tornados ao desejo de vosã alteza* (fl.13, ls. 8/10)

Deixando à margem a representação gráfica quinhentista que, como já foi lembrado, não pode servir de parâmetro, pode-se tentar raciocinar a partir da representação gráfica atual, supostamente normatizada, o que quer dizer estabelecida a partir de critérios que se queiram coerentes. Pois bem: algumas dessas formas não mais figuram nas gramáticas como locuções. São consideradas ou advérbios (DANTES, DETRÁS, DEVAGAR, DEBAIXO); ou combinações de preposições com advérbios (DALI, DAQUI); ou, possivelmente, locuções (POR ALI, POR AÍ, DE BAIXO, DE CIMA), já que assim são consideradas algumas que lhe são análogas. Atente-se para as formas DEBAIXO/DE BAIXO), a primeira hoje considerada advérbio e a segunda, locução adjetiva, e a forma DE CIMA, sempre locução, quer adjetiva, quer adverbial. Em suma, não há limite mórfico, sintático ou semântico entre essas três possibilidades, a saber, advérbios, locuções adverbiais e combinações de preposição e advérbios. As distinções parecem estear-se no maior ou menor grau de consciência da formação do conjunto, na intuição lingüística dos falantes e, também, na influência da representação gráfica. Quando esta última não é suficientemente forte para tolher a impressão do falante, os conjuntos são muitas vezes representados como um só vocábulo como nas formas PORALI, PORISTO, AFIM DE, PORONDE, de certo não estranhas a professores acostumados com a leitura da produção escrita de estudantes.

3 PERMANÊNCIA E INOVAÇÃO

O confronto entre as formas de locuções adverbiais presentes na Lenda, na Carta e nas gramáticas contemporâneas permite a elaboração de algumas hipóteses acerca da questão: é o estágio da língua portuguesa representado pela Carta de Pero Vaz Caminha equivalente àquele que se pode inferir da Lenda do Rei Rodrigo? Por outro lado, o que se observa quanto ao confronto com o português contemporâneo?

O presente trabalho se permitirá apontar alguns fatos, apesar da consciência de ter-se até agora, trabalhado dois textos muito curtos:

3.1 Do exame das locuções AO LONGO, DE LOMGO (DELOMGO, DELONGO), DE

LONGO DE, AOLONGO DE (AO LONGO DE), à primeira vista parece permanecer no português do Brasil apenas a última (embora não registrada no rol das três gramáticas consultadas). E quanto ao sentido, o que ocorre? A forma que permaneceu e que está presente num exemplo contemporâneo como

(34) *Caminhou* ***ao longo da praia***

parece conservar o mesmo sentido com que aparece na Carta (cf. ex. 10). Sem maiores investigações dialetais, é certo, constata-se que se perderam as locuções adverbiais DE LOMGO e AO LOMGO (haja vista a dificuldade de interpretação semântica da primeira forma, muito bem apresentada e resolvida por Cortesão, **1967**) e a locução prepositiva DE LONGO DE (cf. exs. 11, 12 e 13). Esta última parece referir, na Carta, o deslocamento longitudinal ao elemento que é referido pelo SN complemento da locução prepositiva o que, contemporaneamente, pode realizar-se pela locução AO LADO DE. Assim, o exemplo (11) poderia ser atualizado como

(35) *e fomos ao lado da costa com os batéis e esquifes amarrados pela popa contra o norte.*

3.2 Questão interessante se coloca pelos exemplos:

(36) *disse ocapitã que serja boo hirmos dereitos aacruz q̃ estaua emcostada ahũa aruore junto cõ orrio pera se poer* ***de manhaã*** *que he sesta feira* (fl. 11, ls. 16/18)

(37) *os quaaes nõ vierã majs e creemos que ficaram aquy por q̃* ***demanhaã*** *prazendo ads fazemos daquy nosa partida* (fl. 13, ls. 31/33).

(38) *ao sabado* ***pola manhaã*** *mandou ocapitã fazer vella* (fl. 3v, l. 1)

A interpretação parece sugerir que a locução adverbial DE MANHÃ poderia corresponder ao AMANHÃ contemporâneo. É o que se infere do ex. (36). Observe-se que no texto da Carta não ocorre a forma AMANHÃ, enquanto ocorre OMTEM e OJE. Por outro lado, ocorre a forma DE NOUTE, nos exemplos:

(39) *trouuveos logo ja* ***de noute*** *ao capitam* (fl. 2 ls. 3/4)

(40) *volueranse ja* ***denoute*** *por eles nom quererem que la dormisem* (fl. 10, ls. 26/27).

Seria o DE MANHÃ paralelo a DE NOUTE, indicando qualquer manhã ou, mais restritamente, a manhã do dia que se vinha referindo ou, deiticamente, a manhã que se seguirá ao momento da fala? Não é o que parece estar explicitado no exemplo (36), pelo menos. Enquanto o exemplo (37) é ambíguo, podendo ser atualizado como DE MANHÃ ou AMANHÃ, o exemplo (36), por ser retomado pela sentença relativa "que he sesta feira", só pode ser atualizado por AMANHÃ, já que "sesta feira" é o signo que refere todo o dia que se seguirá e não apenas a parte da manhã. O que hoje se expressaria por DE MANHÃ ou PELA MANHÃ está certamente expresso na Carta por POLA MANHÃ (ex. 38). Fica por averiguar se a expressão DE MANHÃ tinha dois possíveis significados ou só o que hoje corresponde a AMANHÃ.

3.3 Dois itens lexicais chamaram especialmente a atenção. O vocábulo GUISA, que, na Lenda, aparece em DESTA GUISA, EM TAL GUISA, EM TODA GUISA, concorrendo com MANEIRA Em, EM OUTRA MANEIRA, EM TAL MANEIRA. Na Carta não se registra a forma GUISA, ocorrendo MANEIRA na locução Ẽ TODA MANEIRA e na freqüente locução prepositiva MANEIRA DE.

O segundo item lexical que avulta é BAIXO. Na Lenda não se registra a sua ocorrência, enquanto na Carta têm-se PERA BAIXO e ATAA BAIXO.

3.4 Relativamente aos processos formadores de locuções adverbiais constata-se (a numeração dos processos corresponde àquela que aparece no quadro final):

3.4.1 O Processo de nº 6 tem um só exemplo na Lenda e nenhum exemplo na Carta e nas gramáticas atuais. Seria um processo caído em desuso?

3.4.2 Os processo de nºs 7, 8, 12, 13, 14 e 15 não têm exemplos represnetantes na Lenda e ocorrem na Carta e nos dias atuais, o que atesta a sua produtividade.

3.4.3 Os processos de nºs 9, 10 e 11 não têm representantes, quer na Lenda, quer na Carta, mas estão presentes no português de hoje. São processos mais inovadores?

4 O QUADRO

Passa-se assim a apresentar os processos históricos de formação das locuções adverbiais que foram constatados (coluna 1 do quadro), exemplificando-os com as respectivas formas ocorrentes no texto da Lenda (coluna 2), as formas ocorrentes no texto da Carta (coluna 3) e aquelas registradas nas gramáticas consultadas (coluna 4). Esclarece-se que, uma vez que um processo se efetiva, constituindo, portanto, uma forma de uma das classes, reconhecida pela tradição gramatical, já é classificada como pertencente a essa classe para o fim de descrever processos de formação em que figure. Quanto às classes de palavras, foi utilizada sobretudo a denominação tradicional (N, ADJ, PRON, ADV, LADV, PREP) e a classe sintática SN.

QUADRO DAS LOCUÇÕES ADVERBIAIS

PROCESSOS DE FORMAÇÃO	LENDA DO REI RODRIGO	CARTA DE CAMINHA	GRAMÁTICAS ATUAIS
1) LADV < PREP+ADV	De dentro, de fora, de suso, por diante	Perhy, ataagora, ataaquy, peraaly, peraaquem, pera detras, perala, de dentro	De dentro, de longe, de muito, de perto, em breve, para dentro, para onde, para sempre, por ali, por aqui, por dentro, por fora, por onde, por pouco
2) LADV < PREP+N	Com verdade, em cima, em verdade, per grado, per noite, per outorgamento, per ventura	Per força, per cima, peracjma, ẽ cjma, em calma, de noute, de manhaã, a preposito, de frecha	À furto, a granel, a revelia, a rodo, com certeza, de cima, de cor, de chofre, de dia, de frente, de improviso, de manhã, de noite, de propósito, de repente, de relance, de resto, de revés, de regra, de sobreaviso, de través, de vez, em cima, em silêncio, em verdade, por acaso, por atacado, por milagre
3) LADV < PREP+ADJ	À redonda, em certo, por certo	Pera baixo, de lomgo, ataa baixo	De certo, de largo, de novo, de súbito, em geral, em vão, por certo
4) LADV < PREP+PRON	Em todo, em quanto, por tanto	De todo	-
5) LADV < PREP+SN	Desta guisa, em outra maneira, em tal guisa, em tal maneira, em toda guisa, pela manhã	Da primeira, ao longo, pola ma manhaã, pelo meudo, ẽ toda maneira, aatarde	À direita, à distância, à escura, à esquerda, à noite, à tarde, à vontade, ao contrário, ao invés, ao lado,

QUADRO DAS LOCUÇÕES ADVERBIAIS

PROCESSOS DE FORMAÇÃO	LENDA DO REI RODRIGO	CARTA DE CAMINHA	GRAMÁTICAS ATUAIS
			ao léu, às pressas, às vezes, de forma alguma, de modo nenhum, de um golpe, nesse meio tempo, pela manhã, ao certo, às avessas, às cegas, às claras, às direitas, às tontas, de alto e bom som, de boa vontade, de bom grado, de caso pensado, de viva voz
6) LADV < PREP+ADV+ ADV	Des hoje mais	-	-
7) LADV < PREP+ADV+ PREP+ADV	-	Dhi a pouco	De longe em longe, de quando em quando, de onde em onde
8) LADV < PREP+N+ PREP+N	-	De ponta a ponta, defumdo acjma	De cabo a rabo, de fio a pavio, de mão em mão, de tempos em tempos
9) LADV < PREP+N+ PREP+ADV	-	-	De vez em quando, de hoje em diante
10) LADV < ADV+PREP+ ADV	-	-	Pouco a pouco, daqui por/em diante
11) LADV < N+PREP+N	-	-	Gota a gota, passo a passo
12) LADV < SN	-	Huũ pouco, outra vez	Muitas vezes, todo dia, toda semana
13) LADV < ADV+CONJ+ ADV	-	Mais e mais	Mais e mais*
14) LADV < ADV+ADV+ CONJ+(ADV)+ADV	-	Pouco mais ou menos	Pouco mais ou menos*
15) LADV < PREP+SN+ PREP+SN	-	Dhuã mão peraoutẽ	De uma hora para outra*

(*) Embora estas formas não estejam registradas nas gramáticas consultadas, são indiscutíveis quanto a sua contemporaneirade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de (1989) **Gramática metódica da língua portuguesa.** 36.ed. São Paulo: Perspectiva.

BECHARA, Evanildo (1987) **Moderna gramática portuguesa.** 31.ed. São Paulo: Nacional.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de (org.)(1990) **Gramática do português falado.** Vol.1. A ordem. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP (Série Pesquisa).

CINTRA, Luís Felipe L. (1964) **A Lenda do Rei Rodrigo.** Lisboa: Editorial Verbo.

COLLART, Jean (1980) **Histoire de la langue latine.** 3.ed. Paris: PUF.

CORTESÃO, Jaime (1967) **A Carta de Pero Vaz de Caminha.** Lisboa: Portugália Editora (Obras completas de Jaime Cortesão, v.2, XIII).

COSTA, Sônia Bastos Borba. Preposições e advérbios; inter-relações em dois momentos sincrônicos do português (século XIV e XX). In: **Anais** do IX CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE LINGÜISTICA E FILOLOGIA DA AMÉRICA LATINA (ALFAL). Campinas(SP), 1990 (No prelo).

COUTINHO, Ismael de Lima (1958) **Gramática histórica.** 4.ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Acadêmica.

CUNHA, A.G. (org.) (1964) **Vocabulário da Carta de Pero Vaz de Caminha.** Edição preparada por Silvio Batista Pereira. Rio de Janeiro: INL/MEC (Coleçao Dicionário da Língua Portuguesa; textos e vocabulários).

CUNHA, Celso , CINTRA, Luís F. (1985) **Nova gramática do português contemporaneo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

LOPES, Fernão (1966) **Crônica de D. Pedro.** Ed. crítica con introduzione e glossario a cura di Giuliano Macchi. Roma: Edizioni dell'Ateneo.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1989) **Estruturas trecentistas;** elementos para uma gramatica do portugues arcaico. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

PROJETO de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta – NURC (O "Corpus" compartilhado constitui-se de 18 inquéritos de cada uma das cinco cidades brasileiras investigadas: Salvador, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre).

V - PERSEGUINDO AS CONJUNÇÕES

Therezinha Maria Mello Barreto*
Universidade Federal da Bahia
Sílvia Rita Magalhães de Olinda
Universidade Estadual da Feira de Santana

1 UMA VISÃO DE CONJUNTO

Em recente pesquisa intitulada "Conjunções: aspectos da sua constituição e funcionamento na história do português", foram analisadas as conjunções e correlações coordenativas e subordinativas empregadas no português arcaico, em um **corpus** compreendendo obras dos séculos XIII a XV (**Foro Real de Afonso X** – FR, **Demanda do Santo Graal** – Dem., **Diálogos de São Gregório** – DSG, **A lenda do rei Rodrigo** – LRR e a **Crônica de D.Pedro** – CDP) e duas obras do século XVI, de 1540, que funcionaram como **corpus** de controle (**Diálogo da Viciosa Vergonha** – DVV e **Diálogo em louvor da nossa linguagem** – DLNL, de João de Barros).

A análise de 3158 períodos permitiu não só detectar as conjunções do período arcaico da língua, mas também depreender das várias ocorrências dos referidos conectores, as carcaterísticas sintáticas peculiares a cada um, determinar uma provável data de aparecimento e desuso de itens conjuncionais e estabelecer uma fórmula geral para a constituição mórfica das conjunções portuguesas.

Foram encontrados, no **corpus,** 127 tipos de ítens conjuncionais: 32 coordenativos (23 conjunções, 9 correlações) e 95 subordinativos (74 conjunções, 21 correlações).

Com o objetivo de verificar o uso de conjunções e correlações conjuncionais, num período intermediário entre a **Crônica de D. Pedro**, escrita entre 1418 e 1452 por Fernão Lopes, e as obras de João de Barros, de 1540, partiu-se para a análise desses itens na **Carta** de Pero Vaz de Caminha que, além de ser um texto datado de 1500, tem a especificidade de pertencer ao gênero epistolar, provavelmente menos formal que os textos antes analisados. Aventa-se essa hipótese com

* O item 1 deste trabalho é de responsabilidade de T. Barreto; o item 2, de ambas as autoras.

base na assertiva de Cortesão (1967:59-60) de que a escrita de **Caminha** não estava longe da forma como "praticava" (isto é, falava) a sua língua

Trata-se, pois, de um texto diferente dos analisados na pesquisa anterior: **Foro Real de Afonso X** (texto jurídico), **A Demanda do Santo Graal** e **A lenda do rei Rodrigo** (textos de ficção), **Diálogos em louvor da nossa linguagem** e **Diálogo da Viciosa Vergonha** (textos éticos-pedagógicos) e a **Crônica de D.Pedro** (texto histórico).

A análise das conjunções e correlações conjuncionais encontradas na **Carta** de Pero Vaz de Caminha não revelou, entretanto, grande diferença no que se refere ao emprego de itens conjuncionais, ainda não detectados nos textos consultados anteriormente. Foram encontradas, no texto, as seguintes conjunções e correlações conjuncionais:

CONJUNÇÕES COORDENATIVAS*

Aditivas	Adversativas	Conclusivas	Explicativas
e (439)	mas (15)	portanto (4)	ca (2)
nem (3)	ante (1)	logo (1)	
que (7)	porẽm (2)		
	pero (8)		

* Os números que acompanham os itens conjuncionais indicam a freqüência com que ocorreram no texto.

CONJUNÇÕES SUBORDINATIVAS

Causais	Comparativas	Concessivas	Condicionais	Finais	Integrantes	Temporais	Modais
pois que (1)	como ~ coma ~ come[1] (3)	ainda que (1)	se (13)	que (15)	que (52)	quando (14)	segundo (13)
porque ~ por que (15)	que = como (1)	posto que (1)			se (4)	enquanto ~ em quanto (4)	de/em maneira que (6)
que (4)	como que (5)	como quer que (1)				até que (1)	que (2)
como (1)	como se (1)					tanto que (11)	asy como ~ asy coma (3)
pois (1)	asy como (3)					que=quando (1)	como (2)
						ante que (1)	
						como=quando (1)	

CORRELAÇÕES CONJUNCIONAIS[2]

Alternativas	Comparativas	Consecutivas	Proporcionais
nẽ ... nẽ ~ nem ... nem (16)	mais ... ca ~ mais que (11)	tal ... que (10)	quanto mais ... tanto mais (1)
quando... quando (1)	tanto ... quanto (2)	tamanha ... que (2)	
	mayores ... que (1)	asy ... que (1)	
	mylhor ... que (1)	tanta ... quanta (1)	
	tanto como (1)	tanto ... que (7)	
	asy ... como ~ asy ... coma (3)	tam ... que (7)	
	mais quanta (1)	nada ... quanta (1)	

Alguns fatos, concernentes ao emprego de determinados itens, merecem destaque:

1) A conjunção **e**, como nos outros textos pesquisados, é também na **Carta** de Caminha o conectivo mais utilizado. Ocorre ligando itens lexicais, sintagmas e sentenças:

> *Asy falauã* **e** *traziam muitos arcos* **e** *contjnhas daquelas ja ditas* **e** *rresgatauã por qualq̃r cousa em tal maneira que trouueram daly peraas naaos mujtos arcos* **e** *seetas* **e** *contas* **e** *entam tornouse o capitam aaquem do rrio e logo acõ dirã mujtos aabeira dele aly verjees galantes pimtados dẽ preto evermelho* **e** *quartejados asy pelos corpos como pelas pernas.* (fol. 6v/7, l.38-01)

> *... aos quaaes mãdou dar senhas camisas nouas* **e** *senhas carapuças vermelhas* **e** *dous rrosairos de contas brancas do so ...* (fol. 3v, l.12-4)

Talvez por tratar-se de um texto do gênero epistolar e de caráter narrativo-descritivo, a presença do **e**, na **Carta**, como encadeador da narrativa, é constante quer em posição inicial absoluta, quer precedendo uma outra conjunção; parece, pois, tratar-se de um reflexo da língua oral que, possivelmente, está subjacente na sua formulação escrita.

> *E entam se começaram dechegar mujtos e emtrauam pela beira do mar ...* (fol. 3v/4, l.38-01)

> *E tanto que as naaos foram pousadas e amcoradas vieram os capitaães todos aesta naao do capitam moor ..*(fol.3v,l.7-9)

> *E quãdo se sancho de toar rrecolheo aanaao querianse vẽjr cõ ele alguũs ...*(fol.10, l.29-31)

O número de ocorrências dessa conjunção (439), no texto, contrasta com os números que especificam o emprego das demais, como se pode verificar nos dados apresentados anteriormente.

2) **Pero** e **porem** coocorrem como conjunçoes coordenativas adversativas, sendo **peru**, entretanto, a forma mais empregada. A observação do quadro a seguir, que reúne os dados da pesquisa anterior com dados obtidos por Mattos e Silva (1984) nos **Diálogos de São Gregório** – DSG, na **Crônica de**

D.Pedro – CDP, na **Imitação de Cristo** – IC, no **Orto do Esposo** – OE e n'**Os Lusíadas** – Lus., sobre a utilização de **pero** e **porem** nos textos arcaicos, a mudança de sentido de **pero** e **porem** de explicativos para adversativos e o gradual desaparecimento da forma **pero**, verifica-se que, em 1500, a situação já era a mesma de 1540, isto é, os dois itens eram utilizados estabelecendo relação de oposição, tendo já desaparecido, portanto, o sentido etimológico explicativo.

	PERO	**POREM**
Estágio I		
concl.-expl.	+	+ (estágio hipotético)
adv.	ø	ø
Estágio II		
concl.-expl.	ø	+ = FR
adv.	+	ø
Estágio III		
concl.-expl.	-	+ = DSG
adv.	+	ø
Estágio IV		
concl.-expl.	-	ø = Dem
adv.	-	+
Estágio V		
concl.-expl.	ø	+ = OE, CDP, IC
adv.	+	-
Estágio VI		
concl.-expl.	-	ø = DVV, DLNL[3] e Carta de Caminha
adv.	+	+
Estágio VII		
concl.-expl.	ø	ø = Lus.
adv.	ø	+

3) A conjunção **ca** muito freqüente nos textos dos séclos XIII a XV ocorre apenas duas vezes como conjunção explicativa e três como segundo termo da correlação comparativa: **mais ... ca ~ mais ca.**

Apesar de ser abundante o seu emprego como encadeador da narrativa, nos textos que serviram de **corpus** à pesquisa anterior, não foi, na **Carta** de Caminha, documentada com essa função. Na verdade, o **ca** parece ter caído em desuso no decorrer do século XVI, pois segundo afirma Olinda (1991), em fins do século XVI, já não era mais utilizado.

> ... *ela me perdoe./**cao** desejo que tijnha de vos tudo dizer mo fez asy poer pelo meudo.*"(fol.14, 1.02-4)

> ... *aqual bem çerto crea que por afremosentar nem afear aja aquy de poer **mais caaquilo** que vy e me pareçeo.* (fol. 1, 1.09-11)

4) Ocorre, quatro vezes, no texto, a expressão denotativa de explicação, **a saber**, indicada com a abreviatura .s.. Essa expressão não foi encontrada em nenhum dos textos consultados anteriormente.

> ... *e neeste dia aoras de bespera ouuemos vjsta de tera .s. premeiramente dhuu grande monte muy alto e rredondo.* (fol. 1v, 1.02-4)

5) **Portanto**, na forma não lexicalizada **por tamto**, ocorre quatro vezes no texto; duas como conjunção conclusiva, duas com a acepção de **por isso** (prep. + dem.). Aparece sempre precedida do encadeador **e**, do memso modo que a conclusiva **logo.**

> *Da marinhajem e singraduras do caminho nõ darey cõta a vossa alteza por queo nom saberey fazer e os pilotos de uem teer ese cuidado e **por tamto** Snor do que ey de falar começo e diguo.*(=conclusiva).(fol. 1,1.11-5)

> ... *nem eles tam cedo aprẽderiam afalar perao saberẽ tam bem dizer que mujto mjlhor ho estoutros nom digam quando ca vosa alteza mandar e que **por tamto** nom curasem aquy de per força tomar njmguem* ...(=prep. + dem.).(fol.6, 1.28-32)

Com a acepção de 'por isso', **por tamto** não aparece nos textos anteriormente pesquisados.

6) As conjunções **pois** e **pois que** são empregadas com valor causal; já não ocorrem com o valor etimológico temporal, confirmando os dados de Olinda (1991) e Barreto (1992), referentes ao desaparecimento de **pois** com valor temporal, no século XV, época em que se dá a afirmação do seu emprego como conjunção explicativa ou causal.

> ... *e ele que nos per aquy touue creo que nom foy sem causa e por tanto vossa alteza **pois** tanto deseja acreçentar na santa fe catolica. deue entender* ...(fol.11v, 1.02-5).

> *E **pois que** Snor he çerto que asy neeste careguo que leuo como em outª qualqr cousa de que vosso serviço for* ... (fol. 14, 1.04-6)

7) Não ocorrem as conjunções modais **segundo que** e **segundo como**, confirmando o que foi especificado na pesquisa anterior; esses itens parecem ter caído em desuso, respectivamente, nos séculos XIV e XV (cf. BARRETO, 1992).

8) Voltam a ocorrer as conjunções **que** e **como** com a acepção de 'quando', detectadas, anteriormente, apenas na **Demanda do Santo Graal** (ms. do séc. XV, original do XIII).

> ***Como** eles viram ho esquife debertolameu dijz chegarãse logo todos aagoa metendose neela ataa onde mais podiam.*(fol. 5v, 1.07-10)

> *Easy segujmos nosso caminho per este mar delomgo ataa terça feira doitauas de pascoa que foram xxj dias dabril **quẽ** topamos algũs synaaes de tera* ... (fol. 1, 1.29-31)

9) A conjunção **que** é empregada estabelecendo relações de adição, causa, comparação, finalidade e tempo, confirmando a multifuncionalidade já ressaltada também na pesquisa anterior.

> *Daly se partirã os outros dous mançebos **que** nom os vimos mais.*(fol. 4, 1.13-14) - Adição

> *Asy Sor. **que** ajnocẽcia desta jemte he tal que a dadam nõ*

seria majs quanta em vergonha.(fol.13, l.20-22) - **Causa.**

... os quaaes vijnha huũ mujto grande camarã e muito gros sõ ***que*** *em nhuũ tempo ovy tamanho.*(fol. 6, l.01-3) - Compãração.

... e nicolaao coelho lhes fez sinal ***que*** *posesem os arcos e eles os poseram ...*(fol. 1v, l.30-1) - Finalidade.

Easy segujmos nosso caminho per este mar delongo ataa ter ça feira doitauas de pascoa ***que*** *foram xxj dias dabril*(fol.1, l.29-31) - Tempo.

10) A conjunção **asy como** modal e comparativa parece ter valor temporal em:

Abastá que poseram seus arcos e em tam sairam os que nos leuauamos e o mançebo degradado cõ eles. os quaaes ***asy como*** *sairã nom pararam mais nem esperaua huũ por outro ...* (fol. 3v, l.25-8)

11) Volta a ocorrer apenas uma vez a correlação **quando ... quando** também só documentada na **Demanda do Santo Graal** (Séc. XIV)

... e tamto que ele começou perala dhir acodirã pela praya homeẽs ***quando*** *dous* ***quando*** *tres ...* (fol. 1v, l.24-6)

12) A correlação **nem ... nem** ocorre repetida três ou mais vezes alternando itens lexicais ou sentenças, característica estilística só encontrada no **Foro Real** de Afonso X. No **Foro Real**, a repetição é devida à necessidade de ressaltar as várias atitudes a serem reguladas pela lei; na **Carta** de Caminha visa a especificar as várias qualidades não possuídas pelos indígenas ou as peculiaridades ausentes na terra brasileira.

... e prazera ads que com pouco trabalho sera asy eles nõ lauram ***nem*** *criam* ***nem*** *ha aquy boy* ***nem*** *vaca* ***nem*** *cabra* ***nem*** *ovelha* ***nem*** *gª* ***nem*** *cutª nhũa alimarea que custumada seja ao viuer dos homeẽs* ***nẽ*** *comẽ dese jnhame que aquy ha muyto ...* (fol. 11v, l.06-10)

Resumindo, pode-se dizer que, no que diz respeito às conjunções, há idiossincrasias que não parecem ser da época, mas do autor, tais como:

1) uso de formas já provavelmente arcaizantes: emprego de **pero**, da alternativa **quando ... quando** e do **que** temporal;
2) emprego, como variante de uma conjunção, de uma forma utilizada para representar uma aglutinação: **coma.**

Pode-se ainda pensar em idiossincrasias do tipo de texto:

1) utilização abundante da conj. **e**, como encadeador da narrativa;
2) emprego repetitivo da alternativa **nem ... nem.**

É marcante, em relação ao **corpus** antes analisado:

1) o raro uso de **ca**;
2) a ausência de **pois** no sentido temporal etimológico;
3) a ausência de **pero** e **porem** com o sentido explicativo etimológico;
4) a não ocorrência das conjunções **mas pero, ergo, macar que, que** (condicional e modal), **fora se, fora que, en /de/, per guisa que, segundo que, segundo como, almeos que, entre que, cada que, ao tempo que, sol que**, o que ratifica a afirmação de que esses itens conjuncionais caíram em desuso nos séculos XIV ou XV (BARRETO, 1992).

2 MECANISMOS DE COMPARAÇÃO NA CARTA DE CAMINHA

Merecem destaque entre os itens conjuncionais encontrados na **Carta** de Caminha os que estabelecem uma relação comparativa o que, na verdade, é característico do próprio teor descritivo do texto em que os processos de comparação contribuem para uma maior precisão das especificidades dos aspectos a serem evidenciados.

O objetivo de Caminha ao escrever a carta ao rei Dom Manuel era tornar tanto quanto possível claras as qualidades da "terra e da gente do Brasil". Assim, são abundantes as comparações de que o autor lança mão, em todo o texto, tentando explicitar cada aspecto da terra, ou cada particularidade dos indígenas.

As comparações são feitas através de conjunções e/ou corre

lações comparativas e através da locução prepositiva **maneira de.**

. Conjunções comparativas:

como ~ come ~ coma

... pena com huũa comfeiçam branda **coma cera** e nõ no era. (fol. 2v, 1.27-8)

... e estam açerqua disso com tamta inocemçia **como** teem em mostrar orrostro. (fol. 2v, 1.08-10)

... as quaaes aziã q erã tam compridos cada hũa **comeesta** naao capitana. (fol.9, 1.09-11)

que = como

... os quaaes vijnha huũ mujto grande camarã e muito gros so **que** em nhuũ tempo ovy tamanho. (fol.6, 1.01-3)

coma que ~ como se

... mostrou odedo perao ceeo **coma que** lhes dizia alguũa cousa debem ... (fol. 12v, 1.07-8)

... e vijnha tam comtente com ela **como se** teuera huũa grande joya. (fol.10v, 1.23-4)

asy coma

... esteueram cõ nosco aela obra de I ou Ix deles asenta dos todos em giolhos **asy coma** nos e quãdo veo ao avanje lho que nos erguemos todos ẽ pee cõ as mãos leuantadas... (fol. 12, 1.18-21)

... eles se poderã todos **asy coma** nos estauamos cõ as mãos leuantadas.(fol.12, 1.25-6)

. Correlações comparativas:

asy ... como ~ asy ... coma

... porque **asy** tomauam aquilo que nos viam fazer **coma** nos meesmos ...(fol.13, 1.05-6)

... porq̃ neste tempo dagora **asy** os achauamos **coma** os dela. (fol.13v, 1.18-9)

... aly verjees galantes pimtados depreto evermelho e quar tejados **asy** pelos corpos **como** pelas pernas que çerto parẽ ciam asy bem. (fol.7, 1.01-3)

... ele huu seu jrmão os quaaes forã esta noute muy bem agasalhados **asy** de vianda **como** decama de colchões e len çoes polos mais amansar. (fol. 11v, 1.28-30)

mais...ca ~ mais...que ~ mais...do que

... aqual bem çerto crea q̃ por afremosentar nem afear aja aquy de poer **mais caaquilo** que vy e pareçeo. (fol.1, 1. 09-11)

... e creo queo fazia **mais** por veerem afaramenta de ferro com q̃ afazia q̃ por veerem...(fol.9v, 1.15-/)

... amdauam ja **mais** mansos e seguros antre nosdo **que** nos amdauamos antreeles.(fol.11, 1.05-6)

mayores...ca

... e parecerãme **mayores** em boa camtidade caos de portu gal. (fol. 10, 1.04-5)

mylhor...que

...**mjlhor** pena e **mjlhor** cabelo **que** aas mansas.(fol.8, 1. 17-8)

tanto/a...como

... em quanto esteuemos aamisa e aapregacom seriã na praya outª **tanta** gente pouco mais ou menos **como** os domtem cõ seus arcos e seetas... (fol.5. 1.23-5)

Já o latim utilizava nas comparações de superioridade, igual dade e inferioridade a partícula **quam** ligada a um comparativo ou advér bio. Assim, o grau de inferioridade formava-se com o advérbio **minus**, o de igualdade, com o advérbio **tam** e o de superioridade pelas desinên cias **-ior** do masc. e fem. e **-ius** do neutro dos adjetivos ou com o ad vérbio **magis**. Havia ainda a conjunção **quomodo**, origem da conjunção por tuguesa **como.**

O português arcaico, para estabelecer uma relação de compara ção hipotética associou a conjunção **como** às conjunções subordinativas **se** e **que.** A conjunção **como se** acha-se listada como conjunção condicio nal,por Michaelis (1922) e como conjunção comparativa, por Huber(1986). Acha-se arrolada como conjunção comparativa, também pelos gramáticos contemporâneos: Rocha Lima e Celso Cunha. Cruzeiro (1973) afirma que

o **se** junto ao **como** possibilita maior liberdade à comparação, tornando-a mais fluida e conseqüentemente menos impressiva que a simples comparação com **como** ou **mais...que.** O português contemporâneo conserva a forma **como se**, sendo a variante **como que**, mais informal e empregada, quase exclusivamente, na modalidade oral.

É importante observar que as variantes **como se** e **como que**, na **Carta** de Caminha, introduzem orações sempre com os verbos em tempos do modo indicativo.

> ... *e acenaua peraa trra e entã peraas contas eperao co lar do capitam* **como que** *dariam ouro por aquilo.* (fol.3, 1.26-8)

> ... *e vijnha tam comtente com ela* **como se** *teuera huũa gran de joya.* (fol.10v, 1.23-4)

> ... *mostrou odedo perao ceeo* **coma que** *lhes dizia alguua cousa debem...* (fol. 12v, 1.06-8)

Isso não ocorre no português contemporâneo em que orações iniciadas pela conjunção **como se** têm sempre o verbo no imperfeito do subjuntivo. Também no português arcaico parece ter sido o subjuntivo o modo mais utilizado nas orações iniciadas por essa conjunção (cf. BARRETO, 1922).

Merece especial atenção, o uso, na **Carta**, da forma **coma** que ocorre como aglutinação de **como + a** (artigo ou pronome demonstrativo) mas é também uma mera variante das formas **como** e **come.**

> ... *huũa copezinha pequena de penas vermelhas e pardas* **coma** *de papagayo...* (fol.2, 1.01-3)

> ... *pena com huũa comfeiçam branda* **coma** *cera e nõ no era* (fol. 2v, 1.27-8)

> ... *huũas choupanjnhas de rrama verde e de feeitos mujto grandes* **coma** *dantre doiro e mjnho...* (fol.8, 1.35-7)

> ... *boos aares asy frios etemperados* **coma** *os dantre doiro e mjnho porq̃ neste tempo dagora asy os achauamos comã os dela.* (fol.13v, 1.16-19)

Pode-se ainda admitir como processos especiais de comparação, o emprego de correlações proporcionais ou consecutivas. As proporcionais consideradas por Mattos e Silva (1989:723) como proporcionais comparativas, parecem situar-se entre as comparativas e as consecutivas estabelecendo um confronto entre a oração subordinada e a subordinante e, ao mesmo tempo, indicando que o que está expresso na oração subordinada é, proporcionalmente, a conseqüência do que se afirma na oração subordinante.

> ... *eles amdauam timtos e* **quanto** *se* **mais** *molhauã* **tanto mais** *vermelhos ficauam.* (fol.8v, 1.30-1)

As consecutivas, como as comparativas, exprimem uma relação de implicação entre duas proposições, explicitando uma conseqüência resultante de uma qualidade ou uma ação intensificada na oração subordinante.

> ... *e suas vergonhas* **tam** *altas e* **tã** *çaradinhas e* **tam** *lim pas das cabeleiras* **que** *de as nos mujto bem olharmos nõ tijnhamos nhuuã vergonha.* (fol.4, 1.27-30)

> ... *ao longo dela antrese aruoredo que he* **tamto** *e* **tamanho** *e* **tam** *basto e de* **tamtas** *prumajees* **que** *lhe nõ pode homẽ dar comto.* (fol.11, 1.11-4)

> ... *andam* **taaes** *e* **tam** *rrijos e* **tã** *nedeos* **queo** *nõ somos nos tamto com quanto trigo e legumes comemos.* (fl. 11v, 1.12-4)

Ocorrem, no texto, duas correlações, tendo, como segundo termo, a forma **quanta** (aglutinação de **quanto** + demonstrativo **aquela**): a comparativa **mais quanta** e a correlativa **nada...quanta:**

> *Asy Senhor que ajnocẽcia desta jemte he tal que a dadam nõ seria* **majs quanta** *em vergonha* (fol.13, 1.20-2)

> *Sayo huũ homẽ do esquife de bertolameu dijz e andaua an treles sem eles emtenderem* **nada** *neele* **quanta** *pera lhe fã zerem mal* (fol.5v, 1.22-5) [5]

Mateus et alii (1983) denominam de construções de graduação as que contêm orações comparativas e consecutivas, porque envolvem proposições que exprimem um determinado grau, isto é, uma determinada escala de valores. Na verdade, são processos importantes para um texto como a **Carta** de Caminha que visava, como foi dito anteriormente, transmitir a Dom Manuel, rei de Portugal, uma visão, tanto quanto possível,

precisa e detalhada da terra descoberta.

Um outro processo de comparação utilizado por Caminha, consiste no emprego da locução prepositiva **maneira de**, com a acepção de **como se fosse:**

> *Afeiçam deles he seerem pardos* ***maneira*** *dauermelhados de boõs rrostros e boos narizes bem feitos.*(fol.2v, l.05-6)
>
> *... e amdauam hy outrros quartejados de cores .s. deles ameetade dasua propia cor e ameetade de timtura negra* ***maneira*** *dazulada e outros quartejados descaques.*(fol.4,l. 21-4)
>
> *...trouuemola daly cõ eses rreligiosos e sacerdotes dante cantãdo* ***maneira*** *depreçisam.*(fol.12, l.05-7)

Ou da variante **huũa maneira de** com a acepção de **uma espécie de:**

> *... e huũ deles trazia per baixo da solapa de fonte afonte pera detras* ***huũa maneira de*** *cabeleira de penas dauẽ amarela que seria decompridam dhuũ couto.*(fol.2v, l.21-4)

As locuções prepositivas **maneira de ~ huũa maneira de** encontradas na **Carta** de Caminha, não aparecem nos elencos das locuções prepositivas do português arcaico, citados por Silveira (1952), Dias (1954), Coutinho (1958), Mattoso (1985) e Huber (1986).

Chama ainda atenção, na **Carta**, o emprego do verbo **parecer** ou da locução **querer parecer** em construções tipicamente comparativas, o que carece, entretanto, de um estudo mais detalhado:

> *... rramal grande de comtinhas brancas meudas que* ***querem pareçer*** *daljaueira ...*(fol.2, l.03-5)
>
> *... cheo depenas pegadas pelo corpo que* ***pareçia*** *a seeta do coma sam sabastiam.* (fl.4v, l.12-3)

No texto, as descrições se sucedem: são aspectos da terra, das aves, dos frutos, dos índios, do comportamento dos portugueses que são ressaltados e cada vez mais tornados evidentes, através do emprego de construções de graduação ou dos outros processos comparativos já explicitados. As construções aqui destacadas ocorrem em setenta e dois períodos da **Carta.**

NOTAS

[1] Foram adotadas as seguintes convenções:

~ : "varia com"

+, -, ∅ : freqüência alta, baixa e ausência

[2] Consideramos correlações, itens conjuncionais constituídos de dois elementos: duas conjunções, em orações distintas, ou uma conjunção e um elemento intensificador que modifica um termo da oração precedente.

[3] Segundo Said Ali (1964), o emprego da forma **pero**, no século XVI, era já arcaizante e é nessa época, também, que se difunde o valor adversativo de **porém**, conservado até os nossos dias.

Nas obras de João de Barros, de 1540, **Diálogo da Viciosa Vergonha** e **Diálogo em louvor de nossa linguagem**, observa-se que **pero** e **porém** funcionam como conectores adversativos, mas **pero** ainda ocorre como conjunção explicativa e **porém**, como reforço adverbial explicativo.

[4] A pontuação, na **Carta** de Caminha, é abundante e variada, constituindo, segundo Cortesão (1967) "um caso excepcional no gênero". São os seguintes os sinais de pontuação adotados:

. equivale a , ; ou .

./ equivale a ponto final e, com freqüência, indica mudança de parágrafo; é, entretanto, também ; ou ,

: e :/ têm o mesmo valor de ./

.// ou /./ ou ././ significam mudança de assunto.

[5] Como são estruturas de interpretação complexa, transcrevemos, a seguir, a nossa interpretação, no português contemporâneo:

> *Assim, Senhor, que a inocência desta gente é tal que a de Adão não seria mais quanto aquela em vergonha*(fol.13, l.20-2)
>
> *Saiu um homem do esquife de Bartolomeu Dias e andava entre eles sem eles entenderem nada nele quanto mais aquela razão para lhe fazerem mal.* (fol.5v, l.22-5)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Therezinha Mª Mello. **Conjunções;** aspectos da sua constituição e funcionamento na história do portugues. Salvador: UFBa., 1992. Dissertação de Mestrado em Letras. xerocop.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **História e estrutura da língua portugue**

sa. 3.ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

CORTESÃO, Jaime. **A carta de Pêro Vaz de Caminha.** Lisboa: Portugália Ed., 1967 (Obras Completas de Jaime Cortesão, v.2, XIII).

COUTINHO, Ismael de L. **Pontos de gramática histórica.** 4.ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.

CRUZEIRO, Maria Eduarda. **Processos de intensificação no português dos séculos XII-XV.** Lisboa: Padrão, 1973.

DIAS, A.E.S. **Syntaxe histórica portuguesa.** Lisboa: Clássica, 1918.

FARIA, Ernesto. **Gramática superior da língua latina.** Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958 (Biblioteca de Filologia, 14).

MATEUS, M.H. Mira et alii. **Gramática da língua portuguesa.** Coimbra: Almedina, 1963.

MATTOS E SILVA, R.V. **Estruturas trecentistas;** elementos para uma gramática do português arcaico. Lisboa: IN/CM, 1989.

_____. **Pero e porém;** mudanças em curso na fase arcaica da língua portuguesa. **Boletim de Filologia,** Lisboa, v.29, p.129-51, 1984.

MICHAËLIS DE VASCONCELOS, C. **Lições de filologia portuguesa;** segundo as preleções feitas nos cursos de 1911/12 e 1912/13. Lisboa: Ed. Revista de Portugal, 1956.

NUNES, J.J. **Compêndio de gramática histórica portuguesa.** 8.ed. Lisboa: Clássica, 1975.

OLINDA, Sílvia Rita M. de. **Pois e Ca;** mudanças semânticas e sintáticas no português arcaico. Salvador: UFBa., 1991. Dissertação de Mestrado em Letras. xerocop.

ROCHA LIMA. **Gramática normativa da língua portuguesa.** 2.ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet e CIA, 1958.

SAID ALI, M. **Gramática histórica da língua portuguesa.** 3.ed. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1964.

SILVEIRA, Souza da. **Lições de português.** 5.ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1952.

ESTUDOS LITERÁRIOS

E

ICONOGRÁFICOS

"TODOS LOS GATOS SON PARDOS": UMA METÁFORA DA HISTÓRIA DA CONQUISTA DO MÉXICO

Ana Lúcia Trevisan
Universidade de São Paulo

R E S U M O

Análise da obra teatral **Todos los gatos son pardos,** do escritor mexicano Carlos Fuentes. Reflexão sobre a interpretação literária que Carlos Fuentes faz da Conquista do México. Reflexão sobre as implicações do trauma da conquista na atualidade mexicana. Estudo comparativo das idéias desenvolvidas por Carlos Fuentes nesta sua obra teatral e as idéias contidas no seu livro de ensaios **Tiempo mexicano.** Análise deste momento histórico como um novo mito fundacional para o México, uma vez que uma nova população mestiça passou a existir desde então.

Este trabalho se propõe a uma análise das temáticas propostas pelo escritor mexicano Carlos Fuentes em sua peça teatral, **Todos los gatos son pardos**[1] . Seguindo as idéias de Fuentes expressas nesta sua peça teatral busca-se vislumbrar uma aguda interpretação do sujeito mexicano contemporâneo a partir do encontro traumático ocorrido entre espanhóis e os povos nativos mexicanos. Carlos Fuentes, neste seu texto de 1970, consegue reconstruir poeticamente o momento da conquista do México, revelando, através das principais personagens deste episódio histórico, alguns arquétipos sociais e políticos recorrentes na história do México. Com este trabalho procura-se demonstrar que arquétipos são estes e quais são os mecanismos que permitem a sua sobrevivência no México contemporâneo. Através da reconstrução ficcional da história da conquista do México, Fuentes insere uma nova perspectiva de análise para determinadas posturas do sujeito mexicano, frente a seu país e frente a seus governantes.

Assim, as figuras históricas que são reconfiguradas na peça **Todos los gatos son pardos** de Carlos Fuentes alcançam um efeito catártico que possibilita a percepção das ressonâncias do trauma da conquista presentes na atualidade mexicana. Tal catarse impõe ao leitor um ritmo ritualístico que o obriga a reviver a história da conquista e,

dessa forma, o segundo mito fundacional mexicano. Este novo mito fundacional refere-se a idéia de que a partir da conquista um novo povo se formou, a população mestiça é um componente da heterogeneidade cultural mexicana.

O texto de Fuentes recompila acontecimentos e personagens históricos, algumas das personagens desta obra realizam ações marcadas pelo vínculo preciso com os relatos históricos conhecidos. O texto de Fuentes propõe uma reflexão sobre um diálogo entre dois discursos imaginários. O primeiro destes discursos está expresso por Carlos Fuentes, seu texto teatral é uma visão ficcionalizada da história. O outro, ainda que seja considerado a história oficial, não deixa de ser uma conseqüência do imaginário dos cronistas e historiadores do século XVI. A ficcionalização da história produzida por Fuentes remete a outra ficcionalização da história: a dos cronistas e descobridores.

Assim, através de uma relativização dos conceitos de fatos históricos e ficção, Carlos Fuentes empreende um diálogo literário com os registros históricos da conquista do México. Tudo isto permite a Carlos Fuentes uma óptica reflexiva original sobre os elementos que formam o imaginário de seu próprio tempo. Ele ficcionaliza a história na busca da liberdade para um entendimento das suas origens como mexicano. Neste sentido, a maior preocupação de Fuentes é analisar a função dos arquétipos históricos presentes no México contemporâneo. Seja nas estruturas políticas do estado, seja nas mais simples relações sociais do mexicano, Fuentes se propõe a perceber resquícios de uma dinâmica de dominação, e de confronto entre opressores e oprimidos.

Levando em conta estas reflexões, este trabalho não se propõe a uma análise que busque a averiguação das coincidências entre a história e a literatura produzida por Fuentes. O aspecto relevante é o exame do porquê da retomada deste momento histórico e qual a sua importância no imaginário mexicano. A reconstrução da história da conquista por Carlos Fuentes é antes de mais nada uma aguda interpretação do ser mexicano, de suas origens histórica e míticas.

Através da construção de uma personagem como Montezuma, Fuentes destaca elementos particulares da cultura mexicana. Desde as primeiras cenas, observa-se que Montezuma está paralisado pelas profecias determinantes de seu destino. Montezuma, para Fuentes, muito mais do que uma vítima da ação dos espanhóis, é uma vítima de sua concepção mítica do universo. Octavio Paz, em sua obra clássica sobre a mexicanidade, **El laberinto de la soledad**[2], discute esta idéia do aprisionamento mítico de Montezuma:

> ¿Por qué cede Moctezuma? ¿Por qué se siente extrañamente fascinado por los españoles y experimenta ante ellos un vértigo que no es exagerado llamar sagrado — el vértigo lúcido del suicida ante el abismo? Los dioses lo han abandonado. La gran traición con que comienza la historia de México no es la de los tlaxcaltecas, ni la de Moctezuma y su grupo, sino la de los dioses. Ningún otro pueblo se ha sentido tan totalmente desamparado como se sintió la nación azteca ante los avisos, profecías y signos que anunciaron su caída. Se corre el riesgo de no compreender el sentido que tenían esos signos y profecías para los indios si se olvida su concepción cíclica del tiempo.

Como se comprova através desta reflexão de Octavio Paz, a realidade para Montezuma não será em nenhum instante da peça a realidade histórica. Será sempre a realidade do mito. No texto de Fuentes este caráter de Montezuma aparecerá nas seguintes exclamações:

> Se ha cumplido, te digo; estaba escrito en el cielo; era fatal. Ese capitán es Quetzalcóatl; debe serlo. De lo contrario, quebrantarían las mágicas razones de nuestra religión ... y a mí, me condenarías a la locura. (p.94)

> Cortés tiene que ser dios; yo necesito que sea para que el drama previsto se cumpla. Estaba escrito, estaba escrito ... (p.126)

A chegada de Cortez não foi uma ação real para Montezuma (pelo menos no princípio), foi a repetição de um gesto mítico que restabeleceu um tempo mítico. Montezuma não considerou o perigo histórico que surgiu com a chegada de Cortez. O grande tlatoani do México não pôde discernir que o invasor Cortez representava uma verdade mascarada, não pôde ver que por trás da máscara do deus Quetzalcóatl se ocultava simplesmente um outro poder [3].

Através deste recuo no tempo, pode-se constatar que esta tensão que surgiu da grande dúvida de Montezuma quanto à origem divina

de Cortez, permanecerá e se articulará como uma pergunta também para o futuro. Como mergulhar na história, na modernidade política e econômica juntamente com a experiência mítica acumulada? Como entender e aproveitar toda esta experiência mítica que se comprova indissolúvel em países como o México? Como direcionar esta polaridade européia–indígena que acompanha grande parte da população mexicana?

Essas questões que são colocadas nas entrelinhas do texto buscam a compreensão da forma cíclica de conceber o tempo e inserem a preocupação de Fuentes sobre os rumos do mexicano contemporâneo dentro da história moderna. A idéia de um tempo cíclico (clara herança do pensamento mítico asteca que se preservou) coexiste com uma outra idéia, a do tempo linear e a do livre arbítrio. Esta realidade dual deve ser compreendida em sua totalidade de significados pelo sujeito mexicano. Somente sendo consciente das sutilezas de seu universo cultural, ele poderá posicionar-se e avaliar-se em suas decisões na história e, conseqüentemente, avaliar os rumos políticos e econômicos de seu país.

Em linhas gerais, no texto de Fuentes, a decepção e a caída de Montezuma não visam simplesmente a comoção ou a piedade. A personagem Montezuma representa uma forma de pensamento cíclico levada ao seu limite. Fuentes introduzirá neste ponto uma importante questão temática. Através das diferentes personagens de seu texto, o autor nos obriga a perceber a existência de distintos valores determinantes da cultura asteca. Fuentes procura ressaltar a figura de derrota ou vitória. Estes valores possuem significado dentro da nossa cultura e não é seguro exportá-los para culturas diferentes da nossa, universalizando os sujeitos históricos.

Cabe lembrar que o nosso conceito de destruição fica deslocado quando pensamos que a sociedade asteca a cada 52 anos destruía seus ídolos, templos e utensílios em cerimônias de renovação cíclica[4]. Coube a Montezuma viver o final do seu tempo, isto era muito claro para Montezuma (segundo Fuentes). Não existem aí idéias como traição ou covardia, estes valores nós e que atribuímos para Montezuma. No texto:

> Moctezuma
> El drama estaba escrito: yo escuché los presagios,yo crí en ellos, yo ... sólo yo supe siempre la verdad. No lu

> chen más, hermanos, que nuestra victoria es una mentira y sólo nuestra derrota es la verdad... (p.161)

Viver a traição da circularidade mítica na qual o princípio inabalável de seu poder estava inserido, ver que os espanhóis não eram os deuses anunciados pelas profecias e que o poder piramidal era vulnerável foi a tragédia de Montezuma e não perder estrategicamente para Cortez. Fuentes não colocará Montezuma como vítima indefesa e infantil dos espanhóis. Montezuma é visto metaforicamente como uma vítima do fatalismo mítico e do poder piramidal.

> Moctezuma
> (...)Yo soy la encarnación del sol: yo soy el amo inapelable ... Ningún individuo puede rebelarse contra mí y contra lo que represento. El reino está construído como la pirámide mayor, piedra con piedra, peldaño a peldaño; yo estoy en la cima, yo soy la cima. Quien se rebele contra mí no será un criminal, sino un loco... Fuera de mí poder y de los favores que de él se desprenden, no hay más espacio que el de la locura y la muerte. Fuera de mí que soy todo, sólo hay la nada. (p.35-6)

Haverá uma cena, protagonizada por Cuauhtémoc e Montezuma, no momento em que a opressão e a morte dos espanhóis já negam sua origem divina, na qual Cuauhtémoc vislumbra uma saída desta circularidade mítica e uma possível derrota dos espanhóis.

Toda esta reflexão de Cuauhtémoc é uma grande metáfora de Fuentes. Isto porque esta personagem é um herói da resistência indígena consagrado e a todo custo preservado no imaginário mexicano atual. Fuentes o escolherá para representar uma de suas teorias sobre as potencialidades do povo indígena e mestiço, aproveitando o valor de um herói indígena cristalizado já em seu próprio tempo. No livro de ensaios de Carlos Fuentes, **Tiempo mexicano**[5], há uma longa discussão sobre os fatores formadores do imaginário mexicano. A seguinte reflexão de Fuentes discute a questão da pluralidade temporal, tal fenômeno é muito marcante na população mexicana onde um mesmo espaço abriga diferentes tempos. O México é um país que ainda hoje abriga as tradições indígenas mais ancestrais, através das cerâmicas artesanais, das pinturas e mesmo da linguagem, assim como possui tecnologias próprias de uma nação moderna do século XX. Esta convivência é um alvo constante

das reflexões de Fuentes. No texto:

> México se caracteriza por la coexistencia de diversas culturas, desde el neolítico hasta la cultura industrial moderna. Si decidimos seguir sin ningún género de duda hasta la consumación, el orden de valores del industrialismo que queremos identificar con el progreso, más vale que liquidemos cuanto antes la cultura de cuatro o cinco millones de indios mexicanos. Pero si nuestro propósito, a la luz de la crisis del mundo industrial contemporaneo es concibir un modelo propio, debemos preocuparmos por la existencia de esas culturas indígenas, definidas por vida comunitaria, la vida tribal, la vida sagrada, la vida de la cerimonia y también de la droga: coras, huicholes, tarahumaras y tzotziles viven entre nosotros, el tipo de vida que hoy aspiran muchísimos jóvenes impugnadores dentro de las sociedades industriales altamente desarroladas.

Com estas reflexões, subentende-se que para Fuentes o potencial indígena não deve estar reservado às salas dos museus. É preciso um senso prático para perceber que as heranças e os mecanismos do pensamento indígena são um potencial que não deve ser desprezado. Através desta consideração Fuentes tenta provar a idéia de que o raciocínio mítico não é fechado e sim aberto, capaz da ação histórica. Através das falas de Cuauhtémoc nesta obra teatral fica assinalado o desejo de Fuentes de afirmar que o povo asteca teria chance de emergir de seu universo mítico. Cuauhtémoc, na narrativa ficcional de Fuentes, foi capaz de perceber que o passado se repetia (idéia fundamentada na própria mitologia asteca). Entretanto, estes dados acumulados do seu passado cíclico lhe permitiram analisar a situação limite do povo asteca. A mesma situação de invasão se repetia só que agora a vítima dos conquistadores é o antigo povo conquistador.

Cuauhtémoc está ocupando o lugar de um sujeito que num momento de crise histórica reavalia sua posição e tem necessidade de escolher entre as alternativas possíveis. Desejando exercer seu livre arbítrio, ele quer tornar-se sujeito-agente de sua história cíclica e não vítima da repetição inabalável do tempo.

No texto teríamos,

> Moctezuma
> No somos sus contendientes iguales, somos como unas nadas!

> Cuauhtémoc
> No, señor; estos hombres venidos por la inmensidad de las águas sólo nos han tomado por sorpresa; ésa es su ventaja. Pronto han averiguado lo que nos atemoriza y derrota. Por ejemplo: van directo hacia el comandante del escuadrón, lo matan y le arrebatan el pendón. Con ello nuestros guerreros huyen despavoridos, pues la muerte del jefe es como la del representante de los ancestros y aun de los dioses.
> (Pausa)
> Debemos aprender a luchar aunque el jefe muera.
>
> Moctezuma
> Luchar sin jefes, sin ancestros, sin dioses? Luchar sin todo lo que sostiene el orden de nuestra sociedad?
> Para qué defenderla, entonces?
>
> Cuauhtémoc
> **Los imperios no han hecho más que pasar de unas manos a otras.** Recuerda señor, que el reino de México-Tenochtitlan es muy reciente, que se fundó sobre la herencia de los pasados reinos de Tula y de Teotihuacán, frente a los cuales nosotros somos unos usurpadores y recién venidos a esta tierra antiquísima, anterior a nuestra estirpe.
> (Pausa)
> Un día, nosotros también fuímos extranjeros y conquistadores en esta tierra. En eso nos parecemos a Cortés y sus hombres. **Nuestro imperio puede morir, como murieron los imperios anteriores a nosotros; como morirá el imperio que aquí funden, si nos vencen, estos extranjeros.**
>
> Moctezuma
> Muera pues el imperio, si así han decidido los dioses.
>
> Cuauhtémoc
> Sí, muera el imperio, pero no el pueblo. (grifo meu, p. 128-9)

Cuauhtémoc mostra-se consciente do elemento mítico ("huyen despavoridos pues la muerte del jefe...") e avaliando esta situação ele procura abrir-se a uma nova forma de pensamento. A exemplo de Cuauhtémoc que possui uma concepção cíclica do tempo mas quer interferir na ação histórica; teríamos, em uma interpretação contemporânea, uma perspectiva de saída para os problemas políticos e até mesmo econômicos do México. A mentalidade mítica não deve ser eliminada (não há como fazê-lo) ela não deve ser vista como um obstáculo, ao contrário ela pode ser base para o desenvolvimento moderno da nação. Carlos

Fuentes elabora uma reflexão sobre os problemas surgidos com esta "modernização" tecnológica, este "progresso" calcado em modelos importados e nem sempre eficazes. Segundo sua reflexão em **Tiempo mexicano** este processo de modernização constitui mais uma mutilação do que um progresso. No texto:

> Éste es uno de los grandes desafíos que tenemos en los países de cultura india de la América Latina. Si no lo sabemos resolver, los indios acabarán por perder su cultura, no obtendrán la justicia y desconocerán el verdadero desarrollo, toda vez que éste sería inconcebible sin la aportación cultural propia; y nosotros, los hombres de la ciudad, contaremos con una cultura mutilada, una continuada injusticia a expensas de la comunidad y un desarrollo sin atributos humanos más plenos. El gran desafío del mundo indígena consiste en obligarnos a dudar sobre la perfección, la perenidad y la inteligencia de ese **progreso** que como dijo Pascal, siempre termina por devorar cuanto crea. (grifo de Fuentes) (p.37-8)

Ficará claro na referida cena a certeza de Fuentes a respeito da possibilidade do povo mexicano (índio e mestiço) conseguir entrar na ação histórica ainda que cercado pelo pensamento mítico. Fuentes discute a hipótese de que o pensamento mítico pode agregar novas idéias. O pensamento mítico não estaria condenado ao hermetismo.

Na configuração literária que Fuentes faz da história da conquista vemos que as figuras de Malinche e Cuauhtémoc se diferenciam. Dentro da peça ambos simbolizam uma diversidade dentro da forma do pensamento asteca. A principal qualidade que é atribuída a estes dois personagens será o fato de ambos se comportarem distintamente frente à chegada dos espanhóis. Ou seja, de serem capazes de reconhecer o "outro" no andamento da história e não no universo do mito.

Esta interpretação alcançada pela literatura, instituiu um tipo de interpretação histórica não universalizante, na qual os sujeitos históricos são dotados de uma liberdade de ação que surge descompromissadamente pelo próprio efeito da imaginação, da ficção. Salienta-se com este procedimento (recriação ficcional da história) a impossibilidade de delimitar a capacidade intelectual de sujeitos com concepções de mundo claramente distintas da nossa. Fuentes se omite de homogeneizar o pensamento asteca, ele não apresenta uma versão final so-

bre a história da conquista. Reinterpretando literariamente as figuras históricas, Fuentes desarticula a rigidez histórica, faz repensar-se uma mesma história tantas vezes contada. Resgatar (ou inventar) novos focos de percepção da história será justamente seu objeto de análise. Observa-se que através desta técnica estes personagens perdidos no tempo podem aproximar-se ao momento atual. Demonstra-se que o impacto da conquista segue sob diversas formas no cotidiano mexicano.

Fuentes abre um universo de possibilidade quase lírico e resgata o indígena de uma posição cristalizada e determinada pela História. Faz dele um sujeito vivo e próximo. Este será o caso de Malinche, por exemplo, ela é quase uma filósofa moderna no texto de Fuentes. Possui uma visão antropológica da sociedade, no texto isto se comprova em um diálogo com Cortez:

> Marina
> (...) Mira más allá de las apariencias; detrás de lo que mires de corrupto y degradado, hay en mi pueblo un espíritu original, limpio y anhelante, Moctezuma es el nombre de la usurpación (...) Oh, señor de entendernos, danos una oportunidad, no birres nuestros sueños de la tierra con tu espada, no destruyas nuestra frágil identidad; toma lo que está construído aquí y construye al lado de nosotros; déjanos aprender de tu mundo, aprende tú del nuestro!
> (...)
>
> Qué habríamos visto en tu casa, senor, si esta historia sucede al revés y somos los que llegamos a tu tierra para conquistarla? Qué mal, qué horror, qué sacrificios, qué tiranías habríamos descubierto en tu casa española, señor? (p.153, 155)

Cabe anotar que esta postura não verossímil de Malinche convive ao lado de atos e posturas comprovados historicamente. Dessa forma, Fuentes metaforicamente nos questiona, quem era este "outro"? Ele através da reconstrução literária nos faz refletir sobre a profundidade e a pluralidade de formas de pensamento que poderiam pertencer ao acervo cultural indígena. Com isto, Fuentes insere a reflexão sobre as infinitas estruturas desta antiga forma de pensamento que sobrevivem na atualidade travestidas em diferentes conceitos. Fuentes nos diz nas entrelinhas que a história deve nos permitir uma reflexão so-

bre o outro e não sobre nós mesmos, somente assim é possível avaliar efetivamente o passado e compreender a sua insistência cíclica.

Todos os fatos relatados por Fuentes remetem às leituras dos cronistas "oficiais". Entretanto, percebemos que alguns de seus personagens indígenas, pelo fato de falarem, pensarem como qualquer sujeito moderno, são representações do povo mexicano de hoje. Fuentes demonstra partir dos fundamentos míticos que sobrevivem hoje na cultura mexicana para dar vida aos personagens do passado. Fuentes recompõe uma história partindo dos fragmentos desta mesma história. Sua reflexão, muito mais do que se propor a resgatar o acervo cultural asteca, está voltada para a questão da problemática mexicana atual. Fuentes discute a mexicanidade, suas formas de expressão e acima de tudo a questão da sobrevivência das formas indígenas de pensamento. Pode-se dizer que toda a revisão literária que Fuentes faz da história da conquista visa uma reflexão sobre a coexistência do passado pré-hispânico na atualidade do México. Assim, é preciso entender este passado para entender as novas formas das quais ele se reveste na modernidade.

Este aspecto crítico está bastante desenvolvido na peça através do paralelo estabelecido entre: a violência de Montezuma, a violência dos conquistadores espanhóis e a violência que persiste no autoritarismo do governo mexicano. No livro **Tiempo mexicano**, Fuentes reflete sobre isto:

> Se había logrado un equilibrio eclético; Montezuma ya no es un autocrata divino: es el Señor Presidente que se sienta en el trono de oro de los aztecas sólo por seis años y sólo es repectado se gobierna con toda la malicia del conquistador y, también, con los ropajes físicos del imperador. (p.62)

É relevante assinalar que esta peça de Fuentes é publicada pouco tempo após a violenta repressão aos movimentos estudantis ocorridos em 68 em Tlatelolco. No texto este paralelismo da violência aparece de forma explícita apontando para uma dimensão perene. Segundo a reflexão de Octavio Paz [6]:

> A operação militar contra eles não foi uma ação unicamente política, mas assumiu a forma quase religiosa de um

> castigo do alto. Uma vingança divina. Era preciso castigar exemplarmente. Moral de deus, pai colérico. As origens dessa atitude se perdem na história do México, no passado asteca e no passado colonial. São uma espécie de petrificação da imagem pública do governante, que deixa de ser homem para se converter em ídolo (...) Em suma, no México de 1968, mais uma vez, os homens fizeram a história com os olhos vendados.

O texto de Fuentes constrói este paralelo de violência através das seguintes exclamações das personagens:

> Coro de augures
> El llanto se extiende, las lágrimas gotean allí en Tlatelolco.
> Augur 1
> En Tlatelolco asesinó Moctezuma a los soñadores.
> Augur 3
> En Tlatelolco asesinó Alvarado a los cantantes.
> Augur 1
> Tlatelolco será para siempre el lugar del crimen.(p.170-1)

Na cena final da peça teremos o ápice de reflexão de Fuentes sobre a sobreposição temporal na atual sociedade mexicana. Através da transmutação das personagens ficticias/históricas de sua obra, veremos metaforizada a idéia de que a atualidade mexicana encobre em seu interior uma outra realidade. A ordem cíclica do universo asteca está oculta pela obrigação de viver na modernidade mais viva enquanto potencial. O drama da conquista continua ressoando nas entrelinhas do tempo presente.

No final do texto teatral, temos a seguinte alegoria dos personagens:

> **Marina** como fichadora de cabaret; **Cortés** como general del ejército de los Estados Unidos; (...) aparece por fin **Moctezuma**, vestido de negro, con la banda presidencial mexicana. **Cuauhtémoc** como joven a la moda (...). Todos se inclinam ante el público. Entonces, del fondo del auditorio, corre hacia la escena, jadeante, perseguido, **el Joven** sacrificado en Cholula; va vestido como estudiante universitario; sube por la rampa; los Granaderos y policías disparan contra él; el Joven cae muerto a los pies de Moctezuma y Cortés. Silencio. Inmovilidad. Marina se hinca junto al joven muerto, le acaricia la cabeza, luego mira fijamente, intensamente hacia un punto del auditorio. Todas las luces convergen en ese punto: aparece **Quetzalcóatl**. De lo alto del escenario cae una lluvia de

zopilotes muertos. (Grifo meu, p.1986-7).

É interessante observar que o passado se projeta no presente com uma simetria intencional. O fato das identidades de Montezuma e Cortez se ajustarem no futuro também sob a forma do exercício do poder reafirma uma simbologia dos poderes que cedem ou que violam. A figura do jovem sacrificado em Cholula que se tornará um estudante universitário "sacrificado" em Tlatelolco, reafirma a insistência de um poder que para se manter se alia à violência e à repressão. Fuentes deixara claro este paralelismo no texto de **Todos los gatos son pardos**, quando afirma:

> Moctezuma será siempre el amo de México... pues mientras un solo hombre pueda dominar a los demás hombres, Moctezuma seguirá viviendo. (p.170)

Fuentes nesta alegoria final abriga diversos tempos em um mesmo espaço. Esta é uma metáfora certeira para o México, onde a realidade pré-cortezina divide espaço com a herança espanhola que mais e mais passa a conviver com a influência norte-americana, os ideais da Revolução, a religiosidade católica etc. Dessa forma, vemos que as intenções políticas do texto vão mais longe ainda. Com o retorno de Quetzalcóatl, no momento final, temos a comprovação da história cíclica do México. Fica implícito neste ato uma advertência para novos momentos de confrontação entre oprimidos, opressores e invasores. O choque é inevitável entre a realidade do povo indígena e mestiço (e suas formas de conceber o universo) e o tipo de sociedade moderna na qual ele se vê obrigado a viver. Observa-se, através desta confrontação reiterada, que todo o drama da conquista está sempre sujeito a repetir-se. Será necessário estar atento para as novas máscaras de "Quetzalcóatl" que fatalmente surgirão.

Levando em conta estas idéias temos expresso um mosaico de formas, uma sobreposição de máscaras que na verdade só chama a atenção para o oculto. Esta face que se quer esconder ocupa o primeiro plano ela é que sustenta a estrutura das representações. É sobre ela que Fuentes quer refletir. Assim conclui-se que esta obra de Fuentes reafirma uma tendência temática que se intensificou na década de sessenta e

que ainda hoje persiste sob diferentes formas e propostas. Trata-se da discussão da identidade nos países hispano-americanos. Fuentes retomando o tema da conquista traz para um primeiro plano a problemática da convivência de formas distintas de pensamento (indígena e europeu). Esta mescla cultural que é indissociável do cotidiano do México é cada vez mais explícita e precisa ser compreendida na profundidade que lhe cabe.

A saída, proposta por Fuentes, para muitos problemas mexicanos está justamente na elaboração de modelos próprios de desenvolvimento que aproveitem toda a herança cultural indígena da população. Fuentes em nenhum momento quer negar o progresso histórico nem tão pouco propõe um retorno idílico ao passado pré-hispânico. Sua proposta é primeiramente uma percepção aprofundada da realidade diferenciada do México e a partir de um entendimento desta realidade pensar-se todo o progresso histórico.

Esta obra de Fuentes trata de questionar uma saída legítima para o México onde não cabe a perpetuação dos modelos opressivos de governo do passado. É preciso libertar-se de uma tradição de poder centralizador que possui suas origens no passado asteca. Fuentes se propõe a buscar e compreender toda a herança cultural indígena para entender-se como sujeito e entender os destinos históricos do México. Caberia a todo mexicano uma atitude crítica de si mesmo, entender a pluralidade de seu acervo cultural assim como as qualidades e os defeitos das culturas que compõem este acervo. Mediante este entendimento, procurar uma forma própria de conduzir seu destino e ingressar na modernidade. Neste sentido, será necessário entender a modernidade dentro de anseios e perspectivas próprias o que não significa tentar igualar-se a modelos que obtiveram resultados satisfatórios em culturas distintas.

Uma posição de Fuentes enquanto escritor, enquanto pensador da cultura mexicana se define no último parágrafo de seu Prólogo a **Todos los gatos son pardos**: "Por la puerta de la epopeya se cuela el autor, con la esperanza de penetrar al corazón del castillo e instalar en él, en vez de la gesta, el ritual. Y el ritual, tanto teatral como antropologicamente, significa la desintegración de una vieja personali

dad y su reintegración en un nuevo ser"(p.9). Esta afirmação nos obriga a pensar esta obra teatral como uma re-leitura mítica de toda a conquista, de toda a tradição pré-cortezina que sobrevive. Esta leitura tal qual os relatos míticos busca inserir-nos em um tempo primordial, nos faz reviver através de uma repetição quase ritualística um tempo original que se tornou mítico. Não resta dúvida que a conquista tornou-se um novo mito fundacional para o México.

Fuentes revive a trajetória deste mito fundacional, pois ele deseja questionar-se sobre este novo povo, mexicatl-mexicano, que terá que conviver em um espaço único mas regido por duas concepções de tempo. Fuentes aponta para a urgência de compreender-se o passado, aprender com o passado e, acima de tudo, ser capaz de discernir as cíclicas repetições dentro da história.

RÉSUMÉ

Analyse de l'oeuvre théâtrale **Todos los gatos son pardos**, de l'écrivain mexicain Carlos Fuentes. Réflexion sur l'interprétation littéraire que Carlos Fuentes fait de la Conquête du Mexique. Réflexions sur les implications du traumatisme de la conquête dans l'actualité mexicaine. Étude comparative des idées développées par Carlos Fuentes dans cette oeuvre théâtrale et les idées contenues dans son livre d'essais **Tiempo mexicano**. Analyse de ce moment historique comme un nouveau mythe fondateur du Méxique, étant donné qu'une population nouvelle, métissée, a fait son apparition.

NOTAS

1 Carlos Fuentes. **Todos los gatos son pardos.** México:Siglo XXI, 1989 (1.ed. 1970). As demais citações pertencem a esta edição e levarão apenas a indicação da página.

2 Octavio Paz. **El laberinto de la soledad.** México: FCE, 1990 (1.ed. 1950) p.85.

3 ANALES de Cuauhtitlan. In: CÓDICE Chimalpopoca. ed. fototípica e tradução de Lic. Primo F. Velázquez. México: Imprenta Universitaria, 1945. Nestes anais, são narrados os acontecimentos da vida do deus-sacerdote Quetzalcóatl. Conta o mito que após ser enganado por outra divindade, Tezcatlipoca, Quetzalcóatl caiu em tentação e teve que abandonar seu povo. Entretanto, ele jurou voltar um dia. Coincidentemente, o conquistador Hérnan Cortés chegou ao México no ano correspondente asteca Ce Acatl (ano em que partira Quetzalcóatl e que supostamente retornaria). Deste fato é que se originaram interpretações diversas sobre o motivo pelo qual não houve maior resistência por parte dos astecas. Esta peça de Fuentes desenvolve seus argumentos a partir desta particularidade mítico-histórica.

4 C. Duverger. **La flor letal;** economía del sacrificio azteca.México: F.C.E., 1983 (1. ed. 1979), p.39. Neste livro, discutem-se as várias formas e finalidades dos sacrifícios entre os astecas. A referência que segue diz respeito à cerimônia de "atadura dos anos": "Llegaba luego la fecha que consumía el último día del siglo: los hombres tendrían que proceder a la re-creación del tiempo en el curso de una ceremonia impresionante, la "atadura de los años", el xiuhmolpilli (...) Las estatuas de piedra o de madera que guardaban en sus moradas las echaban al água. Los petates (petlatl), que constituyen lo esencial del mobiliario, y las ollas y los utensilios de cocina, las vestimentas, todo es igualmente desechado".

5 Carlos Fuentes. De Quetzalcóatl a Pepsicóatl. In: ____. **Tiempo mexicano.** México: Ed. J. Mortiz, 1986 (1.ed. 1971). As demais citações pertencem a esta edição e levarão apenas a indicação da página.

6 Octavio Paz. **O ogro filantrópico.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1989 (1.ed. 1979), p.171.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANALES de Cuauhtitlan. In: CÓDICE Chimalpopoca. Ed. fototípica e tradução de Lic. Primo Velázquez. México: Imprenta Universitaria, 1945.

DUVERGER, C. **La flor letal;** economía del sacrificio azteca. México: F.C.E., 1983.

FUENTES, Carlos. **Tiempo mexicano.** México: Ed. J. Mortiz, 1986.

_____. **Todos los gatos son pardos.** México: Siglo XXI, 1989.

PAZ, Octavio. **O ogro filantrópico.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

_____. **El laberinto de la soledad.** México: F.C.E., 1990.

COMPARATIVISMO E DESCOLONIZAÇÃO: O OLHAR CRÍTICO LATINO-AMERICANO*

Eduardo F. Coutinho
Universidade Federal do Rio de Janeiro

> Hoy el centro, el nucleo de la sociedad mundial, se ha disgregado y todos nos hemos convertido en seres periféricos, hasta los europeos y los norteamericanos. Todos estamos al margen porque no hay centro.
>
> OCTAVIO PAZ

R E S U M O

Estuda-se a influência de métodos de abordagem da crítica literária européia sobre a crítica literária latino-americana, os quais contribuíram para a preservação do colonialismo cultural dominante no discurso da crítica literária do continente.

Oriunda de um contexto de dependência marcado por um processo de colonização que se estendeu por mais de três séculos, a Literatura Latino-Americana[1] sempre deixou transparecer, ao longo de suas diversas manifestações, uma incômoda sensação de marginalização, que Carlos Fuentes muito bem definiu como o sentimento, por parte dos escritores, de estar vivendo nos "Balcanes de la cultura" [2], ou, melhor, à margem dos centros culturais associados às grandes capitais européias. Esta sensação, responsável pela presença de uma tensão que levava a obra a voltar-se ora para a metrópole ora para o interior do continente em busca do elemento autóctone, parece, entretanto, ter sido superada no século XX, sobretudo depois do chamado **boom** da narrativa, quando o fenômeno de exportação literária, iniciado com o Modernismo hispano-americano, se consolida de maneira decisiva. A partir da chamada "Lost Generation", o pólo de criação narrativa transladou-se para o outro lado do oceano, afirma Fernando Aínsa, primeiro para os Estados Unidos, e em seguida para a América Latina [3], e as relações unidirecionais, que tinham a Europa como foco irradiador de influências para o resto do mundo, transformaram-se "en un juego de espejos múltiples, favorecido en buena parte por un sistema de comunicaciones que pone a todo el mundo en un mismo plano de igualdad" [4].

Se é verdade que neste "jogo de espelhos", a que se refere o

*Este texto foi apresentado no 2º Congresso ABRALIC e publicado em seus **Anais** (1991), com o título "Sem centro nem periferia: é possível um novo olhar no discurso teórico-crítico latino-americano?"

crítico, todo mundo se situa num mesmo plano de igualdade, só o tempo poderá assegurar — é talvez um pouco cedo para o afirmarmos com tanta convicção — mas o que não há dúvida é que já existe nas relações literárias entre a Europa e a América Latina algum tipo de diálogo, e, o que é mais importante, uma clara consciência, sobretudo da parte do escritor latino-americano, da importância de sua produção no panorama internacional. Ao contrário do que se verificava anteriormente, quando este último acreditava que sua obra não constituía nunca uma "forma acabada" — a expressão é de Lezama Lima [5] —, os autores latino-americanos de hoje sabem, como atestam os ensaios que escreveram a respeito de sua própria produção, que esta não se limita às fronteiras de seu país ou continente, e que o seu raio de atuação atinge às vezes vastas dimensões. É o caso, para citarmos um par de exemplos, do papel que desempenhou García Márquez, máxime com **Cem anos de solidão**, em termos de influência internacional e, um pouco antes de Borges, de um texto de quem Foucault declara que seu livro **Les mots et les choses** se originou [6].

Esta tomada de consciência dos escritores latino-americanos, segundo a qual eles passaram a considerar-se como integrantes de um todo mais amplo — a tradição literária ocidental — sem perder de vista as próprias singularidades resultantes do contexto histórico-cultural em que surgiram, constitui um dos aspectos mais relevantes da evolução da literatura no continente. Ela assinala a passagem de um sistema hierárquico próprio de qualquer processo de colonização, calcado na dicotomia centro x periferia, para uma situação de equilíbrio, baseada em verdadeiro intercâmbio. No entanto, a despeito de sua importância, o fenômeno parece ter-se restringido ao nível da criação literária. O discurso da Crítica da Literatura, salvo honrosas exceções, manteve-se de um modo geral prisioneiro da perspectiva eurocêntrica anterior, originado sempre como referenciais as obras produzidas na metrópole e limitando-se a ecoar, no plano da reflexão teórica, as vozes que lá se erguiam.

A Crítica literária latino-americana, como bem assinalou Octavio Paz, "não se nutriu, de modo geral, de um pensamento próprio"[7],

e como tal não chegou a constituir uma tradição. Sem dúvida há casos isolados de intelectuais locais que teceram lúcidas reflexões sobre a literatura no continente, mas quase sempre o que ocorria era a simples importação de correntes do pensamento europeu, que já chegavam aqui defasadas e passavam a ser usadas indiscriminadamente como modelos de avaliação estética. Este fenômeno, já bastante significativo no século XIX, quando o Positivismo de Augusto Comte invadiu nosso meio intelectual, a ponto de atuar diretamente sobre alguns aspectos do **modus vivendi** da população, continua marcando forte presença ainda hoje. Basta, por exemplo, uma mirada de relance ao ensino da literatura no continente para observar-se a quantidade de correntes teóricas que se sucedem rapidamente, sem que a passagem de uma a outra corresponda, como assevera Roberto Schwarz, "ao esgotamento de um projeto" [8]. Não há um projeto intelectual que norteie a assimilação destas correntes, nem muito menos uma reflexão sólida que avalie de maneira criteriosa a contribuição que elas podem trazer para a Crítica e o ensino da Literatura. O que prevalece é o puro gosto pela novidade, a moda, e a atitude colonizada de importar a qualquer preço o produto emanado da metrópole.

Do mesmo modo que estas correntes do pensamento eram importadas com avidez da Europa e seus conceitos e categorias passavam a funcionar como pressupostos fundamentais na apreciação estética, os movimentos e escolas literárias eram sempre enfocados pela Crítica como extensões dos equivalentes europeus, e os autores e obras aqui surgidos eram considerados espíritos ou manifestações menores que seus contemporâneos da métropole. Aqui também, como no caso anterior, o elemento forâneo se revestia de um caráter de exemplaridade, e a produção literária do continente, relegada a plano secundário, não passava de um reflexo esmaecido dos modelos forjados no além-mar. Estudava-se a literatura latino-americana através de paralelos desvantajosos que a colocavam sempre em posição de ostensiva inferioridade e classificavam-se autores e movimentos à luz de uma historiografia alheia e muitas vezes inadequada. O resultado inevitável era a acentuação da dependência e a ratificação incontestável do estado de colonialismo cultural ainda dominante no continente.

Para este quadro desalentador contribuíram de modo contundente dois métodos freqüentemente privilegiados na abordagem do fenômeno literário, que tiveram grande repercussão nos meios acadêmicos latino-americanos: um tipo de comparativismo tradicional, calcado em noções cristalizadas como as de fontes e influências e o método da "aplicação" de modelos tidos como universais. No primeiro caso tratava-se de um sistema nitidamente hierarquizado, segundo o qual um texto fonte ou primário, tomado como referencial na comparação, era envolvido por uma aura de superioridade, enquanto o outro termo do processo, enfeixado na condição de devedor, era visto com evidente desvantagem, e relegado a um nível secundário. Como sempre que este método era empregado no estudo da literatura latino-americana o texto fonte era uma obra européia, ou mais recentemente norte-americana, a situação de desigualdade emergente do processo explicitava de imediato a sua própria aberração. O segundo caso, tão problemático quanto o primeiro, era, contudo, menos óbvio, e merece, por conseguinte, reflexão à parte.

A aplicação de modelos tidos como universais foi amplamente generalizada em toda a América Latina, sobretudo durante e depois do período em que o Estruturalismo francês exerceu seu domínio sobre a Crítica e o ensino da Literatura. As formulações dos teóricos franceses, lúcidas, mas também, e por que não?, envoltas em boa dose de **glamour**, chegavam com presteza às nossas universidades e eram logo aplicadas,de maneira dogmática, a qualquer obra literária, sem que se levassem em conta as especificidades que a caracterizavam e as diferenças entre o seu contexto histórico-cultural e aquele onde elas haviam brotado. Tais formulações haviam emergido, na maioria das vezes, de sérias e profundas reflexões tecidas sobre um **corpus** literário da Europa Ocidental, mas, ao serem generalizadas, ratificava-se a identificação, tão cara aos europeus, de sua cultura com o universal. A América Latina, mais uma vez, ao invés de desenvolver seu próprio **know-how**, de construir o discurso que ainda hoje falta sobre a sua já representativa literatura, limitava-se a importar o produto manufaturado e a usá-lo abusivamente sem nenhum tipo de indagação.

A identificação, de cunho marcadamente ideológico, do euro

peu com o universal, que sempre respaldou sua visão de mundo etnocêntrica, já havia sofrido alguns embates desde o surgimento de ciências como a antropologia e a etnologia, mas no terreno dos estudos literários os passos expressivos mais recentes vão ser dados pelo desconstrutivismo, com sua ênfase sobre a noção de diferença, e a revalorização da perspectiva histórica, que voltou a chamar atenção para a importância do contexto. O questionamento de noções como as de autoria, cópia, influência e originalidade, empreendido pelos filósofos pós-estruturalistas atuou de modo muito profícuo sobre o comparativismo, levando-o a reestruturar, entre outras coisas, os tradicionais estudos de fontes e influências. Agora, contrariamente ao que ocorria antes, o texto segundo, no processo da comparação, não é mais apenas o "devedor", mas também o responsável pela revitalização do primeiro, e a relação entre ambos, em vez de unidirecional, adquire sentido de reciprocidade, tornando-se em conseqüência mais rica e dinâmica. O que passa a prevalecer na leitura comparativista não é mais a relação de semelhança ou continuidade, sempre desvantajosa para o texto segundo, mas o elemento de diferenciação que este último introduz no diálogo intertextual que estabelece com o primeiro.

Embora esta mudança de perspectiva ocorrida no seio do comparativismo tradicional se tenha originado mais uma vez no meio intelectual europeu, ela caiu, como era de se esperar, como a sopa no mel nos estudos de Literatura Comparada que envolviam a produção latino-americana. Agora, o que se caracterizava como cópia imperfeita do modelo instituído pela cultura central passa a ser visto como resposta criativa, e o desvio de norma valoriza-se pela dessacralização que efetua do objeto artístico. Os critérios até então inquestionáveis de originalidade e anterioridade são lançados por terra e o valor da contribuição latino-americana passa a residir exatamente na maneira como ela se apropria das formas literárias européias e transforma-as, conferindo-lhes novo viço. Os termos do sistema hierárquico anterior invertem-se evidentemente no procesos e o texto da cultura dominante acaba por configurar-se como o mais rico, por conter em si, como afirma Silviano Santiago, "uma representação no próprio nível da fabulação" [9].

Esta ênfase sobre a questão da diferença, propiciada pelo desconstrutivismo, prestou valiosa contribuição aos estudos de literatura latino-americana, que sofreram, pelo menos no campo do comparativismo, uma séria revisão crítica. Contudo, não se pode deixar de assinalar que ela também deu margem a falaciosos exageros, expressos freqüentemente sob a forma de um acentuado ufanismo. Não basta, como se poderia supor, inverter a escala de valores do modelo tradicional para derrocar-se o seu teor etnocentrista, pois o referencial neste processo antitético continua sendo o elemento europeu. É preciso ir mais além: desconstruir o próprio modelo, ou, melhor, desestruturar o sistema hierárquico sobre o qual ele se havia erigido. Daí a necessidade a que se referem outros estudiosos da questão de desarticulação do discurso crítico, para rearticulá-lo sobre novas bases [10]. Este discurso acha-se de tal modo contaminado pelo sentimento de balcanização do homem latino-americano, que dificilmente poderá fornecer uma imagem lúcida da literatura do continente. Ele oscila entre extremos que vão desde a aceitação passiva dos valores etnocêntricos à rebeldia mencionada, que se traduz na exaltação da diferença, mas em nenhum desses casos se apresenta com a potencialidade necessária para suprir o vácuo ainda existente.

A outra tendência do pensamento europeu contemporâneo que contribuiu para o questionamento da visão de mundo eurocêntrica — a revalorização da perspectiva histórica — também encontrou terreno fértil no campo dos estudos literários latino-americanos. Num contexto onde correntes como o marxismo ou o historicismo sempre tiveram grande penetração, e questões como a da dependência econômica sempre estiveram no cerne de qualquer debate de ordem política ou cultural, a idéia de que as manifestações literárias constituem redes de relações e só podem ser suficientemente compreendidas quando abordadas por uma óptica global que dê conta dessas relações, reacendeu o fogo de antigas disputas que se havia esfriado com o domínio do Estruturalismo e abriu amplas e frutíferas possibilidades para um novo tipo de comparativismo. De acordo com este, não basta insistir na importância das diferenças latino-americanas, mas estudar a relação destas diferenças com o sistema de que fazem parte — a literatura do continente em seus di

versos registros — e investigar o sentido que assumem no quadro da tradição literária ocidental.

Foi dentro dessa linha de pensamento que Angel Rama extraiu, dos estudos antropológicos do cubano Fernando Ortiz, o termo "transculturação" [11], empregando-o para explicar o tipo de apropriação que realiza a literatura latino-americana das formas e movimentos da européia. Não se trata, conforme o crítico, da pura imitação de modelos, nem tampouco do mero transplante de ideários ou movimentos europeus apenas adaptados ao novo contexto. Trata-se, antes, de um processo complexo em que as aportações da literatura européia mesclam-se com as formas ou tendências aqui existentes, e dão origem a manifestações novas, que contêm elementos tanto da forma apropriada quanto da que já existia anteriormente no continente. Como se vê, há perdas e ganhos parciais em ambos os lados, e o resultado traz em si um traço de singularidade — seu caráter amalgamado ou híbrido — em franca homologia com a mestiçagem étnica e cultural que caracteriza o continente.

A idéia não é nova. Ao contrário, já se achava presente em muitos dos movimentos de vanguarda que emergiram na América Latina ao longo do século XX, como o Criacionismo, de Vicente Huidobro, o Ultraísmo, de Borges, o Antropofagismo, de Oswald de Andrade e o Realismo Maravilhoso, de Carpentier. Nem por isto é menos significativa. E bastaria lembrar a força da imagem fisiológica de assimilação seletiva de que Oswald se utilizou para representar o movimento para que tal se torne evidente. O que se propunha, e que agora volta à tona, em escala ampliada para todo o continente, na tese de Rama era o que Haroldo de Campos muito bem resumiu a respeito do Antropofagismo: "a aceitação não passiva, mas sob a forma de uma devoração crítica, da contribuição européia e a sua transformação em um produto novo, dotado de características próprias que, por sua vez, passava a ter uma nova universalidade, uma nova capacidade de ser **exportado** para o mundo [12].

Mas Rama não pára aí. Ao largo de seu livro, em que analisa meticulosamente alguns casos de transculturação na narrativa do continente [13], dentre os quais o do peruano José María Arguedas, a relevân

cia da perspectiva histórica é de imediato flagrada. Fica claro que não lhe basta estudar a deformação dos modelos europeus no processo de apropriação (o descentramento, ou, para usar um conceito de Bakhtin, a "carnavalização" desses modelos) nem apenas as especificidades de tal processo. Esses dados são sem dúvida indispensáveis. Mas a eles deve acrescentar-se o exame das relações destas especificidades com a dinâmica do sistema a que pertencem — a literatura e a tradição cultural do continente. A proposta é ambiciosa e extrapola do plano da Crítica **stricto sensu** para o da historiografia literária. Contudo, é o único modo, segundo o autor, de se chegar à constituição de um discurso crítico global e coerente, que represente criticamente (a expressão é do próprio Rama) as obras literárias de toda a América Latina [14].

No estudo das relações das especificidades do processo de apropriação com o sistema literário e cultural, de maneira geral, da América Latina, surgem questões interessantes que ampliam em muito a órbita do comparativismo. E, embora não seja nosso propósito nos deter mos nelas aqui, a duas pelo menos não pode faltar menção. A primeira é a necessidade de inclusão nesses estudos dos múltiplos registros existentes no continente, dentre os quais o chamado popular, presente, por exemplo, no "corrido" mexicano ou na literatura de cordel brasileira, e o das línguas indígenas ainda vivas, como o quíchua e o guarani. A segunda é a importância de se abordar também de maneira contrastiva as literaturas das diversas nações que integram o conjunto que vimos denominando América Latina, ou de grupos de regiões que extrapolam as fronteiras políticas entre as nações, mas mantêm fortes denominadores comuns decorrentes na maioria dos casos de fatores histórico-culturais ou geográficos.

Reconhecendo a importância dessas questões e a carência de estudos desse tipo dentro do seio do comparativismo tradicional, em geral apenas voltado para o chamado veio culto da literatura e para os paralelos entre literaturas de línguas diferentes, Ana Pizarro procura sistematizá-las, assinalando três diretrizes que, conforme acredita, a configuração do desenvolvimento literário latino-americano exigiria do comparativismo. São elas: a tradicional relação América Lati

na/Europa Ocidental, a relação entre as literaturas nacionais no interior da América Latina e a caracterização da heterogeneidade das literaturas nacionais no âmbito continental. E, depois de discutir cuidadosamente cada uma dessas diretrizes, afirma que nenhuma aproximação à literatura do continente pode deixar de inserir-se no âmbito desta dinâmica tríplice, sem cuja percepção global não se pode penetrar na complexidade de nossa história literária [15].

O assunto é instigante e a trilha a mesma de Rama. O objetivo, a autora mesma explicita: é a construção de um sistema de referentes teóricos e metodológicos relativo ao discurso de nossa literatura e ao seu processo [16], tarefa tanto da Crítica quanto da historiografia literária. E com isto voltamos à questão levantada no início deste trabalho e expressa em seu subtítulo: é possível um novo olhar no discurso teórico-crítico latino-americano, um olhar obviamente não ingênuo, jamais destituído de **a prioris**, pois tal não seria possível, mas que efetue um corte na visão etnocêntrica ainda vigente e busque apreender a produção literária do continente em sua dinâmica própria? É possível, continuamos a indagar, desta vez acompanhados de Mario Benedetti, constituirmos um discurso no campo da Crítica como os nossos poetas e ficcionistas parecem havê-lo feito no setor da criação literária, isto é, um discurso plural e aberto, calcado sobre os nossos próprios modos de investigação e surgido "de nossas condições, de nossas necessidades, de nossos interesses?" [17] É possível, finalmente, formarmos uma "tradição crítica" que dialogue também com os nossos críticos e historiógrafos do passado e gere um sentido de continuidade no nosso pensamento?

A ausência de uma "tradição crítica", no sentido mencionado, na América Latina, já observada por diversas vozes, dentre as quais as de Antônio Cândido e Afrânio Coutinho, no Brasil, e de Gutiérrez Girardot e Mario Benedetti, na Hispano-América, foi muito lembrada por Roberto Schwartz em ensaio sobre o assunto. Ali, após lamentar que a vida intelectual no Brasil (leia-se, por extensão na América Latina) parece a cada geração recomeçar do zero, e que percepções e teses notáveis a respeito da nossa cultura são "decapitadas periodicamente" e

problemas a muito custo identificados e assumidos ficam "sem o desdobramento que lhes poderia corresponder", ele clama a necessidade de "constituição de um campo de problemas reais, particulares, com inserção e duração históricas próprias, que recolha as forças em presença e solicite o passo adiante"[18]. E complementa: "O apetite pela produção recente dos países avançados muitas vezes tem como avesso o desinteresse pelo trabalho da geração anterior, e a conseqüente descontinuidade da reflexão", o que o leva a concluir que nos situaríamos melhor se nos obrigássemos a "um juízo refletido" sobre as perspectivas propostas pelos nossos grandes intelectuais do passado[19].

É óbvio que ao chamar a atenção para a necessidade de nos voltarmos para o pensamento desses intelectuais, com o fim de constituirmos uma espécie de "tradição crítica", o autor (bem como todos os demais que compartilham desta visão) não está deixando de reconhecer a relevância da contribuição estrangeira – particularmente a da Europa Ocidental – para o desenvolvimento da Crítica latino-americana, nem muito menos propondo – até porque tal não nos parece absolutamente viável – nenhum tipo de postura nacionalista que deseje fazer **tabula rasa** desta contribuição. Defender a criação de um discurso crítico próprio não significa de modo algum rejeitar o forâneo numa atitude irracional de xenofobia. Trata-se, isto sim, de combater o seu monopólio e de pôr em xeque a **Weltanschauung** etnocentrista de que ele era portador, submetendo-o a uma operação transculturadora à maneira do que se vem realizando com os empréstimos literários. Trata-se, em outras palavras, de construir um discurso alternativo que relativize a autoridade do primeiro e seja capaz de estabelecer um diálogo franco, plural e em pé de igualdade com aquele.

A idéia de que a literatura é patrimônio universal é hoje uma espécie de truísmo, bem como a de que o discurso que sobre ela se produz não deve ater-se a fronteiras. Entretanto, o que não se pode conceber é que a universalidade seja privilégio de uma cultura determinada. Até pouco tempo atrás, quando os europeus falavam de cultura, a referência era indubitavelmente à européia, identificada com a universal. E, atualmente, apesar de esta mentalidade colonizadora estar sendo ca

da vez mais posta em xeque por diversos setores da **intelligentsia** (tanto européia quanto de fora da Europa), suas arestas – tão afiadas como antes e agora ampliadas para todo o chamado Primeiro Mundo – continuam a se fazer sentir, camufladas, sob rótulos diferentes, em várias formas de atividade cultural. É assim que, por exemplo, em nome de uma modernidade, cujo sentido não se define jamais, diluem-se diferenças significativas da cultura de um povo, ou que em prol de uma universalidade que esocnde, no fundo, seu caráter hegemônico, são taxadas de nacionalistas manifestações muitas vezes autênticas e fecundas de verdadeiro autoconhecimento.

Que este discurso etnocentrista continue lançando chamas no meio intelectual dos países que ele mesmo denomina "centrais" já é um fato grave que merece reflexão, mas que ele continue medrando com o vigor que ainda parece ter nas áreas denominadas "periféricas" é uma contradição insustentável. A literatura latino-americana, consciente desta questão, já deu passos decisivos no sentido da formação de uma tradição que hoje só perde para a européia em extensão. Mas no campo da Crítica, a despeito dos esforços mencionados, ainda prevalecem o "velho comparativismo" e o método da "aplicação" de modelos, ambos por si só expressivos da condição de colonizados de seus usuários. É neste sentido que se faz cada vez mais necessária a constituição de um discurso proveniente da análise da produção literária do continente e que dê conta não só desta produção, como também de seus modos de funcionamento e de suas relações com o sistema de que faz parte.

É somente com um discurso deste tipo, voltado para a realidade do continente, que a Crítica latino-americana pode vir a formar um pensamento, uma tradição, e chegar a dialogar de igual para igual com as demais correntes do pensamento ocidental. É somente desta maneira, acreditamos, que ela pode estabelecer com a européia um verdadeiro diálogo de culturas, onde, como diz T. Todorov, "ninguém tem a última palavra, onde nenhuma das vozes reduz a outra ao status de um mero objeto, e onde se tira vantagem de sua exterioridade ao outro"[20].

RÉSUMÉ

Le but de ce travail est d'étudier l'influence des méthodes d'abordage de la critique littéraire sur la critique littéraire latino-américaine qui ont contribué pour la préservation du colonialisme culturel dominant dans le discours de la critique littéraire du continent.

NOTAS

1 Utilizamos o termo "latino-americano", neste ensaio, não como sinônimo de "hispano-americano", mas, ao contrário, com o propósito explícito de incluir o Brasil no panorama. O emprego deste termo genérico, abrangente, não significa, no entanto, que não reconhecemos o caráter individual da literatura, não só brasileira, como de cada país de língua espanhola do continente.

2 Citado por Jorge Edwards em Pecados literarios. **El País,** Madrid, 16 dez. 1984.

3 Fernando Aínsa. **Identidad cultural de Iberoamérica en su narrativa.** Madrid: Gredos, 1986. p.500.

4 Id., ibid., p.485.

5 José Lezama Lima. **La expresión americana.** Santiago(Chile): Editorial Universitaria, 1969. p.25.

6 Michel Foucault. **As palavras e as coisas;** uma arqueologia das ciências humanas. 2.ed. bras. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1981. p.5.

7 Octavio Paz. **Corriente alterna.** México: Siglo XXI, 1967.

8 Roberto Schwartz. Nacional por subtração. In: ____.**Que horas são?** ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.30.

9 Silviano Santiago. Apesar de dependente, universal. In:___. **Vale quanto pesa;** ensaios sobre questões político-culturais. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.23.

10 Veja-se, por exemplo, Ana Pizarro. El discurso literario y la noción de América Latina. In: 1º SEMINARIO LATINO-AMERICANO DE LITERATURA COMPARADA. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 1986. p.9.

11 Angel Rama. **La transculturación narrativa en América Latina.** México: Siglo XXI, 1982. p.32.

12 Haroldo de Campos. Ruptura dos gêneros na literatura latino-americana. In: FERNÁNDEZ MORENO, Cesar (org.) **América Latina em sua literatura.** Trad. Luiz João Gaio. São Paulo: Perspectiva. 1979.

13 Angel Rama, op. cit.

14 Angel Rama. Un proceso autonómico; de las literaturas nacionales a la literatura latinoamericana. In: ESTUDIOS Filológicos y Lingüísticos. Caracas: Instituto Pedagógico de Caracas, 1974.

15 Ana Pizarro. Introducción. In: ____. et alii. **La literatura latinoamericana como proceso.** Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1985. p.50-1.

16 Id., ibid., p.22.

17 Mario Benedetti. Temas e problemas. In: FERNÁNDEZ MORENO, Cesar (org.) **América Latina em sua literatura.** Trad. Luiz João Gaio. São Paulo: Perspectiva, 1979. p.377.

18 Roberto Schwartz, op. cit., p.31

19 Id., ibid.., p.30-1.

20 Tzvetan Todorov. **A conquista da América;** a questão do outro. Trad. Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 1983. p.246.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AÍNSA, Fernando. **Identidad cultural de Iberoamérica en su narrativa.** Madrid: Gredos, 1986.

BENEDETTI, Mario. Temas e problemas. In: FERNÁNDEZ MORENO, Cesar(org) **América Latina em sua literatura.** Trad. Luiz João Gaio. São Paulo: Perspectiva, 1979.

CAMPOS, Haroldo de. Ruptura dos gêneros na literatura latino-americano. In: FERNÁNDEZ MORENO, Cesar (org) **América Latina em sua literatura.** Trad. Luiz João Gaio. São Paulo: Perspectiva, 1979.

EDWARDS, Jorge. Pecados literários. **El País,** Madrid, 16 dez. 1984.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas;** uma arqueologia das ciências humanas. 2.ed. bras. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo:Martins Fontes, 1981.

LEZAMA LIMA, José. **La expresión americana.** Santiago(Chile): Editorial Universitaria, 1969.

PAZ, Octavio. **Corriente alterna.** México: Siglo XXI, 1967.

PIZARRO, Ana et alii. **La literatura latinoamericana como proceso.** Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1985.

PIZARRO, Ana. El discurso literario y la noción de América Latina. In: 1º SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE LITERATURA COMPARADA. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 1986.

RAMA, Angel. Un proceso autonómico; de las literaturas nacionales a la literatura latinoamericana. In: ESTUDIOS Filológicos y Lingüísticos. Caracas: Instituto Pedagógico de Caracas, 1974.

_____. **La transculturación narrativa en América Latina.** México: Siglo XXI, 1982.

SANTIAGO, Silviano. **Vale quanto pesa;** ensaios sobre questões político-culturais. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SCHWARTZ, Roberto. **Que horas são?;** ensaios. São Paulo: Companhia das

Letras, 1987.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**; a questão do outro. Trad. Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

O JOGO DA IDENTIDADE E ALTERIDADE; UMA LEITURA DA CATEQUESE*

Evelina Hoisel
Universidade Federal da Bahia

Para Silviano Santiago

R E S U M O

A partir dos autos de José de Anchieta, estuda-se o papel do teatro dos jesuítas na catequese/colonização.

Essa leitura procura desvelar um dos mecanismos através dos quais se tentou operar o recalcamento dos valores da cultura indígena pelos valores da cultura européia. É uma leitura desconstrutora da cultura "brasileira", na medida em que tenta dar voz ao inconsciente de determinados textos, fazendo falar o que neles se procura silenciar na camada manifesta.

Se estes discursos pretendem fazer falar os valores da cultura européia – do "mesmo" –, numa tentativa de recalcar, conscientemente, os valores da cultura indígena – do "outro" – o que se observa é que, no inconsciente desses textos, existe voz do "outro" que oferece resistência e deixa seus traços naquilo que pretende apagá-los. É a apreensão das marcas que tecem esse conflito de forças que autoriza a promover a desconstrução do que foi sempre visto a partir de uma visão etnocêntrica.

Dentre os mecanismos usados para abolir as diferenças culturais pelo processo de conversão do "outro" ao "mesmo", existe aquele que aqui se chama de **festa**. A festa é o lugar da representação mimética, momento em que se pode semear a "palavra de Deus", e a conversão se pode operar, porque o "outro" veste a máscara do "mesmo" e, através desse revestimento de máscara, a ele se incorpora.

A festa tem diversas manifestações. Formal e ritualisticamente, é constituída pelo teatro, pela missa, pelo batismo, pelo casamento,

* Este trabalho foi publicado originalmente na Revista **Cadernos de Opinião**, n.12, Rio de Janeiro; Paz e Terra, julho de 1979, com o título: "A oscilação das marcas no jogo da festa" (p.93-9). Pela atualidade do tema, achamos oportuna uma nova publicação, além de que a Revista **Cadernos de Opinião** já está extinta.

pela confissão e comunhão, pela procissão. A festa é elemento de sedução. A música e a dança seduzem. O "outro" se deixa seduzir. Vestir a fantasia e ser simultaneamente o "mesmo" e o "outro" enquanto ator.

O objetivo da festa é "irmanizar" dois territórios através da "fé". Em conseqüência, é ainda uma maneira de conquistar o "outro" para o trabalho. De possuir o corpo. De sujeitá-lo. De escravizá-lo para ele e através dele obter frutos e tesouros para o Senhor-Rei-Deus. O cenário da festa é o lugar privilegiado para se exercer a repressão, porque é a posição em que a máscara esconde tudo.

A festa abole as diferenças. É esta a sua função. Mas a festa passa. O caráter transitório da festa promove apenas borrões no texto do "outro". Nele, não se inscrevem marcas permanentes nem nítidas. A festa passa e o "outro" tira a fantasia. Re-assume seu discurso. O discurso do "mesmo" foi apenas pronunciado. Re-citado. O "outro" nega a condição que lhe deram de "papel em branco" e rejeita que façam **tabula rasa** de seus valores. Borra o texto do "mesmo".

> Esta é uma das maiores dificuldades que tem aqui a conversão. Há-se de estar sempre ensinando o que já está aprendido, e há-se de estar sempre plantando o que já está nascido, sob pena de perder o trabalho e mais o fruto. (SES. 133)[1]

> Mande Vossa Alteza muitos da Companhia, que sustentem este pouco que está ganhando, para que nós possamos ir buscar tesouros d'almas para Nosso Senhor, e descobrir proveito para este Reino e Rei que tão bem sabe gastar em serviço do Rei dos Reis, e Senhor dos Senhores.(CJ.1)

O trabalho de catequese teve, pelo menos, uma dupla finalidade: salvação das almas pela aceitação da "fé cristã" e a incorporação do índio ao trabalho da colonização. À missão dos jesuítas de semar a palavra de Deus deveria corresponder não apenas a conversão do gentio à fé cristã – acumulação de almas para o "celeiro" de Deus –, mas, também, através da força de trabalho do indígena doutrinado, a semeadura da terra em proveito da Coroa – acumulação de bens para o celeiro do Senhor-Rei.

A catequese é assim um instrumento de colonização, uma forma disfarçada de colonização em que se visa sempre o produto do trabalho.

Esse produto será expresso ora pelo **fruto**, ora pelo **tesouro**, que aparecem tanto no sentido metafórico – salvação de almas – quanto no sentido não metafórico – produção de bens materiais.

Nos textos aqui estudados, o significado privilegiado será o **fruto**, enquanto salvação de almas, conversão – sentido metafórico. O principal objetivo do trabalho dos jesuítas é semear a palavra de Deus, e a colheita do fruto só pode se efetuar através de um pressuposto etnocêntrico e interessado. No fundo da cena, o fruto é a conquista do indígena para semeadura da terra. A metáfora e o sentido referencial se alternam nos textos. A intenção e a simulação da catequese, entrelaçadas e confundidas, se revelam pela traição da linguagem, manipulada pelo disfarce da intenção. Na leitura, a palavra recupera sua denotação primeira, denunciando a polissemia a que fora sujeitada. O fruto é, a descoberto, o fruto – único proveito desejado.

Contudo, a expectativa da recompensa parece desfeita, pois os frutos para o celeiro do Senhor-Rei-Deus ou não são colhidos, ou só poderão brotar em determinadas condições que se devem criar para que haja frutificação. Aqui, desmancha-se a cumplicidade que se instalou na visão paradisíaca, criada pelo grupo dominante, como primeiro capítulo da invenção do mundo descoberto[2], onde se supunha que não só a terra responderia de maneira favorável, germinando a semente que se ançasse aleatoriamente, sem esforço e sem trabalho, como também seria possível e "fácil" fazer frutificar os valores da cultura européia que se imprimiriam nos indígenas, por serem "papel em branco" e por estarem em estado de "inocência".

A facilidade apontada inicialmente está expressa em diversos textos dos jesuítas. Contudo, veremos que terminará implicando em dificuldade. No **Diálogo sobre a conversão do gentio** e no **Sermão do Espírito Santo**, está contida esta afirmação. Ambos repetem diferentemente o mesmo aspecto: a dificuldade de colher os frutos pela impossibilidade de se converter o gentio. Por suas características, o índio não aceita a fé cristã, não se incorpora aos valores da cultura européia. As razões apontadas são sempre estabelecidas a partir de uma ótica etnocêntrica: "ausência de Deus" e de "Rei para adorarem", "bruteza", "bestialidade", "brutalidade", "inconstância", elementos responsáveis

pelo pouco fruto – falso fruto, sentido metafórico – ou pela ausência de fruto, apesar de todo o empenho por parte dos jesuítas.

> Mas não será esta somente a sexta vez, em que eu e vós experimentamos o pouco fruto com que esta terra responde ao que se devera esperar de tão continuada cultura.(SES. 125)

> ...porque a gente destas terras é a mais bruta, a mais ingrata, a mais inconstante, a mais avessa, a mais trabalhosa de quantas há no mundo."(SES. 130)

> E esta deve ser a razão por que alguns Padres que do reino vieram, os vejo resfriados, porque vinham cuidando de converter a todo o Brasil em uma hora, e vêem-se que não podem converter um, em um ano, por sua rudeza e bestialidade. (DCG.177)

É da "inconstância" a maior dificuldade que se tem na evangelização. Os gentios estão sempre a oferecer a ilusão de que as marcas do colonizador foram registradas, para, em seguida, apagá-las e voltarem a ser o que eram.

> Tal é a fé dos brasis; é fé que parece incredulidade e é incredulidade que parece fé; é fé, porque crêem sem dúvida e confessam sem repugnância tudo que lhes ensinam; e parece incredulidade, porque com a mesma facilidade com que aprenderam desaprendem; e com a mesma facilidade com que creram, descrêem. (SES.132)

A resistência que os "brasis" oferecem a uma receptividade duradoura das marcas promove a criação de diversos mecanismos de controle pelos quais se procura uma certa garantia no resultado da implantação da semente. Esta garantia vai depender, num dado momento, do modo pelo qual o trabalho dos jesuítas for desempenhado. Da constância e da continuidade na tarefa da semeadura poderá resultar a possibilidade de frutificação da "verdade" e da "fé", porque o "outro" parece sempre disponível à receptividade de novas marcas, ainda que não as retenha, o que desorganiza o sistema de expectativa do "mesmo" e faz com que se estabeleça um novo modelo de ação, que difere da experiência dos jesuítas no trabalho de conversão de outros povos. Este modelo de ação se baseia na **assistência** que deverá ser dispensada ao gentio.

A diferença entre os "brasis" que impõem um modelo de ação

particular e outras nações cristianizadas e colonizadas se expressa no **Sermão do Espírito Santo** pelas metáforas da estátua de mármore e estátua de murta. A estátua de mármore é aquela que oferece maior dificuldade para se esculpir, devido à resistência do material com que se trabalha. Contudo, as marcas que nela se imprimem são permanentes e, para conservá-las, não é necessário nenhuma forma de assistência. Mesmo na ausência do escultor, ela significa: fala sozinha, longe da presença paterna.

A estátua de murta, ao contrário, apresenta menor dificuldade para se esculpir, uma vez que assume sem resistência a forma que nela se pretende configurar. Mas, para que esta forma se preserve, é necessária a presença constante do jardineiro. Somente uma assistência permanente evitará as deformações causadas pela pouca estabilidade do material.

> A estátua de mármore custa muito a fazer, pela dureza e resistência da matéria; mas depois de feita uma vez, não é necessário que lhe ponham mais a mão sempre conserva a mesma figura; a estátua de murta é mais fácil de formar, pela facilidade com que se dobram os ramos; mas é necessário andar sempre reformando e trabalhando nela para que se conserve. Se deixa o jardineiro de assistir (...) o que pouco antes era homem, já é uma confusão verde de murtas. (SES.134)

A analogia: o escultor/jardineiro: o jesuíta. De um lado, a metáfora de mármore para os cristãos convertidos através de uma doutrinação cuidadosa e paciente, e que respondem às despesas gastas no trabalho com a permanência e durabilidade das marcas neles impressas. Um material propício, para o qual não é necessário um investimento maior que uma única ação de doutrinar pacientemente. De um lado, os filhos que, mesmo desamparados e abandonados, afirmam a "verdade" do Pai, disseminam a "palavra de Deus". Do outro lado, um material pouco propício, porque exige gastos permanentes e não proporciona uma compensação entre o que se investe na tarefa e o produto que dela resulta. A estátua de murta é a metafora que explicita as dificuldades através das quais se processa a conversão dos índios no Brasil. Eles não exigem uma ação paciente. Deixam-se imprimir sem resistência, mas não retêm os traços, não propagam a palavra do pai-Senhor-Rei-Deus.

> Porque esta é a diferença que há entre umas nações e outras. Nas da Índia muitas são capazes de conservar a fé sem assistência dos pregadores. (...) Há outras nações pelo contrário (e estas são as do Brasil) que recebem tudo o que lhes ensinam com grande docilidade e facilidade, sem argumentar, sem replicar, sem duvidar, sem resistir; mas são estátuas de murta, que em levantando a mão e a tesoura o jardineiro, logo perdem a nova figura e tornam à bruteza antiga e natural e a ser mato como dantes eram. (SES.133/134)

A facilidade descrita nestes textos parece ser a capacidade que o índio apresenta para assumir, circunstancialmente, uma máscara e desempenhar um papel. Ele está sempre a representar para o jesuíta uma ação e um papel que este pretende que ele assuma, desempenhando-o, porém, somente enquanto é assistido, enquanto dura a representação. Desse modo, a conversão só se efetua no momento em que o indígena se transforma em ator. Como ator, ele está sempre disponível para vestir a fantasia, subir ao palco, e declarar-se convertido. Mas, essa representação só é possível quando o "outro" participa do prazer da festa, que se estabelece como um modelo de ação para a catequese. Um modelo de assistir. É no espaço-tempo da festa que se forja uma cumplicidade inicial: o gentio se insinua, mostra seu gosto pela representação. Imita o "mesmo", que aproveita sua capacidade de ator e faz da festa um instrumento de ação.

Na primeira missa celebrada no Brasil, cria-se uma semelhança aparente entre cristãos e pagãos, suscitada pelo jogo das **simpatias** [3], que os aproxima mediante a atração que a representação dos cristãos exerce sobre o gentio, que possui o perigoso poder de assimilar e de se fazer semelhante a eles, quando se transforma em ator.

> Plantada a cruz, com as armas e a divisa de Vossa Alteza, que primeiro lhe haviam pregado, armaram altar ao pé dela. Ali disse missa o padre frei Henrique, a qual foi cantada e oficiada por esses já ditos. Ali estiveram conosco (assistindo) a ela, perto de cinqüenta ou sessenta deles, assentados todos de joelhos assim como nós. E quando se veio ao Evangelho, que nos erguemos todos em pé, com as mãos levantadas, eles se levantaram conosco, e alçaram as mãos, estando assim até chegar ao fim; e então tornaram-se a assentar, como nós. E quando levantaram a Deus que nos pusemos de joelhos, eles se puseram assim

> como nós estávamos, com as mãos levantadas, e em tal maneira sossegados que certifico a Vossa Alteza que nos fez muita devoção. (CC.62/63)

A cena teatral da missa é o momento inaugural de sucessivas festas que se realizam no palco do Brasil. Nesse espaço, desenham-se duas cenas: uma compreende a cena da representação, espaço onde se colocam os cristãos. A outra, a cena da re-representação dos índios.

A cruz e o altar são elementos cênicos e delimitam o espaço onde se efetua a representação do sacrifício de Cristo, e no qual estão os cristãos. É nesse espaço que se pronuncia a "verdade", expressa pela palavra de Deus através do texto bíblico e que se deixa acompanhar pela música e pela encenação gestual. Na cruz que se planta e que já metaforiza a conquista como plantação, inscrevem-se as marcas que objetivarão o domínio político e a tentativa de conquista espiritual dos índios: as insígnias do poder político e temporal se superpõem ao símbolo do poder espiritual que preside e oficializa a representação.

Na cena da re-presentação se encontram os gentios-pagãos que assistem à representação e dela participam como atores — patomimos — imitando os gestos dos cristãos. Atraídos pelo espetáculo que diante deles se desenrola, os pagãos rapidamente assimilam e reproduzem o código gestual dos cristãos. A aparente similitude que se cria entre eles faz com que os sinais reproduzidos sejam lidos e interpretados segundo o código do europeu e essa leitura não é feita de maneira ingênua. Ela se orienta no sentido de suprimir a barra que separa os espaços da representação e da re-representação, na suposição de que os pagãos se tornariam logo cristãos. Mas, neste gesto inaugural, as limitações são percebidas: somente com o estabelecimento de um código lingüístico comum é que o gentio poderá sair da cena da re-representação para ingressar na representação:

> Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos. (CC.60)

Assim, a catequese só poderá começar a iniciação do indígena quando se puder impor um determinado tipo de discurso e certas atitudes, para o que se aproveitará de sua capacidade de assimilação. Toda

via, se o jogo das **simpatias** faz com que eles se tornem aparentemente semelhantes, é compensado pela **antipatia**, figura que "mantém as coisas no seu isolamento e impede a assimilação, encerrando cada espécie na sua diferença obstinada e na propensão para preservar seu ser peculiar" [4].

Se, nesta primeira festa que se realiza no palco da terra recém-descoberta, as cenas nas quais se deixam compreender cristãos e pagãos ainda são distintas, nas demais festas não haverá tal possibilidade. Elas se tornam híbridas, uma vez que os pagãos, ocultando suas marcas, assumem o discurso que lhes impõe a evangelização e, como atores, se metamorfoseiam em cristãos. A festa possibilita o jogo das **simpatias.**

A música, a dança, a fantasia, a pintura, a "palavra de Deus": os ingredientes da festa incitam os sentidos, excitam a imaginação através dos sentidos. Atraem o pagão para o espaço-tempo da festa e ele aí se incorpora ao europeu pelo prazer da imitação. Mas, sob o disfarce da máscara e da fantasia, preserva seus traços e faz da festa o mundo do parecer. O hibridismo da festa confunde **simpatia** e **antipatia.**

> Dia de Reis (6 de Janeiro de 84) renovaram os votos alguns irmãos. O padre visitador antes da missa, revestido em capa d'asperges de damasco branco com diacono e subdiacono vestidos do mesmo damasco, baptisou alguns trinta adultos. Em todo o tempo do baptismo houve boa música e motetes, e de quando em quando se tocavam as frautas. Depois disse missa solene com diacono e subdiacono, officiada em canto d'órgão pelos índios, com suas frautas, cravos e descante; cantou na missa um mancebo estudante alguns psalmos e motetes, com extraordinária devoção. O padre na mesma missa casou alguns em lei da graça, precedendo na missa os banhos; deu a comunhão a cento e oitenta índios e índias, dos quais vinte e quatro, por ser a primeira vez, comungaram à primeira missa, com capella de flores na cabeça; depois da comunhão, lhes deitou o padre ao pescoço algumas verônicas e **nominas** com **Agnus Dei** de várias sedas, com seus cordões e fitas, de que todos ficaram mui consolados. (...) No meio da missa houve pregação em língua, e depois procissão solene com danças e outras invenções. (TTGB.268/269)

O objetivo da festa é abolir a alteridade em função da identidade. É sempre uma forma disfarçada de fazer **tabula rasa** dos valores

do "outro". Na visão paradisíaca, a metáfora do "papel em branco" e o estado de "inocência" em que pareciam se encontrar os indígenas possibilitavam que neles se imprimisse, sem violência, "qualquer cunho que lhes quisessem dar" (CC.60), uma vez que não havia marca para se apagar. Nas festas que se realizam em momentos subseqüentes à primeira missa, há o reconhecimento de que o índio possui suas próprias marcas, as quais passam a ser, estrategicamente, identificadas com o mal e o pecado, o que parece constituir o segundo capítulo da invenção do novo mundo. A festa é assim uma máscara tecida que procura apagar, persuasivamente, os valores dos indígenas, para se cunhar os do "mesmo", e para os quais a palavra de Deus serve sempre de suporte ideológico. Mas, como toda máscara, esconde e também revela.

Entre as diversas manifestações da festa, é o teatro a que se configura como mais eficaz para persuadir. As peças teatrais se incorporam aos atos litúrgicos e transformam o teatro no principal instrumento da catequese/colonização.

Tratando da problemática do bem e do mal, herdada dos autos medievais sob a mediação do teatro de Gil Vicente, os autos que se destinam aos indígenas têm uma finalidade didático/ideológica e objetivam a sujeição da alma e, em seguida, do corpo. Mais uma vez, opera-se uma inversão da visão do palco do paraíso, onde à "inocência", estado anterior ao pecado, correspondia o corpo são: "Nosso Senhor lhes deu bons corpos e bons rostos, como a homens bons" (CC.60). Destruído o mito edênico, a terra se transforma num campo tomado pelo mal e pelo pecado, os quais geram a doença da alma e do corpo. E a "inocência" não é mais o caminho apontado para o cristianismo.

Na leitura dos diversos autos depreendem-se os elementos que estabelecem o significado do pecado. São os "velhos hábitos", os costumes indígenas, em conflito com os "novos hábitos" da cultura européia, dados como o mal e o pecado. Esse conflito se expressa através das lutas que se travam entre demônios, identificados com os pagãos e com os "velhos hábitos" que tentam preservar, e anjos e santos que se associam aos costumes da civilização portuguesa.

Demônio Guaixará:
Molestam-me os virtuosos,
irritando-me muitíssimo
os seus novos hábitos.
Quem os terá trazido,
para prejudicar a minha terra? (FSL.684; FB.749)
(...)
Boa cousa é beber
até vomitar cauim. (FSL.685;FN.750)
(...)
É bom dançar,
adornar-se, tingir-se de vernelho,
empinar o corpo, pintar as pernas
fazer-se negro, fumar,
curandeirar ...
De enfurecer-se, andar matando,
comer um ao outro, prender tapuias,
amancebar-se, ser desonesto,
espião adúltero
— não quero que o gentio deixe. (FSL.686;FN.750/1)

A bebida, o fumo, a dança, a pintura, a antropofagia, a poligamia e a música são, do ponto de vista da catequese, o pecado e os principais obstáculos para a conversão do gentio e, conseqüentemente, para a colonização. O curioso é que os jesuítas se utilizaram de alguns desses costumes — dança, pintura e música — como recurso persuasivo, fazendo-os assim duplamente marcados. Quando praticados pelo indígena, em seus rituais, se associam ao mal. Quando utilizados nos rituais dos cristãos, ao bem. A passagem do bem para o mal só é possível no espaço híbrido da festa.

Para que a semente da "palavra de Deus" germine, necessário se faz apagar as "falsas marcas" e imprimir as "verdadeiras". Visto a partir de pressupostos interessados, além de etnocêntricos, os costumes indígenas são a causa da doença da alma, já que são constantemente identificados com o mal e o pecado. É sempre o demônio que subverte a ordem da "verdade" e a sua figura é ambígua. Ele não é só a representação do demônio da teologia cristã, misturado com o diabo jurupari das crenças indígenas, que se pretende ridicularizar, mas é ainda a personificação do inimigo político dos portugueses. O nome do demônio Guaixará, por exemplo, é uma referência ao índio tamoio que participou, como aliado dos franceses, de um ataque contra os portugueses. Da mesma

maneira, as tribos indígenas que não estavam submetidas ao domínio português e se aliavam a outros povos europeus são governadas pelo demônio, pelo mal, como aqueles sob o jugo dos portugueses estão sob a proteção do bem.

Reafirmando o ponto de vista da teologia cristã, na qual são as satisfações corporais que fazem do corpo a prisão da alma, os "vícios", os costumes dos brasis são apontados como a causa da doença da alma, e as marcas invisíveis dessa doença deixam sinais exteriores e visíveis, que se assinalam no corpo e permitem a decifração do mal que se oculta. Assim, as enfermidades que o índio adquire no contato com os portugueses são dadas como sinais superficiais de um mal subjacente. Ainda que a semelhança e a transparência do invisível no visível tenha exercido um papel importante no saber da cultura ocidental, até o final do século XVI, a transparência entre o mal da alma e o do corpo que aí se postula é um recurso persuasivo que enfatiza a necessidade do indígena de abandonar seus "velhos hábitos" para "salvar-se". E, diante do temor da morte, fazer reconhecer as assinaturas do mal que neles se instala:

Teus filhos estão doentes,
Querem as leis do mal... (FSL.744)
(...)
Anjo:
- Vem, Virgem Maria,
Mãe de Deus, visitar esta aldeia
e expulsar dela o demônio.
Oxalá, por teu amor,
ela se santifique!
Afasta as enfermidades
- febres, desinterias,
as corrupções e a tosse -
para que seus habitantes
creiam em Deus seu Filho. (DA.567)

Mas o que se pretende preservar é principalmente a alma. Ainda que não possa curar o corpo, é possível salvar a alma e conduzi-la ao Reino de Deus:

Anjo:
Eis-me aqui para ajudar-te.
A mandado do Senhor,
venho guardar a tua alma,

para que, morto embora o teu corpo,
suba tua alma ao seu reino. (DA.571)

A alma se torna um suporte para a ação da catequese que se utiliza da salvação como um aparato espiritual capaz de aprisionar o corpo como força de produção. Não há indissociação entre a semente enquanto palavra de Deus e as sementes econômicas.

A tentativa de incorporar o indígena à civilização européia implica na tentativa de controlar a alma como lugar onde se pode exercer um poder. Esta alma, além de ser a representada pela teologia cristã, dela também difere, porque é um efeito, um instrumento de uma anatomia política e, como tal, um desdobramento do corpo a ser colonizado. Educar a alma é uma maneira de escravizá-la e, portanto, de escravizar o corpo, invertendo-se assim o modelo da teologia cristã: "alma, prisão do corpo" [5].

Como mostra Foucault, esse desdobramento que se opera no corpo do colonizado, ou de todos aqueles sobre os quais se exerce uma vilância, ou se pune, é possível, na medida em que ele desenha a figura simétrica e inversa do rei. O "corpo" político do rei é duplo. Ele comporta um elemento transitório que nasce e morre, e outro que permanece e se mantém como suporte físico e intangível do reino. Esse corpo duplo do rei abre um espaço de suplência. Desse modo, pode-se considerar o colono como um suplemento do rei na colônia; e os jesuítas como suplentes de suplentes, simultaneamente, suplente do poder político do rei e do poder divino, uma vez que aquele se dá como suplemento deste. Essa cadeia de fios suplementares se encontra expressa no auto **Recebimento que fizeram os índios de Guaraparin ao Padre Provincial:**

Vinde, pastor desejado,
visitar vosso curral,
pois, por ordem divinal,
para nós sois cá mandado
do reino de Portugal. (667)

Fé e império, jesuítas e colonos representam um desdobramento do corpo do rei, estando autorizados, pelo poder de suplência, de intervir em lugar de sua presença que só pode se efetivar por procuração [6]. Esse poder de suplência, conferido ao jesuíta-colonizador, gera, por sua vez, um espaço de suplência que é preenchido pelo pagão-colonizado, para quem se cria um aparato de controle, assistência e vigilancia.

Se o "corpo" político do rei suscita uma teoria política, mecanismos jurídicos e toda uma série de rituais para fundar o "mais de poder" (**plus de pouvoir**), o estabelecimento do "Menos de poder" (**moins de pouvoir**) do colonizado, como de todos que são submetidos a um controle, suscitará um estatuto jurídico através do qual se codificam os procedimentos de vigilância, de punição e de pressão [7]. A alma, como desdobramento do corpo, é portanto um elemento onde se articulam os efeitos de um certo tipo de poder que pretende submeter o corpo do colonizado às pressões da colonização.

A escravização da "alma" do índio se realiza por um processo de persuasão que se utiliza do temor como veículo de aceitação da "verdade" e da "fé". As penas do inferno, o terror da morte, o castigo perpétuo, a dor corporal, enfim, todos os dogmas da igreja e da moral católica constituem uma parte integrante do estatuto jurídico, dos procedimentos através dos quais se edificam as técnicas de controle e vigilância — nas palavras de Antônio Vieira: "assistência" (SES) — do corpo.

O significado do temor aparece então em duplo sentido; temor ao poder sobrenatural e divino e temor ao poder terreno e político. Sujeitar-se às leis de Deus implica em "obedecer al que rige en su lugar" (VV.797). Portanto, ao jesuíta-colono-Senhor-Rei. Transgredir as leis de ordem política é tão catastrófico quanto a violação da ordem divina. O texto da palavra de Deus se confunde com o texto da palavra do Senhor-Rei. No auto **Na Vila de Vitória**, o "Sermão do Temor de Deus ao Povo" é um exemplo do discurso de persuasão através do qual se ameaça a alma para sujeitar o corpo:

Pecador,
Feito escravo do Senhor,
se do pecado não temes,
do fogo por que não tremes?
(...)
Como és tão insensível,
que não sentes o furor

da morte, que é tão terrível,
pois és homem corrutível
e cativo pecador?
(...)
Temes a dor corporal,
foges de qualquer afronta,
e daquele eterno mal
- do bravo fogo infernal -
não fazes nenhuma conta. (VV.823/824)

A única possibilidade de salvação e cura para a doença da alma e do corpo é aceitação da doutrina que se oferece como remédio. Contudo, o acolhimento da doutrina é apenas um passo para a salvação, porque existe sempre o risco do pecado. Para a recaída, a cura é garantida pela confissão, que se torna um eficaz aparato de controle da informação que amplia as possibilidades de sujeição e de dominação política.

A salvação implica em um processo de susbtituição de marcas. A aceitçaão da doutrina cristã é a aceitação do regime escravista da sociedade mercantilista portuguesa. Dessa maneira, o remédio que se oferece como cura conserva a ambigüidade do **pharmakon** socrático[8]: é simultaneamente remédio e veneno, bem e mal, salvação e perda. E seu significado oscila entre o positivo e o negativo, a cena e o fundo da cena.

- Existe a confissão,
remédio senhor da cura.
As almas enfêrmas dos índios,
com elas saram de todo.
Segue-se-lhe a comunhão. (FSL.705)

"Deus que é fundo, sem fundo" (VV.800) é a reserva sem fundo de onde se extrai o remédio e o veneno, a salvação e a perda. E que abriga a vida e a morte, o jogo e a festa.

No espaço da festa, o índio re-conhece a verdade e a fé. Assume o texto da palavra do jesuíta-colono-Senhor-Rei-Deus. Teatraliza o arrependimento e o desejo de inaugurar "novos hábitos". Faz da conversão uma representação. Faz acreditar que os frutos — sentido metafórico — foram colhidos para o celeiro de Deus. No ilusionismo da festa, ele garante a economia, o bem, o capital, a reserva do celeiro, a recompensa da despesa:

Alma:
Sou a alma do Pirataraca.
Deixei agora o meu corpo.
(...)
Dirijo-me ao reino de Deus. (AG.623)

(...)
Eu renunciei a todos os maus hábitos,
ouvindo as palavras do sacerdote.
Sou cristão, sou batizado.
A fé no verdadeiro Deus
encheu meu coração. (AG.626)

Porque a festa é transitória, os frutos do celeiro de Deus são efêmeros. Fora do espaço-tempo da festa, o "outro" tira a máscara. Reinveste suas marcas. Ao colonizador só resta reconhecer a experiência do pouco fruto/falso fruto — sentido metafórico — ou a total ausência de fruto:

...o fruto que se fazia na gentialidade diminui cada vez mais. (...)
Nesse tempo não houve muitas prédicas aos Cristãos, não deixando todavia de o fazer nas festas principais e alguns domingos, porque assim parece que se imprimem mais e ouvem com maiores desejos. (CJ.2)

Como um modelo de ação para assistir ao "outro", a festa se dá apenas como um jogo, um luxo, uma despesa sem reserva. É necessário então tirar a máscara e a fantasia e assumir a violência para se colher os frutos — sentido não metafórico — para o celeiro do jesuíta-colono-Senhor-Rei. Os empreendimentos da Coroa e da Companhia de Jesus precisam ser mantidos. E sustentados o bem, o capital, a reserva.

... finalmente cada um é rei em sua casa e vive como quer; pelo que nenhum ou certamente muito pouco fruto se pode colher deles, se a força e o auxílio do braço secular não acudirem para domá-los e submetê-los ao jugo da obediência. (CJ.3)

... porque para este gênero de gente não há melhor pregação do que a espada e vara de ferro. (CJ.3)

RÉSUMÉ

À partir de la lecture des autos de José de Anchieta, on étudie le rôle du théâtre jesuíte dans la catechése/colonization.

NOTAS

[1] As citações encontradas neste trabalho pertencem aos textos relacionados abaixo, com suas correspondentes abreviaturas:

(CC) - CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a el Rei Dom Manuel.** São Paulo: Dominus, 1963.

(DCG) - NÓBREGA, Padre Manuel da. Diálogo sobre a conversão do Gentio. In: DOURADO, Mecenas. **A conversão do gentio.** Rio de Janeiro: Liv. São José, 1958.

(SES) - VIEIRA, Antonio. Sermão do Espírito Santo. In:___. **Sermões.** São Paulo: Cultrix/MEC, 1975.

(FN) - ANCHIETA, José de. Na festa de Natal. In: ___. **Poesias.** Transcrições, traduções e notas de M. de L. de Paula Martins. São Paulo, **Boletim IV.** Museu Paulista, Documentação Lingüística 4, 1954.

(FSL) - ANCHIETA, José de. Na festa de São Lourenço. In:____.**Poesias**, op. cit.

(VV) - ANCHIETA, José de. Na Vila de Vitória. In: ___. **Poesias,** op. cit.

(AG) - ANCHIETA, José de. Na Aldeia de Guaraparim. In: ____.**Poesias**, op. cit.

(DA) - ANCHIETA, José de. Dia da Assunção, quando levaram sua imagem a Reritiba. In: ___. **Poesias,** op. cit.

(TTGB) - CARDIM, Fernão. **Tratado da terra e gente do Brasil.** São Paulo: Nacional.

(CJ.1) - NÓBREGA; Pe. Manuel da. Carta a El Rei D. João. 1552. In: CARTAS Jesuísticas e Cartas do Brasil. 1549-1560. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Gráfica, 1931.

(CJ.2) - BLAZQUEZ, Pe. Antonio. Carta que escreveu da Bahia, em 1558, ao Padre Geral. In: CARTAS Jesuísticas Avulsas.

(CJ.3) - ANCHIETA, Pe. José de. Carta de Piratininga. 1554. In: INFORMAÇÃO da Província do Brasil. Cartas Jesuísticas. (vol.III) Publicação da Academia Brasileira de Letras.

[2] Raimundo Faoro. O Brasil até o Governo Geral. In:____. **Os donos do poder.** Porto Alegre: Globo, 1975. p.97-137.

[3] Michel Foucault. A prosa do mundo. In: ___. **As palavras e as coisas;** uma arqueologia das ciências humanas. Lisboa:Portugália Editora; São Paulo: Martins Fontes, s.d. p.34-69 (Problemas, 32).

[4] Id., ibid.

[5] Jacques Derrida. La pharmacie de Platon. In: ___. **La dissémination.** Paris: Editions du Seuil, 1972. p.71-198.

[6] Michel Foucault, op. cit.

[7] Jacques Derrida, op. cit.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANCHIETA, José de. Poesias. **Boletim IV;** Museu Paulista, Documentação Lingüística, 4, São Paulo, 1954.

CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a el Rei Dom Manuel.** São Paulo: Dominus, 1963.

DERRIDA, Jacques. **La dissémination.** Paris: Editions du Seuil, 1972.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder.** Porto Alegre, Globo, 1975.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas;** uma arqueologia das ciências humanas. Lisboa: Portugália Editora; São Paulo: Martins Fontes, s.d.

NÓBREGA, Padre Manuel da. **A conversão do gentio.** Rio de Janeiro: Livr. São José, 1958.

VIEIRA, Antonio. **Sermões.** São Paulo: Cultrix/MEC, 1975.

RESGATE DE MEMÓRIA: O "LLANO" MEXICANO DE JUAN RULFO*

Heloísa Prazeres
Universidade Federal da Bahia

R E S U M O

O trabalho de ficção de Juan Rulfo delimita-se pelas perspectivas de artistismo e crítica social. Uma coletânea de contos, **El llano en llamas** (1953) e um romance, **Pedro Páramo** (1955) constituem sua produção literária, dominantemente ocupada de matéria regional, em torno da tradição de civilizações mexicanas arcaicas, inclusive a tradição dos falantes do Nahuatl. O presente estudo destaca a dicção poética e a oralidade da narrativa rulfiana, analisando de que forma o autor mexicano deixa falar em sua literatura a antigüidade do "Llano". Ressaltam-se as estruturas peculiares dos contos e do romance e as imagens cujo simbolismo toma o planalto (el llano) como metáfora que traduz o autor e sua obra. O texto de Juan Rulfo ocupa-se, obstinadamente, dessa memória viva e da luta pelo resgate da face original do seu povo, encoberta pela ação do dominador.

A obra de Juan Rulfo deriva diretamente da poesia e encontra-se com as matrizes do imaginário ativo e poderoso da América Latina.

Contemporaneamente, a obra de ficção narrativa, de escritores hispano-americanos e brasileiros, dedica-se a pensar a outra América. Essa **literatura de fundação**, como se expressou Octavio Paz, é busca permanente de identidade[1]. No Brasil, o projeto de resguardar o passado americano e devorar a cultura do ocidente, para transformá-la em outra coisa, foi obra dos modernistas.

As obras latino-americanas configuradas a partir dessa matriz fundadora tematizam poeticamente a resistência heróica de civilizações arcaicas, como na obra de Juan Rulfo; resgatam, retoricamente, de forma vitoriosa, o negro do Novo Mundo, em obras como as do cubano Alejo Carpentier e a do baiano Jorge Amado; podem também aludir às **Vidas secas** do nordeste brasileiro de Graciliano Ramos; às **Veredas** de travessia do **Grande Sertão** roseano; à floresta amazônica da **Casa Verde** de Vargas Losa, ou ainda às cidades fantasmas – como a do **Macondo** re

*Este texto foi apresentado quando da inauguração da exposição de fotografias de Juan Rulfo, na FUNDAÇÃO CASA JORGE AMADO e publicado na secção Documento da Revista **Exu**, n.21, maio/jun.1991, com o título "Fontes escritas do Llano".

descoberta por Gabriel García Marquez. Enfim, em Carlos Fuentes, em Manuel Scorza – o núcleo temático dessa linhagem de criadores reside sempre na elaboração ficcional do universo americano redescoberto[2].

Juan Rulfo inicia-se literariamente como contista, a partir de 1945, através da Revista **Pan** em Guadalajara. Produz desde então contos que vai publicando em revistas ao seu alcance. Apenas aos 35 anos reúne a produção dessa série de 17 peças publicando a sua primeira obra, **El llano em llamas** (1953)[3]. Brevíssimos, os contos do **Llano** impõem-se pela moderna concisão, rigorosamente controlada pelo autor no desenho perfeito dos elementos estruturais da sua prosa de ficção. Especial ineditismo revelam os ritmos de evolução, desvendamento e ocultação de significados e disparo brusco de desenlaces, deixando que se instale o silêncio sem resposta nos seus contos. Cada uma das estórias do **Llano**, em blocos de sentido, ou isoladamente, retorna aos temas obsessivos de sua obra: **morte** (solidão, isolamento, destruição), **amor** (um eros sombrio e irrealizado) e **transgressão** (assassinatos, traições).

O deslumbramento do leitor e a provocação que a obra desperta não são proporcionais à posição do artista. Rulfo manteve-se sempre fora da obra – em discreta atitude de quem sabia estar inaugurando algo novo em literatura – praticamente desculpando-se ao revelar:

> A única forma de tê-la era eu próprio escrevendo-a (...) tem-se que tentar seu próprio livro.[4]

A atitude de apagamento e anonimato do sujeito criador coloca Jaun Rulfo entre os grandes nomes da modernidade[5]. Tendo-se anulado, pela sua capacidade negativa, o autor mais incidiu na personalização de um homem arquetípico, representado pelas personagens que desfilam no **Llano.**

Nos contos que compõem a coletânea do **Planalto em chamas** (como foi traduzido no Brasil, em 1977), a natureza cromática, o imenso território desértico semelha ao sertão crestado ou à "planície avermelhada"[6] da nossa caatinga. Esse planalto, "grande ferradura encerrada entre montanhas"[7], é uma parte do autor. Escrever e inventar o **Llano** literário foi exercício de reativação de memória. O planalto recapturado pela arte (literatura, fotografia, cinema) é memória coletiva de

linguagem: são as vozes dos que não cantam que o artista faz ouvir. Algumas cenas dessa antiga estória revelam-nos o desejo de Ruan Rulfo em registrar o seu processo de criação. É quando personagem e escritor passam a ouvirem-se mutuamente, através do recurso do monólogo dramático: a personagem fala, o interlocutor permanece calado. Esse discurso sem resposta pode ser observado principalmente nos contos: "Nos han dado la tierra", "Es que somos muy pobres", "Talpa" e "Luvina".

Como se observa nos fragmentos:

> Vuelvo hacia todos lados y miro el llano. Tanta y tamaña tierra para nada. Se le resbalan a uno los ojos al no encontrar cosa que los detenga.
>
> (...)
>
> No decimos lo que pensamos. Hace ya tiempo que se nos acabaron las ganas de hablar. Se nos acabaron con el calor. Uno platicaría mucho a gusto en otra parte, pero aquí cuesta trabajo. Uno platica aquí y las palabras se calientan en la boca con el calor de afuera, y se le resecan a uno en la lengua hasta que acaban con el resuello. Aquí así son las cosas.
>
> ("Nos han dado la tierra", p.17 e 16)

> Luvina es un lugar muy triste. Usted que va para allá se dará cuenta. Yo diría que es el lugar donde anida la tristeza. Donde no se conoce la sonrisa, como si a toda la gente le hubieran entablado la cara.
>
> (...)
>
> ... un lugar moribundo donde se han muerto hasta los perros y ya no hay ni quien ladre al silencio; pues en cuanto uno se acostumbra al vendaval que allí sopla, no se oye sino el silencio que hay en todas las soledades. Y eso acaba con uno. Conmigo acabó.[8]
>
> ("Luvina", p.97 e 104)

O universo ficcional de Juan Rulfo é a vida rural do planalto. A "história de um povo ou de povoados que vão morrendo, minguando por si mesmos". Fatos condenados ao esquecimento são retomados pelo artista numa perspectiva de jogo: "jogar com fatos verdadeiros e fictícios até saber se o fictício desvirtua a história ou se é o contrário. Seu palpite era de que: vence a ficcção 'porque ela é mais real'"[9].

Juan Rulfo reconta em suas estórias a história da região do sudeste de Jalisco, que se estende aproximadamente desde o lago Chapala, a oeste por Zacoalco até Ayutla, e no sul por Sayula e Mazamitla até

o limite que separa o estado de Jalisco dos de Colima e Michoacán. Seu desejo confesso era o de escrever "como se fala" [10]. Nessa direção, esbatem-se, na obra, os limites entre o representado e o vivido e o autor situa-se em constante diálogo consigo próprio. Tomou como personagens os camponeses de Jalisco, de vocabulário muito sóbrio. Deles se aproximou para reproduzir, num estilo experimental, de sofisticado acabamento, a sinfonia brevemente transcrita da fala oral.

Um dos aspectos mais provocativos da obra rulfiana é que estando o vivo (realidade do planalto) já morto, representá-lo foi matá-lo novamente. Emocionante, na recepção da obra, é acompanhar a tentativa de Rulfo de retirar vida do **nada**, do já calcinado, do apagado no tempo. Definitiva é, pois, a afirmação artística dessa terra de gesto e memória sepultos, esse resgate de feições dos que haviam sucumbido à solidão do **llano**.

Desse núcleo, depreende-se, talvez, o grande tema que aborda a obra seguinte de Juan Rulfo, o romance **Pedro Páramo** (1955). Concebe-se um mundo morto que se comunica em tensão permanente (numa corda ambígua de deslocamentos) com o mundo dos vivos, Juan Rulfo desejou o controle experimental dessa perspectiva, objetivando, segundo ele próprio [11], obliterar as categorias de tempo e espaço. Mortos os personagens, resultavam apenas os fatos, isto é, a heterogeneidade, a confusa variedade dos atos, omissões, remorsos e esperanças que se consumam, simultaneamente, fora da marcação **cronológica** e **espacial**. Vivos e mortos, homens e mulheres, personagens e cenário, a um tempo ressuscitados, cumungam atemporalmente. Passado, presente e futuro integram-se na monumentalização artística de Comala (lugar fictício) síntese poética criada por Juan Rulfo, em atitude inversa à adotada nas cenas do **Planalto em Chamas**, onde subsiste a referencialidade dos topônimos geograficamente verídicos. A variante do povoado, Sobre Brasas, alude, contudo, em termos lexicais, mais uma vez ao mesmo campo semântico das imagens derivadas do fogo. Parece-nos que são conjunções da perspectiva-limite em que se instalava o autor na concepção de suas obras, para a travessia do solo ardente.

A visibilidade de imagens recorrentes dos elementos, na obra,

convida-nos à crítica temática e à leitura simbólica do universo denso e hermético do romance, que consagrou Rulfo mundialmente.

A visão rulfiana do **Llano**, onde se inscrevem povoados verdadeiros e míticos, possui espessura ontológica. A crítica tem feito constante redução do caráter filosófico-existencial de sua obra, identificando-a como fatalista [12]. A nosso ver, obliterando vias de acesso explicativo ao significado ou explicações de tematização obsessiva da morte, o autor mexicano é fiel à sua condição: adere à estirpe de órfãos e deserdados da América colonizada.

Observa-se que todo o referencial, que a ficção configura, e coloca em contato com o mundo do **Llano** (nos contos e no romance) é implacável. A natureza se humaniza para açoitar cruelmente os seres (com ventos gélidos ou escaldantes); rios são inundados; casuarinas lamentam. Trata-se de uma realce intencional que alude a estigmas de origem. Reabrem-se feridas e reencenam-se dramas humanos.

A obra retém qualidades elegíacas por aquilo que já se encontra morto; pela própria ficcionalização, em diversos graus adensada, onde sucumbe um mundo feito de pó, desconfiança e estoicismo. O contrário também se afirma, quando, utopicamente, essa mesma ordem se autonomiza, vitoriosa, inscrevendo-se como a verdadeira história [13], recuperada pela via criativa, que impede o desaparecimento de um mundo mágico, pré-colombiano.

Como descendente, continuador da história perenizada na arte, o escritor americano será necessariamente órfão. Sobrevém, talvez, daí, a constância do tema do parricídio, já apontada pela crítica de Juan Rulfo [14].

O órfão da modernidade possui, na América Latina, um sentido que remonta à origem de povos dominados e já reside na poesia do peruano Cesar Vallejo, para quem a nostalgia dos Andes nativos corresponde à consciência de culpa, como uma ética entranhada em seus poemas de **Los heraldos negros** (1918) e **Poemas humanos** (1931-1937).

No **Llano** de Rulfo, cinco são os relatos que abordam, direta ou obliquamente, a questão do parricídio: "Diles que no me maten!! "La noche que lo dejaron solo"; "No oyes ladrar los perros?" "Anacleto Mo

rones" e "La herencia de Matilde Arcángel". O tema retorna em **Pedro Páramo**, onde pai e filho jamais se cruzam. O filho retorna à procura do Pai e encontra um mundo destruído. Dramática re-encenação do conflito que originou o sepultamento de culturas seculares?

Circunscritos à realidade prosaica, nos contos do **Llano** não sucede a abolição de lógica. Há peças regidas pela brutalidade. Desse modelo geram-se os relatos de combate. Contos ferozes que espalham pó nos olhos do leitor e legitimam-se, ao invés, como literatura porque eludem tese ou explicações clarificadoras. Dessa série, destacam-se: "Lo cuesta de las comadres", "El hombre" e "Talpa".

Como na recepção da poesia, a leitura da obra literária de Juan Rulfo provoca um abalo na percepção do leitor. A energia do artista transmite-se e vai-nos desvelando a radical ambigüidade da realidade: a face estranha e familiar do mundo.

Rulfo também faz uso do delírio (como no conto "Macario")propondo a uma deslocação que intensifica uma experiência ou expia uma culpa. O mundo como delírio, tanto remete aos dramas pessoais como aos mais remotos conflitos da cultura. Em **Pedro Páramo**, esse universo é protagonizado pela personagem Suzana San Juan, que desempenha o jogo tenso entre a vida e a vontade de morrer, pela alienação da alma feminina que, ferida, repele o real como avesso e deformação. Suzana San Juan é o emblema das mulheres brutalizadas que se afastam do mundo como **Esfinges** indecifráveis.

A narrativa de Juan Rulfo possui o enigma da poesia, provoca uma meditação livre, de tipo simbólico que leva à releitura da história oficial.

A B S T R A C T

Juan Rulfo's fiction has an artistic, thematic and social perspective. His two books, **El llano en llamas** (short stories, 1953) and **Pedro Páramo** (novel, 1955) deal with ancient oral tradition of mexican people as well as the tradition of Nahuatl - speaking people. This paper analizes Rulfo's narrative technique, imagery and structure and tries to enable the reader to understand the strenght and poetical diction of his work. Rulfo takes "el Llano" (mexican plateau) as a methafor for the search for the "american identity". He underlies cultural idendity that exists, and how the people should try and retain this, keeping alive their memories, despite being largely dominated by outside.

NOTAS

1 Octavio Paz. Literatura de fundación. In: ___. **Puertas al Campo.** 2.ed. México: Universidad Autónoma de México, 1967. p.11-19 (Colección Poemas y Ensayos).

2 Flávio Loureiro Chaves, em **Ficção latino-americana** (Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1973), dedica dois capítulos do livro à discussão desse tema, "A redescoberta da América" e "Kafka e a ficção latino-americana".

3 São os seguintes os contos da coletânea de 1953: "Macario", "Nos han dado la tierra", "La cuesta de las comadres", "Es que somos muy pobres", "El hombre", "En la madrugada", "Talpa", "El llano em llamas", "Diles que no me matem!", "Luvina", "La noche que lo dejaron solo", "No oyes ladrar los perros?", "Paso del norte", "Anacleto Morones", "La herencia de Matilde Arcángel" e "El día del derrumbe".

4 Juan Rulfo, videoteipe produzido pela Universidad Nacional Autónoma de México, com voz e imagens (fotografias) do autor.

5 A obliteração do eu (poético) pela via da negatividade do sujeito criador é tema capital do trabalho de dissertação de doutorado que desenvolvemos, com base na obra poética e ensaística do escritor Octavio Paz em contato com a obra poética de Fernando Pessoa.

6 Citação alusiva à obra de Graciliano Ramos, **Vidas Secas.**

7 Descrição do autor, na fonte citada conforme nota 4.

8 Juan Rulfo. **El llano em llamas.** 9.ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1969.

"Volto-me para todos os lados e olho o planalto. Tanta terra e tamanha, para nada. Os olhos da gente escorregam, não encontrando coisa alguma para os deter."(...)"Não dizemos o que pensamos. Já faz tempo que a nossa vontade de falar acabou. Acabou com o calor. Poderíamos conversar com muito prazer em outro lugar, mas aqui dá trabalho."("Eles deram a terra para nós" ...p.114 e 113)

"Luvina é um lugar muito triste. O senhor que vai para lá vai perceber. Eu diria que é o lugar onde se aninha a tristeza. Onde não se conhece o sorriso, como se todo mundo tivesse o rosto trancado" (...) "Um lugar moribundo onde até os cachorros já morreram e não há sequer quem ladre ao silêncio. Pois quando a gente se acostuma com o vendaval que sopra lá, só ouve o silêncio que há todas as solidões. E isso acaba com a gente(...) comigo acabou." ("Luvina"...,p.170-5)

Tradução conforme a edição brasileira: RULFO, Juan. **Pedro Páramo** e **O planalto em chamas**; tradução de Eliane Zagury. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 (Literatura e Teoria Literária, 11).

9 Cf. Entrevista com Juan Rulfo: A afinidade com a literatura brasileira. In: RIBEIRO, Leo Gilson. **O continente submerso**; perfis e depoimentos de grandes escritores de "Nuestra" América. São Paulo: Best Seller, 1988. p.117-190.

10 Juan Rulfo, videoteipe, cf. nota 4.

11 Id., ibid.

12 Cf. Eduardo Loureiro Chaves. Viagem ao umbigo do mundo. In: _____. **Ficção latino-americana**, op. cit., p.69 a 94.

13 Judith Grossmann. Conceito e preconceito. In: _____. **Obra estruturada**; modelo e antimodelo na literatura contemporânea. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1973. Tese. mimeo.

14 Juan Rulfo. In: OS PRIMEIROS contos de dez mestres da narrativa latino-americana. Mário de Andrade ...et alii. Sel. introd. e estudos críticos de Angel Rama; trad. Eliane Zagury, Carlos Augusto Correa e João da Penha. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978 (Col. Literatura e Teoria Literária, 29) p.199-215.

A HISTÓRIA DO BRASIL NO TEATRO DO MUNDO ESPANHOL

Lilian Pestre de Almeida
CNPq-Universidade Federal Fluminense

Para Sammy Scheinowitz

R E S U M O

Estudo de um episódio da História do Brasil — a ocupação da Bahia pelos holandeses em 1624 e sua retomada, no ano seguinte, por forças luso-espanholas — tal como aparece na celebração barroca do teatro do mundo, numa peça de Lope de Vega, **El Brasil restituído**, de 1625, e no quadro de Juan Bautista Maino, **La Recuperación de Bahía**, pintado dez anos depois. Coloca-se em relevo, por um lado, a trama de significações da peça, com ênfase na ideologia da "limpieza de sangre" e no exotismo do novo país, com a presença de portugueses, espanhóis, holandeses, negros, índios e judeus e os conflitos inerentes a estas comunidades. Por outro lado, analisam-se, na tela de Maino, as relações de poder e a reflexão humanista e religiosa sobre a glória do mundo que o quadro sugere.

A América impõe-se ao imaginário europeu desde o momento do "descobrimento" e por muito tempo. Pretendemos aqui abordar um episódio da História do Brasil — a ocupação da Bahia pelos holandeses em 1624 e sua retomada, no ano seguinte, por forças luso-espanholas — tal como aparece na celebração barroca do teatro do mundo, numa peça de Lope de Vega e no quadro correspondente de Juan Bautista Maino.

A relação entre a peça teatral e a tela não constitui artifício crítico mas articulação realizada e reconhecida no próprio Siglo de Oro espanhol.

A comédia histórica de Lope, **El Brasil restituído** (de 1625) — uma das menos conhecidas de sua enorme produção — consta de 3 jornadas e apresenta grande número de personagens: portugueses, espanhóis, holandeses e gente da nação, além de figuras alegóricas como o Brasil, a Religião Católica, a Heresia, a Monarquia, Apolo e a Fama. A tela de Maino, **La Recuperación de Bahía**, pintada dez anos depois, tem como referente primeiro a obra de Lope. Executada em 1635, destinava-se ao conjunto do Salón de los Reinos, criado por Velázquez à glória de Felipe IV. A análise das duas obras e de sua relação nos permitirá:

a) exemplificar um tipo de teatro histórico sobre as lutas travadas nas colônias americanas contra os invasores holandeses;

b) analisar a ideologia sobre honra, discrição e limpeza de sangue, sobretudo quanto aos adversários protestantes e à gente da nação, e sua evolução;

c) apreender o impacto, no imaginário europeu, dos índios gentios e antropófagos;

d) avaliar a integração das artes tal como a promove a estética barroca do teatro do mundo;

e) compreender enfim as relações entre teatro e poder na Espanha dos Habsburgos no século XVII.

1. A peça de Lope, **El Brasil restituído** [1]

Uma breve apresentação da peça nos fará entender sua problemática histórico-ideológica. A ação se desenrola em Salvador, em 1624-1625, durante o período de anexão de Portugal pela Espanha (1580-1640). A primeira cena aborda o rompimento de um casal de amantes: o fidalgo português, Don Diego Meneses, justifica não cumprir as promessas feitas à jovem Guiomar por não poder **manchar** seu nome unindo-se à gente da nação. Grávida do fidalgo português, a moça judia é dada em casamento ao holandês Leonardo Vinch; é a união, segundo o **gracioso** da peça, Machado, da hebréia com o herege. Mais: o pai judeu, Bernardo, "vende" a praça aos holandeses que invadem a Bahia. É sobre essa "traição dos judeus", que Lope constrói a história épica do **Brasil restituído.**

Na última cena, todos os inimigos holandeses são perdoados, em nome do Rei, pelo comandante vencedor, Don Fradique de Toledo Osório, segundo o código cavalheiresco de honra, mas não os judeus. Guiomar **compra** a peso de ouro o pedido de clemência que o **gracioso** faz ao herói por ela. Estabelece-se, assim, uma hierarquia do mal na qual os combatentes holandeses, invasores e hereges porque calvinistas, podem ainda ser perdoados quando vencidos em combate leal, mas não os judeus que são o mal absoluto. De forma reveladora, o episódio em que Machado recebe escudos de ouro de Guiomar, não é conotado negativamente: ele podia ser visto, hoje, como cena de clara e flagrante extorsão. E do filho gerado por Guiomar, filho também do nobre português, não se faz sequer menção: ele não é recuperável do ponto de vista ideológico e

dramático. Como seu avô Bernardo também e sua mãe, apesar da sua beleza e do engano de que foi vítima. Aliás como vítima, somos nós os leitores de hoje que a vemos como tal. Assim, os judeus entram em cena para justificar a tomada de Salvador pelos holandeses. Eles são coletivamente o **pharmakos**, a ser rejeitado e morto.

Entre a primeira cena (rompimento dos amantes) e a última (perdão e condenação), acontecem vários embates e diálogos entre personagens e figuras alegóricas. Várias figuras alegóricas – o Brasil, a Religião Católica, a Monarquia e a Heresia – fornecem o arcabouço teológico e moral da ação enquanto outras – Apolo e a Fama – estabelecem o elo com a tradição clássica. Antes de analisarmos algumas das suas falas, consideremos as didascálias que apresentam a Monarquia como uma dama da corte e o Brasil como uma índia, retomando a oposição cultura **vs** natureza [2]. Mas a terra do Brasil como índia escapa à barbárie e à selvageria graças à religião católica, isto é, ela ascende a um plano superior porque participa, pela sua conversão, da obra divina da salvação. Desse ponto de vista, é interessante notar que a própria índia revela sua origem maléfica e impura: ela **descende** do dragão que também sustenta a Heresia. O Brasil se define para a Heresia:

> Hija del mismo dragón
> que en sus hombros te sustenta,
> mal conoces que me alimenta
> la verdad y la razón. [3]

As personagens humanas da peça poderíamos dividi-las em ficcionais e históricas. Dentre as ficcionais, já aludimos ao par nefando formado pelos judeus, pai e filha, ao fidalgo português Don Diego, ao **gracioso** Machado e ao marido holandês da moça judia, desposada apesar de judia e grávida de outro [4]. Com exceção de Leonardo Vinch, note-se que os tipos [5] são quase todos portugueses de certa forma: a Espanha já se livrara dos seus judeus. É em Portugal e nas suas colônias que os judeus participam ainda da vida social, traindo a religião e a monarquia católicas. No não-dito do texto fica insinuado que na terra colonizada pelos portugueses há algo de podre. No Brasil, segundo Don Diego, os judeus são mais idólatras que os índios gentios; ele diz à amante:

vivís de manera aquí
que aun la fe que vive en mi,
con el honor se agraviara.

E mais adiante, o moço continua:

No vive un indio gentil
más idólatra, en razón
del sol, que otra nación
en su luz en el Brasil. [6]

E o nobre Don Diego, para não manchar "su sangre tan clara", se afasta ameaçando a moça judia com o "tribunal que sabéis".

A passagem, de forma talvez subliminar para nós, hoje, mas transparente para os contemporâneos, faz eco à discussão havida, na Espanha, por ocasião da anexão de Portugal pela coroa espanhola, sobre a Inquisição. A monarquia portuguesa sempre tivera uma posição mais flexível e conciliatória em relação aos judeus. É só depois de 1580 que o Santo Ofício, nos moldes espanhóis [7], entra em terras portuguesas para zelar sobre a pureza da fé. Segundo Orlando da Rocha Pinto [8], em 1621 ou 1622, logo após sua ascensão ao trono espanhol, o jovem Felipe IV propõe a criação de um tribunal do Santo Ofício no Brasil: entretanto, "não se realiza a sua implantação devido a ter a Coroa recebido fortes cabedais oferecidos por cristãos novos brasileiros". Mas já em 1624, ano da tomada da Bahia pelos holandeses, desembarca no Maranhão, como primeiro custódio, visitador e comissário do Santo Ofício, frei Cristóvão de Lisboa, franciscano.

O texto de Lope reflete, pois, de certa forma, a pressão dos meios mais tradicionais espanhóis a favor da introdução da Inquisição no Brasil: para tal, nada melhor do que fazer da gente da nação a porta sempre aberta à traição e à invasão de hereges. A obra teatral reforça a ideologia da **limpieza de sangre**, forma de racismo de cunho religioso institucionalizado que discrimina o mouro, o converso e o judeu uma vez que, na Espanha, para obter qualquer cargo é necessário fazer prova de "sangre limpia".

Dentre as personagens ficcionais da peça de Lope, uma merece destaque especial, o **gracioso** Machado, meio português, meio espanhol. É ele o contraponto irônico, o comentador mordaz das ações. É

também ele que faz, em cena, a desmitificação da ilusão teatral. Em contexto de metateatro, ele diz ao arauto dos holandeses:

Habla recio
como en las comedias dicen
los que escuchan desde lejos. [9]

Machado estabelece, assim, conivência crítica com o público. Por outro lado, ele não é um **miles gloriosus** cômico ou um soldado fanfarrão. Dotado de verdadeira coragem, quando diante do próprio Don Fradique, se recusa a marchar contra os holandeses no escuro, é porque sabe que a glória vem do que se faz à luz do sol. O episódio é revelador: ao receber a ordem de Don Fradique para avançar responde:

No me mandes ir a mi
a puesto tan peligroso,
y donde de noche muera
sin que me vean morir,
porque el premio del servir
es el honor que se espera. [10]

E logo a seguir, Machado narra uma historieta jocosa [11].

Diante do comentário de Don Fradique: "nunca tienen más valor / los que profesan donaire" [12], Machado resolve provar que **donaire** e **valor** não se excluem. Escala o muro debaixo das balas e arranca uma bandeira inimiga da cidadela ocupada:

Recibe mi atrevimiento,
¡Oh Príncipe generoso!
por ser agüero dichoso
de su breve rendimiento,
y no digas por desaire
a lo que llaman humor:
"Nunca tienen más valor
los que profesan donaire"
que con el valor que ves
si allí entonces estuviera,
como traigo la bandera
trajera al mismo holandés. [13]

A bandeira inimiga "aunque de poca importancia", dirá Don Fradique, é sempre bom sinal. O herói recebe a lição de Machado: é preciso ter apreço pelo homem de idéias, dos jogos de palavras, do humor, de **donaire**. Machado encarna a idéia, cara a Lope, de que o homem de

hebreo el que te vendió". Para a gente da nação não há salvação. Para limpar o mundo é preciso que o **pharmakos** morra, condenado.

A peça de Lope, encharcada pela "ideología de la limpieza de sangre", retira do humano o judeu. A moça Guiomar é um dos exemplos desse atroz exílio para além do humano: jovem e bonita, é abandonada pelo nobre português que a seduziu mas o fidalgo justifica o seu abandono como meio de "preservar" sua honra e sua fé; casada com o holandês Vinch, seu marido dela se dessolidariza sem que este segundo abandono pareça conotado como **infamante** para ele; enfim, ela tem de comprar sua salvação ao **gracioso** sem que a extorsão de pagar-lhe mil dobrões seja vista como negativa. Muito pelo contrário: numa inversão sistemática, a **vítima** torna-se armadilha para incautos: ela se deixou seduzir por Don Diego para que seu pai, "en su sangre", tivesse honra em Portugal e na Espanha[20]; casou-se com o holandês para vingar-se. Desse ponto de vista, prudente é Machado que não se deixa tocar pela beleza da moça e dela só tira ouro. Guiomar – a que guia para o mar, seu corpo atraindo os homens para o abismo – possui poder que lhe advém da sua beleza e do ouro: Machado, letrado e **gracioso**, indica, de certa forma, o que se pode aceitar dos judeus: dinheiro apenas.

Consideremos agora as personagens históricas da peça, isto é, os atores do feito militar, a Retomada da Bahia; eles são citados pelos seus nomes, famílias, passado e ações de bravura. E também pelas feridas e baixas. Algumas tiradas da peça constituem o necrológio das perdas portuguesas e espanholas, com evidente preocupação de exaltar as duas nações hispânicas. Existe, assim, na peça de Lope uma hábil celebração da **união** das duas nações que, como irmãs, na emulação de suas glórias, parecem contrárias:

> porque fuera Lusitania
> única, a no haber Castilla,
> por las letras y las armas,
> y si Portugal no hubiera,
> Castilla por Fénix rara
> se celebrara en el mundo.[21]

O elogio das duas nações é igualmente paralelo na voz dos adversários:

> ¡Notable es la arrogancia portuguesa!
> ¡Terrible la soberbia castellana![22]

Mas existe, igualmente, na obra de Lope, uma série de ocultações: o nome do descobridor da terra do Brasil e sobretudo a linhagem portuguesa da casa de Aviz, reinante até 1580. Implicitamente, parece que o primeiro dono do país foi, desde sempre, o Rei espanhol e no discurso do Brasil, a índia evoca Carlos Quinto e **seus** portugueses (sic).

Sem insistir em cada uma das personagens históricas, é necessário destacar o **herói** do feito, Don Fradique de Toledo. Sua figura permitirá melhor compreender o funcionamento do aparelho barroco espanhol, sobretudo ao analisarmos sua presença na tela de Maino.

Na peça de Lope, encontramos: a) sua ascendência; b) seu passado; c) suas vitórias precedentes; d) a admoestação que lhe faz o **gracioso** de que **valor** e **donaire** não se opõem, único episódio em que o tom de idealização épica da sua figura sofre alguma inflexão; e) seu diálogo com os vencidos e f) sobretudo, a cena em que, diante do relato de Felipe IV e em seu nome, perdoa os holandeses, mas não os judeus.

Não nos esqueçamos de que Don Fradique, no momento da publicação da peça de Lope (1625), estava no auge da sua glória.

Resta-nos enfim considerar as personagens **brasileiras**. No quadro de Maino, aparentemente, os populares que rodeiam o ferido no primeiro plano são brasileiros; na peça de Lope, certamente os índios. Na tela de Maino, como o primeiro referente é, como veremos, não a batalha travada em terras do Brasil, mas a sua **representação** num teatro, a gente do povo que, compassiva, rodeia o ferido constitui, na verdade, um grupo de atores num cenário de papel cartão. Na peça de Lope, no entanto, aparecem índios brasileiros: quase nada falam, mas estão **presentes** na ação. É uma flecha envenenada que mata o Coronel Ricarte, primeiro comandante dos invasores. Entre a 1a. Jornada e o restabelecimento da ordem na 3a. Jornada, vários meses se passam. Parte desse período, Machado o vive entre os índios. Nos montes em que se refugiou, "fêz mais penitência que nos desertos de Tebas" e viu os índios assarem e comerem os holandeses:

> por aquestos indios son
> de aquella cruel nación

vivís de manera aquí
que aun la fe que vive en mi,
con el honor se agraviara.

E mais adiante, o moço continua:

No vive un indio gentil
más idólatra, en razón
del sol, que otra nación
en su luz en el Brasil. [6]

E o nobre Don Diego, para não manchar "su sangre tan clara", se afasta ameaçando a moça judia com o "tribunal que sabéis".

A passagem, de forma talvez subliminar para nós, hoje, mas transparente para os contemporâneos, faz eco à discussão havida, na Espanha, por ocasião da anexão de Portugal pela coroa espanhola, sobre a Inquisição. A monarquia portuguesa sempre tivera uma posição mais flexível e conciliatória em relação aos judeus. É só depois de 1580 que o Santo Ofício, nos moldes espanhóis [7], entra em terras portuguesas para zelar sobre a pureza da fé. Segundo Orlando da Rocha Pinto [8], em 1621 ou 1622, logo após sua ascensão ao trono espanhol, o jovem Felipe IV propõe a criação de um tribunal do Santo Ofício no Brasil: entretanto, "não se realiza a sua implantação devido a ter a Coroa recebido fortes cabedais oferecidos por cristãos novos brasileiros". Mas já em 1624, ano da tomada da Bahia pelos holandeses, desembarca no Maranhão, como primeiro custódio, visitador e comissário do Santo Ofício, frei Cristóvão de Lisboa, franciscano.

O texto de Lope reflete, pois, de certa forma, a pressão dos meios mais tradicionais espanhóis a favor da introdução da Inquisição no Brasil: para tal, nada melhor do que fazer da gente da nação a porta sempre aberta à traição e à invasão de hereges. A obra teatral reforça a ideologia da **limpieza de sangre**, forma de racismo de cunho religioso institucionalizado que discrimina o mouro, o converso e o judeu uma vez que, na Espanha, para obter qualquer cargo é necessário fazer prova de "sangre limpia".

Dentre as personagens ficcionais da peça de Lope, uma merece destaque especial, o **gracioso** Machado, meio português, meio espanhol. É ele o contraponto irônico, o comentador mordaz das ações. É

também ele que faz, em cena, a desmitificação da ilusão teatral. Em contexto de metateatro, ele diz ao arauto dos holandeses:

Habla recio
como en las comedias dicen
los que escuchan desde lejos. [9]

Machado estabelece, assim, conivência crítica com o público. Por outro lado, ele não é um **miles gloriosus** cômico ou um soldado fanfarrão. Dotado de verdadeira coragem, quando diante do próprio Don Fradique, se recusa a marchar contra os holandeses no escuro, é porque sabe que a glória vem do que se faz à luz do sol. O episódio é revelador: ao receber a ordem de Don Fradique para avançar responde:

No me mandes ir a mi
a puesto tan peligroso,
y donde de noche muera
sin que me vean morir,
porque el premio del servir
es el honor que se espera. [10]

E logo a seguir, Machado narra uma historieta jocosa [11].

Diante do comentário de Don Fradique: "nunca tienen más valor / los que profesan donaire" [12], Machado resolve provar que **donaire** e **valor** não se excluem. Escala o muro debaixo das balas e arranca uma bandeira inimiga da cidadela ocupada:

Recibe mi atrevimiento,
¡Oh Príncipe generoso!
por ser agüero dichoso
de su breve rendimiento,
y no digas por desaire
a lo que llaman humor:
"Nunca tienen más valor
los que profesan donaire"
que con el valor que ves
si allí entonces estuviera,
como traigo la bandera
trajera al mismo holandés. [13]

A bandeira inimiga "aunque de poca importancia", dirá Don Fradique, é sempre bom sinal. O herói recebe a lição de Machado: é preciso ter apreço pelo homem de idéias, dos jogos de palavras, do humor, de **donaire**. Machado encarna a idéia, cara a Lope, de que o homem de

hebreo el que te vendió". Para a gente da nação não há salvação. Para limpar o mundo é preciso que o **pharmakos** morra, condenado.

A peça de Lope, encharcada pela "ideología de la limpieza de sangre", retira do humano o judeu. A moça Guiomar é um dos exemplos desse atroz exílio para além do humano: jovem e bonita, é abandonada pelo nobre português que a seduziu mas o fidalgo justifica o seu abandono como meio de "preservar" sua honra e sua fé; casada com o holandês Vinch, seu marido dela se dessolidariza sem que este segundo abandono pareça conotado como **infamante** para ele; enfim, ela tem de comprar sua salvação ao **gracioso** sem que a extorsão de pagar-lhe mil dobrões seja vista como negativa. Muito pelo contrário: numa inversão sistemática, a **vítima** torna-se armadilha para incautos: ela se deixou seduzir por Don Diego para que seu pai, "en su sangre", tivesse honra em Portugal e na Espanha[20]; casou-se com o holandês para vingar-se. Desse ponto de vista, prudente é Machado que não se deixa tocar pela beleza da moça e dela só tira ouro. Guiomar – a que guia para o mar, seu corpo atraindo os homens para o abismo – possui poder que lhe advém da sua beleza e do ouro: Machado, letrado e **gracioso**, indica, de certa forma, o que se pode aceitar dos judeus: dinheiro apenas.

Consideremos agora as personagens históricas da peça, isto é, os atores do feito militar, a Retomada da Bahia; eles são citados pelos seus nomes, famílias, passado e ações de bravura. E também pelas feridas e baixas. Algumas tiradas da peça constituem o necrológio das perdas portuguesas e espanholas, com evidente preocupação de exaltar as duas nações hispânicas. Existe, assim, na peça de Lope uma hábil celebração da **união** das duas nações que, como irmãs, na emulação de suas glórias, parecem contrárias:

> porque fuera Lusitania
> única, a no haber Castilla,
> por las letras y las armas,
> y si Portugal no hubiera,
> Castilla por Fénix rara
> se celebrara en el mundo.[21]

O elogio das duas nações é igualmente paralelo na voz dos adversários:

> ¡Notable es la arrogancia portuguesa!
> ¡Terrible la soberbia castellana![22]

Mas existe, igualmente, na obra de Lope, uma série de ocultações: o nome do descobridor da terra do Brasil e sobretudo a linhagem portuguesa da casa de Aviz, reinante até 1580. Implicitamente, parece que o primeiro dono do país foi, desde sempre, o Rei espanhol e no discurso do Brasil, a índia evoca Carlos Quinto e **seus** portugueses (sic).

Sem insistir em cada uma das personagens históricas, é necessário destacar o **herói** do feito, Don Fradique de Toledo. Sua figura permitirá melhor compreender o funcionamento do aparelho barroco espanhol, sobretudo ao analisarmos sua presença na tela de Maino.

Na peça de Lope, encontramos: a) sua ascendência; b) seu passado; c) suas vitórias precedentes; d) a admoestação que lhe faz o **gracioso** de que **valor** e **donaire** não se opõem, único episódio em que o tom de idealização épica da sua figura sofre alguma inflexão; e) seu diálogo com os vencidos e f) sobretudo, a cena em que, diante do relato de Felipe IV e em seu nome, perdoa os holandeses, mas não os judeus.

Não nos esqueçamos de que Don Fradique, no momento da publicação da peça de Lope (1625), estava no auge da sua glória.

Resta-nos enfim considerar as personagens **brasileiras.** No quadro de Maino, aparentemente, os populares que rodeiam o ferido no primeiro plano são brasileiros; na peça de Lope, certamente os índios. Na tela de Maino, como o primeiro referente é, como veremos, não a batalha travada em terras do Brasil, mas a sua **representação** num teatro, a gente do povo que, compassiva, rodeia o ferido constitui, na verdade, um grupo de atores num cenário de papel cartão. Na peça de Lope, no entanto, aparecem índios brasileiros: quase nada falam, mas estão **presentes** na ação. É uma flecha envenenada que mata o Coronel Ricarte, primeiro comandante dos invasores. Entre a 1a. Jornada e o restabelecimento da ordem na 3a. Jornada, vários meses se passam. Parte desse período, Machado o vive entre os índios. Nos montes em que se refugiou, "fêz mais penitência que nos desertos de Tebas" e viu os índios assarem e comerem os holandeses:

> por aquestos indios son
> de aquella cruel nación

La recuperación de Bahía. Juan Bautista Maino. Museu do Prado, Madri (cópia na Câmara Municipal de Salvador).

um ferido é assistido por populares que o cercam, atentos e compassivos. Na verdade, o quadro de Maino oferece ao espectador uma visão de diferentes momentos do feito histórico: desembarque dos aliados, socorro ao ferido e cerimônia de homenagem e vassalagem ao soberano espanhol.

O arcabouco alegórico da peça de Lope reaparece, modificado, na tela, no quadro dentro do quadro que constitui o tapete exposto, sob a forma da deusa Palas Atena que, com Olivares, coroa o rei e das figuras que Felipe IV, como príncipe da paz triunfante, pisa aos seus pés, identificadas como a Fraude, a Traição e a Heresia. Acima da cena **en abyme** [28], a frase latina SED DEXTERA TUA retoma o texto do Salmo de Davi como Rei.

Aceita a tese de que a cena no plano médio do quadro é a transposição plástica do perdão de Don Fradique aos vencidos [29] diante do Rei (cf. "Magno Felipe, esta gente / pide perdón por sus yerros"), busquemos as diferenças temáticas das duas obras, que são essencialmente: a) a ausência, na tela, de judeus e índios brasileiros; e b) a presença, ao lado do Rei, do seu Ministro todo-poderoso, Olivares, o conde-duque.

Apresentando nossa hipótese de forma resumida, teríamos: a peça de Lope que se baseia na ideologia da **limpieza de sangre** e onde os judeus constituem o bode expiatório, é transposta para a tela com modificação de sentido. Este passa a ser a glorificação do Valido ao lado do Rei e uma reflexão humanista sobre o poder e o herói. Devemos aliás distinguir entre o herói do feito (Don Fradique) e seu Destinador-Herói (o Valido). Completando ainda a identificação de Valbuena-Prat para o plano médio, poderíamos ver a cena do ferido do primeiro plano como a transposição, para a tela, de outros episódios de Lope: ferimento ou morte de vários combatentes aliados, cuja barvura é exaltada pelo próprio Apolo. Este termina o seu panegírico dos caídos com um apelo às Musas:

> No os entristezcáis, ¡oh musas!
> veréis la venganza presto;
> que morir con honra es vida
> que vive a pesar del tiempo. [30]

Para compreender a evolução ideológica entre as duas obras,

tela de Maino e se faz representar sobre um cavalo **en courbette** por Velázquez [33]. Seu título espanhol **el Valido** exprime sua situação, para nós, hoje, paradoxal: ao mesmo tempo, **adjetivo** ("recibido, apreciado o estimado generalmente") e **substantivo** ("El que tiene el primer lugar en la gracia de un príncipe o alto personaje. Primer ministro"), a palavra é, na verdade, o particípio passado do verbo **valer**. O **Valido** é o que recebe o poder de outro, fonte de **valor** e da ação de **valer**. Aqui a relação passivo/ativo entre Rei e Valido, antes referida, se inverte: o Rei imóvel é fonte de **valor** e da ação de **valer** exercida pelo seu delegado que age e fala, em seu nome. **Lumen solis**, "a luz do sol", define Quevedo ao Valido [34]. Seu poder (ou sua luz) tem portanto um aspecto lunar. O Rei é o **sol ausente** (que se quer ausente) e envia sua luz a outro que o representa, por procuração. A problemática do Rei/Sol não está ausente da Espanha mas ela trabalha o imaginário de uma forma mais oculta e não menos poderosa do que na França de Luís XIV.

A hierarquização do poder na Espanha está presente na tela de Maino: o comandante das tropas, aquele que retomou Salvador e a Bahia, dirige-se aos vencidos que, de joelhos, prestam vassalagem à efígie do Rei coroado pelo par alegórico/humano: Atenas/Olivares. Este, que não tomou parte na batalha, é representado como Herói vitorioso, espada desembainhada sobre o ombro, derrotando a própria **essência** dos inimigos da Monarquia espanhola (a Fraude, a Guerra, a Heresia). Em qualquer batalha, em qualquer canto do mundo, de que saem vitoriosos os espanhóis, o comandante é um delegado do Herói (Olivares), que assegura o trono, como delegado do Rei. Em outros termos: se o general vence inimigos (= homens: holandeses, hereges etc.), o **Valido** vence a essência do inimigo (= Fraude, Guerra, Heresia) enquanto o Rei existe, como Deus vivo, para receber a coroa de vencedor e pacificador, para ser **honrado**, fonte secreta de todo **valor**. Para se ver coroado para sempre, espectador imóvel, fascinado, e talvez enfastiado, representando o papel de Rei.

Entre a peça de Lope e a tela de Maino, entre 1625 e 1635, um salto foi dado. Na peça de Lope, o Valido ainda não aparece embora já esteja em exercício: a vitória sobre os holandeses foi alcançada graças ao "ánimo belicoso del joven Felipe" que põe "espíritu animoso en

su gente" [35].

O primeiro ministro espanhol tinha ainda outra designação, **el Privado**. Literalmente: o que tem a privacidade. A privacidade com a Monarquia. Com o Rei. É este o privilégio exorbitante que será retirado a Olivares. **El Privado** será privado do seu cargo que era, antes de mais nada, olhar o verdadeiro Sol. Ofuscante demais para os mortais.

Exaltação do Rei, exaltação do Valido, exaltação também de Don Fradique. Fato também relevante a ser observado: na Espanha, ao contrário da França de Luís XIV, o homem, uma vez caído em desgraça, não tem a sua imagem apagada nem destruída. Porque a sua queda, no caso do Valido, é a condição do funcionamento da monarquia espanhola e no caso de um comandante, como Don Fradique, fonte de reflexão sobre a roda da Fortuna.

O herói da Bahia, no momento em que é criado o Salón de los Reinos (1635), acaba de cair em desgraça e morrer exilado da corte. Mas Don Fradique aparece em duas batalhas do conjunto: Bahia e San Cristóbal. Para os **discretos** da época, os comandantes vitoriosos das diferentes batalhas deviam fornecer ao espectador um painel sobre diferentes sortes: vida e morte, ascensão e queda, glória e desgraça. A figura de Don Fradique introduz na série de batalhas um tema interessante: o do herói já morto (como Espínola representado em duas batalhas) mas caído em desgraça. Percebemos, assim, um novo elemento que deveria picar os contemporâneos e seu interesse: a frase de Lope atribuída ao vendecedor da Bahia ("Magno Felipe, esta gente / pide perdón por sus yerros") podia também aplicar-se ao próprio Don Fradique.

Elementos da biografia desse marinheiro excepcional, morto um ano **antes** da elaboração do Salón de los Reinos, permitem melhor apreciar a alusão.

Don Fradique de Toledo Osório (1580-1634), filho do quinto marquês de Villafranca, serviu muito jovem nas galeras de Nápoles. Nomeado capitão general do mar oceano em 1618, venceu a esquadra holandesa em frente ao cabo S. Vicente em 1621, bloqueou a costa inglesa em 1623 e expulsou os holandeses da Bahia, tema de peça de Lope e da tela de Maino. No regresso à Europa, dedica-se à proteção das esquadras das Índias de 1626 a 1629. Em 1630, no mar das Antilhas, vence a

monde que le tableau suggère.

NOTAS

1 Lope de Vega. **El Brasil restituído.** Espanha: Ministerio de la Cultura, B.N. vol.7

2 A índia que representa o Brasil é assim descrita: "Brasil, en figura de dama india, con una rueda de plumas y una flecha dorada como un dardo" (Lope, op. cit., p.267).

3 Lope, op. cit., p.284.

4 Machado, irônico, comenta sobre o casamento:

¡Lindo casamento harán
un hereje y una hebrea! (op. cit., p.266)

E, depois, ainda sobre a união da judia com o holandês:

"Dicen que preñada de él
y casada con Leonardo,
un capitán de Ricarte
que necio y enamorado,
con estar en cinco meses,
pensará que es suyo el parto." (op. cit., p.269)

5 Machado é filho de portuguesa com espanhol: "¿No sabe que soy Machado / castellano y portugués?" (op. cit., p.267); "fué mi padre castellano, / y mi madre portuguesa" (p.277); "soy castellano y portugués" (p.288).

6 Lope, op. cit., p.260.

7 Cf., entre outros, Henry Kamen. **A inquisição na Espanha.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966; Antônio José Saraiva. **Inquisição e cristãos-novos.** Porto: Inova, 1969.

8 Orlando da Rocha Pinto. **Cronologia da construção do Brasil.** Lisboa: Livros Horizonte, 1987. p.82.

9 Lope, op. cit., p.293.

10 Id., ibid., p.286.

11 A historieta jocosa narrada por Machado é a seguinte:

12 "Cuentan que jugando estaba
un señor con su mujer,
más fea que Lucifer
y más fea que la Cava,
y que entrando un cortesano,
" ¿Qué juegan?", les preguntó;
y el marido respondió:
"Besos , señor, mano a mano".
Viendo, pues, aquel retrato
tan feo, les replicó:
" ¿Besos juegan? Voyme yo
porque no me den barato".

Así yo, que viendo estoy
que juega balas el muro
porque no me dé a lo obscuro
tan mal barato, me voy." (op. cit., p.286)

12 Lope, op. cit., p.287.

13 Id., ibid., p.289.

14 Id., ibid., p.291.

15 Id., ibid., p.292

16 Id., loc. cit.

17 Id., ibid., p.297.

18 Id., ibid., p.294.

19 Id., ibid., p.295.

20 Id., ibid., p.260. Através de Don Diego, Guiomar quis ligar seu pai à antiga nobreza de cristãos-velhos:

"De la palabra engañada
De Don Diego Meneses,
porque en su sangre tuvieses
parte en Portugal honrada,
y en España también,
empeñé todo mi honor
a los engaños de amor.

21 Id., ibid., p.275.

22 Id., ibid., p.276.

23 Id., ibid., p.278.

24 Cf. João Ubaldo Ribeiro. **Viva o povo brasileiro.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984 (V. o capítulo da reinvenção da antropofagia pelo Caboco Capiroba).

25 Lope, op. cit., p.268. Na peça de Lope, não é apenas o **gracioso** que acusa os judeus de traição, mas o próprio judeu que justifica a entrega de Salvador aos holandeses por temor ao Santo Ofício. A confissão é a melhor das provas:

"Temiendo que el Santo Oficio
envía un visitador,
de cuyo grave rigor
tenemos bastante indicio,
los que de nuestra nación
vivimos en el Brasil,
que tiene por gente vil
la cristiana Religión,
por excusar las prisiones,
los gastos, pleitos y afrentas,
y ver deste yugo exentas
de tantas obligaciones
nuestras familias, que ya
a tal extremo han llegado,

porque dicen que enojado
Dios con nosotros está,
habemos escrito a Holanda
que con armada se apresta,
de quien tenemos respuesta
que sobre sus aguas anda,
juzgando será mejor
entregarnos a holandeses
que sufrir que portugueses
nos traten con tal rigor."

Numa obra ideologicamente marcada pela "ideología de la limpieza", era necessário que o judeu confessasse e justificasse, em cena, a sua traição. Por outro lado, na luta contra os invasores, Don Fradique acaba por admirar a bravura holandesa que dá, aos espanhóis, ocasião de honra. Ele dirá a um auxiliar: "No dan, Enrique, ocasión / de honor, enemigos viles" (op. cit., p.285). No final, os holandeses decidem render-se por **discrición**: "que es de discretos tomar / la fortuna como viene" (p.290); o filho do coronel holandês morto concorda: "pues rendirse un hombre a España / es darse merecimiento" (p.290).

Holandeses e espanhóis admirando-se mutuamente, preparam pois o espectador para a cena do perdão. Ficam de fora apenas os "inimigos vis".

[26] Lope, op. cit., p.267.

[27] Lilian Pestre de Almeida. Pour l'étude de la mise en abyme chez **Velázquez. Colóquio-Artes**, n.73, Lisboa, Gulbenkian, jun.1987, p.42-51.

[28] Lilian P. Almeida, op. cit., p.44-6: para definição do conceito de **abyme.**

[29] Valbuena-Prat, in **Varia Velazqueña.** Madrid, 1960, p.175 e sqq.

[30] Lope, op. cit., p.283.

[31] O livro de Jonathan Brown e J.H. Eliott, intitulado **Un palacio para el Rey.** (Madrid: Alianza, 1985), apesar de sua qualidade, não faz exatamente a leitura iconológica do Salón de los Reinos.

[32] Nicomède, V.6. In: P. Corneille. **Théâtre complet.** Pléiade. Paris: Gallimard, 1950. t.II. p.454. É Laodice, rainha da Armênia que diz a frase sobre Prusias, rei que se deixa comandar por outros.

[33] Como se sabe, na Espanha do século XVII, o cavalo é uma espécie do trono móvel: Julián Gállego, in **Visions et symboles dans la peinture espagnole du Siècle d'or.** Paris: Klincksieck, 1968. p.223, o mostra. A postura do cavalo **en courbette** é quase que exclusiva dos Reis da Espanha: vejam-se os retratos eqüestres de Felipe III, Felipe IV e o Infante Baltasar Carlos, por Velázquez, no Salón de los Reinos.

[34] Quevedo, na peça **Cómo ha de ser el Valido,** compara o Valido ao átomo refletindo a luz do Rei, imagem que, segundo Gállego (op. cit., p.122), se relaciona com uma **empresa** de Saavedra Fajardo, **Lumine solis.** Assim, é perigoso olhar o Rei, sol que cega. Nesse sentido, o Rei espanhol é uma espécie de Zeus cujo esplendor pode ser fatal aos mortais. Isso explica, em parte, a simplicidade do vestir de Felipe IV.

[35] Lope, op. cit., p.290

[36] Cf. o conceito de **dobras** do barroco no texto de Gilles Deleuze. **A dobra;** Leibniz e o barroco. São Paulo: Papirus, 1991.

[37] Cf. J. Brown e J.H. Eliott, op. cit., p.197.

[38] Empregamos aqui a palavra **desvio,** tal como Glissant a emprega no **Discours antillais** e na **Poétique de la relation,** ambos textos publicados por Seuil, respectivamente, em 1981 e 1990.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Lilian Pestre de. Pour l'étude de la mise en abyme chez **Velázquez. Colóquio-Artes**, n.73, p.42-51, Lisboa: Gulbenkian, jun.1987.

BROWN, Jonathan; ELIOTT, J.H. **Un palacio para el Rey.** Madrid: Alianza, 1985.

CORNEILLE, P. **Théâtre complet.** Pléiade. Paris: Gallimard, 1950. t.II.

DELEUZE, Gilles. **A dobra;** Leibniz e o barroco. São Paulo: Papirus,1991.

GÁLLEGO, Julián. **Visions et symboles dans la peinture espagnole du Siecle d'or.** Paris: Klincksieck, 1968.

GLISSANT. **Discours antillais.** Paris: Seuil, 1981.

_____. **Poétique de la relation.** Paris: Seuil, 1990.

KAMEN, Henry. **A Inquisição na Espanha.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

LOPE DE VEGA. **El Brasil restituído.** Madrid: Ministerio de la Cultura, B.N., v.27.

PINTO, Orlando da Rocha. **Cronologia da construção do Brasil.** Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Viva o povo brasileiro.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

SARAIVA, Antônio José. **Inquisição e cristãos-novos.** Porto: Inova, 1969.

VALBUENA-PRAT, A. **Varia Velazqueña.** Homenaje a Velázquez en el tercero centenario de su muerte, 1660-1960. Madrid: Edición de Antonio Gallego, 1960. 2v.

POESIA NEGRA É FORÇA DE QUILOMBO

Moema Parente Augel
Universidade de Bielefeld

R E S U M O

O trabalho trata da emergência de uma Literatura negra brasileira, a partir do momento em que o sujeito-da-enunciação no discurso poético revela a consciência de ser negro entre brancos. A literatura passa a ser uma plataforma através da qual o poeta reflete a dor, a revolta, mas também a auto-afirmação e a altivez da coletividade afro-brasileira.

> E pensar que tínhamos vergonha de ser negros
> e densos pesadelos sob a pele,

lembra-se Cuti, um dos mais notáveis poetas negros contemporâneos, no seu poema "E pensar"[1]. Um rápido olhar pela História pode ajudar a compreender o significado desses densos pesadelos.

A proximidade da comemoração do V centenário da chegada de Cristóvão Colombo à América desencadeou um sem número de atividades, tanto políticas como sociais, artísticas ou científicas. Se não têm outra função, as consideradas grandes datas podem servir pelo menos para fazer refletir o fato histórico comemorado, revisioná-lo e reconsiderá-lo a partir do distanciamento das ocorrências, iluminando-o com novas considerações e enfoques. Assim, a revisão das conseqüências acarretadas pela chegada de um navegante europeu, consciente ou não do que fazia, a uma parte do globo até então isolada dos acontecimentos do resto do mundo da época, tem sido muito benefica. Ao lado do ufanismo e fanfarronismo de certas posições por assim dizer "oficiais", tanto dos diretamente interessados nessa atitude propagandista, leigos ou ungidos, cresce o coro das críticas e denúncias que interpretam as "conquistas" espanholas e portuguesas como atos de invasão e apropriamento indevido e, ao lado da evangelização, esses feitos "gloriosos" são repudiados como um ato de destruição criminosa, de saque generalizado, de um genocídio brutal, infelizmente ainda não interrompido ao longo de quinhentos anos de exploração.

Quinhentos anos de presença européia na América significam

também quinhentos anos de resistência por parte dos povos pré-americanos, pré-colombianos. Significam também séculos de resistência e luta pela sobrevivência cultural de milhões de negros e mestiços, igualmente vítimas da ambição e da cegueira, da injustiça e da ganância dos que atravessaram os mares para matar e destruir, saqueando e desequilibrando continentes inteiros em nome da civilização e em nome de Deus, numa dívida histórica sem similar no desenvolvimento da humanidade.

Num momento como este, nada mais oportuno do que procurar dar voz aos que foram forçosamente silenciados ao longo da História. Um desses grupos desfavorecidos é o dos afro-brasileiros e a sua voz se faz sobremaneira bela e forte através da literatura. Desejamos aqui trazer uma rápida apresentação de um aspecto da literatura brasileira muito pouco conhecido, que é a assim chamada poesia negra contemporânea, a lírica dos afro-brasileiros.

. A Poesia Negra brasileira

Deixarei de lado alguns nomes esparsos e isolados, como Luís Gama, Inácio da Catingueira ou mesmo Cruz e Sousa no século passado e, mais próximos no tempo, Lino Guedes ou Solano Trindade e não pretendo tão pouco no momento referir-me às atividades da imprensa negra que, desde 1915, enfrentando dificuldades de todo tipo, tem conseguido articular e coordenar os interesses e reivindicações dos afro-brasileiros. Embora sempre tenha havido escritores negros que se sobressaíssem, é sobretudo nos últimos vinte anos que a afirmação da própria identidade por parte dos intelectuais negros brasileiros se vem cristalizando numa produção literária bastante representativa e dinâmica e, infelizmente, até agora muito pouco se tem escrito a respeito[2]. Se bem que vários escritores nem sempre assumidamente negros já se tenham servido da temática negra, como é o caso de Jorge Amado, de Jorge de Lima e alguns outros, o que nos vai ocupar nesta apresentação é a **visão de dentro**, o reflexo da **condição negra**, expressa literariamente por parte daqueles que passam a encarnar e a asusmir a posição do **eu enunciador negro**, conforme afirmou Zilá Bernd[3]. O que marcaria a diferenciação que pretendemos fazer é que se pode falar da emergência de uma **Literatura Negra**, e não apenas da temática do negro e da escravidão, a partir do momento em que se vai detectar a presença de um sujeito-de-enunciação no discurso poético, revelador de um processo de conscientização de ser negro entre brancos, passando a haver no discurso literário uma identificação entre o **eu lírico** e o **eu do poeta**[4].

A opção do poeta de **ser negro com os negros**, e de espressar-se como tal, de colocar-se em uma posição marginal junto com os grupos marginalizados cuja voz quer tornar audível, tem um cunho profundamente político e que é sentido em geral como incômodo pois, ao exteriorizar os sentimentos causados pela discriminação e pelo racismo, por exemplo, o autor passa a fazer a condenação não apenas daquele ato isolado, mas da sociedade que o autoriza. Assim, a literatura negra se estrutura como contestação sistemática dos valores representados pela cultura dominante, desenvolvendo-se numa corrente contrária à do discurso vigente e geralmente aceito. Vai caracterizar-se por uma postura crítica tanto no meio da sociedade como no campo literário consagrado e respeitado como tal e essa posição nem sempre é vista sem emoções.

Cristalizando a dor e a revolta de toda uma coletividade, **gritando para não morrer de vergonha**, como expressa o sugestivo título de um livro de Etienne Gérard, que trata da mesma problemática no Canadá (**Crier pour ne pas crever de honte**, Montréal, Nouvelle Optique, 1982), o escritor negro que se proclama como tal faz a seu modo uma revisão da sua herança colonial. A literatura passa a ser sua plataforma e através dela o poeta reelabora internamente seus **densos pesadelos**, dos quais falamos acima.

O trauma do passado colonial e escravagista se manifesta das mais variadas formas na temática da literatura negra contemporânea. Passaremos a ver alguns deles.

. A lembrança da "Mãe África"

Um dos temas mais constantes na Poesia Negra contemporânea é a lembrança mística e mítica da África e a celebração da origem africana, com referências freqüentes à "Mãe África". A importância simbólica que a África assume para os descendentes dos antigos cativos é onipresente em todas as manifestações culturais afro-brasileiras e foi sobretudo popularizada através das canções da Música Popular Brasileira. Os

poetas negros também fazem largamente uso desse tema. Como os compositores populares, a África é vista sobretudo como a fonte e o berço da cultura negra, símbolo de um passado feliz e sem degradação. O afro-brasileiro volta-se para a "Mãe África", em busca do paraíso perdido:

> Ainda vamos embora, vamos embora / viver na terra do Congo! Vamos voltar para a terra / amada do nosso Congo!
> (Oswaldo de Camargo, Festança)[5]

Ou ainda, do mesmo autor:

> Às vezes penso, na minha solidão, / na minha noite turva, / que você está me chamando / com o tambor do vento.

O poema de Cuti, um dos mais ativos dos poetas negros, intitulado "Vento", é de grande lirismo e traduz exemplarmente esse sentimento de pertencer pelo menos em parte "ao lado de lá", a estar ligado atavicamente ao outro continente, de onde emana uma força alentadora:

> Vem da África / soprando a gente por todos os poros do mundo / vem de lá / vem do chão / do vulcão / na maré / esse vento de fé. / Vem / Vem do calor uterino da terra...

Exatamente essa imagem "uterina" é muito freqüente em muitos poetas negros. A África sendo vista como o símbolo da maternidade latente, o ventre acolhedor e ancestral:

> Aqui meu umbigo túmido / receptor da seiva / neste lado do mar / nesta longe placenta. / E África lá está / na outra extremidade do cordão.
> (Oliveira Silveira, Elo)[6]

A África é mãe e matriz, África-raiz, África-útero, África alento e consolo das humilhações passadas e fonte de orgulho da ancestralidade digna e altiva:

> Angola Janga / terra / de negros / livres // Ali toda raça / vontade / África
> (Jose Carlos Limeira, Quilombos)[7].

Hoje, esse aspecto de imagem positiva é também apoiado na solidariedade por parte dos escritores negros brasileiros aos movimentos revolucionários que vêm sacudindo o jugo do colonizador. Sobretudo depois da independência dos países africanos de língua portuguesa, o tema da solidariedade para com os países africanos, explicitado pelo

repúdio à **apartheid** e às injustiças sociais comuns aos menos favorecidos do assim chamado "Terceiro Mundo", está muito presente na poesia negra brasileira. Salgado Maranhão, poeta e compositor maranhense radicado no Rio de Janeiro, em seu poema intitulado "Um aparte para apartheid", reúne em poucos versos os sentimentos que acabamos de descrever:

> África axé / África fé / África free / one day.[8]

O poeta paulista Jamu Minka fez um poema em homenagem ao Zimbabwe, no qual estabeleceu a ligação entre as lutas racistas atuais no sul do continente africano e a resistência escrava no Brasil do século passado:

> Como a lembrar Palmares / a festejar Zumbi agora Zumba Zimba ... bwe // Zimba / Zumba / Zumbi / Rodésia no fim / é Zimbabwe lembrando Zumbi.
> (Jamu Minka, Zumbabwe)[9]

. A cor da pele como estigma

A consciência de que a cor da pele pode ser um estigma que separa e humilha, sendo muitas vezes uma intransponível barreira, sombra, muro, é espelhada em muitos dos poemas desses autores. A cor da pele como marca indelével e possivelmente dolorosa e a celebração dos atributos negroides é um dos temas preferidos da Poesia Negra. Adão Ventura[10] é autor de um livro que já está na quinta edição, com o título **A cor da pele** em que, entre outros poemas, podemos ler:

> Faça sol ou faça tempestade / meu corpo é cercado / por estes muros altos, / — currais / onde ainda se coagula / o sangue dos escravos
> (Faça sol ou faça tempestade)

A exaltação dos atributos físicos tipicamente negros é mais um recurso para a desconstrução das afirmações que negam o negro em sua totalidade, que procuram destituí-lo de sua aparência física, ao considerá-la negativa ou inferior aos padrões de beleza arianizada. O poeta rejeita essa visão negativa do seu exterior e passa a enumerar suas características físicas, invertendo-lhes a simbologia, emprestando-lhes um valor positivo. O negro sabe o quanto sua aparência incomoda e o segrega:

A palavra negro / é trovão calado na voz da nação
(Cuti, Um traço)

O grande poeta que é o paulista Cuti explora de várias maneiras esse lexema que pode despertar tantos sentimentos contrários e contraditórios:

A palavra negro tem chaga, tem chega
(A palavra negro)

mas também

tem gosto de sol que nasce (ibd.)

José Carlos Limeira ressalta, no seu poema intitulado "Diariamente", o esforço cotidiano do afro-brasileiro de enfrentar o preconceito, tantas vezes velado, mas sempre presente:

A mim basta o espelho / a calça azul / (...) e essa coragem / de sair todos os dias de manhã / encontrar as mesmas pessoas / os mesmos sobressaltos / o relógio de ponto / o telefone / os documentos. (...) Me basta mesmo / essa coragem quase suicida de erguer a cabeça / e ser um negro vinte e quatro horas por dia.

Lucidamente, é Cuti ainda quem denuncia:

Primeiro o ferro marca / a violência nas costas. / Depois o ferro alisa / a vergonha nos cabelos. / Na verdade o que se precisa / é jogar o ferro fora / é quebrar todos os elos / dessa corrente de desesperos
(Ferro)

. Revisão do Treze de Maio

Ao lado desses temas, arrolam-se outros em que se nota um reposicionamento da condição de ser negro no meio de brancos: não só o **passado infame** (Oliveira Silveira) é denunciado, mas o poeta vai buscar inspiração também na heroização dos antepassados, que não aceitaram passivamente o jugo da escravidão, contribuindo para **manter bem alto o orgulho** (Oliveira Silveira) e reafirmar as próprias origens. Também a lembrança dos quilombos, celebrados como núcleos de resistência e coragem, levando o poeta Paulo Colina até mesmo a desconfiar que **os quilombos ainda são necessários.**

A revalorização do passado glorioso, com seus altivos heróis,

em detrimento do **passado infame**, de humilhação e aniquilamento, acarreta obrigatoriamente o repúdio ao treze de maio, data da abolição da escravatura, considerado uma deturpação histórica. O carioca Êle Semog[11] expressa num breve poema cheio de sarcasmo e dignidade, a maneira de encarar a abolição por parte dos Poetas Negros:

A treze de maio / fica decretado / luto oficial na / comunidade negra. / E serão vistos / com maus olhos / aqueles que comemorarem / festivamente, esse treze inútil. / E fica o lembrete: / liberdade se toma / não se recebe. / Dignidade se adquire / não se concede.
/Se ela faz eu desfaço)

Tanto as pesquisas sociológicas acadêmicas como a experiência cotidiana dos negros e mestiços denunciam formas de maior ou menor intensidade de discriminação social. Depois de um período de rápido crescimento econômico, a partir da década de vinte, os contrastes sociais no Brasil continuam enormes, atualmente maiores do que nunca. Grande parte da sociedade permaneceu à margem do "desenvolvimento" e a polarização social aumentou. Intimamente ligado à estrutura social, mas não idêntico a ela é o problema racial e a busca da maioria não branca da população por sua identidade cultural, numa sociedade cuja cultura estabelecida se auto-define, em grande parte, como cultura branca. Sem negar a influência africana de mais de três séculos de escravidão e apesar de alguns círculos da sociedade até se orgulharem do caráter inter-étnico da civilização brasileira, exerceu sempre grande influência, para a maioria dos brasileiros, o ideal do branqueamento.

Para os setores não brancos da sociedade brasileira, o caminho mais seguro para o reconhecimento e afirmação sociais parece ser o da adaptação, da assimilação e da integração. A negação e a repressão dos valores que são considerados bens culturais inferiores, consciente ou inconscientemente, formam o resultado quase inevitável tanto da integração forçada dos escravos de origem africana, quanto da convivência mais ou menos pacífica de seus descendentes numa sociedade eurocentrada. A **colonização é coisificação**, afirmou Aimé Césaire, um dos fundadores da negritude. A história da resistência dos afro-brasileiros é um longo e espinhoso calvário, cheio de tropeços e armadilhas, mas também uma história pontilhada de êxitos e conquistas. Os caminhos que

levaram e levam à resistência e à recuperação da liberdade surrupiada e da própria identidade foram e continuam sendo muitos. Por todo o decurso do regime escravista colonial, houve ilhas de resistência e luta, quilombos gloriosos que ajudaram a manter a dignidade de pé. E como ainda não cessou a humilhação, é urgente que os quilombos prossigam. A literatura, a voz negra de protesto e altivez, é um deles.

O famoso jurista baiano Rui Barbosa lamentava em 1919, durante sua campanha eleitoral à presidência da República, a situação desoladora do incipiente proletariado brasileiro, acusando os antigos senhores de terem perdido o interesse pelos que deixaram de ser sua propriedade. Criticou duramente a falta de medidas jurídicas e institucionais para melhorar a situação dos assalariados e aliviar a miséria acarretada pela abolição da escravatura. Em face da **cruel realidade**, Rui Barbosa reivindicou outra libertação para proporcionar aos não mais cativos os benefícios da civilização. Os antigos senhores em cujas mãos permanecera o poder econômico e conseqüentemente o político não se preocupavam nem um pouco com a justiça social.

Mesmo depois de abolido definitivamente o cativeiro em nosso país, os recém-libertados não adquiriram direitos de cidadania plena e efetiva, não lhes tendo sido possibilitadas condições econômicas e culturais para uma verdadeira libertação do cativeiro. Desde essa época, a história da auto-afirmação do afro-brasileiro atesta um cruciante caminho cheio de resistências e de contradições. O afro-brasileiro vê-se de um lado tentado pela internalização da ideologia do branqueamento e da assimilação e pelo acomodamento às normas e valores culturais da sociedade envolvente, o que lhes facilita a ascensão social. Do outro lado, desdobram-se no esforço de afirmação da sua condição humana específica, enquanto indivíduos negros, marcados por todos os preconceitos devidos a um passado ultrajante, por uma vergonha de uma condição que lhes foi imposta e da qual não podem escapar, sendo a cor da pele para eles um estigma indelével, que os torna de antemão e inexoravelmente **marcados a partir do exterior**, para usar uma expressão do escritor antilhano Frantz Fanon [12].

A historiografia oficial deu à princesa regente o título de "A Libertadora" e ela foi cantada e louvada pelo seu ato de suprema humanidade e comiseração para com os infelizes cativos, valendo-lhe a ordem do mérito concedida pelo Papa Leão XIII. Hoje em dia, o ato da abolição da escravatura é muito questionado, sobretudo pelos afro-brasileiros, com a argumentação de que não se deu até hoje no Brasil uma libertação de fato, uma vez que o cativeiro da injustiça social predomina, continuando a ser negada às populações de baixa renda, constituídas em avassaladora maioria por afro-brasileiros, o direito à ascensão social, à educação, à assistência médica, à participação integral no desenvolvimento nacional.

> Já não há razão para chamar lembranças
> e mostrá-las ao povo / em maio,

afirma Oswaldo de Camargo. O negro reconheceu que "mãos de mando" "turvam o sentido do que sonhamos" (ibd.) e por isso mesmo Oliveira Silveira denuncia:

> Treze de maio — traição / liberdade sem asas e fome sem pão.
>
> (Treze de maio)

Paulo Colina[13] ironiza os resultados da celebrada lei:

> A Princesa se esqueceu / de assinar nossas carteiras de trabalho.
>
> (Pressentimento)

A libertação dos escravos não foi acompanhada por medidas sociais e econômicas que pudessem permitir ao libertado um novo começo, uma vida digna. Adão Ventura faz sua a voz do antigo escravo e afirma:

> Minha carta de alforria / não me deu fazendas, / nem dinheiro no banco, / nem bigodes retorcidos.

Muito pelo contrário, continua ele:

> Minha carta de alforria / costurou meus passos / aos corredores da noite / de minha pele.
>
> (Negro forro)

Ainda são de Adão Ventura estes versos, que caracterizam com ironia o negro-escravo, numa **versão para o século XX**:

> negro-escravo / e seus punhos ocos. // O negro-escravo / e seus dentes cariados.
>
> (O Negro-escravo)

Embora seja natural que o afro-brasileiro se sinta deprimido pela vergonha e pela degradação que o cativeiro significara,

> Carregamos nos ombros / feito dardo / a vergonha que não é nossa. / Feito carga / o ferro da marca do feitor.
> (Miriam Alves, Carregadores)[14]

Mesmo que

> A luta, a dor dum passado (ibid.)

lhe pese aos ombros e no coração, a poeta conclama os seus semelhantes a não desanimarem e sim olharem confiantemente o futuro:

> Carregamos na mão / feito lança as esperanças do que virá (ibdi.)

. Heroização da resistência negra

Enquanto a sociedade envolvente e a historiografia oficial minimizam a importância ou mesmo ignoram os feitos daqueles que, sobretudo através da tradição oral, se perpetuaram como heróis da resistência negra, os afro-brasileiros se esforçam cada vez com mais sucesso para resgatar-lhes a memória. Um caminho para a auto-afirmação do afro-brasileiro é justamente a heroização dos antepassados e a exaltação dos movimentos que se opuseram ao cativeiro: as revoltas armadas e sobretudo os quilombos. Destaca-se em especial o quilombo dos Palmares, situado na Serra da Barriga, em Alagoas, Nordeste do Brasil que, tendo começado com apenas um punhado de quarenta fugitivos, no final do século XVI, resistiu durante mais de noventa anos às investidas dos exércitos portugueses e holandeses e chegou a abrigar uma população de cerca de 30 mil pessoas, espalhadas numa área de quase 350 Km quadrados. Seu último chefe foi Zumbi, a quem coube enfrentar as principais expedições de guerra enviadas pelo governo português para destruir Palmares. Zumbi acabou morrendo em 1695, quando o acesso a Palmares foi possibilitado por traição, e com ele as derradeiras centenas de guerreiros da República dos Palmares. Hoje em dia, o termo quilombo é sinônimo de resistência e coragem e o dia da morte de Zumbi, 20 de novembro, nos últimos dez anos tem sido festejado como o Dia Nacional da Consciência Negra, em substituição ao 13 de maio, não só pelos muitos grupos do movimento negro como também pela elite intelectual afro-brasileira.

São muitos os poemas em que esse episódio assume um papel simbólico. **A poesia negra vem com a força de quilombo**, diz um deles, verso que tem um valor de plataforma para o importante grupo literário afro-brasileiro chamado Quilombhoje[15] e que escolhemos como título desta apresentação. Um outro poema, do baiano José Carlos Limeira, serve-se da imagem de Palmares para expressar o desejo de participar ativamente na construção de uma sociedade mais equilibrada e onde o negro seja tratado com dignidade:

> Se Palmares ainda vivesse / pra Palmares teria que ir. / Quilombos / meus sonhos / sofro de uma insônia eterna / de viver vocês.
> (José Carlos Limeira, Quilombos)

Ou ainda, a exemplo da resistência passada, o afro-brasileiro não deve abandonar-se no conformismo com a sua atual situação de inferioridade. Muito ao contrário,

> É preciso que se galgue / a poeira levantada / e se ache / entre palmeiras / lanças / guerreiras / intactas.
> (Abelardo Rodrigues, A procura de Palmares)[16]

O poeta gaúcho Oliveira Silveira escreveu um longo "Poema sobre Palmares", de onde destaco apenas algumas passagens:

> Alerta quilombos / de Acotirene, de Dambrabanga, /de Osenga e da real / Aqualtune, (...) o do Zumbi, o Amaro, o das Caatingas / e a capital Macaco lá de onde / Ganga Zumba domina distâncias, (...) / de onde , / no umbigo da serra da Barriga, / Ganga Zumba vislumbra futuros, / Ganga Zumba — esteio e alicerce, / parede forte e dura.... / Ganga Zumba rei real / dos negros sem lei nem rei / de Portugal.

Jônatas Conceição da Silva, poeta negro de Salvador[17], tem um poema intitulado "Zumbi é o senhor dos caminhos", em que reafirma a necessidade de recuperar a lembrança dos feitos do grande herói negro:

> Resgatar tua presença / tua firmeza de propósito / de amor e liberdade / pela raça.

. Repensar a História

Gostaríamos, finalizando, de ressaltar que, por parte dos poetas negros, esse resgate, tanto das figuras históricas negras como do

passado africano, e o posicionamento crítico face às atitudes de disfarçada discriminação racial, assim como a revisão da herança colonial, são naturais conseqüências da postura de repensarem a sua própria situação e de se colocarem como agentes dinâmicos e não como objetos da História. A componente fundamental das literaturas negras em geral, independentemente da língua em que se expressam ou do país de que sejam originários, é a prática de um **recentramento estético e cultural.** Em outras palavras, lançando mão de uma imagem de Wolfgang Bader, os poetas negros definem-se não mais "como um contra-espaço ou como uma periferia", mas "como o seu próprio centro"[18], não mais se vendo como espelho ou reflexo da realidade histórica, mas como sua antecipação, direcionando essa realidade segundo suas convicções. Embora emerjam de uma situação comum a todo povo negro, que é a de constituírem uma "comunidade de sofrimento", dada pela condição de um passado escravo, os poetas negros não se querem como simples artesãos que elaboram o reflexo dessas situações, mas adiantam-se à própria realidade ainda vigente, forçando assim uma mudança de atitude [19]. Imbuídos do seu papel como mentores intelectuais e representantes de uma vanguarda, vêem a literatura também como possuidora da função didática de formar a personalidade dos seus concidadãos, levando-os a uma maior auto-segurança, fazendo-os orgulhosos de si mesmos e da sua raça. Como expressa um poema do paulista Cuti do seu livro **Poemas da Carapinha** onde o poeta evoca a força inquebrantável dos seus irmãos afro-brasileiros:

> Esqueceram que o sangue brota mesmo / não sendo semente / que nova mente não nasce tão de repente / que o suor frutifica não sendo árvore / e o senso de justiça não se esquece à toa / e a dor não se crucifica em silêncio / e o grito não se apaga no tempo / quando é pranto banzo e luta / de um povo que labuta / há tempos.

Z U S A M M E N F A S S U N G

Die Arbeit handelt von der Lyrik der Afrobrasilianer, wie sie sich in einer weissorientierten Gesellschaft fuehlen. Die Schwarze Poesie strukturiert sich als systematischen Protest gegen die Werte der herrschenden Kultur und spiegelt in poetischer Form sowohl das schwierige und schmerzhafte Dasein der Afrobrasilianer als auch ihren Stolz und ihr Selbsbewusstsein wider.

NOTAS

[1] Cuti (pseudônimo de Luiz Silva), nasceu em 1951 em Ourinhos, Estado de São Paulo, e vive hoje na capital desse Estado como professor secundário e funcionário da Secretaria de Cultura de São Paulo. Ele é o mais ativo e dinâmico dos jovens poetas negros, integrante do grupo Quilombhoje e o principal colaborador e editor dos **Cadernos Negros.** Publicações: **Poemas da carapinha** (poemas).São Paulo: Edição do Autor, 1978; **Batuque de tocaia** (poemas). São Paulo: Edição do Autor, 1982; **Suspensão** (teatro). São Paulo: Edição do Autor, 1983; **Flash crioulo sobre o sangue e o sonho** (poemas). Belo Horizonte: Mazza Edições, 1987; **Quizila** (contos). São Paulo:Edição do Autor, 1987; **A Pelada peluda no largo da Bola** (uma história para crianças). São Paulo: Editora do Brasil, 1988; em colaboração com Arnaldo Xavier e Miriam Alves, **Terramara** (teatro). São Paulo: Edição dos Autores, 1988; poemas e contos em todos os números dos **Cadernos Negros** e em diversas antologias, como em **Axé. Antologia contemporânea da Poesia Negra brasileira,** organizada por Paulo Colina, São Paulo: Global, 1982; em **A razão da chama,** op. cit.; vários ensaios, por exemplo em **Reflexões sobre a literatura afro-brasileira.** São Paulo: Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, 1986; em **Criação crioula, nu elefante branco.** São Paulo: IMESP, 1987.

[2] A primeira publicação sobre a **Poesia Negra** no Brasil foi a de Roger Bastide. **A poesia afro-brasileira.** São Paulo: Martins, 1943. Bastide divulgou esse tema em muitos artigos. Cf. ainda Luiz Santa Cruz. A poesia negra no Brasil. **Cadernos Brasileiros,** Ano 4, n.4, 1966, Rio de Janeiro (com a seleção de alguns poemas); Richard A. Preto-Rodas. **Negritude as a theme in the poetry of the Portuguese speaking world.** Gainesville: University of Florida Press, 1970; Jane M. Mc. Divitt. **From anguish to affirmation;** a study of Afro brazilian poetry. Havard: Havard University Press. 1976: D. Brookshaw.Quatro poetas negros. **Estudos Afro-Asiáticos,** Ano 1, n.2,1978, Rio de Janeiro; idem, **Raça & cor na literatura brasileira.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. Raymond S. Sayers. **Onze estudos de literatura brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1983. Cf. ainda Zilá Bernd. **Negritude e literatura na América Latina.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987; idem, **Introdução à literatura negra.** São Paulo: Brasiliense, 1988; Oswaldo de Camargo. **O negro escrito;** apontamentos sobre a presença do negro na literatura brasileira. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura/ Imprensa Oficial do Estado, 1987; Luíza Lobo. Literatura negra brasileira contemporânea. **Estudos Afro-Asiáticos,** n.14, set. 1987, Rio de Janeiro, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 1987; Benedita Gouveia Damasceno. **Poesia negra no Modernismo brasileiro.** Campinas (S. P.): Pontes Editores, 1988. Em alemão, cf. Moema Parente Augel(org) **Schwarze Poesie;** Poesia negra; Afrobrasilianische Dichtung der Gegenwart, traduzido do português por Johanes Augel. Köln/St.Gallen: Edition diá, 1988. 1988. Trata-se de uma antologia bilíngüe, com poemas de dezesseis autores negros brasileiros, a única publicação

do gênero na Alemanha.

[3] Cf. Zilá Berd. **Introdução à literatura negra.** São Paulo: Brasiliense, 1989. p.48 e s.

[4] Cf. Zilá Berdd, op. cit., p.41-3.

[5] Oswaldo de Camargo é o mais velho e o mais experiente dos poetas negros brasileiros, podendo-se dizer que estabelece uma ponte entre a primeira geração, representada por Solano Trindade, Lino Guedes, Carlos Assumpção e outros, e a atual, que tem Cuti como um dos mais importantes escritores. Oswaldo de Camargo nasceu em 1936, em Bragança Paulista, São Paulo. É revisor e jornalista em um dos maiores jornais de São paulo, a **Folha da Tarde.** Conselheiro e incentivador de muitos dos jovens poetas negros. Publicações principais: **Um homem tenta ser anjo** (poemas, 1959; **Quinze poemas negros,** 1961, com um prefácio de Florestan Fernandes; **O carro do êxito** (contos), 1972; **A descoberta do frio** (novela), 1979; **O estranho** (poemas), 1984; **O negro escrito;** apontamentos sobre a presença do negro na literatura brasileira. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura/Imprensa Oficial do Estado, 1987 (com uma pequena antologia de textos de autores negros). Participação em várias antologias: **Cadernos Negros, Axé,** op. cit.; **Nouvelle somme de la poésie du monde noir,** org. por Léon Damas, Paris, 1967. Organizador da antologia **A razão da chama;** antologia de poetas negros brasileiros. São Paulo:GRD, 1986.

[6] Oliveira Ferreira da Silveira nasceu em 1941, em Rosário do Sul, Rio Grande do Sul. É professor secundário em Porto Alegre. Fundador do jornal negro **Tição.** Publicou uma série de pequenos volumes de poemas, todos como "Edição do Autor": **Germinou** (1962), **Poemas Regionais** (1968), **Banzo, saudade negra** (1970), **Décima do negro peão** (1974), **Praça da palavra** (1976), **Pelo escuro** (1977), **Roteiro dos tantãs** (1981), **Poema sobre Palmares** (1987); tem ainda poemas publicados em **Cadernos Negros, Axé,** op. cit., **A razão da chama,** op. cit.

[7] José Carlos Limeira é engenheiro e nasceu em 1951, na Bahia. É membro ativo do Movimento Negro Unificado, secção Salvador. Publicações: dois volumes de poemas, em colaboração com Éle Semog: **O arco-íris negro.** Rio de Janeiro: Editora dos Autores, 1979; **Atabaques.** Rio de Janeiro: Edição dos Autores, 1984; poemas publicados ainda em **Axé,** op. cit., em **A razão e a chama,** op. cit., e nos **Cadernos Negros.**

[8] Salgado Maranhão, pseudônimo de José Salgado Santos, nasceu em Caxias, Maranhão, em 1954. Desde 1973, vive no Rio de Janeiro e é, além de poeta, compositor e letrista. Tem publicado poemas em diversas antologias e é autor do livro **Punhos de serpente.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1989.

[9] Jamu Minka é o pseudônimo de José Carlos de Andrade. Nasceu em Varginha, Estado de São Paulo, em 1946. Estudou jornalismo na Universidade de São Paulo e é integrante do grupo Quilombhoje e é um dos ativos colaboradores e editores dos **Cadernos Negros.** Publicações: **Teclas de ébano** (poemas). São Paulo: Edição do Autor, 1986.

[10] Adão Ventura Ferreira Reis nasceu em 1946 em Serro, Minas Gerais, estudou Direito e vive como jornalista em Belo Horizonte. Em 1973 passou um ano como professor de Literatura Brasileira na University of New Mexico, USA. Publicações: **Abrir-se um abutre** (poemas). Belo Horizonte: Oficina, 1970; **As musculaturas do Arco do Triunfo** (poemas). Belo Horizonte: Comunicação, 1976; **A cor da pele.** Belo Horizonte: Edição do Autor, [1]1980, [5]1988 (com três curtos estudos de Rui Mourão, Fábio Lucas e Silviano Santiago). Poemas publicados ainda em **Axé,** op. cit., **A razão da chama,** op. cit.

[11] Éle Semog, pseudônimo de Luiz Carlos Amaral Gomes, nasceu em 1952, em Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, onde vive como funcionário público. É a figura central da **Poesia Negra** no Rio de Janeiro, coeditor do importante jornal negro **Maioria Falante.** Publicou, juntamente com Antônio Carlos Limeira, **O arco-íris negro,** op. cit.; **Atabaques,** op. cit.; e ainda **Curetagem** (poemas). Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1987. Poemas e contos em diversas antologias. como nos **Cadernos Negros;** em **Axé,** op. cit.; **A razão da chama,** op. cit.

[12] Cf. Frantz Fanon. **Peau noire, masques blancs.** Paris: Ed. du Seuil, 1952. p.113.

[13] Paulo Colina nasceu em 1950, em Colina, Estado de São Paulo. Seu verdadeiro nome é Paulo Eduardo Oliveira; vive em São Paulo, onde trabalha como técnico de exportação. Publicações: **Fogo cruzado** (contos). São Paulo: Ed. Populares, 1980; **Plano de vôo** (poemas). São Paulo: Roswitha Kempf Ed., 1984; **Todo o fogo da luta.** São Paulo: João Scortecci Editora, 1989. É o organizador da primeira antologia de poemas negros, **Axé,** op. cit.

[14] Miriam Alves nasceu em 1952, em São Paulo, onde trabalha como assistente social. Publicações: **Momentos de busca** (poemas). São Paulo: Ed. da Autora, 1983; **Estrelas no dedo** (poemas). São Paulo: Ed. da Autora, 1985; poemas e contos em diversas antologias como: **Axé,** op. cit., **A razão da chama,** op. cit. e nos **Cadernos Negros.** É também integrante do grupo Quilombhoje e uma das ativas colaboradoras dos **Cadernos Negros.**

[15] O Quilombhoje é uma associação cultural de um grupo de escritores paulistas, fundada em 1980 entre outros por Cuti, Oswaldo de Camargo, Abelardo Rodrigues e Paulo Colina. Nos anos subseqüentes, o grupo inicial se dissolveu, restando dos antigos apenas Cuti. O grupo editou de 1983 a 1991 ininterruptamente os **Cadernos Negros,** publicação anual editado em regime de cooperativa, financiada pelos próprios autores. São cadernos de poesia e prosa e consistem num verdadeiro marco na literatura brasileira de expressão negra.

[16] Abelardo Rodrigues nasceu em 1952, em Monte Azul Paulista, São Paulo. Vive em São Paulo, onde trabalha como digitador. Publicações: **Memória da noite** (poemas). São Paulo: Editora do Autor, 1978, assim como poemas e contos em diversas antologias, como em **Cadernos Negros, Axé,** op. cit., e **A razão da chama,** op. cit.

[17] Jônatas Conceição da Silva nasceu em Salvador, Bahia, em 1952, onde vive e trabalha como professor secundário. É um ativo integran

te do Movimento Negro Unificado. Publicações: **Miragem do engenho** (poemas). Salvador: Edição do Autor, 1984; **Novas miragens do engenho.** Salvador: Edição do Autor, 1989, além da participaçao em antologias, como em **Cadernos Negros** e **A razão da chama**, op. cit.

[18] Cf. Wolfgang Bader. A colonização e a descolonização da literatura; o exemplo do Caribe francês. **Letras de hoje**, Porto Alegre, PUC, ago. 1986, apud Z. Bernd, op. cit., p.96.

[19] Cf. Bernd, op.cit., 1989, p.96.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Miriam. **Momentos de busca** (poemas). São Paulo: Ed. da Autora, 1983.

_____. **Estrelas no dedo** (poemas). São Paulo: Ed. da Autora, 1985.

AUGEL, Moema Parente (org.) **Schwarze Poesie - Poesia Negra;** Afro brasilianische Dichtung der Gegenwart. Trad. Johannes Augel. Köln: St. Gallen Edition dia, 1988.

BASTIDE, Roger. **A poesia afro-brasileira.** São Paulo: Martins, 1943.

BERND, Zilá. **Negritude e literatura na América Latina.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. **Introdução à literatura negra.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

BROOKSHAW, D. Quatro poemas negros. **Estudos Afro-Asiáticos,** Ano I, n.2, Rio de Janeiro, 1978.

_____. **Raça & cor na literatura brasileira.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

CADERNOS Negros. São Paulo: Quilombhoje, 1983 a 1991.

CAMARGO, Oswaldo de (org.) **A razão da chama;** antologia de poetas negros brasileiros. São Paulo: GRD, 1986.

_____. **O negro escrito;** apontamentos sobre a presença do negro na literatura brasileira. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura, Imprensa Oficial do Estado, 1987.

COLINA, Paulo. **Fogo cruzado** (contos). São Paulo: Ed. Populares, 1980.

_____. (org.) **Axé;** antologia contemporânea da Poesia Negra brasileira. São Paulo: Global, 1982.

_____. **Plano de vôo** (poemas). S.ao Paulo: Roswita Kempf Ed., 1984.

_____. **Todo o fogo da luta** . São Paulo: João Scortecci Editores, 1989.

CRIAÇÃO crioula, nu elefante branco. São Paulo: IMESP, 1987.

CUTI. **Poemas da carapinha** (poemas). São Paulo: Ed. do Autor, 1978.

_____. **Batuque de tocaia** (poemas). São Paulo: Ed. do Autor, 1982.

CUTI. **Suspensão** (teatro). São Paulo: Ed. do Autor, 1983.

_____. **Flash crioulo sobre o sangue e o sonho** (poemas). Belo Horizonte: Mazza, 1987.

_____. **Quizila** (contos). São Paulo: Ed. do Autor, 1987.

_____. **A pelada peluda no largo da Bola** (uma história para crianças). São paulo: Editora do Brasil, 1988.

_____; XAVIER, Arnaldo; ALVES, Miriam. **Terramara** (teatro) São Paulo: Ed. do Autor, 1988.

DAMAS, Léon (org.) **Nouvelle somme de la poésie du monde noir.** Paris, 1967.

DAMASCENO, Benedita Gouveia. **Poesia negra no Modernismo brasileiro.** Campinas (SP): Pontes Editores, 1988.

DIVITT, Jane M. Mac. **From anguish to affirmation;** a study of Afro brazilian poetry. Havard: Havard University Press, 1966.

FANON, Frantz. **Peau noire, masques blancs.** Paris: Éd. du Seuil, 1952.

LIMEIRA, José Carlos; SEMOG, Éle. **O arco-íris negro.** Rio de Janeiro: Ed. dos Autores, 1979.

_____; _____. **Atabaques.** Rio de Janeiro: Ed. dos Autores, 1984.

LOBO, Luiza. Literatura negra brasileira contemporânea. **Estudos Afro-Asiáticos,** n.14, set. 1987, Rio de Janeiro, Centro de Estudos Afro-Asiáticos.

MINKA, Jamu. **Teclas de ébano** (poemas). São Paulo: Ed. do Autor, 1986.

PRETO-RODAS, Richard A. **Negritude as a theme in the poetry of the Portuguese speaking world.** Gainesville: University of Florida Press, 1970.

REFLEXÕES sobre a literatura afrobrasileira. São Paulo: Conselho de Participaçao e Desenvolvimento da Comunidade Negra, 1986.

REIS, Adão Ventura Ferreira. **Abrir-se um abutre** (poemas). Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 1976.

_____. **A cor da pele.** 5.ed. Belo Horizonte: Ed. do Autor, 1988.

RODRIGUES, Abelardo. **Memória da noite** (poemas) São Paulo: Ed. do Autor, 1978.

SALGADO MARANHÃO. **Punhos de serpente.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1989.

SANTA CRUZ, Luiz. A poesia negra no Brasil. **Cadernos Brasileiros,** Ano IV, n.4, Rio de Janeiro, 1966.

SAYERS, Raymond S. **Onze estudos de literatura brasileira.** Rio de Janeiro: Civilizaçao Brasileira/Brasília: INL, 1983.

SEMOG, Éle. **Curetagem** (poemas). Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1987.

SILVA, Jônatas Conceição da. **Miragem do engenho** (poemas). Salvador, Ed. Autor, 1984.

SILVEIRA, Oliveira Ferreira de. **Germinou**. São Paulo: Ed. do Autor, 1962.
_____. **Poemas regionais**. São Paulo: Ed. do Autor, 1968.
_____. **Banzo, saudade negra**. São Paulo: Ed. do Autor, 1970.
_____. **Décima do negro peão**. São Paulo: Ed. do Autor, 1974.
_____. **Praça da palavra**. São Paulo: Ed. do Autor, 1976.
_____. **Pelo escuro**. São Paulo: Ed. do Autor, 1977.
_____. **Roteiro dos tantãs**. São Paulo: Ed. do Autor, 1981.
_____. **Poema sobre Palmares**. São Paulo: Ed. do Autor, 1987.

ALEGORIAS DAS QUATRO PARTES DO MUNDO EM PAINÉIS DE AZULEJOS

Pedro Moacir Maia
Universidade Federal da Bahia

O conjunto dos azulejos deste convento de S.Francisco, pela sua extensão e qualidade, constitui motivo para mais demoradas considerações.

J. M. DOS SANTOS SIMÕES[1]

R E S U M O

Os temas iconográficos dos cinco sentidos, dos trabalhos dos meses e das quatro partes do mundo, representados em todas as artes, somente aparecem juntos, em um mesmo local, no Convento de São Francisco, em Salvador, Bahia. Trata-se de grandes painéis de azulejos portugueses, de meados do século XVIII, onde os frades teriam querido expressar o reconhecimento que devemos à Natureza, segundo a doutrina e a prática de São Francisco de Assis. Ela é celebrada aí mostrando-se os trabalhos na terra, constantes, segundo o ritmo das estações, e as sensações que proporcionam os seus três reinos na diversidade dos continentes. Neste artigo, o autor historia o tema das **quatro partes do mundo**, e descreve e salienta o que têm de original os painéis de azulejos no referido convento.

I O CONVENTO DE SÃO FRANCISCO

A riqueza artística da Igreja e do Convento de São Francisco e de sua Ordem Terceira, na Cidade do Salvador, Bahia, tem dificultado aos interessados estudarem cada um de seus aspectos [2]. Do grandioso conjunto de azulejos portugueses mereceram as melhores atenções os painéis que ilustram versos moralizantes de Horácio, baseados nas gravuras segundo desenhos de Otto van Veen, no andar térreo do claustro do convento, e os painéis que fixaram homenagens prestadas em Lisboa ao Príncipe D. José e à Infanta Mariana Vitória, da Espanha, ao casarem-se, em fevereiro de 1729, que se encontram no claustro da Ordem Terceira [3]. E embora sejam numerosas as referências às demais séries azulejares, não têm sido analisadas [4].

No patamar da escadaria que leva da via sacra — espaço entre a capela-mor, a sacristia e o claustro — ao primeiro andar do convento seis arcos abrem para galerias e estão apoiados em duas paredes e em cinco pilares; estes são revestidos de painéis de azulejos que re

presentam três temas iconográficos, os **sentidos**, os **trabalhos dos meses** e as **quatro partes do mundo**. Enquanto na segunda série vêem-se camponeses e deusas em ocupações nos campos, de acordo com a sucessão das estações no hemisfério norte, figuras femininas são graciosas alegorias de cada um dos sentidos e de cada continente [5].

A representação do trabalho humano remonta à antiguidade grega e atravessou séculos e várias civilizações. Os outros temas referidos foram representados com certa raridade antes do século XVI, as **partes do mundo** (ou os continentes) só aparecendo em conjunto, obviamente, depois do descobrimento da América. Note-se que a Oceânia (ou a Austrália) jamais foi considerada para o caso, não existindo, pois, o tema iconográfico das cinco partes do mundo, sim, exclusivamente, o das **quatro** [6].

As figuras de homens e mulheres, de velhos e crianças nesses painéis, em azul e branco, são um tanto menores que pessoas normais, estando recortados os seus ombros e/ou as suas cabeças. Os meninos dos meses de janeiro e dezembro medem 0m71 e 0m79, respectivamente, a mais baixa das deusas, 1,41, e o mais alto dos camponeses, 1m46. Como os pedestais têm 0m43, quatro painéis são mais altos, medindo os de agosto e setembro 1m89, em treze azulejos e meio; os de fevereiro e outubro alongam-se por doze azulejos e pouco. Sendo os pilares de seção retangular, há diferenças na largura dos painéis, de três azulejos quando assentados na frente e atrás dos pilares, e quatro quando nos lados. O último pilar, com as **partes do mundo**, é muito mais volumoso, e as figuras aí são corpulentas, ocupando quatro ou oito azulejos.

Homens e mulheres apresentam certa vivacidade e os gestos que fazem são muito naturais. O pintor azulejeiro, como quase sempre, evitou **cortar** os seus rostos, esforçando-se por colocá-los inteiros em um só azulejo, ou, pelo menos, as suas partes mais expressivas, olhos e boca. O desenho e a pintura são de boa qualidade, os painéis estão bem conservados, e a sua cercadura é formada por duas fitas entrelaçadas em torno de um bastão fino.

Sabe-se que um dos poucos painéis de azulejos assinados e datados, em todo o mundo que o português criou, acha-se na capela-mor

da Igreja de São Francisco, aquele que mostra o santo renunciando a seus bens: Bartolomeu Antunes, Lisboa, 1737 [7]. Daí tem-se discutido se serão do mesmo mestre e da mesma época os demais azulejos da igreja e do convento. Frei Pedro Sinzig, O.F.M., e Frei Fidélis Ott, O.F.M. foram os primeiros a utilizar-se de um manuscrito para indicar datas de obras no convento: é o **Livro dos Guardiães...**, em boa hora publicado pelo antigo I.P.H.A.N., verdadeiro catálogo das realizações de cada frade que chegou à direção da comunidade franciscana em Salvador [8]. Ficamos sabendo que os azulejos da parte baixa do claustro foram assentados durante o guardianato de Frei Boaventura de São José, 1746-1748. E temos no referido **Livro...** datas da colocação de outras séries azulejares em várias dependências – mas não se lê uma só palavra de quando, ou sob quem, foram instaladas as do primeiro andar do claustro nem as que revestem os pilares do patamar da escada que começa na via sacra.

Quanto à autoria, Frei Fidélis Ott supõe de Bartolomeu Antunes todos os painéis da parte baixa do claustro, "...enquanto não se provar o contrário" [9]. Mas, a propósito, comentou Reynaldo dos Santos: "Nos azulejos do átrio (...) há afinidades que não excluem possibilidades de serem de Antunes. Os do claustro têm outro caráter, devido à concepção alegórica da iconografia e à própria colocação nas faces dos pilares, que geram uma composição diferente das anteriores[10].

Nesses casos, como em muitos outros que dizem respeito às artes no Brasil, esclarecimentos seriam possíveis com estadas e pesquisas de estudiosos em Portugal [11].

II - AS QUATRO PARTES DO MUNDO

A última série de painéis de azulejos nos pilares dos arcos que dão para o claustro, no primeiro andar do convento, representam alegoricamente as **quatro partes do mundo** [12] – designação, diga-se logo, muito mais corrente que a de **quatro continentes**. Somados aos **cinco sentidos** e aos doze **trabalhos dos meses**, são vinte e um painéis. Porque terá sido de número ímpar a encomenda, se outros temas iconográficos, tão apreciados como os referidos, somados, resultariam em número par,

exatamente o que convinha para as **vinte** faces dos pilares? Cremos que os franciscanos portugueses (ou os portugueses franciscanos...) que erigueram o extraordinário complexo de igreja, convento e ordem terceira terão escolhido temas intimamente relacionados. Tratar-se-ia de celebrar a natureza mostrando os trabalhos na terra, constantes, segundo o ritmo das estações, com as sensações que nos proporcionam os reinos da natureza e mais o conhecimento ampliado dela na diversidade dos continentes...[13] Assinale-se que o painel fora dos pilares, o que está na parede, aquele que primeiro depara quem sobe, é um dos sentidos, **VER**, a visão, justamente o mais ligado à experiência, tão proclamada como critério da verdade pelos navegantes portugueses dos séculos XV e XVI. Puderam negar, graças a ela, o que tinham asseverado sábios da Antiguidade e da Idade Média e retificar afirmações dos cosmógrafos e geógrafos de antes deles: "... meu intento é somente tratar do que vi, e não das cousas que me são ditas..."; "... os antigos se enganaram nisto como em outras cousas muitas de que não tinham experiência... "; "... quem pode arrancar ao mundo esta opinião dos antigos? A muita experiência dos modernos, e principalmente a muita navegação de Portugal" [14].

Uma das fontes da inspiração dos artistas para representar as **partes do mundo** terão sido as relações de viagens, ilustradas por alguns segundo o que ouviam ou liam. Outra, a visão direta dos tipos humanos, dos produtos e dos objetos exclusivos de cada lugar distante, que se difundiam pela Europa através de seus grandes portos, nos séculos XVI e XVII, Veneza, Sevilha, Lisboa, Antuérpia. É conhecida a grande importância desta última cidade como centro também de produção e irradiação de gravuras. Notáveis ou prolíficos gravadores, em alguns casos formando famílias — como a dos Sadeler —, aí trabalhavam. Um dos maiores impressores do século XVI, Christophe Plantin, em carta ao Papa Gregório XIII, deu, entre as razões para estabelecer-se em 1549, em Antuérpia, estas: "O seu acesso é fácil; aí se vêem as diversas nações encontrar-se no mercado; acham-se também aí todas as matérias-primas indispensáveis ao exercício de minha arte(...)" [15].

. MUNDOS NOVOS DO MUNDO

É o título do livro de A.A. Banha de Andrade[16] sobre a divulgação e a repercussão na Europa dos descobrimentos pelos portugueses. Poder-se-ia supor que eles iniciassem também a representação artística das quatro **partes do mundo**, pois foi Portugal que primeiro constituiu, nos princípios do século XVI, um império verdadeiramente tetracontinental (**penta-**, se incluíssemos Timor), império, aliás, menos etnocêntrico que crisocêntrico, animado que foi em sua expansão pelo franciscanismo. Jaime Cortesão e Gilberto Freyre escreveram abundantemente sobre esses fatos, e, se o primeiro pôde afirmar que "os portugueses destruíram as barreiras que a carta de Ptolomeu opunha à expansão do homem na terra" [17], o segundo estabeleceu em mais de um livro listas parciais de espécies animais e vegetais, de objetos e de práticas culturais, de tipos de habitação e de vestuário, de valores humanos e de concepção de vida que os portugueses espalharam por todos os territórios que ocuparam em algum momento, em "uma vasta ação de enriquecimento intertropical útil ao homem e a sua segurança" [18]. Para o Brasil trouxeram, entre muitíssimo mais, a língua portuguesa, a cana-de-açúcar e o boi, o catolicismo e o gosto da miscigenação — convém recordá-lo aos que tentam privilegiar a contribuição de aborígines e de africanos à formação de nosso país.

E os franciscanos? Graças à pregação, à poesia e ao comportamento de São Francisco, que impregnaram também os filósofos da Ordem que criaram o nominalismo, valorizando a experiência e o **individuum** em detrimento do pensamento abstrato e do **universalis**, animaram-se os cristãos a novo tipo de relacionamento com a natureza. Agiram os franciscanos em companhia de navegantes e descobridores portugueses, em parte com as mesmas finalidades destes, tendo-o realçado os citados Jaime Cortesão [19] e Gilberto Freyre [20].

Na verdade, já antes tinham franciscanos feito as primeiras narrativas de extensas viagens fora da Europa, no decorrer dos séculos XIII e XIV. O que João Pian del Carpino, Guilherme de Rubruck, Frei Odorico de Podenone, Frei Jordano de Severac, João Marignolle revelaram tem sido devidamente valorizado pelos especialistas na história

dos descobrimentos. Jaime Cortesão cita mais dois franciscanos, Raimundo Lullio, o "Doutor Iluminado", e o anônimo espanhol que escreveu por volta de 1360 um **Libro del Conoscimiento de todos los Reynos y Tierras y Señorîos que son por el Mundo**, como verdadeiros anunciadores de Dom Henrique quanto às navegações sistemáticas que o Infante mandou fazer e que vieram a demonstrar quantos absurdos tinham sido ditos — e eram ainda aceitos — a propósito de terra e mares além da Europa e do Mediterrâneo. Os navegadores portugueses deixavam constância do que viam, e foram pouco a pouco contestando cosmógrafos e geógrafos de antes em suas teorias sobre o mar tenebroso, os abismos marinhos, as zonas da terra inabitáveis devido ao calor, os monstros fabulosos e a gente bestial. "Esteve todo o mundo neste erro até que os portugueses, por uma parte, e os outros espanhóis, por outra, navegaram e descobriram o mundo todo(...)". A experiência vivida erige-se em valor e o resultado dela veio a ser a principal contribuição de Portugal ao Renascimento. Está presente nos escritos portugueses dos séculos XV e XVI, proclamam-na os autores de crônicas, diários de bordo, roteiros e guias náuticos, com indisfarçável orgulho registram-na em relações de viagens e descrições de terras novas: "vista, pois, tal experiência, fica bem reprovada a opinião dos antigos" [21].

Batizou-nos um franciscano — Ilha de Vera Cruz, Terra da Santa Cruz — nas palavras e nos gestos litúrgicos de Frei Henrique Soares de Coimbra. Outro franciscano, Frei Vicente do Salvador, fez a primeira História do Brasil. De um terceiro, Frei Cristóvão Severim de Lisboa, pode afirmar-se ter iniciaddo os estudos de história natural de nossa terra, por volta de 1630 — antes, pois, de Piso e de Marcgraf — com a **História dos Animais e Árvores do Maranhão** (publicada em 1967, em Lisboa [22]). Cite-se, ainda, de Frei Antônio do Rosário, **Frutas do Brasil**, editado em Lisboa, 1702.

. ORIGENS DO TEMA

Embora tenha-se representado na Antiguidade e na Idade Média, alegórica ou simbolicamente, uma ou outra das três partes do mundo — sobretudo a África —, em moedas e sarcófagos romanos, por exemplo, o conjunto das quatro só podia aparecer, obviamente, após o descobri-

mento da América.

Antes de 1492, a concepção ptolomaica do mundo fazia os cartógrafos mapeá-lo como um círculo, dividido ao meio, horizontalmente; acima do diâmetro ficava a Ásia; a Europa e a África ocupavam a parte inferior, separadas por um raio vertical — o Mar Mediterrâneo. Estas partes do mundo foram simbolizadas na arte cristã pelos Três Magos, de onde seriam. Ainda em 1580 o pintor Tommaso Laurati personificou-as na sala de Constantino, no Vaticano, associando cada uma a episódios decisivos na história do Cristianismo: a derrota de Maxêncio por Constantino, na Europa; a descoberta da Vera Cruz, por Santa Helena, na Ásia; e os progressos de nossa religião, na África.

O descobrimento da América deu oportunidade para utilização mais simétrica do tema, de duas maneiras. Na arte religiosa, significando a irradiação da fé cristã pelos continentes, alegorizados em figuras femininas com roupas e atributos característicos, em atitudes de reverência ou reconhecimento. O exemplo mais espetacular vê-se no forro da nave da Igreja de Santo Inácio, em Roma, onde o Padre Andrea Pozzo celebrou, em 1691-4, a obra missionária dos jesuítas [23]. Outras ordens homenagearam da mesma forma os seus fundadores, do que há exemplos em Salvador no forro da portaria do Convento de São Francisco, no da nave da Igreja da Conceição da Praia, e nas pinturas laterais sob o coro da Igreja de Nossa Senhora da Palma (dos Agostinianos Descalços) [24]. Na arte profana, aparecem as mesmas quatro figuras, mas agora em festas de recepção a príncipes e nobres em cidades da Europa, as chamadas **entradas, joyeuses entrées**, e também nas festas anuais em Antuérpia, as **ommegancks** com préstitos cívicos e cortejos comemorativos. Para exaltar governantes com tais alegorias não haverá exemplo mais deslumbrante que os afrescos por Giambattista Tiepolo, executados em 1752-3, nos lados do forro sobre a escadaria do palácio residencial que pertenceu ao príncipe-bispo Karl Philipp von Greiffenclau, em Würzburg, perto de Frankfurt [25].

Ao longo do século XVI as personificações das **partes do mundo** resultaram de traços da documentação fidedigna transmitida por viajantes e exploradores, de pormenores copiados de fontes clássicas, e

da imaginação dos artistas. Deve-se a desenhistas, e, principalmente, a gravadores, que fossem fixando-se, pouco a pouco, certos tipos de mulheres como representantes dos quatro continentes, assim como os atributos – vestuário, adereços, elementos da natureza, objetos – próprios ou exclusivos de cada um. Alguns desses desenhistas e gravadores foram o francês Etienne Delaune, os flamengos Stradanus, Marten de Vos e Philippe Galle, o primeiro Jan Sadeler, de Bruxelas, o alemão Dirk Barentsz. E essas figuras femininas e os seus atributos diciona rizou-os Cesare Ripa em sua **Iconologia**, de 1593, sucedendo-se edições ilustradas a partir da de 1603, este livro tornou-se indispensável nas academias e em ateliers. Assim, o tema iconográfico atravessou séculos e mares, chegou às colônias americanas, e Debret usou-o em decorações quando da aclamação de D.João VI, no Rio de Janeiro, em 6 de fevereiro de 1818: "As colunas e as arquitraves suportavam imagens alegóricas, isoladas, das quatro partes do mundo". Em outra oportunidade, Debret personificou o maior rio de cada continente, "oferecendo ao rei os diferentes produtos do comércio"[26]. Exemplo mais modesto da utilização profana do tema, na Bahia, orna o forro de um dos salões da casa-grande do Engenho Lagoa, da família Mariani, em São Sebastião do Passé"[27].

NO CONVENTO DE SÃO FRANCISCO ...

... as **partes do mundo** estão em um pilar mais volumoso que os das outras séries e duas de suas faces são bem mais largas, motivos por que EUROPA e AFRICA estendem-se sobre oito azulejos e AZIA e AMERICA sobre quatro. Não param sobre pedestais – ao contrário das outras figuras – sim em estrado baixo, ou degrau pouco saliente. Os azulejeiros fizeram o possível para enquadrar em um só azulejo o rosto de cada figura, algo maior que os das demais.

Nesta última série observam-se mais variadas vestes, posses, expressões, arrumação de cabelos e adornos nas cabeças, posição das mãos e dos pés. AZIA mostra-se pensativa, até meio triste, enquanto AFRICA parece divertir-se em posar daquela maneira ... Igualam-se quanto a adereços que trazem na cabeça, a primeira, estranha coroa aberta, talvez, ou elaborado turbante, a segunda, espécie de diadema, ou elmo levantado. EUROPA – de quem se desgastou um azulejo com porção do ros

Alegoria da América, de uma série das **quatro partes do mundo, painéis de azulejos portugueses de meados** do século XVIII, no Convento de São Francisco, em Salvador, Bahia. Fotografia de Walmir Pinheiro.

to — e AMERICA mantêm-se tranqüilas e sérias, aquela entremeou pequeninas flores nos cabelos, esta usa cocar.

Os vestidos de AZIA são de brocado ou damasco decorado, luxo acentuado pelo duplo colar e as duplas pulseiras de pérolas, e ainda pelos borzeguins fechados por botões (a menos que se trate dos sapatinhos das chinesas que atrofiavam os pés...). O artista aqui procurou fazer eco das impressões de riqueza, em especial a suntuosidade da corte persa, que deslumbrou os primeiros europeus que visitaram, desde Marco Polo, aquele continente. Também da Ásia vinham as sedas, as especiarias e os perfumes, a mirra e o incenso, evolando-se em fumaça do refinado queimador que a nossa jovem segura. Por trás dela assoma a cabeça de um tigre, em vez do camelo ajaezado com ouro, em que os romanos reconheciam o animal do intenso comércio de luxo com aquelas regiões.

EUROPA não porta a habitual coroa fechada de rainha do mundo, nem o cetro, outra insígnia de poder, tampouco o globo, signo da irradiação do Cristianismo por todo o orbe. Segurando cuidadosamente, com as duas mãos, uma miniatura de templo católico circular — o famoso **tempietto** construído por Bramante, em 1503-4, no claustro da Igreja de São Pedro, em Montorio, Roma, saudado por Alberti como exemplo de perfeição arquitetônica... —, vê-se a ênfase que lhe é dada aqui enquanto berço do Cristianismo, ou, com mais precisão, da Igreja: ela é a sede da religião verdadeira. Mãe das artes e das ciências, da lei e das armas, capaz de ganhar a guerra e de conceder a paz, a Europa cerca-se, em quase todas as suas representações, de objetos ou elementos simbolizando a sua supremacia, celebrando o seu gênio criador. Em São Francisco, com amplíssimas vestes que de um lado arrastam-se pelo chão, e do outro esvoaçam, está contra fundo de floresta e de colinas (as sete, de Roma?) com muitas edificações. O touro poderia significar a prosperidade pela agricultura e pela pecuária; inteiramente branco e com flores nos chifres, porém, é alusão à lenda grega do rapto da donzela Europa por Júpiter, que se disfarçara nesse animal, segundo nos conta Ovídio[28]. Encontra-se algumas vezes a seu lado o cavalo, animal marcial. As sandálias de EUROPA terminam no meio da perna em fivela de estranho rosto.

O mais curioso de AFRICA é não ter a pele escura. Recorde-se,

para justificá-lo, que os antigos conheciam era o norte da África, de abundantes colheitas de cereais, em parte exportados para outras províncias do Império Romano. Ali também começava o deserto, que parecia não ter fim. Em São Francisco é a figura junto a paisagem mais variada — montanhas a sua esquerda, palmeiras a sua direita, tufo de vegetação irrompendo do degrau onde se encontra. Sustém no braço a cornucópia (que pode aparecer como atributo das outras **partes do mundo**, aliás), símbolo de fertilidade, transbordante de frutos e denso cacho de coquinhos. Perto, um leão levanta a cabeça para mirá-la. O animal mais visto junto a AFRICA, no entanto, é o elefante; na arte romana, ela trazia na cabeça espécie de máscara com cara e presas deste paquiderme. Muito habitual em outras representações é o pára-sol que a protege, assim como répteis e o escorpião, que a indicam como terra de monstros. Mais favorável é um cesto cheio de corais, ou um ramo de coral, em grande quantidade em sua costa mediterrânica e cujas propriedades mágicas o faziam muito procurado pelos joalheiros.

A NOSSA AMÉRICA

Cesare Ripa, na introdução à **Iconologia**, expôs o método que adotou para dicionarizar os elementos da natureza e os objetos criados pelo homem que podiam contribuir para a invenção de alegorias (e que, hoje, nos ajudam a identificá-las): "As imagens com que se pretende dar a entender algo distinto do que o olho vê não têm regra mais breve nem geral que a imitação dos testemunhos que se conservam nos livros, moedas e mármores dos engenhos latinos e gregos ou de povos mais antigos..." Chegou a confessar, diante disto, as suas dificuldades em alegorizar a América. Para conhecê-la leu narrativas de viagens, observou as gravuras de algumas, entreteve-se ainda com pessoas que tinham estado nesta **quarta parte** do mundo.

As primeiras imagens do indígena americano[22], nu, tiveram de atender às reações provocadas na Europa e homem ou mulher passou a ser mostrado com vestes de penas e cocar, saindo assim no livro de Ripa desde a primeira edição ilustrada, de 1603. Uma novidade, pois diferiam assim os índios de todas as raças de homens já descritas. Os cronistas não se detiveram, porém, em outro pormenor raro, o da pintura

no corpo. Para ambientá-lo, desenhistas e gravadores exibiam-no deitado ou sentado em uma rede, suspensa em árvores locais, animais e aves por perto, as paisagens típicas com caravelas ancoradas. Gastão Cruls imaginou a muito provável avidez dos primeiros exploradores da América e do Brasil em encontrar animais desconhecidos de porte correspondente às dimensões deste mundo novo [30]. Não havia, e tiveram de contentar-se em escrever ou falar sobre os mais estranhos, o tamanduá, o gambá, a preguiça, o tapir, a anta, a lhama, o jacaré, o tatu...

Estes dois últimos é que foram usados mais freqüentemente como identificadores de AMERICA: jovem sentada em enorme jacaré ou gordo tatu, a partir de desenho de Marten de Vos (1532-1603), gravado por Adrien Collaert (c.1560-1618), muito imitado, retomado por Stefano de la Bella, em 1644, e Cornelis Visscher, na década 1650-60. Dos metais, as gravuras mostram — enquanto durou o sonho do El Dorado — ouro ou prata, **in natura**, ou convertidos em objetos, às vezes obras de arte como se trabalhadas por ourives europeus ... Dentre as aves, os papagaios já tinham encantado Colombo, que retornava à Espanha, desde a sua primeira viagem, com dezenas deles a bordo. Ficaram todos impressionados por sua abundância (em mais de um mapa de princípios do século XVI o Brasil é denominado Terra dos Papagaios), por serem maiores e mais vistosos que os africanos, pela beleza e variedade de sua plumagem, por sua capacidade de imitar palavras. Dois jacarés estão atrás de nossa jovem, que também ergue um papagaio e segura um arco.

Nesse particular, contribuíram para que muitos acreditassem ter descoberto o Paraíso. O papagaio, já se lia em textos medievais protugueses, era capaz de dizer **Ave**, a saudação a Maria, palavra avesso de **Eva**, que tinha perdido a humanidade, a qual seria resgatada por aquela outra mulher... Quanto a frutas, desde logo considerada rainha delas foi o ananás, ou abacaxi, predestinado a isto, aliás, pois até coroa já tinha...

Os exploradores assombraram-se com a antropofagia, costume referido desde a Antiguidade, jamais localizado, porém. Cenas de canibalismo passaram a ser descritas e desenhadas em mapas e gravuras e aproveitadas como pormenor em alegorias de nosso continente: ao lado de alguns daqueles animais e do índio, há cabeças de inimigos atravessadas por flechas, pedaços de corpos humanos sendo assados ou saboreados... E, é claro, expostas também, as armas de guerra e de sacrifício, arco, flecha, tacape ou maça — cujo uso pelos tupinambás aprendemos na infância através da adpatação por Monteiro Lobato das aventuras de Hans Staden, de enorme sucesso desde a primeira edição, com xilogravuras, de Marburg, em 1557. Hugh Honour e outros acham que se insistiu demais nesse costume dos americanos porque as leis espanholas, que proibiam o cativeiro dos índios, não protegiam os antropófagos, deixando às vezes não só os verdadeiros à mercê dos colonizados.

EM PORTUGAL

Seria de esperar que fossem os portugueses os criadores do tema iconográfico das **quatro partes do mundo**. Foram-no na azulejaria, mas tardiamente, pois os grandes painéis com cenas, figuras, acontecimentos — o mais típico de sua arte cerâmica — aparecem somente em fins do século XVII e têm as suas melhores realizações no seguinte. Folheando **A Azulejaria em Portugal no século XVIII**, de J. M. dos Santos Simões [31], informamo-nos de que painéis com as **quatro partes do mundo** podem ser vistos, em Lisboa, no salão de baile do Palácio Centeno e na varanda da Quinta dos Inglesinhos; em Vila Franca de Xira, no Palácio dos Sacotos, de cerca de 1745; e em Évora, em uma sala de aula da antiga Universidade, datado de 1747 (aí, ao lado de outros painéis, com os quatro elementos e as quatro estações). Nenhum dos painéis é reproduzido no livro; e se, pela descrição dos do Palácio Centeno, ficamos sabendo não serem semelhantes aos de São Francisco, algum dos outros pode sê-lo, mas a sumárias indicações do historiador, tais como saíram, não permitem comparações. De qualquer maneira, parece não haver em um só e mesmo edifício em Portugal os três temas iconográficos encomendados para o Convento de São Francisco, em Salvador, o que reforça a nossa idéia de, aqui, terem querido os franciscanos celebrar a natureza através da exposição simultânea dos **sentidos**, dos **trabalhos dos meses** e das **partes do mundo**. E por isto, talvez, é que Santos Simões exclamou [32], ao vê-los: "O conjunto mais surpreendente é o que se abarca do patamar superior desta escada..."

RÉSUMÉ

Sont bien connus et étudiés les thèmes iconographiques des cinq sens, les travaux des mois et les quatre parties du monde, dans tous les arts. Au Portugal et au Brésil on les trouve aussi en carreaux de faïence (**azulejos**). Mais ce n'est qu'au Couvent de Saint François, à Salvador, Bahia, qu'on voit les trois thèmes réunis dans un même local, depuis le milieu du XVIIIème siècle. L'auteur de cet article croit que ce programme iconographique obéirait à une intention: montrer la reconnaissance que l'on doit à la Nature, selon l'enseignement et les pratiques de Saint François; la mise en valeur de la Nature et des relations harmonieuses qui doivent exister entre les hommes et les autres animaux et choses créés par Dieu. L'auteur fait une brève histoire du thème des **quatre parties du monde** et met en relief l'originalité de ces panneaux en **azulejos.**

NOTAS

[1] J.M. dos Santos Simões. **Azulejaria portuguesa no Brasil.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965. p.141.

[2] O convento atual começou a ser edificado em 1686. Colocou-se a pedra fundamental da igreja atual em 1º de novembro de 1708; com as obras em prosseguimento, em 1713, foi benzida; quinze anos mais tarde terminavam o corpo da igreja e o seu frontispício. Na igreja da Ordem Terceira rezou-se a primeira missa em 22 de junho de 1703; o seu interior foi remodelado entre 1827 e 1835.

[3] O álbum do fotógrafo Silvanísio Pinheiro, **Azulejos do Convento de S. Francisco da Bahia.** Salvador: Livraria Turista, 1951, focaliza trinta e três painéis do andar térreo do claustro e quinze da via sacra, reproduzindo ainda as gravuras do livro **Theatro Moral de la Vida Humana...**, de 1669, fonte dos primeiros. "Os azulejos do claustro da Ordem Terceira de S. Francisco da Baía" é o título do artigo de João Pereira Dias, in **Belas Artes**, Lisboa, 2ª série, n.7, p. 31-44; também Santos Simões ocupou-se desses seis painéis em "Iconogragia olisiponense em azulejos", in **Olisipo**, Lisboa, n.XXIV, v. 95, 1962, aí incluindo os dez que existem no consistório da Ordem. Parece, no entanto, que não chegou a publicar o estudo a que se referiu em **Azul. Port. no Brasil**, op. cit., p.117, n.114, dando-o por feito.

[4] O melhor estudo sobre este monumento é o artigo de Frei Pedro Sinzig, O.F.M., Maravilhas da religião e da arte na Igreja e no Convento de São Francisco da Baia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 165, v.1, p.1-334, 1933 (no colofão, 1934). Houve separata, com capa própria. As duzentas e trinta fotografias devem-se a Frei Philiberto Gilles, que foi guardião de 1931 a 1935. Valiosas apreciações sobre a sua arquitetura e a sua decoração encontram-se em Robert C. Smith. **Arquitetura colonial.** Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955, e em Germain Bazin. **A arquitetura religiosa barroca no Brasil.** Rio de Janeiro: Record, 1983. A edição original é de 1956-8. Anos mais tarde voltou Bazin a escrever sobre os conventos franciscanos do Nordeste em **Les palais de la foi;** le monde de los monastères baroques. Italie Pays Ibérique France. Fribourg: Office du Livre/Paris: Editions Vilo, 1980. p.130-44. Sobre a Ordem Terceira, ver Marieta Alves. **História da Venerável Ordem 3ª da Penitência do Seráfico Pe. São Francisco da Congregação da Bahia.** Salvador, publicada por iniciativa da Mesa Administrativa, 1941-1947, 1948.

Sobre a azulejaria são obras básicas, indispensáveis: Mário Barata. **Azulejos no Brasil.** Rio de Janeiro: s.ed. [edição do autor?], 1955; J.M. dos Santos Simões, op. cit., e **Azulejaria em Portugal no Século XVIII.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979 (publicado postumamente, sob os cuidados de Artur Nobre de Gusmão e Flávio Gonçalves). Igualmente úteis, os demais volumes que integram o **corpus** da azulejaria portuguesa a cujo levantamento se dedicou o grande historiador por mais de trinta anos. Digno continuador de Santos Simões, e com novos critérios de valorização estética desta arte em que os portugueses tanto se distinguiram, é José Meco, que já escreveu, principalmente: a introdução ao catálogo da EXPOSIÇÃO Azulejos de Lisboa, promovida pela Câmara Municipal, em 1984; **Azulejaria portuguesa.** Lisboa: Bertrand Editora, 1985; e extensos artigos sobre a obra de alguns mestres azulejeiros, no **Boletim Cultural** da Assembléia Distrital de Lisboa, desde 1979.

[5] A estas três séries azulejares Frei Pedro Sinzig dedicou nove linhas, op. cit., p.220, tendo reproduzido, porém, os vinte e um painéis, p.231-251; Mário Barata ocupou-se mais com os das **partes do mundo**, indicando o que devem a gravuras do primeiro Jan Sadeler, op. cit., p.166-8, mas não é exato ao falar em "alegorias dos meses"; Santos Simões apenas transcreveu as inscrições que identificam as figuras, op. cit., p.140, e reproduziu um aspecto geral do conjunto (estampa XXVI b) - enganando-se, aliás, quando aludiu a "5 arcos", pois são seis; a Germain Bazin, **Les palais...**, op.cit., falhou a memória ao dizer que existem aí também azulejos representando as estações; e Carlos Ott refere-se-lhes em sete linhas em coluna de jornal (**A Tarde**, artigo citado na nota 9, infra)

[6] Alguns livros são o ponto de partida indispensável para a compreensão ou a interpretação das alegorias nas artes: Cesare Ripa, **Iconologia**, em qualquer edição, sendo a mais completa a de Veneza, 1645. Utilizamos uma edição incompleta, **Baroque and Rococo pictorial imagery**; the 1758-60 Hertel edition of Ripa's Iconology, edited by Edward A. Maser, New York: Dover Publications Inc., 1971. Os verbetes com os **sentidos** são Auditus, Gustus, Odoratus, Tactus e Visus; as **partes do mundo** têm nomes iguais em latim, italiano e português; na edição que consultamos da **Iconologia** não constam os **trabalhos dos meses.** A. Pigler, **Barockthemen;** eine **Auswahl**

von Verzeichnissen zur Ikonographie des 17. und 18. Jahrhunderts. Budapest: Verlag der Ungarischen Akademie, 1956. Este catálogo seleciona obras de arte com os **fünf Sinne** do alemão Peter Flotner (1485-1546) ao inglês Richard Houston (c.1721-1775); com o tema dos **Monate**, desde os afrescos na Torre dell'Aquila, em Trento, às ilustrações do inglês William Tomkins para as **Seasons**, do poeta James Thomson, edição de 1797; e com as quatro **Weltteile**, do italiano Paolo Farinatti (1525-1606) ao inglês James Moore, que viveu em meados do século XVIII; ver. vol. II, p.462-5, p.481-3 e p.500-3, respectivamente. Existe segunda edição de **Barockthemen**, revista e ampliada, em três volumes, o terceiro com 364 pranchas, Budapest, 1974. Guy de Tervarent. **Attributs et symboles dans l'art profane 1450-1600**; dictionnaire d'un langage perdu. Genève: Libr. E.Droz, 1956-1964 (supplément et index). Dá as fontes classicas dos atributos, principalmente, e alguns exemplos de obras de arte em que aparecem. Raimond Van Marle. **Iconographie de l'art profane au Moyen Âge et à la Renaissance.** New York: Hacker Art Books, Inc., 1971 (reprint; a edição original é de Haia, 1931).

7 B.meu Antunes
afes nas olarias
em Lxª node1737

8 LIVRO dos Guardiães do Convento de São Francisco da Bahia (1587-1862). Rio de Janeiro: MEC/IPHAN, 1978, com prefácio e notas de Frei Venâncio Willeke, O.F.M.

9 Carlos Ott tratou dessas questões repetidamente. Com o seu nome de religioso, Frei Fidélis Ott, O.F.M. O claustro do Convento de São Francisco da Bahia. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia,** Salvador, n.68, p.81-8, 1942; Carlos Ott. Os azulejos do Convento de São Francisco da Bahia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n.7, p.7-34, 1943; idem, O claustro do Convento de São Francisco da Bahia. **A Tarde,** Salvador, 10 jul. 1983. Aí o autor atribui a Bartolomeu Antunes toda a azulejaria do claustro e também os vinte e um painéis objeto deste livro. Por um lapso de cópia do LIVRO dos Guardiães..., diz que os azulejos do claustro "... só foram colocados entre 1749-1752" , datas da colocação, em verdade, dos painéis na via sacra; os primeiros o foram entre 1746-1748, durante o guardianato de Frei Boaventura de S.José (v.p.20 do LIVRO cit.).

10 Reynaldo dos Santos. **Oito séculos de arte portuguesa.** Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1970. vol.III. p.152. O autor tinha-se referido aos azulejos de São Francisco em **História da arte em Portugal.** Porto: Portucalense Editora, 1953: "É uma das mais belas séries de decoração azulejada, enviada de Lisboa, oferecida e custeada por D. João V". Também Frei Sinzig aludira a esse: "... presente verdadeiramente régio de Dom João V..." Contra tal tradição argumentou Ott, na **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, op. cit., p.92.

11 Mas... deixou-nos um especialista e pesquisador experiente estas interrogações, meio desalentadas: "Quem teria feito a encomenda destes azulejos? Quem teria escolhido os motivos e qual o critério a que obedeceu essa escolha? Como se teria processado o trabalho que permitiu executar em Lisboa essas dezenas de milhares de azulejos numa pluralidade de quadros e painéis, com medidas exatas e distribuição adequada para se ajustarem às superfícies irregulares e desiguais, tão longe da vista dos azulejeiros! Onde se encontrarão os documentos, correspondências, contas, instruções, esquemas, debuxos e tantos outros elementos que nos ajudariam a compreender a execução desta espantosa obra?" (Santos Simões. **Azulejaria portuguesa no Brasil**, op. cit., p.143).

12 O mais amplo estudo sobre o tema das **partes do mundo** é Erich Köllman & Karl-August Wirth. Erdteile. In: REALLEXIKON zur Deutschen Kunstgeschichte.v.V, Stuttgart, 1967, colunas 1107-1202, que não conhecemos. O passatempo do americano James Hazen Hyde foi colecionar obras de arte e objetos decorativos ou utilitários representando as **partes do mundo.** Milionário e mecenas, escreveu dois artigos: L'iconographie des quatre parties du monde dans les tapisseries. **Gazette des Beaux Arts,** Paris, 66ª année, n.751, p.253-72, nov. 1924 e The four parts of the world as represented in old-time pageants and ballets. **Apollo: a Journal of the Arts**, London, vol.IV, p.232-38, July-Dec. 1926, e vol.V, p.19-27, Jan-June 1927. No artigo sobre tapeçarias, confessando-se logo um simples **amateur**, continua: "... a sua documentação é tão extensa que, esboçando aqui o assunto, é obrigado a limitar as suas observações a esta arte (...) reservando-se para publicar mais tarde o conjunto de seus achados em uma obra..." Em nota, apelava para que lhe informassem sobre a existência do tema "dans toutes les branches des arts majeurs et mineurs", adiantando o seu endereço parisiense. Ter-lhe-á alguém dado notícias dos painéis de azulejos em Portugal e no Brasil? Cremos que Hyde chegou a publicar a grande obra prometida. Partes de sua coleção foram expostas publicamente, por exemplo no antigo Cooper Union Museum, em New York, em 1961, cento e trinta peças em materiais diversos, como vidro, porcelana e terracota, desenhos e tecidos, prata e outros metais. O pequeno catálogo traz textos de funcionários do museu (hoje o Cooper-Herwitt, seção da Smithsonian Institution para as artes decorativas) e um prefácio de Louis Réau sobre o papel de Hyde como "embaixador cultural entre os Estados Unidos e a França". Morreu em 28 de julho de 1959, em seu país.

13 Resposta parcial possível à interrogação de Santos Simões em **Azulejaria port. no Br.**, op. cit., p.143: "Quem teria escolhido os motivos e qual o critério a que obedeceu essa escolha?"

14 As citações, de navegantes portugueses em seus diários de bordo ou relações de viagens nos séculos XV e XVI, encontram-se em Joaquim Barradas de Carvalho. **A la Recherche de la Spécificité de la Renaissance Portugaise. L'Esmeraldo de Situ Orbis et la littérature portugaise de voyages à l'époque des grandes decouvertes. Contribution à l'étude des origines de la pensée moderne.** Paris: Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, 1983. 2 V., p.800, notas 60, 62 e 63.

15 Lucien Febvre & Henri-Jean Martin. **L'apparition du livre.** Paris: Editions Albin Michel, 1971.p.186.

16 Antônio Alberto Banha de Andrade. **Mundos novos do mundo;** panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos descobrimentos geográficos portugueses. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1972. 2vs.

17 Jaime Cortesão. **L'expansion des portugais dans l'histoire de la civilisation.** Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983 (reprodução fac-similar da edição original, aparecida em 1930, por ocasião da Exposição Internacional de Antuérpia), p.69-70: "Pendant les derniers siècles du Moyen Âge, l'autorité de Ptolomée avait empêché tout progrès dans la connaissance de la terre(...) En traversant l'équateur, en détruisant la légende de la zone torride inhabitable, en doublant le Cap de Bonne Espérance, en pénétrant dans l'Océan Pacifique par delà l'archipel malais, et en démontrant par là que l'Océan Indien n'était pas une fermée, les Portugais détruisirent les barrières que la carte ptolémaïque opposait à l'expansion de l'homme sur la terre. Dans la science géographique, ce fait signifia une révolution".

18 Gilberto Freyre. **Le portugais et les tropiques.** Lisbonne:Comission Executive des Commémorations du V^e centenaire de la mort du Prince Henri, 1961. p.65: ".... une vaste action d'enrichissement intertropical de la végétation utile à l'homme et à sa sécurité sous les Tropiques". Exemplos precisos são dados na p.107; também em **Um brasileiro em terras portuguesas**, p.93, e em **Arte, ciência e trópico**, p.97, citados na nota 20, infra.

19 As inter-relações das atividades dos navegantes-descobridores e os franciscanos revelam-se em muitos trechos de livros de Jaime Cortesão, como o já citado, e, principalmente, em **Os descobrimentos portugueses.** Lisboa: Livros Horizonte, 1975-1976, 6v. Ver, ainda, Barradas de Carvalho, op. cit., p.769, n.252.

20 As observações, vivências e idéias de Gilberto Freyre a respeito encontram-se em vários de seus livros, notadamente: **Um brasileiro em terras portuguesas.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1953 (sobretudo na longa introdução); **A propósito de frades.** Bahia: Publicações da Universidade da Bahia, 1959; **Le portugais et les tropiques**,op cit., **Vida, forma e cor.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1962; **Arte, ciência e trópico.** São Paulo: Martins, 1962 (onde se reúnem conferências, algumas sendo os originais de capítulos de **Le portugais et les tropiques**), em especial "Nominalismo, artes plásticas e trópico". Alguns desses textos, reduzidos ou ampliados, ou com variantes, são repetidos em livros distintos.

21 Citações em Barradas de Carvalho, op. cit., p.800, n.62 e 63.

22 Apud Maria do Carmo Tavares de Miranda. **Os franciscanos no Brasil.** Recife: UFPe, 1976. p.135-6 (Publicação do Arquivo Histórico e Ultramarino).

23 Essa alegoria da obra missionária dos jesuítas é a realização final e culminante da decoração barroca nos focos de edifícios em Roma, com ele encerrando o seu livro Marie Christine Gloton. **Trompe-l'Oeil et décor plafonnant dans les églises romaines de l'âge baroque.** Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1965. Em duas cartelas nas extremidades da decoração lêem-se as palavras de Cristo segundo o **Evangelho de São Lucas:** IGNEM VENI MITTERE IN TERRAM e ET QUID VOLO VT ACCENDATUR (12,49), a orientarem o programa iconográfico da celebração da expansão do cristianismo, em que excederam os jesuítas, animados por Santo Inácio: **Ite, omnia incendite et inflammate ...** A grande influência que ainda exerceu o Padre Andre Pozzo fez-se também através de seu tratado **Perspectiva pictorum et architectorum ...**, Roma, 1693-1700 e muitas edições subseqüentes. Comentando-o, em nosso tempo, Rudolf Wittkower demonstrou que na teoria e na prática eram basicamente idênticos à pintura em **grande maniera** e os projetos cenográficos para o teatro: Ver **Art and architecture in Italy 1600 to 1750.** 3rd. rev. ed. Harmondsworth and Baltimore: Penguin Books, 1973. p.237. As melhores reproduções dessa grandiosa decoração estão na capa e em página dupla de Emile Mâle. **L'art religieux du XVII^e siècle.** Italie France Espagne Flandres. Nouvelle édition. Paris: Armand Colin Ed., 1984, onde se vêem perfeitamente as alegorias das **partes do mundo** com alguns de seus atributos: junto a América, um papagaio...Uma variante desse modo de representar a irradiação da fé cristã temo-la no quadro atribuído ao pintor baiano José Teófilo de Jesus (?-1847), no Museu Carlos Costa Pinto, em Salvador: figuras femininas representando os continentes adoram Jesus, em corpo inteiro, que expõe o Seu coração.

24 Clarival do Prado Valadares. O ecumenismo na pintura religiosa brasileira dos setecentos. **Revista do PHAN,** Rio de Janeiro, v.17, 1969. Já no título demonstra o autor não se ocupar dos painéis de azulejos. Ainda em princípios deste século, em **bailes pastoris** de Salvador, cinco figuras caracterizadas como as **quatro partes do mundo** e **tempo** saíam por bairros populares da cidade a homenagear, cantando e dançando, o Menino Jesus, no Natal ou no dia dos Reis.

25 Ver Mark Ashton. Allegory, fact and meaning in Giambattista Tiepolo's four continents in Würzburg. **The Art Bulletin,**New Yor, n.LX, b.1, p.109-25, Mar. 1978. Vista geral em cores da escadaria do palácio e do afresco em Jean Starobinski. **L'invention de la Liberté 1700-1789.** Génève: Editions d'Art Albert Skira, 1964. p.21, com o título inexato , de **L'Olympe!**

26 Jean-Baptiste Debret. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. Nova** ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Livraria da USP, 1978. v.2, p.74 e 78. Edição lastimável, cheia de erros de revisão!

27 Apud INVENTÁRIO de proteção do acervo cultural, v.2, I parte, Monumentos e sítios do Recôncavo. Executado por Paulo Ormindo D. de Azevedo e Esterzilda Berenstein de Azevedo. Salvador; Secretaria da Indústria e Comércio, 1978. p.213-4.

28 Utilizamos Ovide. **Les métamorphoses.** Texte établi et traduit par Georges Lafaye. Paris: Société d'Editions "Les Belles Lettres",1980.

O episódio da sedução da ninfa Europa por Júpiter disfarçado em touro está no Livro II, vv.833-875: levou-a e instalou-a na terra a que ela deu nome.

29 Ver THE EUROPEAN Vision of America. Catálogo da exposição no Cleveland Museum of Art, em 1976, textos de Hugh Honour. Ver, também, Clare Le Corbeiller. Miss America and her sisters: personification of the four parts of the world. **Bulletin of the Metropolitan Museum of Art**, New York, v.XIX, n8, p.209-23, Apr. 1961. Informações de ordem geral, sobre a América, não relacionadas diretamente com o nosso tema, mas comentadas com agudeza e erudição, encontram-se em Sérgio Buarque de Holanda. **Visão do Paraíso;** os motivos no descobrimento e colonização do Brasil. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Nacional/Editora da USP, 1961, passim. Também de interesse são Rodolfo Garcia. O Brasil na cartografia do descobrimento. **Cultura**, Rio de Janeiro, 1ª fase, n.6, p.163-81, 1954, e Irlemar Chiampi Cortez. A imagem da América. **Língua e Literatura**, São Paulo, v.6, p.64-85, 1977.

30 Gastão Cruls. **Hiléia Amazônica.** 3.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958. p.95 ss.

31 Santos Simões. **Azulejaria em Portugal...**, op. cit., p.193, 272,323, 339 e 407.

32 Santos Simões. **Azulejaria portuguesa no Brasil**, op. cit., p.140.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Marieta. **História da Venerável Ordem 3ª da Penitência do Seráfico Pe. São Francisco da Congregação da Bahia.** Salvador: Mesa Administrativa, 1941, 1947, 1948.

ANDRADE, Antônio Alberto Banha de. **Mundos novos do mundo;** panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos descobrimentos geográficos portugueses. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1972. 2v.

ASHTON, Mark. Allegory fact and meaning in Giambattista Tiepolo's Four Continents in Würzburg. **The Art Bulletin**, N.York, v.1, n.LX, p.109-25, Mar.1978.

BARATA, Mário. **Azulejos no Brasil.** Rio de Janeiro: s.ed., 1955.

BARRADAS DE CARVALHO, Joaquim. **À la recherche de la spécificité de la Renaissance portugaise.** L'Esmeraldo de Situ Orbis **et la littérature portugaise de voyages à l'époque des grandes decouvertes;** contribution à l'étude des origines de la pensée moderne. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, 1982. 2v.

BAZIN, Germain. **Les palais de la foi;** le monde des **monastères.** Italie Pays Ibériques France. Fribourg: Office du Livre/Paris:Ed.Vilo, 1980.

_____. **A arquitetura religiosa barroca no Brasil.** Rio de Janeiro: Record, 1983.

CORTESÃO, Jaime. **Os descobrimentos portugueses.** Lisboa: Livros Horizonte, 1975-1978.

_____. **L'expansion des portugais dans l'histoire de la civilisation.** Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983.

CORTEZ, Irlemar Chiampi. A imagem da América. **Língua e Literatura**, São Paulo, n.6, p.64-85, 1977.

CRULS, Gastão. **Hiléia Amazônica.** 3.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

DEBRET, Jean-Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil.** nova ed. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Livr. da USP, 1978. v.1.

DIAS, João Pereira. Os azulejos do claustro da Ordem Terceira de S. Francisco. **Belas Artes**, Lisboa, 2ª série, n.7, p.31-44.

EXPOSIÇÃO Azulejo de Lisboa. Introdução de José Meco. Lisboa: Câmara Municipal, 1984.

FEBVRE, Lucien, MARTIN, Henri-Jean. **L'apparition du livre.** nouv. ed., Paris: Éditions Albin Michel, 1971.

FREYRE, Gilberto. **Um brasileiro em terras portuguesas.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

_____. **A propósito de frades.** Bahia: Publicações da Universidade da Bahia, 1959.

_____. **Le portugais et les tropiques.** Lisbonne: Comission Executive des Commémorations du Vº Centenaire de la Mort du Prince Henri, 1961.

_____. **Arte, ciência e trópico.** São Paulo: Martins, 1962.

_____. **Vida, forma e cor.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

GARCIA, Rodolfo. O Brasil na cartografia do descobrimento. **Cultura**, Rio de Janeiro, 1ª fase, n.6, p.163-81, 1954.

GLOTON, Marie Christine. **Troupe-l'oeil et décor plafonnant dans les églises romaines de l'âge baroque.** Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1965.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso;** os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1965.

HYDE, Hazen. L'iconographie des quatre parties du monde dans les tapisseries. **Gazette des Beaux Arts**, Paris, 66e année, n.751, p.253-72, nov. 1924.

_____. The four parts of the world as represented in old-time pageants and ballets. **Apollo: a Journal of the Arts**, London, v.IV, p.232-8, July/Dec.1926; v.V, p.19-27, Jan./June, 1927.

INVENTÁRIO de proteção do acervo cultural, v.II, I parte. Monumentos e sítios do Recôncavo. Executado por Paulo Ormindo D. de Azevedo e Esterzilda Berenstein de Azevedo. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio, 1978.

KÖLMAN, Erich, WIRTH, Karl-August. Erdteile. In: REALLEXIKON, zur Deutschen Kunstgeschichte. v.V, Stuttgart, 1967.

LE CORBEILLER, Clare. Miss America and her sisters; personification of

the Four Parts of the World. **Bulletin of the Metropolitan Museum of Art**, New York, n.XIX, v.8, p.209-23, Apr. 1961.

LIVRO dos Guardiães do Convento de São Francisco da Bahia (1587-1862). Prefácio e notas de Frei Venâncio Willeke, O.F.M. Rio de Janeiro: MEC-IPHAN, 1978.

MÂLE, Emile. **L'art religieux du XVII^e siècle.** Italie France Espagne Flandres. nouvelle édition. Paris: Armand Colin Éd., 1984.

MARLE, Raimond van. **Iconographie de l'art profane au Moyen Âge et à la Renaissance.** New York: Hacker Art Books, Inc., 1971.

MASER, Edward A. (ed.) **Baroque and Rococo Pictorial Imagery.** The 1758-60 Hentel edition of Ripa's Iconography. New York: Dover Publications, Inc., 1971.

MECO, José. **Azulejaria portugusa.** Lisboa: Bertrand Editores, 1983.

MIRANDA, Mª do Carmo Tavares de. **Os franciscanos no Brasil.** Recife: UFPe., 1976.

OTT O.F.M., Frei Fidélis. O claustro do Convento de São Francisco da Bahia. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia,** Salvador, n.63, p.91-3, 1942.

OTT,Carlos. Os azulejos do Convento de São Francisco da Bahia. **Revista do Patrimônio Historico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n.7, p.7-34, 1943.

_____. O claustro do Convento de São Francisco da Bahia. **A Tarde,** Salvador, 10 jul. 1983.

OVIDE. **Les métamorphoses.** Texte établi et traduit par Georges Lafaye. Paris: Société d'Éditions "Les Belles Lettres", 1980.

PIGLER, A. **Barockthemen;** eine Auswahl von Verzeichnissen zur Ikonographie des 17. und 18. Jahrhunderts. Budapest Verlag der Ungarischen Akademie, 1956.

PINHEIRO, Silvanísio. **Azulejos do Convento de S. Francisco da Bahia.** Salvador: Livr. Turística, 1951.

POZZO, Pe. Andrea. **Perspectiva pictorum et architectorum...** Rome, 1693-1700.

PRADO VALADARES, Clarival do. O ecumenismo na pintura religiosa brasileira dos setecentos. **Revista do PHAN,** Rio de Janeiro, n.17, 1969.

SANTOS, Reynaldo dos. **História da arte em Portugal.** Porto: Portucalense Editora, 1953.

_____. **Oito séculos de arte portuguesa.** Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1970. v.III.

SANTOS SIMÕES, J.M. dos. Iconographia olisiponense em azulejos. **Olisipo,** Lisboa, n.XXIV, v.95, 1962.

_____. **Azulejaria portuguesa no Brasil.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965.

SANTOS SIMÕES, J.M. dos. **Azulejaria em Portugal no século XVIII.** Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.

SINZIG, O.F.M., Pedro. Maravilha da religião e da arte na Igreja e no Convento de São Francisco da Baía. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro,** Rio de Janeiro, n.165, v.1, p.1-334, 1933 (no colofão, 1984).

SMITH, Robert C. **Arquitetura colonial.** Salvador: Livr. Progresso Editora, 1955.

STAROBINSKI, Jean. **L'invention de la liberté 1700-1789.** Génève: Édition d'Art Albert Skira, 1964.

TERVARENT, Guy de. **Attributs et symboles dans l'art profane 1450-1600;** dictionnaire d'un langage perdu. Génève: Librairie E. Droz, 1956-1964.

THE EUROPEAN vision of America. Cleveland: Cleveland Museum of Art, 1976.

WITTKOWER, Rudolf. **Art and architecture in Italy, 1600 to 1750.** 3rd. rev. ed. Harmondsworth and Baltimore: Penguin Books, 1973.

DOCUMENTO

CRISTÓVÃO COLOMBO, MARCO INICIAL DA HISPANIDADE*

Geovana B.M. Spínola
Universidade Federal da Bahia

R E S U M O

A figura do Almirante Cristóvão Colombo como "marco inicial da hispanidade" obriga-nos a repensar sobre a grandiosidade de um fato ocorrido há 500 anos, e que, no dizer de Voltaire, tornar-se-ia "o maior acontecimento do mundo". A descoberta da América, verdadeira gesta, é realmente uma das mais belas páginas da História e entre os povos latinos-americanos constitui um grande marco que dá início à imensa integração fraternal que é a Hispanidade.

Para dar continuidade às comemorações da Semana da Hispanidade que ora realizamos, vimos neste momento proferir esta breve palestra na tentativa de despertar entre todos nós o reconhecimento desta como que legendária figura, que foi Cristóvão Colombo. Homem raro, misterioso, que ocultava as suas origens, talvez fosse judeu. Sabe-se que nasceu no ano de 1451. Para alguns, poderia ter nascido na Galícia, Extremadura ou Cataluña. À posteridade passou como sendo genovês. A verdade é que sem se saber de onde ele vinha, todos ficamos sabendo aonde ele chegou.

O motivo que originou a escolha deste tema deveu-se às nossas observações do dia a dia, observações que nos conduziram a uma conclusão, à conclusão do quanto a incrível façanha do navegador genovês é esquecida, e porque não dizer, ignorada por muitos em nosso meio. Convém recordar que há quase 500 anos, o grande Almirante, velejando

---

* Palestra proferida durante as comemorações da Semana da Hispanidade (22/11/1990).

Estudos (13): 305-311, jul. 1992

sempre em direção do oeste e seguindo continuamente a rota dos ventos alísios, descobre novas terras e, sem querer, modifica o mundo.

O próprio título desta palestra: "Cristóvão Colombo, marco inicial da hispanidade", nasceu da necessidade que sentimos de resgatar, entre nós, ibéricos que somos, o valor de um homem ambicioso que viria a ser entre os povos latino-americanos, o início de uma integração fraternal que é a HISPANIDADE.

Desde tempos muito antigos a idéia da existência de terras ao oeste do Atlântico persistia. O jovem Cristóvão ou Cristóforo começa a navegar e em Portugal entra em contato com marinheiros e navegadores que haviam costeado a África para chegar à India. Com as notícias que obteve através dos que diziam haver "ilhas" do outro lado do mar Oceano, o futuro descobridor da América faz dessas fantásticas notícias a sua meta principal, e, com a sua tenacidade, busca todos os recursos para executar os seus planos. Mas era preciso um patrocínio para tão grande empresa, e Colombo, por intermédio do duque de Medinacelli, que o hospedara em seu castelo do Porto de Santa Maria, tem a oportunidade de ser recebido pela Rainha D. Isabel, a Católica, que se mostrou interessada por tão desafiante projeto tornando-se a sua protetora, para a grandeza da Espanha.

Era o ano de 1486 e Colombo espera e espera, às vezes confiante, outras desiludido, esperançoso, mas espera. As grandes epopéias não se realizam tão facilmente e o sabor da vitória torna-se mais forte após a perseverança. E Colombo perseverante, durante sete longos anos, caminha em busca da proteção dos Reis de Espanha. É o próprio Colombo quem nos dá a conhecer tal peregrinação, quando, em uma Carta que escreveu aos Reis, logo após a sua primeira viagem a América, deixa assim registrado:

> *Ya saben Vuestras Altezas que anduve siete años en corte importunándoles por estos. Nunca en este tiempo se halló filósofo ni de otra ciencia que todos no dijesen que mi empresa era falsa. Que nunca yo hallé ayuda de nadie, salvo fray Antonio de Marchena, después de aquella de Dios eterna.*

Mas o grande acontecimento viria e se tornaria no "maior acontecimento do mundo", no dizer de Voltaire.

Predestinação? Coisas do destino?

Bem que o filósofo Sêneca, latino mas de origem hispânica, em sua tragédia "Medéia" vaticinara a existência de terras além da ilha de Tule, considerada, durante a Idade Média, o extremo ocidental do mundo:

> *Virão finalmente com passo preguiçoso / os afastados séculos em que o homem / vença do mar Oceano as ondas / e encontre por fim dilatadas terras; descubram outros povos, novos mundos, / e não será mais Tule o fim do Orbe.*

E Colombo ultrapassou Tule! E Colombo descobriu o Novo Mundo!

Em La Rábida, Colombo conhece fray Juan Pérez, aquele que conseguiria fazer com que a Rainha D. Isabel se interessasse novamente pelo projeto do genovês. A empresa era por demais custosa, e ela, a Rainha, cede as suas jóias para tornar possível tão importante evento. Efetua-se a compra das naves que dariam lugar à tão célebre jornada pelo mar, tão desconhecido quanto atraente aos que, enfrentando o perigo, iam em busca de riquezas.

Firmadas as chamadas "Capitulaciones de Santa Fé", dia dezesete de abril, entre os Reis e o navegador, feitas todas as exigências e após meditação no Convento de La Rábida, parte Colombo para a Corte a fim de ser nomeado Almirante real – título dos mais antigos e prestigiosos do reino de Castilla. Aliás, dentre as suas exigências estava aquela que lhe daria o título de Vice-Rei e de Governador Geral das terras que se descobrissem, o direito à 10ª parte dos tesouros descobertos. O título de Almirante dar-lhe-ia total poder e passaria depois de sua morte aos seus herdeiros e sucessores.

Dois de agosto de 1492, festa de N.Srª dos Anjos, padroeira do Convento de la Rábida. Depois de ouvir missa, confessar e comungar, Colombo, juntamente com 90 homens contratados para tripular e mais 20 ou 30 aventureiros que se engajaram, embarca, para, na manhã

do dia três, zarpar, do Porto de Palos de Moguer, com uma pequena frota composta por duas caravelas e uma náu, respectivamente denominadas: Pinta, Niña e Santa Maria, que antes era "La Gallega" e de onde o Almirante dava as suas ordens.

Inicia-se, pois, a aventura de Colombo e seus comandados, verdadeira gesta que se convertera em uma das mais belas páginas da História!

São palavras do Almirante:

> *Partimos viernes 3 días de Agosto de 1492 años de la barra de Saltes, a las ocho horas. Anduvimos con fuerte vīrazōn hasta el poner del Sol hacia el Sur sesenta millas que son quince leguas; despuēs al Sudueste y al Sur cuarta del Sudueste; que era el camino para las Canarias.*

Tais afirmações encontram-se no "Diário de Navegación" do Almirante, documento importantíssimo, cujo texto fora encontrado em 1789, no arquivo do Duque do Infantado, por Martín Fernández Navarrete quando pesquisava materiais históricos sobre a marinha espanhola. Tal Diário, que hoje conhecemos graças ao padre Bartolomé de Las Casas que o transcreveu em sua "Historia de las Indias", consta de um prólogo endereçado aos Reis Católicos e segue com o relato dos acontecimentos ocorridos durante o período que se estende do dia 11 ao dia 24 de outubro de 1492, além das referências da sua partida também aí contidas, verdadeiras crônicas, escritas em língua castelhana que ele aprendeu em Portugal, por isso mesmo, um castelhano aportuguesado, para honra e glória dos que têm o espanhol como idioma pátrio. Assim, por que não conferir a Colombo o título de primeiro cronista da América de língua espanhola?, início de toda uma literatura, que, dentre outros, é motivo também de nossos estudos nesse Instituto de Letras, uma literatura que reflete não só a grandeza dos seus autores, mas as angústias e inquietações de tantas nações unidas pelo mesmo sentido de hispanidade. É pois, Colombo o marco inicial desta hispanidade, hispanidade refletida em uma unidade lingüística, religiosa, cultural, mas sobretudo refletida na consciência do povo latino-americano.

O contato direto com a natureza, cujos elementos, em todas as suas cores, seus perfumes, são descritos pelo navegador-cronista, confere-lhe mais um título, o de precursor literário desta nossa América, criador que foi de uma estética nova, ou seja: a nova estética da paisagem exótica que, no europeu tanto interesse despertara, tornando-se muitas vezes, tema fundamental das mais variadas elocubrações através os estímulos, mitos e exemplos brotados do Novo Mundo.

Vejamos então uma pequena amostragem:

> *En ese tiempo anduve así por aquellos árboles, que era la cosa más fermosa de ver que otra que se haya visto, veyendo tanta verdura en tanto grado como el mes de mayo en el Andalucía, y los árboles todos están tan disformes de los nuestros como el día de la noche; y así las frutas, y así las yerbas y las piedras y todas las cosas. Verdad es que algunos árboles eran de la naturaleza de otros que hay en Castilla, por ende había muy gran diferencia, y los otros árboles de otras maneras eran tantos que no hay persona que lo pueda decir ni asemejar a otros de Castilla. La gente toda era una con los otros ya dichos, de las mismas condiciones, y así desnudos y de la misma estatura, y daban de lo que tenían por cualquiera cosa que les diesen;.....*
>
> *Y ahí habían perros mastines y blanchetes, y ahí fallaron uno que había al nariz un pedazo de oro que sería como la unitad de un castellano, en el cual vieron letras; reñí yo con ellos porque no se lo resgataron y dieron como pedía, por ver que era y cuya esta moneda era; y ellos me respondieron que nunca se le osō resgatar.....*
>
> *Crean Vuestras Altezas que es esta tierra la mejor e más fértil, y temperada, y llana, y buena que haya en el mundo.*

O leitor paciente encontrará no "Diário de a bordo" muitas outras descrições, algumas interessantes, outras curiosas:

> *A las diez horas llegué aquí a este cabo del Isleo, y surgí, y asimismo las carabelas; y después de haber comido fuí en tierra.....*
> *Aquí es unas grandes lagunas, y sobre y sobre ellos ya la rueda es el arboledo en maravilla, y aquí en toda la isla son todos verdes y las yerbas como el abril de Andalucía; el cantar de los pajaritos que parece que el hom-*

> *bre nunca se querría partir de aquí, y las manadas de pa pagayos que ascurecen el sol; y aves y pajaritos de tantas maneras y tan diversas de las nuestras que es maravilla; y después hay árboles de mil maneras, y todas de su manera fruto, y todas huellen que es maravilla, que yo estoy el más penado del mundo de no los cognoscer, y de ellos traigo la demuestra, y asimismo de las yerbas.*

Com tantas detalhadas descrições, relatadas tantas "maravillas", a curiosidade do europeu aumenta, tudo é bom e bonito, inclusive os naturais "tão amáveis", surgindo, desta maneira a teoria do homem natural, simples e bom – a teoria do nobre selvagem.

São palavras do Almirante:

> *Certifico a Vuestras Altezas que en el mundo creo que no hay mejor gente ni mejor tierra: ellos aman a sus prójimos como a sí mismos y tienen un habla la más dulce del mundo, y mansa, y siempre con riso.*

Mas Colombo tem como ofício o de navegar. Realiza mais duas viagens a América trazendo consigo, do extremo sul da Espanha, mais aventureiros que, como ele, ávidos de riquezas, enfrentam toda sorte de perigo. Colombo, além da fama, atinge também a glória. Porém nem só de glórias vive o descobridor. O desmando entre os espanhóis que habitavam as novas terras era absoluto. Colombo tenta repor a ordem, severo com uns, brando com outros, falta-lhe vocação para governar. Sabedores de tais acontecimentos, os Reis Católicos mandam para a América D. Francisco Bobadilla, na qualidade de visitador, com plenos poderes. Colombo nega-lhe obediência e é detido, aguilhoado e enviado a Espanha. Os Reis o libertam e novamente lhe concedem todas as honras.

No ano de 1502 realiza Colombo a sua 4ª e última viagem a América, aliás, a mais agitada e perigosa, regressando dois anos depois. Colombo que sonhara com ouro e riquezas, de volta a Espanha, vive triste e decepcionado por não ter conseguido tudo o que ambicionara e por não ver nunca realizados todos os seus projetos fantásticos.

Dia vinte de maio de 1506, na cidade de Valladolid, deixa Colombo o mundo dos mortais para ingressar na imortalidade. Os seus

restos são trasladados a Sevilla, depois levados à ilha de Santo Domingo e a Havana. Com a independência da ilha de Cuba, os restos mortais do Almirante voltam a Espanha onde, na Catedral de Sevilla, descansam em paz.

Cristóvão Colombo, nos seus feitos e defeitos, glórias, ambições e dores, deu ao povo hispânico e ao mundo a grande oportunidade de ver toda a capacidade e todo o saber fazer da Espanha, todo o conviver numa integração maior, numa verdadeira fraternidade e por isso mesmo será sempre, ele, o grande sonhador, marco inicial da Hispanidade.

Finalizando, como "remate", para usar de um termo bem hispânico, gostaríamos de que os presentes refletissem sobre o doze de outubro como data histórica, registro que é desta hispanidade, e lessem a belíssima composição sobre o tema e que lhes foi facilitada através cópia mimeografada.

RESUMEN

La figura del Almirante Cristóbal Colón como "marco inicial de la hispanidad" oblíganos a un nuevo pensar sobre la grandiosidad de un hecho que ocurrió hace 500 años, y que, en el decir de Voltaire, vendría a ser "el mayor acontecimiento del mundo". El descubrimiento de América, verdadera giesta, es realmente una de las más bellas páginas de la Historia, y entre los pueblos latinoamericanos constituye un gran marco que inicia la inmensa integración fraternal que es la HISPANIDAD.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COLÓN, Cristóbal. **Los cuatro viajes del Almirante y su testamento.** B. Aires: Espasa-Calpe Argentina, 1960 (Colección Austral, 633).

DIAZ-PLAJA, Guillermo. **Antología mayor de la literatura hispanoamericana.** Barcelona: Editorial Labor, 1969.

FERREIRA, João Francisco. **Capítulos de literatura hispano-americana.** Porto Alegre: Edições da Faculdade de Filosofia, 1959.

Impresso no

Centro Editorial e Didático-UFBa.
Rua Barão de Geremoabo s/n
Campus Universitário de Ondina
40.170-290 Salvador-Bahia-Brasil

Atendemos pelo Reembolso Postal

Capa: **Larry Guerra Santos**
Composição: **SATTE** (Rio Vermelho, f.235-2796)
Salvador - Bahia